

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CÁSSIUS MARCELUS TALES MARCUSSO BERNARDES DE BRITO

**Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos
Trabalhadores no governo federal (2003-2010)**

MARINGÁ
2017

CÁSSIUS MARCELUS TALES MARCUSSO BERNARDES DE BRITO

Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores no governo federal (2003-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Meire Mathias

MARINGÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B862e Brito, Cássius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de
Estado e poder político no Brasil: a experiência
do Partido dos Trabalhadores no governo federal
(2003-2010) / Cássius Marcelus Tales Marcusso
Bernardes de Brito. -- Maringá, 2017.
204 f. : il., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Meire Mathias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Estado - Brasil. 2. Poder político - Brasil.
3. Partido dos trabalhadores - Brasil. 4. Hegemonia.
I. Mathias, Meire, orient. II. Universidade Estadual
de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 21.ed.320.1

ECSL

CASSIUS MARCELUS TALES MARCUSO BERNARDES DE BRITO

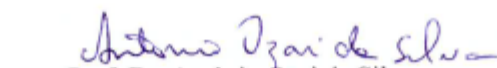
**Estado e poder político no Brasil: a experiência do Partido dos Trabalhadores
no governo federal (2003-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.^a Dr.^a Meire Mathias
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Antônio Ozai da Silva
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof. Dr. Mauro Luis Iasi
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Aprovada em: 08 de fevereiro de 2017

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao povo lá de casa – à Thaís, ao Augusto e à Luísa –, que deu todo o apoio, suportando ausências e acumulando tarefas para que eu pudesse ter tempo necessário à realização da pesquisa. Obrigado pela infraestrutura material e pelo amor dedicado.

A meus pais e minha irmã – Marly, Daniel e Bruna –, que me “socializaram na política” com conversas à mesa de refeições, viagens, participação em eventos sindicais e muitas discussões desde que comecei a transitar dos “conceitos espontâneos” aos “conceitos científicos”, como diria Vigotski. Agradecimento especial por haver entre os livros lá de casa uma edição rota do *Manifesto*, que, encontrado por acaso na adolescência, de algum modo, me trouxe até aqui.

A meus sogros, pelo apoio permanente no cuidado com as crianças e no suporte cotidiano. Esperamos poder retribuir de alguma forma.

À Meire, pela habilidade com que conduziu a orientação, pela autonomia concedida e principalmente pela confiança. Espero ter feito por merecer.

À banca por ter aceitado o convite de participar da banca e contribuído com indicações de pesquisa e discussões.

À turma do mestrado, por ter constituído um grupo de debates e conversas que ajudaram a ir limpando os meios de campo.

Aos camaradas da Executiva Nacional da ASSIBGE/SN e da coordenação sindical do núcleo do Paraná, por terem entendido a necessidade do afastamento relativo das tarefas da direção do sindicato. Sem a compreensão de vocês, não teria conseguido combinar todas as atividades.

Ao IBGE, por ter concedido o meu direito à licença capacitação para finalizar a dissertação. E ao pessoal da agência de Maringá, que acumulou tarefas neste meu período afastado.

EPIÍGRAFE

“Sei
Não é nossa culpa
Nascemos já com uma bênção
Mas isso não é desculpa
Pela má distribuição
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração
Até quando esperar
A plebe ajoelhar
Esperando a ajuda do divino Deus”

(“Até Quando Esperar”, Plebe Rude, 1985)

“Acorda amigo, o boato era verdade
A nova ordem tomou conta da cidade
É bom pensar em dar no pé quem não se agrada
Sendo você eu me acomodaria...
Não custa nada se ajustar às condições
Estes senhores devem ter suas razões
Além do mais eles comandam multidões
Quem pára o passo de uma maioria?
Progrediremos todos juntos, muito em paz
Sempre esperando a vez na fila dos normais
Passar no caixa, voltar sempre, comprar mais
Que bom ser parte da maquinaria!
(...)
Vossa excelência, nossas felicitações
É muito avanço, viva as instituições!
Melhor ainda com retorno de milhões
Meu Deus do céu, quem é que não queria?
Só um detalhe quase insignificante:
Embora o plano seja muito edificante
Tem sempre a chance de alguma estrela irritante
Amanhecer irradiando dia!”

(“Marcha Macia”, Siba, 2015)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto a organização do Estado e do poder político durante os dois mandatos presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2003-2010). Inicialmente, recorreremos à investigação crítica das teses mais alinhadas ao governo, que buscam analisar as relações de continuidade/distanciamento que ele estabelece com o período neoliberal dos anos 1990. Procuramos demonstrar como o apregoado “novo modelo de desenvolvimento”, que teria combinado crescimento econômico com distribuição de renda, não significou, de fato, um novo modelo, mas a adaptação possível da inserção da economia brasileira na conjuntura econômica favorável da economia mundial. Apresentamos também uma avaliação da tese de André Singer sobre o “lulismo”, tentando demonstrar como o significado atribuído pelo autor ao fenômeno mediante a mobilização de uma série de analogias com conceitos clássicos da tradição sociológica e política brasileira permite o esclarecimento de aspectos significativos da forma do governo, oculta a sua relação íntima com a construção da hegemonia burguesa ao apresentar Lula como representante político do subproletariado. Posteriormente, a relação entre Estado e sociedade civil é pensada a partir da chave de constituição da hegemonia e, para tanto, recorreremos à recuperação da formulação da estratégia democrático-popular e ao caráter de classe do governo Lula. Por fim, analisamos a face externa do Estado brasileiro no período, discutindo a concepção da política externa à luz das questões do imperialismo, da dependência e do capital-imperialismo e a projeção do Estado e do capital brasileiro na América Latina.

Palavras-chaves: Estado, poder político, partido dos trabalhadores, hegemonia

ABSTRACT

This research is about State e political power organization over Luis Inacio Lula da Silva administrations (2003-2010). First, there is a critical research of theses aligned with the government, wich analyze the relations of continuity/distance between it and 1990's neoliberal period. We try to demonstrate how the proclaimed "new development model", wich would have combined economic growth and income distribution, did not mean, in fact, a new model, but a possible adaptation of brazilian economy insertion in world favorable economic conjuncture. We present a critical assessment of "lulismo" thesis, demonstrating how the assigned meaning of the term in addition to a serie of analogies with classic concepts of brazilian sociological and political tradicion clarify some aspects of the form of government, but hide its intimate relationship with bourgeois hegemony construction by bringing foward Lula as a subproletariat political representative. Posteriorly, the State ans civil society relationship is thought from de hegemony constitucion key and, therefore, we recover the democratic-popular strategy and the class character of the Lula's administration. Lastly, we analyze the external face of brazilian State in the period, discussing the foreign policy conception from imperialism, dependency and capital-imperialism issues among the projection of brazilian State and capital on Latin America.

Key words: State, political power, workers party, hegemony.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores Econômicos e Sociais Brasileiros - 2003 a 2010.....	12
Tabela 2 – Contribuições por setor – ranking por variação percentual 2002/2006.....	40
Tabela 3 - Desembolsos BNDES 2003-2010.....	100
Tabela 4 - Desembolsos do BNDES por Região (2003-2010).....	101
Tabela 5 - Desembolsos do BNDES por Porte de empresa (2003-2010).....	101
Tabela 6 - Fundos de pensão durante o governo Lula (2003-2010)	104
Tabela 7 - Comparação entre o número de Greves, horas paradas e reajustes acima da inflação entre os governos FHC e Lula.....	108
Tabela 8 - Número de ocupações de terra, famílias em ocupações, famílias assentadas, área incorporada à reforma agrária e assassinatos no campo (1995 - 2010).....	109
Gráfico 1 – Brasil – Fluxos de Investimento Direto.....	176

LISTA DE SIGLAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CNDI - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNI - Confederação Nacional das Indústrias
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (sigla em inglês)
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IED - Investimentos Diretos no Exterior
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Econômico
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONGs - Organizações Não-Governamentais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBF - Programa Bolsa Família
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PIS - Programa Integração Social
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPA - Plano Plurianual de Ação

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido Social-Democrata Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos trabalhadores

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. “NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO” E “LULISMO”: <i>PERSONAS</i> DE UM MESMO GOVERNO.....	6
1.1 O discurso oficial, “novo modelo de desenvolvimento” e desigualdade social.....	8
1.2 O “lulismo” e a lógica das “analogias sumárias”.....	26
2. ESTADO, PODER POLÍTICO E HEGEMONIA.....	61
2.1 A Estratégia democrático-popular, “espaços políticos” e a questão da hegemonia.....	61
2.2 Natureza de classe do governo Lula, redefinição da “questão social” e a questão do poder.....	92
3. PROJEÇÃO DO ESTADO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL BRASILEIRO NA AMÉRICA LATINA.....	133
3.1 Imperialismo e dependência.....	138
3.2 A política externa reorientada.....	149
3.3 Capital-imperialismo e Subimperialismo.....	169
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192

INTRODUÇÃO

As preocupações teóricas e práticas que motivam a presente pesquisa estão ligadas à busca das determinações que fizeram com que uma particular análise da formação social brasileira do período que vai da ditadura civil-militar inaugurada em 1964 até o final dos anos 1990 associada à formulação estratégica que a complementava fizeram parte de um processo histórico que chega, ao final de 2002, com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República. O quadro mais amplo em que se insere a pesquisa é o da reflexão sobre como se elaborou a concepção segundo a qual a formação social brasileira se constituía em um capitalismo industrializado, moderno, ainda que dependente, combinado com déficits democráticos e uma incapacidade política estrutural de incorporar as pressões pela diminuição da desigualdade social, ainda que no interior da ordem social burguesa. E, a partir daí, buscar compreender como todo um ciclo de lutas sociais organizadas em torno de uma estratégia que buscava tornar os setores populares protagonistas políticos das tarefas democráticas que a burguesia brasileira teria deixado “em atraso” no seu processo de revolução burguesa chegou ao final da primeira década do século XXI esgotando as potencialidades originalmente formuladas nos limites de um programa de governo.

A estratégia democrático-popular buscava superar aquilo que Florestan Fernandes chamou de “ideologia de racionalização da dependência econômica” (FERNANDES, 2006, p. 123), ou seja, o modo de desenvolver o capitalismo brasileiro no interior dos limites impostos pela dominação imperialista, com um modo de dominação que restringia a democracia aos pequenos círculos burgueses de legitimação da ordem, negando à imensa maioria da população brasileira o seu reconhecimento como sujeito político de direito.

“Democrático-Popular” é, assim, uma chave que serve tanto à denominação da linha política estratégica como ao programa que a efetivaria. As duas palavras que as definem têm sentidos precisos e referem-se a dois diagnósticos: primeiro, sobre o *status* do desenvolvimento capitalista no país e, segundo, sobre o sujeito social e político responsável pela estratégia de alargamento da democracia. Assim, chama-se democrático, pois vê a estrutura econômica, social e política brasileira carente das “tarefas democráticas em atraso”, o que impediria a plena modernização do capitalismo brasileiro com os ganhos civilizatórios que este modo de produção foi capaz de propiciar alhures. Chama-se popular, porque a burguesia brasileira, acomodada em sua função auxiliar e adaptada à sua posição dependente em relação ao imperialismo, seria incapaz de realizar aquelas tarefas, o que, por determinação

negativa, atribuiria ao conjunto da classe trabalhadora a função histórica de levá-las a cabo. Tanto a estratégia quanto o programa são tributários, portanto, de uma visão do capitalismo brasileiro definido sob o signo da incompletude e da nunca chegada modernidade¹.

Na pesquisa, os dois mandatos do governo Lula foram definidos como “espaço no tempo” em que se investigaria como a organização do Estado e do poder político no Brasil recente se articula com aquela formulação estratégica. Deste procedimento poderia decorrer uma análise estritamente funcionalista do objeto, em que Estado e sociedade civil se relacionaram no curso de consecução de um determinado programa político. Contudo, durante a pesquisa, a recorrente presença do “legado do passado” como referência para a ação dos sujeitos e a o recurso à tradição como guia de análise sobre o governo se mostraram profiláticas diante da tentação de submeter-se exclusivamente ao momento da sincronia.

Compreender a organização do Estado e do poder político nos dois governos Lula é reconhecê-lo como uma resultante de uma complexa relação de forças sociais que não operam em uma sociedade sem determinações históricas. E estas, por sua vez, não são uma objetividade estática, mas – como ocorre com o trabalho morto que é animado pelo fogo do trabalho vivo no processo produtivo – se constituem em um conjunto de condicionantes que operam na reprodução da estrutura social brasileira, como o “campo prático-inerte” no qual os sujeitos históricos terão que haver-se. E, lembremos, inércia não é só repouso; o próprio movimento pode ser inercial, reprodução simples de si mesmo, conflito e conciliação entre velhas e novas formas políticas e sociais.

A análise dos governos Lula em uma perspectiva que aponta não apenas para a contemplação do objeto, mas para um horizonte de transformação social pode ser encetada a partir da analogia da anatomia do homem servindo como chave para a anatomia do macaco. “Chave para” não é “conhecimento do”, de modo que não se entende totalmente o significado da estratégia democrático-popular descrevendo analiticamente o governo Lula, mas sem isto tampouco se avança em relação ao primeiro.

Em uma parte considerável da bibliografia consultada mobiliza-se um arsenal conceitual forjado no curso da tradição sociológica brasileira a fim de poder localizar o significado e a identidade próprios dos governos Lula na história política nacional. E isso é sintomático, na medida em que paralelamente se busca ou demonstrar os governos petistas

¹ “A ‘novidade’ programática estaria posta no compasso de espera entre a construção de uma ‘democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima’, incluindo nestas as reformas de interesse exclusivo da classe trabalhadora e a ‘formação das premissas históricas de uma revolução socialista’” (SOARES, 2012 p. 113).

como “novidade histórica” ou como “reprodução do mesmo”. Seja como “herdeiro de Vargas” ou como “continuador de FHC”, “*aufhebung* do populismo” ou “neoliberalismo *tout court*”, o governo Lula buscava forjar sua identidade nos interstícios da tradição evocando o bordão “nunca antes na história desse país”.

Ausente qualquer intenção de transformação revolucionária da ordem, em que as mobilizações políticas que deram origem ao partido recuaram, mas tendo inserido no mercado interno milhões de brasileiros mediante programas de transferência de renda condicionada, criação de empregos na base da pirâmide social, aumento real do salário mínimo e redução relativa da miséria, ao mesmo tempo em que forjava reformas no aparelho do Estado a fim de incorporar reivindicações de frações da burguesia brasileira que foram prejudicadas pela aplicação drástica do ajuste neoliberal durante o período FHC, o governo Lula apresenta vários aspectos de um processo de “modernização” do Estado sem ruptura, o que torna tentador a sua classificação como um caso típico de “revolução passiva”. Afinal, há acordos pelo alto, há instável equilíbrio entre o “velho” e o “novo”, há concessões ao novo como condição para a manutenção do velho, há transformismo da força política popular (isto é, o abandono dos princípios de autonomia e independência de classe como orientadores da estratégia com vistas à ruptura), enfim, há ausência de um movimento político de tipo “jacobino”, que instabilize a ordem de baixo para cima.

Ocorre que, diferentemente do sentido original em Gramsci, segundo o qual a “revolução passiva” constituía um conceito crítico-negativo para entender as transições sociais em direção à formação de Estados burgueses modernos, muitas vezes o recurso ao termo para entender os governos Lula é feito para dar a eles um sentido positivo-programático em que as classes populares, representadas pela liderança “cesarista” ou “bonapartista”, efetivam uma estratégia de democratização da sociedade, apropriando-se de instrumentos políticos do Estado burguês, modulando-os em função dos seus interesses. Assim, a reprodução do conservadorismo brasileiro no “pacto lulista” seria a contraface política de um potencial paradoxalmente transformador, embora lento, fundado no seu programa econômico.

Este modo de aplicação do conceito de “revolução passiva” para entender os governos Lula permite identificar os processos “pelo alto”, mas acaba negligenciando dois aspectos: 1) o fato de que, com a exceção das revoluções socialistas e as lutas pela libertação nacional das neocolônias durante o século XX, os processos de transformação social nos países capitalistas periféricos tendem a reproduzir o modelo “mudança-conservação”, posto que as iniciativas populares estiveram subordinadas à hegemonia das burguesias locais, de modo que, tomada em sua generalidade, as “revoluções passivas” seriam, desde, então, modelo corrente das

mudanças sociais, não derivando diretamente do conceito a compreensão de como concretamente isso se deu em cada formação social; 2) o fato de que, em GRAMSCI (2013, p. 393), o momento do “progresso” da revolução passiva “se verificaria como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e desorgânico das massas populares”, o que a diferencia do período Lula, dado o relativo recuo das lutas populares. Embora não houvesse uma força em evidência do “campo popular” gerado por uma “mobilização orgânica”, havia um descontentamento e uma recusa ao aprofundamento das reformas pró-mercado, manifestas na crise do segundo mandato de FHC.

De qualquer maneira, entender concretamente como o pragmatismo na política econômica conjugou-se com o objetivo geral da liberalização econômica e os efeitos que isso gerou na forma de mobilização social é uma forma de perceber como a entronização da Macroeconomia e seus princípios doutrinários atualizam a sempre presente relação mimética em que Semelhança e Diferença procuram se apresentar como formadores da “identidade na unidade”. Desde o início do período petista, há uma busca permanente pela diferenciação acompanhada de uma sensação de “déjà-vu infundável” em que “os opositores já não conseguem distanciar-se uns dos outros” (RAMOS, 2016, s/p).

A sempre atualizada relação entre transformação e conservação que marca a história brasileira repõe com elementos novos os elos do processo. Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, social-liberalismo e “lulismo” seriam personas novas para o cenário geral da semelhança. Aspectos, formas e métodos tradicionais se apresentando como “o novo no velho” nos lembram tanto Brecht quanto a relação dos gêmeos Esaú e Jacó na narrativa de Machado de Assis.

Este trabalho procura contribuir, de alguma forma, para compreender melhor como a mobilização de categorias que forjaram o entendimento de nossa história podem, na qualidade de “formas de ser/determinações da existência”, nos ajudar no “conhece-te a ti mesmo” como exigência na qual o reconhecimento de que processo histórico deixou em nós uma infinidade de traços do passado, integra um esforço coletivo de inventariá-lo a fim de, a partir daí, pensarmos em formas realmente novas de fazer história.

Para tanto, no primeiro capítulo, procuramos colocar em perspectiva duas formas de apresentar a identidade dos governos Lula: 1) o discurso oficial do governo sobre si mesmo e a posição de intelectuais mais alinhados ao governo, que afirmam como o pragmatismo no manejo dos instrumentos de política econômica resultou em avanços no combate à pobreza, no crescimento econômico e na integração de amplas camadas sociais, antes excluídas, ao mercado de consumo; 2) o “lulismo” enquanto construção teórica que busca captar a dinâmica

contraditória dos governos Lula através da apresentação de suas conquistas socioeconômicas e vinculando isso à tradição política brasileira, recuperando imagens do passado nacional e conceitos que moldaram sua interpretação.

No segundo capítulo, procuramos apontar, já com os resultados da análise crítica do “discurso oficial” e da tese do “lulismo”, como o governo Lula realmente rearticula as relações entre Estado e sociedade civil, em cujo processo a ampliação da presença do Estado e a mobilização da sociedade civil para a participação institucional acabaram por “socializar a política” sem “socializar o poder”. Para demonstrar isso, recorreremos a um resgate histórico sobre a estratégia democrático-popular, os momentos chaves do processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e ao modo como os efeitos políticos da extraordinária concentração do capital acabam por combinar um apassivamento das formas classistas de mobilização social com um avanço na mobilização cidadã, seja na forma de “responsabilidade social das empresas”, empreendedorismo, voluntariado, mercantil-filantropia, participação em conselhos etc. No fundo, o que se busca é o modo como se operacionalizou a hegemonia burguesa durante o governo Lula tanto no chão histórico determinado pelo desenvolvimento do capital como pela realização concreta dos horizontes de uma estratégia que informou a ação dos sujeitos em um amplo ciclo político que se inaugura no fim da ditadura civil-militar, teve seu ápice durante os dois mandatos de Lula e que agora parece esgotar-se.

O terceiro capítulo é dedicado ao nexos interno/externo do Estado e à discussão sobre a sua projeção especialmente sobre América Latina. Para isso, procede-se a uma discussão sobre imperialismo e dependência, resgata-se o debate sobre a política externa e como ela responde aos determinantes políticos e econômicos tanto da atual fase do capitalismo e à posição que o Brasil ocupa nesta estrutura, como do atendimento dos diferentes interesses das frações burguesas internas. A política externa do período manifesta, em outra escala, as contradições do caráter de classe do governo Lula, que procura conciliar a busca por algumas reformas no sistema internacional por meio do fortalecimento da internacionalização das empresas brasileiras e da criação de blocos de integração regional. Entre a intenção e o gesto está todo o contexto da dinâmica internacional do capital e as demandas que isso gera na relação entre Estado e acumulação, o que pretendemos abordar com a discussão sobre o capital-imperialismo e a relação que ela pode guardar com a referida projeção do Estado brasileiro na América Latina.

1. “NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO” E “LULISMO”: *PERSONAS DE UM MESMO GOVERNO*

Em sua *Ética*, Espinosa articulava um conjunto de reflexões sobre como seria possível combinar, sob os auspícios da Razão, uma teoria dos afetos com a ação humana tendo em vista o alcance da liberdade. Ali os afetos são organizados em pares antitéticos para formar disposições de conduta nos cidadãos tendo em vista uma determinada expectativa do futuro. São conhecidas suas afirmações sobre a esperança e o medo como afetos políticos: “a *esperança* não é senão uma *alegria instável, nascida da imagem de uma coisa futura ou passada, de cujo resultado duvidamos*; o *medo*, ao contrário, *é uma tristeza instável, nascida também da imagem de uma coisa duvidosa*” (ESPINOSA, 1983, p. 187). Afetos contrários entre si, esperança e medo estão indissoluvelmente ligados um ao outro em uma unidade: um horizonte de expectativa de um acontecimento sobre o qual temos dúvida. Nesta lógica, não há esperança sem medo, nem medo sem esperança.

Somente afetos mais fortes poderiam superar esta contradição. Isso seria possível eliminando o que mantinha este par em união tensionada: a dúvida. Sem ela, o medo deverá desamparo como afeto triste e a esperança é substituída pela segurança como afeto alegre. Em ambos os casos, o que está em jogo é a capacidade humana de ação diante da fortuna: “quanto mais nos esforçamos por viver sob a direção da Razão, tanto mais nos esforçamos por depender menos da esperança, por nos libertarmos do medo, por imperarmos, quanto pudermos, à fortuna, e por dirigirmos as nossas ações segundo o ditame certo da Razão” (Idem, p. 253). Para além da tautologia de afirmar que precisamos seguir os conselhos da razão como meio de viver sob as condições dela, o que nos interessa neste ponto é fixar que, nesta perspectiva, não faz muito sentido combater o medo com a esperança.

A relação entre virtude e fortuna também nos remete à Maquiavel e faz referência à imanência da prática política enquanto conformadora e transformadora de vontades coletivas, que se dirigem para o atendimento de interesses concretos, cuja definição não deriva de princípios morais abstratos e transcendentais, mas de uma resultante no equilíbrio de forças que constitui o campo político. O realismo político do “secretário florentino” se funda na compreensão de que “ciência política significa a ciência do Estado e Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1984 p. 87).

E isso nos traz diretamente ao nosso objeto de investigação. A vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, ficou conhecida como um marco em que finalmente a esperança teria vencido o medo, em uma suposta negação de Espinosa e uma suposta correspondência política à expressão de uma nova vontade coletiva. Não que o PT não tivesse entre seus quadros intelectuais capazes de indicar o eventual “risco filosófico” da formulação “anti-espinosana”², mas o fato é que o *slogan* pegou. Não somente por ser uma peça de *marketing*, mas porque teria sido capaz de sintetizar em uma frase a abertura de um “horizonte de expectativa” em que amplas parcelas da população brasileira depositavam sua confiança.

Se Espinosa estiver certo, contudo, a condição da esperança é a permanência da dúvida de que aquilo que esperamos ocorra efetivamente. Talvez por isso, desde o seu início, o governo Lula tenha sido alvo de tantas especulações, críticas, detrações e defesas apaixonadas: tendo sido anunciada como a possibilidade de instauração de um novo tempo na política brasileira, a vitória eleitoral do PT para a presidência da república gerou uma expectativa, cujo atendimento seria cobrado a todo momento, tanto por aqueles a quem a expectativa estava associada com o afeto alegre da esperança, como por aqueles a quem ela estava associada ao medo (vencidos), e também para os céticos que desde sempre cultivam a dúvida como fundamento da ciência.

Pari passu ao embate político que se deu desde o primeiro dia do governo, os estudos a respeito do governo Lula procuram, até os dias atuais, dar conta de três importantes dimensões: a) sua identidade própria, ou seja, aquilo que lhe confere perfil específico, suas relações de igualdade e diferença com os governos anteriores, bem como suas eventuais mudanças em relação ao padrão histórico de gestão Estado brasileiro; b) seu desempenho na condução dos programas e políticas públicas, o alcance dos objetivos planejados, especialmente no que se refere ao impacto sobre as condições econômicas e sociais de vida da maioria da população brasileira; c) o significado do governo do ponto de vista das formas políticas que ele engendrou não apenas para reeleger-se em 2006, mas também para fazer seu sucessor, em 2010. Evidentemente, estas dimensões não são exaustivas a respeito do fenômeno, mas constituem traços gerais presentes nas análises a que recorreremos para elaborar este estudo.

Nosso objetivo, neste capítulo, é procurar estabelecer alguns parâmetros fundamentais para a investigação dos contornos específicos do nosso objeto: o Estado e do poder político no

² Marilena Chauí, por exemplo, é especialista em Espinosa.

Brasil durante os governos Lula. Para isso, tornou-se necessário inventariar uma série de caracterizações a seu respeito, que lhe conferiam várias *personas* como chaves interpretativas a partir das quais se procurava “elevar o fenômeno ao conceito”. Assim, termos como “lulismo”, neoliberalismo, pós-neoliberalismo, social-democracia, social-liberalismo, neodesenvolvimentismo aparecem como chaves heurísticas por meio dos quais se procura caracterizar o perfil do governo e consequentemente explicar o significado de suas ações, o alcance dos seus objetivos e os efeitos que provocam na sociedade como resultado da política de Estado. Para este capítulo, selecionamos dois deles: “pós-neoliberalismo” e “lulismo”. Nele procuraremos fixar alguns aspectos determinantes para a análise posterior.

1.1 O discurso oficial, “novo modelo de desenvolvimento” e desigualdade social

No começo de 2013, a Fundação Perseu Abramo e a editora Boitempo publicaram um conjunto de textos de diferentes autores, organizados por Emir Sader, que propunham um balanço de 10 anos das gestões petistas no governo federal sob os mais diversos aspectos. O título do livro era *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma*. Nele, o organizador afirmava que os 10 anos de governos petistas se concluíram “com um balanço claramente positivo”, prognosticando que este perfil de governo se estenderia por mais uma década (SADER, 2013, p. 7-8)³.

A definição da relação do governo Lula com o neoliberalismo foi uma constante nos debates a respeito do seu caráter político e das possibilidades de concretização de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Sejam aqueles que apontavam a continuidade, ou aqueles que argumentavam em nome da ruptura ou ainda aqueles que defendiam o apoio massivo dos setores progressistas ao suposto “governo em disputa” com o objetivo de “acumular forças”, a relação com o neoliberalismo passaria a demarcar um campo de critérios de julgamento do caráter do governo. Neste sentido, para entender as caracterizações dos setores alinhados ao discurso oficial do governo Lula, é fundamental atentar para as suas definições de neoliberalismo, diante das quais, os governos petistas teriam ensaiado uma superação, justificando sua caracterização com a adição do prefixo “pós”. Diz Sader:

“a década que teve fim em 2002 combinou várias formas de retrocesso. Entre elas, a prioridade do ajuste fiscal, as correspondentes quebras da economia e

³ Este prognóstico se encontraria, poucos meses depois, com as manifestações de Junho de 2013 e os complexos desdobramentos políticos posteriores até o processo de *impeachment* de Dilma e o governo Temer, mas esta discussão extrapola o escopo deste trabalho.

as cartas de intenção do FMI, que desembocaram na profunda e prolongada recessão que o governo Lula herdou. Na estrutura social, o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a exclusão social e o aumento da desigualdade deram a tônica” (Idem, p. 7)⁴.

Seria, portanto, em contraposição à prioridade do ajuste fiscal, às quebras da economia, às cartas de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI), à recessão econômica, ao desemprego, à precarização do trabalho, à exclusão social e ao aumento da desigualdade (indicados como aspectos definidores do neoliberalismo), que se delinearia a especificidade do governo Lula.

Antes mesmo das eleições de 2002, Lula, ainda candidato, assinara, junto com Fernando Henrique Cardoso (FHC), carta ao FMI (renovada, como compromisso, em fevereiro de 2003), publicou a célebre “Carta ao Povo Brasileiro” prometendo a garantia de todos os contratos, sua equipe de campanha produziu documento em conjunto com a Bovespa em que se comprometia com uma política de incentivo ao mercado de capitais como instrumento do desenvolvimento econômico⁵. Vitorioso, indica Antônio Palloci para o Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles para o Banco Central e Joaquim Levy como secretário do Tesouro. Mantém o tripé macroeconômico – metas de inflação (controlada por altas taxas de juros), câmbio flutuante e alto superávit primário –, elevando este último de 3,75% (meta acordada com o FMI ao fim do governo FHC) para 4,25%, fortalecendo, portanto, o ajuste fiscal. Ainda no primeiro ano de mandato, o governo aprova a Reforma da Previdência, que o PT, enquanto oposição ao governo tucano, tinha contribuído para barrar.

MARTUSCHELLI (2013, pp. 157-158) lembra que, logo após a vitória eleitoral,

a *Merril Lynch* publicou relatório sinalizando a possibilidade concreta de o futuro governo garantir a execução de uma política pró-mercado, tendo em vista que os primeiros nomes definidos para compor a equipe econômica do governo Lula estavam bem afinados com os interesses dos credores internacionais. [...] Embora o referido relatório tivesse sido publicado em inglês, a Merrill Lynch fez questão de fazer um jogo de palavras e publicar o título em português, confirmando a relação amigável do governo com o setor financeiro: ‘Lula de Mel’”.

À época, OLIVEIRA (2003, p. 147) falava em “convergência pragmática” entre PT e PSDB:

⁴ Sader prioriza o enfoque das consequências da implantação do neoliberalismo sem discutir as reformas no aparelho do Estado e o legado da liberalização econômica.

⁵ “*O Mercado de Capitais como Instrumento para o Desenvolvimento Econômico*”. Folha de São Paulo, 17/10/2002. Documento elaborado por Antonio Marmo Trevisan, Guido Mantega, João Ayres Rabello Filho, João Vaccari Netto, Ricardo Berzoini, Sergio Rosa, Wagner Pinheiro – ligados à candidatura Lula – em associação com figuras vinculadas à Bovespa. Indicava a intenção de desenvolver os fundos de pensão como fontes de investimento privado, estreitando a relação entre mercado de capitais e os setores produtivos.

“o aparente paradoxo de que o governo realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social⁶, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’”.

O mesmo autor, anos depois, diria que isso teria resultado em uma “hegemonia às avessas”, em que vitórias políticas, intelectuais e morais “dos de baixo” fortalecem as relações sociais de dominação em benefício “dos de cima” (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

O impacto da manutenção da política econômica identificada como neoliberal nos debates iniciais sobre a caracterização do governo Lula foi muito grande. ARANTES (2003 s/p) afirmou, ainda em Maio de 2003, que, sob esta opção, o governo Lula estaria “beijando a cruz” ao combinar um “discurso enfático à esquerda” com “muita energia no encaminhamento de políticas ortodoxas”, com o objetivo de “vender confiança aos mercados e reduzir os custos da incerteza, que podem ser fatais num sistema desenhado para operar sob a ameaça permanente da morte súbita”, o que, segundo ele, acabaria por selar o seu destino. E segue afirmando (Idem):

“segundo o filósofo Slavoj Žižek, deveríamos reler numa outra chave a célebre frase de Marx a respeito do modo de funcionamento da ideologia enquanto falsa consciência: ‘disso eles não sabem, mas o fazem’. A seu ver, a ilusão ideológica não se situa no ‘saber’ mas no ‘fazer’. Reconsideremos por este ângulo o nosso drama. A primeira vista, o desconcerto atual decorreria da discrepância entre o que a esquerda no governo efetivamente faz e o que pensa estar fazendo. Seria então o caso de ajustar discurso e realidade, ultrapassando esta divisão interna etc. Acontece que não é bem assim, é muito mais grave. Lula e seus companheiros *sabem muito bem como as coisas são, mas continuam a agir como se não soubessem*. Durante oito anos demonstramos a falência de uma receita para o desastre, mas agora vai dar certo. O osso é bem mais duro de roer porque, ao contrário do grupo dominante anterior, *não são cínicos*, não gozam da impunidade de classe que permitia ornamentar o esbulho com asneiras sociológicas. [...] Essa a base mística da autoridade do Capital. Sabemos que é apenas uma relação social, de exploração ainda por cima, e que não há nada de mágico nisso, mas agimos como se não soubéssemos”.

Estes diagnósticos iniciais permitem um contraponto com a abordagem retrospectiva de Sader com que iniciamos este subtítulo. Alguma coisa teria acontecido entre um momento

⁶ Consideramos exagerada a tese de Francisco de Oliveira sobre uma “nova classe social”. Como veremos no segundo capítulo, o acesso que a burocracia sindical passa a ter aos espaços de gestão dos fundos de pensão não dá a eles o controle proprietário sobre os montantes de capital monetário, não criando, portanto, para eles uma posição diferenciada na divisão social do trabalho. Como procuraremos indicar, a nova configuração dada pelo grau de concentração e centralização do capital amplia o distanciamento relativo entre a propriedade de massas extraordinárias de capital monetário e sua gestão (já presentes na forma “imperialista” de desenvolvimento capitalista), favorecendo a aproximação da representação da burocracia sindical a estes fundos.

e outro a ponto de o balanço dos anos de governos petistas poder ser considerado “claramente positivo”, afinal

“passados oito anos o cenário era outro. Em dezembro de 2010, os juros tinham caído para 10,75% ao ano, com taxa real de 4,5%. O superávit primário fora reduzido para 2,8% do PIB e, ‘descontando os efeitos contábeis’, para 1,2%. O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família. O crédito consignado havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos em particular mediante o crédito consignado” (SINGER, 2012, p. 11-12).

Teriam sido precoces demais aqueles diagnósticos críticos? Seria preciso dar tempo ao tempo, exercitar a virtude da paciência como afirmara Lula em entrevista a Sader⁷? Para responder a essas questões, consideramos necessário revisar alguns aspectos essenciais do desempenho econômico e social dos dois mandatos e, para tanto, utilizaremos os argumentos do próprio governo ou de intelectuais ligados a ele.

Nelson Barbosa divide a política econômica do governo Lula em três momentos: a) entre 2003 e 2005, um ajuste fiscal voltado para reduzir a inflação e diminuir o endividamento do setor público; b) entre 2006 e 2008, teria sido adotada uma política macroeconômica expansionista, voltada para o aumento do crescimento, investimento e emprego; e, por fim, c) entre 2009 e 2010, um conjunto de medidas anticíclicas para combater os efeitos da crise do capital que estourou em finais de 2008 (BARBOSA, 2013, p. 70).

Estas diferenças na condução da política econômica teriam sido resultado do caráter pragmático do governo, que procurava se adaptar criativamente às oscilações da conjuntura econômica internacional e aos acordos políticos com setores sociais internos no sentido da implementação de um “novo modelo desenvolvimento”. Alguns indicadores do período permitem visualizar o desempenho econômico durante os dois mandatos de Lula.

⁷ “(...) tem que ter paciência. Eu acho que eu fui o presidente que mais pronunciei a palavra “paciência”, “paciência”... Senão você fica louco” (SILVA, 2013, p. 13).

Tabela 1 - Indicadores Econômicos e Sociais Brasileiros - 2003 a 2010								
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB a preços Correntes (R\$ milhões)	1.717.950	1.957.751	2.170.585	2.409.450	2.720.263	3.109.803	3.333.039	3.885.847
Taxa de crescimento (%)	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	(-)0,1	7,5
PIB per capita (R\$)	9.511	10.703	11.723	12.862	14.359	16.237	17.222	19.877
Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)	16,6	17,3	17,1	17,2	18,0	19,4	19,1	20,5
Superávit Primário (% do PIB)	3,3	3,7	3,8	3,2	3,3	3,4	2,0	2,7
Taxa de Juros-Selic (% - início e fim de ano)	25,36 -16,32	16,3 -17,74	18,25 -18,0	17,26 -13,19	12,93 -11,18	11,18 -13,66	12,66 -8,65	8,65 -10,66
IPCA (% acumulado no ano - dessazonalizado)	9,33	7,57	5,69	3,26	4,47	5,9	4,36	5,88
Taxa de desocupação (% - média anual)	12,33	11,48	9,84	9,98	9,31	7,9	8,07	6,72
Salário Mínimo (R\$)	240	260	300	350	380	415	465	510
Renda Nominal Média do Trabalho (R\$)	862,23	902,26	971,27	1.041,84	1.118,71	1.229,83	1.334,21	1.456,16
Índice de Gini	0,581	0,5689	0,5663	0,5597	0,5522	0,5429	0,5388	0,5331

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional, Banco Central, DIEESE, IPEA - elaboração própria

Entre 2003 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou um crescimento de 35,8%, saindo de R\$ 1,7 tri para R\$ 3,8 tri, uma média anual 4,47%⁸. Separada por mandato, a média de crescimento do primeiro foi de 3,5% e a do segundo, 4,6%. O melhor desempenho do segundo mandato em relação ao primeiro ocorreu mesmo com a estagnação de 2009, no contexto da crise econômica internacional.

Considerando a Formação Bruta de Capital Fixo – geralmente usado como indicador da taxa de investimento – percebe-se também um aumento de quase 4%. Para este resultado, foi fundamental o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), especialmente no contexto de implementação, a partir de 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo dados do governo federal, os desembolsos do BNDES “passaram de R\$ 33,5 bilhões em 2003 para 51,3 bilhões em 2006, atingindo R\$ 90,9 bilhões em 2008” (BRASIL, 2010, p. 16). O setor exportador foi alvo privilegiado destes desembolsos, tendo em vista a sua importância para os superávits na balança comercial e seus impactos sobre as reservas internacionais. Neste setor, estes desembolsos acumularam R\$ 104,2 bilhões no período, (Idem, p. 42), o que contribuiu para que as exportações brasileiras⁹ aumentassem mais de 230% e as reservas internacionais passassem de US\$ 37,8 bi, em 2002, para US\$ 239 bi, em 2009 (Idem, p. 21).

⁸ O padrão histórico de crescimento médio do PIB brasileiro, entre 1890 a 2006, foi de 4,5% ao ano (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007 p. 25).

⁹ “Se a taxa média de crescimento de valor das exportações alcançou 4,3% (1995-1998) e 4,5% (1999-2002), com Lula no governo federal, essa taxa elevou-se para 23% (2003-2006)” (MATUSCHELLI, 2013, p. 172).

O ciclo expansivo da economia mundial, que passou de um crescimento de 2,2%, em 2002, para 5,1%, em 2006, foi fundamental para estes resultados. No mesmo período, as *commodities* tiveram valorização média de 89%¹⁰ (SINGER, 2012, p. 175), enquanto o preço do petróleo subiu mais de 150% e a preço médio dos produtos manufaturados, 35% (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007 p. 41).

As medidas de controle da inflação (altas taxas básicas de juros e taxa de câmbio valorizada) permitiram que ela se mantivesse em tendência de desaceleração, embora oscilasse ao longo do período. Entre 2003 e 2010, considerando as metas de inflação e o intervalo de tolerância de 2% predominante no período, a inflação real medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ultrapassou o teto da meta apenas nos dois primeiros anos¹¹.

Para BARBOSA (2013, p. 72), “essa combinação não usual de aceleração do crescimento com desaceleração da inflação foi possível graças basicamente à apreciação da taxa de câmbio”, que teve “um impacto positivo sobre o poder de compra das famílias e das empresas, o que, por sua vez, elevou o investimento e consumo domésticos a partir de 2004”.

A taxa de câmbio valorizada, vigente principalmente entre 2003 e 2007, beneficiou o setor agroexportador e aqueles setores industriais que demandam insumos importados e que se encontram principalmente nas cadeias de maior composição orgânica do capital, enquanto prejudicou aqueles setores industriais em que há menor composição orgânica e, portanto, maior intensidade no uso da força de trabalho.

O comportamento da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) durante o período Lula demonstra como a estratégia de ajuste fiscal¹², embora tenha sido flexibilizada no segundo mandato, foi uma constante¹³.

Os resultados positivos das contas externas possibilitaram ao governo diminuir a dívida externa, que, contudo, ocorreu via aumento da dívida interna. Percebe-se a seguinte

¹⁰ “[...] entre 2000 e 2008 os preços de *commodities* cresceram a uma taxa de 13,4% ao ano, sendo que no período de elevação mais intensa (entre 2004 e 2008) esse crescimento foi de 21% ao ano” (NEGRI e CAVALCANTE, 2014 p. 17).

¹¹ Cf. Banco Central do Brasil, em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf>

¹² Segundo POMAR (2005, p. 254), Antonio Palocci, em uma reunião do PT, teria afirmado que a política econômica vigente incorporaria um “programa de transição” e um “superávit primário permanente”, aludindo ao seu passado trotskista.

¹³ A redução da Selic para patamares inferiores aos limites mais baixos do governo Lula ocorrerá na segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, quando, entre Março de 2012 e Outubro de 2013, ela deixará as casas de dois dígitos, atingindo os níveis mais baixos (entre 7,12% e 7,16%) no período que vai de Outubro de 2012 a Março de 2013. Andre Singer considerará este período como o de maior enfrentamento dos governos petistas com o capital especulativo, chamando-o de “ensaio desenvolvimentista”. Cf. SINGER, 2015.

lógica: o superávit fiscal alimenta o pagamento da dívida pública, especialmente a interna, sem, contudo, diminuir seu montante, seja de estoque, seja de serviço de juros e amortizações.

No mesmo período, o PIB per capita dobrou em um contexto de queda tendencial da taxa de desocupação, que chegou ao final do segundo mandato reduzida à metade da existente no início do primeiro. Dados do governo indicam que, entre 2003 e 2009, foram criados “11,8 milhões de novos postos de empregos formais, celetistas e estatutários, com média anual de aproximadamente 1,7 milhão de empregos” (BRASIL, 2010, p. 21), fazendo com que dobrasse o volume de empregos com carteira assinada (Idem, p. 25)¹⁴.

Matizando esta descrição, PORCHMANN (2013, p. 149) afirma que “a grande parte dos postos de trabalhos gerados concentrou-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário-mínimo” (SM). Destas, nove em cada dez ocupações criadas foram no setor de serviços. Concomitantemente, houve perda de ocupações na faixa sem remuneração e acima de 3 SM, enquanto aumentaram-se ocupações na faixa de 1,5 a 3 SM (Idem, 2012, p. 10). O crescimento expressivo das ocupações no setor de serviços, com baixa remuneração, altas taxas de rotatividade¹⁵ e baixa taxa de sindicalização¹⁶ corresponderia a uma alteração da estrutura ocupacional da sociedade brasileira, que teria transitado de um perfil, até os anos 1980, de alta absorção de postos de trabalho no setor secundário, perda no primário e estabilização no terciário, para um padrão de queda no primário, estabilização no secundário e expansão expressiva no terciário dos anos 1990 até a primeira década dos anos 2000 (IPEA, 2011).

Além disso, entre 2002 e 2013, aumentou em quase 10 milhões o número de trabalhadores terceirizados em atividade (BRAGA, 2016, p. 69) e, em média, os trabalhadores terceirizados no Brasil recebem 24,7% a menos por uma jornada semanal 7,5 horas mais longa, submetendo-se a uma taxa de rotatividade 53,5% superior aos trabalhadores diretamente contratados” (Idem, p. 79).

¹⁴ “Nos últimos quarenta anos, a maior expansão quantitativa de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século 21, com saldo líquido 44% superior ao verificado no período de 1980 e 1990 e 22% superior à década de 1970” (IPEA, 2011, p. 9).

¹⁵ Entre 1999 e 2009, a taxa geral de rotatividade de emprego formal passou de 33,5% para 36,9%, um aumento de 10,1%, para o qual concorreu principalmente o emprego feminino, de pessoas até 39 anos de idade, de rendimento até 1,5 SM (com destaque para a faixa de 0,5 a 1 SM, onde a taxa de rotatividade chegou a 85,3% em 2009 – um aumento de 42,2% em relação a 1999), que trabalhavam na indústria da transformação, serviços e agropecuárias – a construção civil, conhecida pelas altas taxas de rotatividade, teve, no período, uma redução (PORCHMANN, 2012, p. 93-97).

¹⁶ Entre as décadas de 1990 e 2000, a taxa de sindicalização entre os assalariados formais caiu de 32,9% para 29,7%, enquanto que em relação ao total de ocupados ela teve um leve aumento, de 12,2% para 13,1% (PORCHMANN, 2012, p. 45).

O salário mínimo acumulou um aumento nominal de 112,5%, enquanto a renda média do trabalho cresceu nominalmente 68,88%, de modo que, descontada a inflação do período (IPCA acumulado de 56,68%), resulta em crescimentos reais da ordem de 53,67% e 8,42%, respectivamente. O aumento real do salário mínimo é um indicador importante, porque afeta diretamente a renda de aproximadamente 46,1 milhões de pessoas, principalmente aquelas cujos rendimentos são fortemente dependentes do regime geral da previdência social¹⁷. A renda média do trabalho era calculada, em dezembro de 2010, sobre uma população de pouco mais de 23 milhões de pessoas ocupadas, enquanto, em dezembro de 2003, a base de cálculo era sobre 19,2 milhões de pessoas ocupadas¹⁸.

O governo acionou uma série de medidas¹⁹ que possibilitaram uma ampliação significativa do crédito. Dados do governo indicam que a oferta de crédito passou de 24% do PIB, em 2002, para 45% do PIB, em 2009²⁰, sendo que o crédito livre para as empresas passou de 5,2% para 15% do PIB e para as pessoas físicas foi de 8,6% para 15,6% do PIB, no mesmo período (BRASIL, 2010, p. 22). Para os beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a concessão de crédito consignado acumulou R\$ 81,88 bilhões, entre 2004 e setembro de 2010 (Idem, p. 34) e a concessão de microcrédito para pequenos empreendimentos econômicos somou um montante de R\$ 13,7 bilhões, entre 2003 e 2010 (Ibidem, p. 35).

A isso se somava a política de transferência monetária condicionada, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF). Em 2005, pouco menos de dois anos após seu lançamento, as transferências monetárias somavam R\$ 550 mi (0,3% do PIB), alcançando 8,7 milhões de famílias. Ao final de 2010, o PBF alcançava 12,8 milhões de famílias, somando R\$ 63,4 bilhões, mesma proporção do PIB de 2005²¹. Segundo dados do governo, somados todos os programas sociais destinados às famílias consideradas mais pobres, a “transferência de

¹⁷ Em 2011, quase 10% da população brasileira (18,6 milhões de pessoas) recebiam 1 Salário Mínimo (SINGER, 2012, p. 8); e “combinado com os dispositivos que regulam o sistema de Seguridade Social, o salário mínimo é a principal via de distribuição de renda no Brasil, atingindo diretamente cerca de 70% dos trabalhadores ativos e a quase totalidade dos aposentados. Além disso, o gasto público com esse salário é o que tem o maior efeito multiplicador sobre o crescimento do PIB, da renda e do emprego” (BENJAMIN, 2016 p. 18).

¹⁸ <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2050&z=p&o=21>. Acesso em 27/07/2016.

¹⁹ Algumas delas, que significaram pequenas reformas estruturais no Estado, serão apresentadas no próximo capítulo.

²⁰ “Os dados do Banco Central são conclusivos: houve extraordinária expansão do crédito, principalmente a partir de 2007. O valor total das operações de crédito das pessoas jurídicas aumentou 2,6 vezes, de R\$ 233 bilhões em 2002 para R\$ 594 bilhões em 2012 (valores constantes de 2012), o que representa crescimento médio anual de 9,8%, ou seja, quase o triplo do crescimento da renda real” (GONÇALVES, 2014 p. 26).

²¹ Dados coletados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social.

recursos [...] passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6%, em 2008, chegando a 9,3%, em 2009” (BRASIL, 2010, p. 18).

A combinação da elevação do salário mínimo, da ampliação do crédito e os programas de transferência monetária condicionada, em especial o Bolsa Família, teriam provocado uma diminuição da pobreza extrema e da pobreza absoluta. Considerando que o critério de pobreza absoluta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) – “valor para suprir uma cesta de alimentos com mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa” – é o dobro do critério de pobreza extrema (ou miséria) do Banco Mundial (renda de até US\$ 2 dólares diários), entre 2003 e 2009, mais de 20 milhões de brasileiros teriam ultrapassado a linha da pobreza²². Em termos proporcionais, significa que os indivíduos considerados em pobreza absoluta passaram, no período, de 35,75% para 21,41% da população brasileira, enquanto os considerados em situação de pobreza extrema (miséria) passaram de 15% para 8%²³. Isso levou o governo a, endossando a perspectiva de Marcelo Neri (pesquisador da Fundação Getúlio Vargas e que assumiu a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na segunda metade do primeiro mandato de Dilma), divulgar que “28 milhões de brasileiros saíram da pobreza e 36 milhões ingressaram na classe média”²⁴ (BRASIL, 2010 p. 11).

Todo esse processo ocorreu conjugando a integração da população pobre ao circuito de circulação financeira, uma vez que o recebimento das transferências monetárias era feito pelo intermédio de bancos (“cartão cidadão”, crédito consignado, microcrédito, etc.), que também foram incentivados a criar contas simplificadas para recebimento de salários, entre outras medidas. Assim, considerando os efeitos destas políticas, estima-se que, entre 2003 e 2010, aproximadamente 45 milhões de brasileiros pobres foram “bancarizados” (Idem, p. 34). Tudo isso provocou um otimismo significativo nos prognósticos do governo. Projeções do IPEA em julho de 2010 afirmavam que, mantido o ritmo de redução das taxas de pobreza absoluta e extrema do período 2003-08, o Brasil superaria, em 2016, a miséria extrema e diminuído a miséria absoluta a 4% da população (IPEA, 2010, p. 11).

Em síntese, o discurso oficial do governo afirmava que sua política econômica

²² Não é nosso objetivo julgar o significado dos critérios para definição da pobreza, mas apenas apresentar os argumentos do discurso oficial. A discussão sobre isso será feita posteriormente.

²³ Dados coletados no www.ipeadata.gov.br. Acesso em 23/07/2016.

²⁴ O tripé constituído pelo PBF, pelo aumento real do salário mínimo e pela expansão do crédito, agindo sobre a redução da pobreza seria caracterizado por Marcelo Neri como o “Real do Lula”.

“passou a ter como diretrizes o crescimento, a criação de empregos, a estabilidade macroeconômica e a redução da pobreza e da desigualdade. Suas propostas visavam efetivar a manutenção do controle inflacionário, a redução gradativa da taxa de juros, a responsabilidade fiscal com redução da relação dívida/PIB, a ampliação do acesso e do volume de crédito, e o apoio ao crescimento e à realização de investimentos em infraestrutura e em atividades estratégicas” (BRASIL, 2010, p. 11).

Como se vê, o discurso do governo combina, como elementos-chave, a “prudência macroeconômica” com “ensaios heterodoxos”, o que teria gerado um “novo modelo de desenvolvimento” apoiado no tripé “estabilidade econômica, crescimento com geração de empregos e distribuição de renda”²⁵. Os aumentos do salário mínimo, a expansão do crédito, os programas de transferência monetária condicionada teriam resultado no fortalecimento do mercado interno estimulado pelo “consumo sustentável das famílias” (Ibidem, p. 20), que, conjugadas com as medidas de incentivo fiscal, créditos subsidiados do BNDES, estímulos à internacionalização de empresas voltadas ao mercado externo e à concentração e centralização do capital bancário²⁶, teriam resultado, segundo o governo, em um “verdadeiro e novo ciclo de desenvolvimento”:

“após oito anos de percurso, o Governo Federal pode avaliar como plenamente bem-sucedida a inauguração do novo ciclo de desenvolvimento e do mercado de produção e consumo de massa, que foi construído inicialmente pelo lado da demanda, com melhoria no rendimento e no consumo das famílias, e alguns anos depois também pelo lado da oferta, quando ocorreu a ampliação dos investimentos” (Ibidem, p. 22)²⁷.

O olhar retroativo presente nas análises tomadas como base para esta seção indica um procedimento curioso. Os oito anos do governo Lula e sua relação com a definição de neoliberalismo esboçada por Emir Sader são pensados em termos de uma luta em que, no primeiro mandato, o governo procuraria se desvencilhar da “herança maldita” do período FHC e das ameaças de “fugas de capitais” (mantendo e, até certo ponto, ampliando medidas da política econômica anterior) para poder acumular condições a fim de implementar seu verdadeiro programa no mandato seguinte. Nesta lógica, as medidas de ajuste fiscal, as

²⁵ Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais durante os dois mandatos de Lula, Marco Aurélio Garcia discorda, em parte, desta caracterização: “o declínio do projeto conservador não havia cedido lugar a um ‘novo modelo de desenvolvimento’, no sentido abrangente que essa expressão teve no passado” (GARCIA, 2013, p. 56).

²⁶ “Foram tomadas também medidas de incentivo à aquisição da carteira de bancos pequenos por bancos maiores. Graças a iniciativas como essas, o Brasil conseguiu atravessar a crise sem que houvesse a quebra de nenhuma instituição bancária nacional” (BRASIL, 2010, p. 19). “Em 2006, esses três grandes bancos privados brasileiros (Bradesco, Itaú e Unibanco) responderam por 26% do ativo total e 32% do patrimônio líquido total das 1.876 instituições que compõem o sistema financeiro nacional” (GONÇALVES e FILGUEIRAS p. 213).

²⁷ Tentaremos demonstrar, na sequência, que, de fato, não foi inaugurado um novo ciclo, posto que o modelo de “crescimento com distribuição de renda” sustentou-se apenas enquanto a conjuntura econômica internacional favoreceu. O otimismo do governo era tão significativo que eles viam como inauguração de um novo ciclo aquilo que, hoje, com o benefício da visão retrospectiva, podemos perceber como ponto auge a partir do qual, já no primeiro mandato de Dilma, tendia ao esgotamento. Voltaremos a isso.

reformas no aparelho do Estado são pensadas como condições preparatórias para a adoção do “modelo de desenvolvimento” pautado no “crescimento com distribuição de renda”, que, no final de 2004, já começaria tensionando o ajuste, mas que alcançaria certa “autonomia” a partir de 2006 e se consolidaria ao longo do segundo mandato²⁸.

Assim, na medida em que o neoliberalismo fora pensado pelo discurso oficial como um modelo fadado a baixas taxas de crescimento, aumento da pobreza, da desigualdade social, do desemprego e da instabilidade econômica permanente, os resultados do governo Lula indicariam, neste enquadramento, um momento de superação. Para SADER (2013, p. 7), tratava-se de uma “hegemonia pós-neoliberal”²⁹. Para CHAUI (2013, p. 123), os governos petistas se caracterizaram por um conjunto de “políticas contrárias ao neoliberalismo”. Para PORCHMANN (2013, p. 145), se trata de uma “inédita performance” da “trajetória socioeconômica brasileira” em direção a um sentido “pós-neoliberal”³⁰.

Percebe-se que o sentido “pós-neoliberal” atribuído ao governo fundamenta-se na relação que os resultados do crescimento econômico tiveram, mediado pelo combate à pobreza, diante do padrão histórico da alta desigualdade social brasileira. No período, o acompanhamento da evolução do índice de Gini, que mede a desigualdade pessoal de renda, foi amplamente utilizado para indicar este fenômeno.

Como apontado na tabela 1, entre 2003 e 2010, o índice de Gini³¹ diminuiu de 0,581 para 0,533, indicando o sentido da redução da desigualdade pessoal de renda. Analisando este comportamento do índice em uma perspectiva histórica, o IPEA (2011) indica que, entre 1960-2010, haveria três padrões da relação entre ele e a evolução da renda média per capita. As décadas de 1960 e 1970 têm um padrão de aumento da renda média per capita acompanhada de um aumento da desigualdade de renda pessoal. Um segundo padrão, entre os anos 1980-90, em que há uma estabilização de ambas, ou seja, não há tendência clara de crescimento ou redução entre as duas variáveis, embora haja oscilações no tempo. A partir de 2001/2002, há o início de um novo padrão que combina crescimento da renda per capita com

²⁸ Reduzir a pobreza pela ativação do mercado interno remete ao debate desenvolvimentista dos anos 1960, que pretendia aliar crescimento econômico, distribuição de renda e incorporação social. Por isso, com o governo Lula retorna com força os debates a respeito do “neodesenvolvimentismo”.

²⁹ POMAR (2005, p. 194) considera a vitória de 2002 um “movimento contra-hegemônico esplendoroso na forma e frágil no conteúdo”.

³⁰ É preciso fazer referência que Chauí, Pochmann e André Singer se contrapõem à ideia de uma “nova classe média”, considerando que se trataria, na verdade, de uma “nova classe trabalhadora”.

³¹ O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a máxima igualdade e 1 a máxima desigualdade.

redução da desigualdade pessoal de renda, tendência que se manifesta com mais força a partir de 2005³².

Durante o mesmo período, o instituto identifica ainda três padrões para a relação entre “composição do trabalho” (conceito definido como a relação entre taxa de ocupação, formalização do emprego e nível de pobreza) e participação da renda do trabalho na renda nacional. As décadas de 1960/70 se caracterizariam por combinar melhora na composição do trabalho com queda na participação da renda do trabalho na renda nacional. Os anos 1980/90 apresentam tendência (com oscilações pontuais) de queda na composição do trabalho e de sua participação na renda nacional. A primeira década do século XX seria, por sua vez, marcada pelo crescimento de ambas variáveis.

Contudo, o índice de Gini mede a desigualdade social baseada na distância entre as rendas do trabalho a partir de pesquisas domiciliares (no caso do Brasil, principalmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, do IBGE) e não leva em consideração a relação dos rendimentos do trabalho com a renda da propriedade, cuja medida é conhecida como “desigualdade funcional de renda”³³.

No que se refere à desigualdade funcional de renda, o IPEA (2008) identifica, no período de 1990 a 2007, quatro padrões de evolução distintos. Entre 1990-1996, a renda do trabalho perdeu participação na renda nacional em torno de -15,2%, enquanto a renda do capital³⁴ cresceu em 17,8%. Entre 1996-2001, houve um aumento de 5,4% na renda do trabalho e queda de -4,6% na renda do capital. Entre 2001-2004, nova queda de -3,1% para o trabalho e ganho de 1,3% para o capital. Entre 2005-2007, novo aumento da ordem de 4%

³² Nos estudos sobre a desigualdade nos países centrais, há também três padrões de comportamento ao longo do tempo que podem servir de imagem-espelho para os padrões encontrados pelo IPEA. De forma geral, para os países centrais, são quatro momentos: alta desigualdade no início do século XX, estabilidade durante as duas guerras mundiais, redução da desigualdade do fim da segunda guerra até os anos 1980 e aumento da desigualdade desde então. Na série do IPEA, o Brasil entraria no pós segunda-guerra e apresentaria três padrões: crescimento da desigualdade (1960-1970), estabilização da desigualdade (1980-1990), queda da desigualdade (2000-2010). Desta forma, o país teria entrado em uma trajetória diferente da dos países centrais a partir dos anos 2000. Contudo, é preciso ressaltar que, no caso dos países centrais, aquelas tendências foram encontradas tendo como base os dados tributários, enquanto os estudos do IPEA tomaram como base os dados do rendimento do trabalho. Cf. MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015.

³³ A desigualdade funcional de renda parte dos fatores utilizados no processo produtivo. O termo “funcional” faz referência à função de cada fator no processo produtivo: capital e trabalho. A base de qual se parte para calcular esta distribuição é o Sistema de Contas Nacionais, do IBGE, o que confere comparabilidade histórica e internacional. Uma das razões para a larga preponderância dos estudos pautados na distribuição pessoal ou familiar da renda, em detrimento da “funcional”, tem a ver com a hegemonia da concepção das “escolhas racionais”, fundada na teoria neoclássica, como explicação para a dinâmica da distribuição de renda na sociedade.

³⁴ “A renda da propriedade deriva-se de ativos tangíveis (terrenos e unidades de produção econômica) e intangíveis (aplicações financeiras) gerados por empreendimentos não constituídos (autônomos e atividades informais) e plenamente constituídos, enquanto a renda do trabalho resulta como contrapartida do emprego da força de trabalho” (IPEA, 2008 p. 2).

para o trabalho e queda de 2,5% para o capital. O estudo estimava à época que, mantidas as tendências, a renda do trabalho voltaria a ter a mesma participação na renda nacional de 1990 (45,4%) apenas em 2011³⁵. Este comportamento foi acompanhado por melhoras praticamente constantes (com exceção para 1993) na desigualdade pessoal de renda medida pelo índice de Gini.

Incluindo este período recente em um quadro histórico mais amplo, outro estudo do IPEA (2012, p. 3-4) indica que no biênio 1959/60, a participação da renda do trabalho na renda nacional era de 56,6%, enquanto no biênio 1999/2000 foi de 40%, o que demonstra uma trajetória decrescente ao longo dos anos. No biênio, 2008/09, houve uma pequena recuperação, alcançando 43,6%, o que colocou o Brasil na 29ª posição no rol de 36 países da base de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Económico (OCDE) no que diz respeito à participação das remunerações na renda nacional³⁶.

As medidas anticíclicas adotadas pelo governo no curso da crise de 2008 possibilitaram a recuperação do crescimento da economia brasileira, que, contudo, ocorreu apoiada no aumento relativo da produtividade do trabalho sem acompanhamento, no mesmo ritmo, nem dos rendimentos do trabalho nem do nível de ocupação. A estabilização relativa da participação da renda do trabalho na renda nacional entre 2008 e 2009 deveu-se ao impacto da crise econômica sobre o lucro das empresas e não pelo incremento absoluto da renda do trabalho (HALLAK NETO E SABOIA, 2014, p. 489). O IPEA (2010 p. 8) afirmava que “a saída pós-crise internacional no Brasil tem favorecido mais os rendimentos dos detentores de propriedade (lucro, juros, renda da terra e aluguéis). A consequência direta tem sido a redução relativa da participação do rendimento do trabalho na renda nacional”. Isso, contudo, não “comprometeu a trajetória de redução da desigualdade na repartição pessoal da renda, medida pelo índice de Gini” (Idem).

A queda na desigualdade pessoal de renda não significa necessariamente a queda na desigualdade funcional de renda. No período em análise, inclusive, a queda da desigualdade da primeira conviveu com um aumento na desigualdade da segunda. Entre 2000 e 2006, por exemplo, o saldo líquido da elevação relativa da renda do trabalho na renda nacional foi de

³⁵ Durante os governos tucanos, houve uma queda de 11,8% na relação da renda do trabalho com a renda nacional, enquanto nos governos petistas a recuperação foi de apenas 2,5% (IPEA 2012 p. 11).

³⁶ “[...] posicionando-se entre África do Sul (44,9%) e Itália (42,8%). A proporção registrada na economia brasileira ficou muito aquém da maioria dos países desenvolvidos, embora tenha sido consideravelmente superior à de México (29,2%) e Índia (28,5%), os últimos colocados nesse tipo de comparação. Na outra ponta, Suíça (60,9%) e Dinamarca (58,7%) apareceram na liderança do ranking de países com maior proporção da renda gerada destinada ao trabalho em 2009” (HALLAK NETO e SABOIA, 2014 p. 492).

1%, num contexto em que a expansão média anual da renda nacional foi de 2,99% (Ibidem p. 4-6).

O índice de Gini, além de ser calculado apenas a partir da renda do trabalho e não servir para medir a desigualdade funcional de renda tem ainda o problema de desconsiderar os efeitos da precarização dos serviços públicos na medição da desigualdade social. Por exemplo, as políticas de aumento real do salário mínimo e de transferências monetárias condicionadas podem resultar em ganho de renda para os mais pobres, mas, os cortes orçamentários nas áreas de saúde e educação, ao intensificar a precarização da assistência na ponta do sistema, aumentam as dificuldades de enfrentamento das situações de doença e permanência escolar, pressionando para a compra destes serviços na iniciativa privada, caso as famílias tenham dinheiro suficiente para tanto. Essa relação não entra na conta do índice de Gini, de modo que pode parecer que os indivíduos de baixa renda ficaram relativamente “mais ricos” mesmo enfrentando mais dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais à reprodução da vida.

Pesquisas recentes sobre a análise da evolução da desigualdade de renda que levam em consideração os dados tributários informados à Receita Federal apresentam um quadro ainda mais diferente daquele fixado no discurso oficial. Combinando dados das PNADs com as das declarações de imposto de renda (pessoa física) de 2006, 2009 e 2012, e utilizando, para efeitos de comparação, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e o Censo Demográfico 2010, MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, (2015a, p. 972) afirmam que “ocorreram mudanças na base da distribuição, mas a concentração no topo permaneceu praticamente constante. O grande peso dos ricos na desigualdade determinou uma tendência de estabilidade, e não de queda, da desigualdade”.

Segundo os autores, no período de 2006 a 2012, “apenas cerca de um décimo de todo o crescimento foi para as mãos da população mais pobre do país. Metade do crescimento coube aos 5% mais ricos, 28% ao 1% mais rico”³⁷ (Idem p. 982), ou seja, “cada pessoa da pequena elite formada pelo 1% mais rico da população apropriou-se de uma fração 117 vezes maior do crescimento da renda que as pessoas na metade mais pobre do país” (Ibidem p. 978). Em 2012, 0,5% da população brasileira – aproximadamente, 700 mil pessoas de uma população de 140 milhões – detinha 1/5 do total da renda nacional (Ibidem p. 976) e um

³⁷ “Em países como EUA e Colômbia, esta proporção é de 20%, em outros países desenvolvidos gira em torno de 10 a 15%, caindo em países mais igualitários (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015b p. 18-19)”.

milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta (Ibidem p. 974).

Os dados indicam que há uma forte distribuição desigual da renda também entre os mais ricos:

“em média, entre 2006 e 2012, o 0,1% mais rico apropriou-se de 43% da renda total do 1% mais rico e de quase 25% da renda total dos 5% mais ricos. Isso significa que, em 2012, os cerca de 140mil brasileiros pertencentes ao milésimo mais rico da distribuição tiveram renda média quase sete vezes maior do que a do o resto dos indivíduos no centésimo mais rico e quase 22 vezes maior do que a dos indivíduos entre os percentis 95 e 99 (os 5% mais ricos, excluindo o centésimo mais rico), além de 116 vezes maior do que a média nacional” (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015b p. 23).

O IPEA (2011, p. 11) havia detectado que, entre 1995 e 2009 houve uma expansão da população cuja renda principal derivava da propriedade (lucro, juros, aluguéis, renda da terra): esta parcela passou de menos de 4% para 14% da População Economicamente Ativa (PEA). Esta aparente “abertura para a mobilidade social” cobra, contudo, um pedágio alto: em 2009, a renda anual média para pertencer aos 5%, 1% e 0,1% mais ricos da população era, respectivamente, R\$ 60.551, R\$ 201.180 e R\$ 855.183 (valores de 2014), enquanto para pertencer à metade pobre da população era preciso ter renda anual média de R\$ 8.197 (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015 p. 977).

A população brasileira que tem rendimentos mensais de 160 salários mínimos ou mais (cerca de 0,3% dos contribuintes do Imposto de renda ou 0,05% da população economicamente ativa) tem apenas 6,51% da sua renda total tributada diretamente, uma vez que aproximadamente dois terços dela (65,8%) são rendimentos considerados isentos e não tributáveis pela Receita Federal, como é o caso dos lucros e dividendos³⁸. A título de ilustração, em 2013, a renda declarada de 71.440 pessoas que ganham acima de 160 salários mínimos mensais somou R\$ 297,9 bilhões (uma renda per capita anual de R\$ 4,17 milhões), ou 14% de toda a renda declarada naquele ano. O volume de patrimônio líquido declarado

³⁸ O Brasil é “um dos poucos [países] do mundo em que os lucros e dividendos distribuídos aos acionistas de empresas estão totalmente isentos de imposto de renda (IR). Essa isenção para as pessoas físicas foi introduzida em 1995, junto com outro benefício que reduziu, significativamente o imposto de renda das pessoas jurídicas: a possibilidade de deduzir do lucro tributável uma despesa fictícia denominada ‘juros sobre capital próprio’” (GOBETTI e ORAIR, 2016 p. 1). Esta característica deriva da teoria econômica neoclássica, segundo a qual a política tributária não deveria ter qualquer objetivo redistributivo para não introduzir distorções no sistema econômico, deixando exclusivamente para o gasto público esta função. “[...] é interessante assinalar que nem mesmo Reagan e Bush conseguiram fazer o que o governo brasileiro fez em 1995, ao isentar completamente os lucros e dividendos. E, enquanto no EUA, o avanço conservador foi parcialmente revertido nos governos democratas, no Brasil nenhuma reforma do IR visando ampliar sua progressividade foi realizada nos últimos 30 anos de democracia, dos quais 12 anos sob um governo de centro-esquerda” (Idem p. 3).

(diferença entre bens e direitos e as dívidas e ônus) alcançou R\$ 1,2 trilhão, perfazendo uma média individual de R\$ 16,88 milhões³⁹.

A estrutura tributária regressiva no Brasil confere vantagens para os rendimentos do capital. Entre 2007 e 2010, o volume de lucros e dividendos declarados à Receita Federal passou de R\$ 149,4 bilhões para R\$ 229,7 bilhões, um aumento de 53,75%. Para os declarantes cuja renda é superior a R\$ 1,3 milhão, em média dois terços do total dos seus rendimentos é isenta. “Não é preciso grandes análises para perceber que a isenção de lucros e dividendos implica renúncia substancial de receitas para o governo e favorece a concentração de renda” (GOBETTI e ORAIR, 2016 p. 8), permitindo que “cerca de 71 mil pessoas [...] se apropriem de 8,5 por cento de toda a renda” (Idem p. 14), “patamar que não encontra paralelo no mundo, ao menos de acordo com as informações atualmente disponíveis na *The World Top Incomes Database*” (Ibidem p. 17)⁴⁰.

Um detalhe destes estudos é que, embora tragam para o centro do debate sobre desigualdade a renda dos mais ricos através dos dados tributários, ainda se trata de renda (fluxo) e não de riqueza (estoque), que tem a ver com a concentração da propriedade (patrimônio). Mesmo que ambas as dimensões sejam correlacionadas, não têm o mesmo volume quantitativo de riqueza, assim como não têm a mesma qualidade na determinação da desigualdade social. “A concentração da riqueza – ou seja, do estoque de bens, na forma de terras, imóveis, fábricas etc. – é maior que a da renda. Estima-se que 1% da população detenha 53% do estoque de riqueza do país” (BENJAMIN 2016 p. 19).

Isso está relacionado ao modelo de desenvolvimento colocado em prática durante os dois mandatos de Lula e que André Singer irá caracterizar como “química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”. A combinação da manutenção da estabilidade macroeconômica típica do período neoliberal com a adoção de medidas que, franqueadas à relação entre o período expansivo da economia mundial e estrutura produtiva nacional fortemente dependente de produtos primários ou de baixa intensidade tecnológica, permitiram impulsionar, pelo aquecimento da demanda (programas de transferência monetária condicionada, aumento do salário mínimo e expansão do crédito), o investimento produtivo e a consequente geração de empregos em setores mais intensivos em força de trabalho (principalmente no setor de serviços) acabou por sustentar um crescimento econômico que

³⁹ Cf. “As Pessoas mais ricas no Brasil têm 65,8% do total de rendimentos isentos”. **Valor Econômico**. 10/08/2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4172304/pessoas-mais-ricas-no-brasil-tem-658-do-total-dos-rendimentos-isentos#>

⁴⁰ Simulações dos autores indicam que a tributação dos lucros e dividendos poderia, dependendo da forma adotada, gerar um aumento da arrecadação tributária que variaria de R\$ 43 bilhões a R\$ 72 bilhões (Idem p. 15).

não rompeu com suas características liberais e com a situação de dependência típica de um país capitalista periférico.

Durante os governos Lula, o aprofundamento do “modelo liberal periférico” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2008 e 2009) ou do “modelo de desenvolvimento liberalizante” (MATHIAS, 2012 e 2012a) – isto é, um modelo de desenvolvimento que, diferente do “substitutivo de importações”, se sustenta sobre privatizações (no governo Lula passaram a ser chamadas de “concessões” de longo prazo e passíveis de renovação⁴¹), liberalização comercial e desregulamentação dos fluxos de capital – teria levado a uma manutenção da vulnerabilidade estrutural externa e a um padrão de especialização retrógrada, que envolve a forte concentração de produtos primários na pauta de exportações⁴² e a baixa intensidade tecnológica na produção industrial. A melhoria de aspectos de vulnerabilidade externa da economia seria conjuntural e sua manutenção dependeria do prolongamento do ciclo expansivo da economia mundial⁴³.

Este modelo acabou por implicar um acúmulo progressivo do endividamento do Estado, das empresas e das famílias. Se combinarmos os efeitos da expansão do crédito com o comportamento da renda do trabalho e da desigualdade de renda descritas acima, chegamos a situação de um aumento significativo da inadimplência.

Do ponto de vista das empresas, a inadimplência aumentou 5,3 vezes de 2002 a 2012 (de R\$ 7,8 bilhões a R\$ 41,2 bilhões), a uma taxa anual de 18,3%. A relação entre a dívida das empresas e o excedente econômico produzido por elas passa de 26% para 40,3% entre 2002 e 2012. Do ponto de vista das famílias, o volume total de dívida das pessoas físicas passou de R\$ 133,4 bilhões para R\$ 545,2 bilhões (valores de 2012) no mesmo período, ao mesmo tempo em que a dívida per capita aumentou 3,4 vezes (de R\$ 1.026 para R\$ 3.457). Este aumento do endividamento das famílias torna-se mais evidente se comparamos a sua relação

⁴¹ A relação do PT com as privatizações não é tão negativa como pode levar a crer uma referência ao discurso do partido durante a sua fase de oposição ao governo FHC. “Em 1994 os prefeitos petistas Antonio Palocci (Ribeirão Preto) e Luiz Eduardo Cheida (Londrina) governavam cidades que tinham empresas municipais de telecomunicações e deram início à venda da telefonia local ao capital privado. Foram privatistas *avant la lettre*, bem antes do governo de Fernando Henrique Cardoso” (SECCO, 2015, p. 166).

⁴² “A participação das commodities na nossa pauta de exportações cresceu de menos 37% para mais de 53%, entre 2000 e 2011. Se somarmos a isso as exportações de petróleo, que eram 5% da pauta e passaram a representar cerca de 14%, mais de 65% da pauta de exportações brasileira, em 2011, era composta de produtos primários” (NEGRI e CAVALCANTE, 2014 p. 18).

⁴³ “A chamada vulnerabilidade externa conjuntural é dada pelas opções de política econômica que se tem para enfrentar os choques externos e os custos em que uma determinada economia incorre nesse enfrentamento. A vulnerabilidade externa estrutural, por sua vez, está relacionada justamente aos processos de desregulamentação e liberalização comercial, produtiva, tecnológica e financeira. Ainda que os indicadores conjunturais reflitam de alguma forma os problemas estruturais, eles também são afetados [...] por movimentos mais conjunturais, em especial os movimentos positivos ou negativos do cenário externo” (CARCANHOLO, 2010, p. 120).

com a renda do trabalho: a razão entre dívida per capita e salário médio subiu de 5,1% para 16,6%, enquanto a razão entre a dívida total das pessoas físicas e a renda total do trabalho cresceu de 12,1% para 29,2%, fazendo com que a inadimplência, em termos de volume, aumentasse 3,3 vezes no mesmo período, principalmente em operações de crédito pessoal e financiamento de veículos (GONÇALVES, 2014 p. 27-29). Demonstrando a unidade orgânica entre as várias formas do capital (capital monetário, capital produtivo e capital mercantil) e sua operacionalização na totalidade social, isso significa que, tanto do ponto de vista das empresas, quanto das famílias, a expansão da produção de valor da economia brasileira foi acompanhada de um mecanismo de transferência de cotas-parte significativas deste montante para o sistema financeiro sob a forma de pagamento de juros, deixando ainda um alto passivo a ser quitado.

Parte disso pode ser visualizada no lucro dos três maiores bancos do país. Segundo DUARTE e ALVAREZ (2011, s/p), entre 2003 e o primeiro semestre de 2010, os lucros do Banco do Brasil, Itaú-Unibanco e Bradesco – que correspondem a 80% do mercado brasileiro – aumentaram em quase 420% em relação ao período FHC, passando de R\$ 32,26 bilhões para R\$ 167,47 (valores corrigidos pelo IPCA).

Este quadro esteve acompanhado das políticas de desonerações fiscais do governo, especialmente na conjuntura de enfrentamento da crise de 2008. Tornar as mercadorias de bens duráveis mais acessíveis para o consumo não significou a diminuição, por parte das famílias, do recurso ao crédito, dada a ainda alta defasagem entre a indução ao consumo e o aumento dos rendimentos do trabalho. Mas há outro fenômeno interno à relação de preços que contribui para este resultado.

Ao longo da primeira década dos anos 2000, as evoluções dos índices de preço do atacado e do consumidor têm comportamentos diferentes, sendo o último inferior aos demais. Segundo CAVALCANTE e NEGRI (2014 p. 161), “o descolamento dos índices de preços no atacado e ao consumidor – que reflete, obviamente, uma mudança de preços relativos – explica por que, ao longo desse período, a população teve uma sensação de aumento de renda superior à trajetória do produto [PIB]. Em particular, a aceleração dos preços no atacado reflete, em grande medida, a trajetória fortemente ascendente das *commodities* ao longo da década de 2000”.

A visão oficial de que os resultados do modelo de desenvolvimento implementado pelo governo teriam transformado estruturalmente a sociedade brasileira no sentido da

diminuição da desigualdade deriva de um método, que, por focar o crescimento da renda dos pobres, gera uma

“versão excessivamente triunfalista das mudanças. Além disso, não são a melhor forma de se tratar o assunto, pois, por maior que seja, o crescimento dos pobres não afeta muito a desigualdade. Funciona como uma alavanca que tenta deslocar um objeto: como muito pouco da renda [...] está entre os pobres, sua capacidade de mover a desigualdade é pequena. Os mais ricos, por outro lado, têm um peso enorme e qualquer sacudida em sua renda faz a gangorra da desigualdade balançar” (MEDEIROS, 2016 p. 70)”.

O discurso oficial desloca a reflexão sobre as determinações de classe do programa de governo, dos acordos políticos que não apenas possibilitaram a governabilidade, mas, tanto pelo financiamento das campanhas eleitorais como pela ocupação de postos chave na composição do governo, também impuseram sua marca no sentido do programa implementado. As nuances em relação à composição do bloco no poder, as relações entre as frações de classe que disputam a direção da política econômica e dos investimentos estatais se desvanecem em meio a esta perspectiva.

O panorama traçado nesta seção constitui um conjunto de indícios a partir do qual é possível dar um passo a mais em direção ao objeto específico deste estudo: Estado e poder político no Brasil durante os governos Lula. Reconhecemos que a apresentação de todo este conjunto de dados pode provocar uma leitura cansativa. É que procuramos apresentar informações que servem de base a algumas interpretações que tentam dar uma fisionomia mais concreta ao governo Lula do ponto de vista da relação entre Estado e classes sociais. Trataremos de apresentar uma das mais célebres na seção a seguir.

1.2 O “lulismo” e a lógica das “analogias sumárias”

Uma parte significativa da discussão a respeito das características dos governos Lula que levem em consideração as relações entre Estado, economia e poder político tem utilizado, com gradientes de referência teórica e empírica diferenciadas, o termo “lulismo”. As análises recorrem ao termo para indicar uma suposta “novidade” na condução política de um programa econômico que teria funcionado durante os dois mandatos de Lula. Interessante notar que o recurso ao termo, na maioria das vezes, tem essa função designatória sem estar acompanhada de uma definição categórica do seu significado. Se não foi o criador do termo, André Singer

pode ser considerado o autor que o elevou ao estatuto de “significante-mestre”⁴⁴ (Lacan). Portanto, passaremos a dialogar criticamente com o conjunto de referências que autor mobiliza para operar com o conceito.

Singer pensa o “lulismo” recorrendo à dialética da virtú e da fortuna de Maquiavel: a conjuntura econômica internacional favorável (em crescimento), especialmente pelo aumento do preço das *commodities*, ofereceria a oportunidade (fortuna), sendo Lula o articulador e fiador (o príncipe virtuoso) de um projeto que, através de um conjunto de políticas públicas, logrou tirar da extrema pobreza milhões de brasileiros, criou milhões de vagas de emprego, valorizou o salário mínimo em termos reais e aumentou a oferta de crédito dirigindo uma série de mudanças sociais em ritmo lento. A condição: evitar qualquer radicalização política, o que traria como consequência a combinação de um reformismo fraco com um pacto conservador. Como ele constrói esta tese?

Para SINGER (2012, p. 13),

“teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do ‘mensalão’, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo ‘diminuição da pobreza com manutenção da ordem’ esboçado no primeiro quadriênio”.

Esta “base lulista” é definida pelo que o autor como subproletariado, isto é, uma fração significativamente grande da população trabalhadora que, não tendo acesso a direitos trabalhistas, à organização sindical e estando afastada das formas de organização política tradicionais (sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos), tende a vender a sua força de trabalho por preços inferiores aos necessários para sua reprodução em condições normais (seria, nos termos de Marini, superexplorada). O subproletariado funcionaria ainda como fator do “atraso” brasileiro, estando concentrado nas regiões Norte e Nordeste.

⁴⁴ “Então, o que é o Significante-Mestre? Vamos imaginar uma situação confusa de desintegração social em que o poder de coesão da ideologia perde sua eficiência: numa situação assim, o Mestre é aquele que inventa um significante novo, o famoso “ponto de basta” (*point de capiton*), que estabiliza a situação e a torna legível; por definição, o discurso da universidade que então elabora a rede de Conhecimento que sustenta essa legibilidade pressupõe e baseia-se no gesto inicial do Mestre. O Mestre não acrescenta nenhum conteúdo positivo, apenas acrescenta um significante que, de repente, transforma desordem em ordem, em ‘nova harmonia’ (ZIZEK, 2008, pp. 56-57). Outra característica do significante-mestre é ser “vazio”, não ter qualquer conteúdo, mas ser sujeito para um outro significante em uma cadeia de significantes. Por ser vazio é que o significante-mestre é, na psicanálise lacaniana, o lugar privilegiado da fantasia.

A eleição de 2006 marcaria a substituição da composição da base eleitoral do PT: o subproletariado adere a Lula e uma parte significativa da classe média migra paulatinamente para o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB). Antes deste pleito, Singer afirma que a base eleitoral petista consistia da classe média com alta escolaridade, especialmente o funcionalismo público, e dos trabalhadores formais com forte incidência sindical, entre os quais, para ele, o discurso de “reformismo forte” próprio da origem do PT se adaptava melhor, ao contrário do subproletariado, que via neste discurso fatores de instabilização da ordem frente aos quais procuraria se afastar. A virada da classe média se daria em consequência da crise do mensalão, por motivações predominantemente ético-morais, enquanto a migração do subproletariado se daria por questões mais “materiais”: a redução da pobreza via aumento do emprego, renda e consumo. Dada a estrutura extremamente desigual da sociedade brasileira, Singer indica que o subproletariado representaria quase 50% do eleitorado (parcela da população com renda mensal até 2 salários mínimos), de modo que a conquista de seu voto é fundamental para a realização deste “realinhamento eleitoral”⁴⁵.

O “lulismo” seria, para o autor, uma forma de representação político-eleitoral do subproletariado brasileiro, parcela empobrecida e sem direitos da população, que, por conta da estrutura autocrática do poder político brasileiro, seria incapaz de uma organização política autônoma e, assim, se vincularia diretamente à figura de Lula. A lógica do argumento é: na ausência de mediações políticas coletivas fortalecidas, como associações, sindicatos, movimentos sociais e partidos e, dado o caráter não partidário dos mecanismos de adesão ao voto do sistema político brasileiro, a única expressão política que caberia ao subproletariado seria o voto na figura carismática de Lula⁴⁶, que simbolizou “a combinação de elementos que empolga o subproletariado: [...] a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida” (Idem p. 52). A novidade do fenômeno, do ponto de vista teórico, estaria, segundo Singer, no fato de que ele induziria a uma revisão do debate dos anos 1960-70, desde quando “sempre se teve como evidente que, para diminuir a desigualdade no Brasil, seria preciso alterar a ordem” (ibidem)⁴⁷.

⁴⁵ Valter Pomar considera que as eleições municipais de 2004 foram um marco para o PT, na medida em que se desativou a tática de um “confronto global projetos” em que polarizava, de um lado, os neoliberais (principalmente PSDB e PFL – hoje DEM), e, de outro, os democrático-populares. Para o autor, o PT sairia derrotado não apenas eleitoralmente (perdeu nos principais centros urbanos), mas politicamente, pois teria conferido ampla margem para enraizamento da ideologia que opõe, nas eleições, o discurso político ao administrativo (gerencial) na condução do Estado (POMAR, 2005 p. 226-227).

⁴⁶ “Sobretudo no fundo da sociedade, onde circulam personagens de escassa repercussão, houve uma crescente inclinação, desde pelo menos o início de 2006, a manter no Palácio do Planalto o *ex-retirante pernambucano que tinha as mesmas origens dos seus recém-apoiadores*” (grifo nosso, Ibidem, p. 54).

⁴⁷ Nota-se como, desta perspectiva, o “lulismo” poderia ser entendido também como a negação da saída revolucionária de Florestan Fernandes no texto *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*,

O autor coloca o programa “lulista” como recuperador de questões caras à tradição das ciências sociais: os entraves ao desenvolvimento causados pela ausência de mercado interno, suas consequências sobre a estrutura de classes da sociedade brasileira e sua dinâmica política. Segundo Singer, para clássicos como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, entre outros, a “questão brasileira” era o problema da massa de miseráveis, que seria simultaneamente uma potencialidade e uma âncora: potencialidade por se tratar de um enorme mercado interno em potencial, mas âncora porque seu baixo nível de consumo não realizava aquele potencial. “Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de ‘sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente’” (Ibidem, p. 18).

O diálogo aqui é também com o conceito marxiano de “superpopulação relativa”. Em Marx, a superpopulação relativa é um “excesso de população em relação às necessidades momentâneas de valorização do capital” (MARX, 2013, p. 341) e está vinculada ao desenvolvimento da sua composição orgânica, à tendência de aumento relativo do capital constante sobre o capital variável. Em seu processo de autovalorização, o aumento de escala da produção, o desenvolvimento da produtividade de trabalho provoca um movimento contraditório em que a necessidade de incorporação de força de trabalho no processo produtivo está acompanhada por uma tendência à sua expulsão em decorrência do aumento da sua composição orgânica. “A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho” (Idem, Ibidem p. 714).

Diz MARX (2013, p. 705-706)

“em algumas dessas esferas ocorre, em decorrência da mera concentração, uma variação na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta; em outras, o crescimento absoluto do capital está vinculado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho por ele absorvida; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho suplementar em proporção ao seu próprio crescimento, ora ocorre uma mudança orgânica e seu componente variável se contrai; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital e, portanto, do número de trabalhadores ocupados, vincula-se sempre a violentas flutuações e à produção transitória de uma superpopulação, quer esta adote agora a forma mais notória da repulsão de trabalhadores já ocupados anteriormente, quer a forma menos evidente, mas não menos eficaz, de uma absorção mais dificultosa da população trabalhadora suplementar mediante os canais habituais”.

mas abre diálogo com uma de suas hipóteses de via estratégica para capitalismo dependente: alguma espécie de capitalismo de Estado.

Em seu célebre *Crítica à Razão Dualista*, Francisco de Oliveira (2003) já apontara para a funcionalidade que os setores “atrasados” da economia brasileira (principalmente a economia de subsistência de base rural) desempenhavam em relação aos setores “modernos”. Não sendo obstáculo ao desenvolvimento, a agricultura de subsistência era, na verdade, fundamental para a formação de um fundo de acumulação para a expansão tanto da agricultura moderna quanto da industrialização a partir de 1930. Esta funcionalidade era confirmada pelo fato de a taxa de crescimento da economia brasileira ter sido uma das mais altas do mundo, desde o século XIX até a década de 1970. O problema era que o modelo de desenvolvimento “desigual e combinado” gerava, por conta da ampliação estrutural de uma abissal desigualdade social, a produção de bens de consumo suntuários para as parcelas mais ricas da população, reproduzindo no mesmo processo uma massa de miseráveis.

O que Singer evoca é, portanto, o problema da ampliação do mercado interno e seu dinamismo como causas da ampliação dos investimentos e do emprego, o que seria responsável pela diminuição da miséria, quebrando assim a condição estrutural do “atraso”, incorporando parte da “superpopulação relativa” brasileira ao mercado de trabalho. O “lulismo”, ao combater a miséria e ampliar a oferta de crédito (tanto para consumo quanto para investimento produtivo), aumentaria a demanda por produtos nacionais, fazendo com que os setores produtivos se sentissem estimulados a aumentar o investimento, demandando mais trabalho e, portanto, criando mais empregos. Diz o autor:

“as empresas voltadas para dentro incrementaram o investimento para aproveitar as oportunidades, gerando postos de trabalho, os quais por sua vez realimentaram o consumo, num círculo virtuoso que conseguiu, finalmente, tocar na contradição fundamental: a massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada começa a ser absorvida no circuito econômico formal” (SINGER, 2012 p. 151).

Ampliação do mercado interno é também ampliação do mercado de trabalho, o que, por sua vez significa a “liberação” de trabalhadores de meios de produção e de subsistência para a venda de força de trabalho, por um lado, e, por outro, a ampliação do mercado interno está condicionada pela acumulação de capital e seu ciclo. Ao mirar no mercado interno, o que Singer vê como reformismo fraco “lulista” é a retirada do adjetivo “superempobrecida permanente”, – que ele considera a “especificidade brasileira” (Idem p. 18) – do substantivo “sobrepopulação trabalhadora”. Ao fazer isso por meio da redução da miséria, o “lulismo” teria a virtude de converter a citada âncora em realização do seu potencial.

O “lulismo” teria ainda como característica um deslocamento da polarização política, em que a disjuntiva ideológica “esquerda/direita” cederia espaço para a oposição

“ricos/pobres”, provocando, com isso, um recuo da contradição entre capital e trabalho para o fundo da cena política:

“o lulismo dilui a polarização esquerda/direita porque busca equilibrar as classes fundamentais⁴⁸ e esvazia as posições que pretendem representá-las na esfera política. Desse ângulo, as análises que falam em despolarização e despolitização têm um momento de verdade, isto é, descrevem *parcialmente* o processo. Acontece que o lulismo separa os eleitores de baixa renda das camadas médias, tornando os dois principais partidos do país – PT e PSDB – representativos desses polos sociais. Assim, mesmo que obrigados a ficarem programaticamente próximos em função do realinhamento, PT e PSDB são as expressões de uma polarização social talvez até mais intensa do que a dramatizada por PTB e UDN nos anos 1950. A diferença está em que os partidos de agora evitam a radicalização *política* da polarização *social*” (Ibidem, p. 35-36).

Singer atribui ao subproletariado um caráter político conservador interessado na diminuição da desigualdade social, mas avesso à radicalização política por ser geradora de instabilidade, que, diante da condição de poucas garantias em termos de direitos, é a ele extremamente prejudicial. Esta recusa da instabilidade teria sido a razão pela qual o subproletariado preteriu Lula e seu programa “reformista forte” fundamentado em um discurso de esquerda nas três eleições disputadas anteriores à vitória de 2002.

Sendo um “caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior [...] e o reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002”, o “lulismo” teria sido uma “invenção” (Ibidem p. 21) a quem o subproletariado emprestou sua representação política. Isso porque, para Singer, o fato de estar aquém do proletariado tradicional impede esta parcela da população de ter um projeto político autônomo, pois ela estaria deslocada da contradição das classes fundamentais. Não ter acesso à “cidadania salarial” incapacitaria o subproletariado para a auto-organização. Tendo vedado seu caminho a esta autonomia, o subproletariado necessitaria sempre de uma liderança que lhe desse forma e unidade. O “lulismo” seria, então, um modelo de “direção política para os anseios de certa fração de classe”, que teria “colocado Lula à frente de um projeto” (Ibidem p. 70):

“o pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe, para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a ‘ruptura com o atual modelo econômico’, mas a da fração de classe que Paul Singer chamou de ‘subproletariado’” (Ibidem p. 76-77).”.

⁴⁸ Uma das características da tese de Singer é aproximar o “lulismo” de formas políticas “bonapartistas”, recorrendo a conceitos gramscianos. Contudo, tal aproximação não vem acompanhada de nenhuma teoria da hegemonia para o caso concreto dos governos Lula. Voltaremos a isso mais à frente.

A vinculação “da figura carismática de Lula” com os “anseios do subproletariado” é também um modo de inserir a discussão do lulismo na tradição da sociologia e ciência políticas brasileiras. Esta articulação remete a conceitos como populismo, política de massas, bonapartismo, cesarismo, revolução passiva e Singer se refere explicitamente a eles. A diferença é que haveria algo novo no “lulismo” em comparação com as épocas em que esses conceitos foram forjados.

Fazendo referência a Gramsci, Singer afirma que o “lulismo” teria atacado nossa “questão setentrional”. Como se sabe, Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, trata da “questão meridional” italiana, na qual os camponeses do *mezzogiorno* (sul da Itália) estão subordinados aos grandes proprietários rurais mediados por um tipo de intelectual tradicional cosmopolita, que conecta toda aquela região ao projeto de dominação do Norte industrializado. No caso brasileiro, a incapacidade secular da economia capitalista nacional de incorporar à “condição proletária” (para ele, nos termos da “cidadania salarial”) enormes massas da “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” era significativamente maior no Norte e Nordeste.

Ao tocar na questão da diminuição da miséria e se impondo como a representação política do subproletariado, o lulismo estaria tocando em nossa “questão setentrional”, isto é, “no estranho arranjo político em que os excluídos sustentavam a exclusão” (Ibidem, p. 21). O realinhamento eleitoral “lulista” teria provocado uma “mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular no Nordeste” (Idem ibidem p. 42), pois teria conseguido “*descolar* o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir desta *novidade histórica*” (grifos do autor, Idem ibidem p. 44), um verdadeiro “rearranjo do bloco no poder” (Ibidem p. 22).

Ao ser “portador do projeto de classe do subproletariado” o “lulismo” teria uma relativa margem de manobra para arbitrar a contradição de interesses das classes cujos representantes participariam em instâncias do aparelho de Estado. A analogia aqui é, evidentemente com o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx. Com cuidados, Singer pensa o lulismo e o bonapartismo como análogos, na medida em que, concebendo o subproletariado como pobres, vê sua aparição na política enquanto massa e não como classe, o que permitiria, segundo ele, a vinculação desta com o chefe de Estado, de quem espera os benefícios que amenizem as dificuldades em suas condições de vida (Ibidem p. 37). Para o autor,

“mais que *inversão* de quadros (Werneck Vianna) ou de propósitos (Oliveira), o lulismo representa a criação de um bloco de poder novo, com projeto próprio, para cuja compreensão as noções de *política de massa* (*O 18*

Brumário) e de *revolução passiva*⁴⁹ (Gramsci) me parecem úteis, desde que filtradas pela cor local. Um poder *aparentemente* acima das classes que leva adiante a integração do subproletariado à condição proletária, assim como o varguismo soldou os migrantes rurais à classe trabalhadora urbana por meio da industrialização, da CLT e do PTB. Donde as linhas de continuidade entre varguismo e lulismo devam ser objeto de cuidadosa pesquisa” (Ibidem p. 45)⁵⁰.

Na mesma passagem, estão alinhados praticamente sem distinção as noções de bonapartismo, revolução passiva e populismo. Faltaria ainda o recurso ao conceito de cesarismo para integrar a plêiade de analogias às quais o autor recorre para inserir a sua interpretação do “lulismo” na tradição teórica das ciências sociais. Reconhecendo que o que ocorre é uma tentativa de estatização dos conflitos sociais com o objetivo de evitar a radicalização política de onde emerge eventualmente projetos de sociedade pautados na autonomia das classes, o “lulismo” adota o reformismo fraco como meio de neutralizar a radicalização:

“o sucesso de soluções intermediárias, arbitrais, depende, em alguma medida, da figura providencial do líder que dá a cada um seu quinhão. O reforço da autoridade do presidente, que aparece como ‘benfeitor patriarcal de todas as classes’, é parte constitutiva do esquema, e o êxito da arbitragem tira a centralidade da luta de classes. Há, portanto, algum componente bonapartista ou cesarista nesse tipo de configuração. (...) o lulismo não deixa de ser um caso de ‘grande personalidade’ a presidir um governo de coalizão” (Ibidem p. 201).

Ciente de que Gramsci diferencia cesarismos regressivos de cesarismos progressistas, o lulismo teria ainda uma conotação do segundo tipo:

“o desafio do proletariado brasileiro sempre foi o de estabelecer uma aliança com o subproletariado, formando um movimento de maioria nacional sob sua liderança. O lulismo não realizou esse sonho, uma vez que optou pelo reformismo fraco, mas, como está levando o subproletariado para dentro do proletariado, diminuindo o exército industrial de reserva, produzirá uma modificação estrutural, se tiver duração suficiente para isso, que ao fim e ao cabo legará uma massa trabalhadora compactada e não mais dividida em duas alas separadas” (Ibidem p. 208).

Uma vez que “fincou raízes no subproletariado brasileiro” (Ibidem p. 78) – parcela da população que, pelo sua dimensão quantitativa, é o fiel da balança no jogo eleitoral –, o “lulismo” teria força para arbitrar com a burguesia brasileira as condições de implementação do “projeto histórico” de “combate à pobreza com manutenção da ordem” da fração de classe que supostamente é representante. A relação de continuidade entre o segundo mandato de

⁴⁹ “[...] o sucesso do lulismo envolve uma solução pelo alto, criando simultaneamente uma despolarização e uma repolarização da política” (Ibidem p. 157).

⁵⁰ “Não seria o lulismo mais um capítulo a ser adicionado ao rol de passagens modernizadoras sem mobilização as quais se aplicaria a noção de revolução passiva?” (Idem ibidem p. 38). Ruy Braga também inscreve a “hegemonia lulista” como particularidade brasileira da “revolução passiva”. Cf. BRAGA, R. IN: OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK (orgs.), 2010, p. 11. Carlos Nelson Coutinho, por sua vez, prefere falar em ciclo de “contra-reformas”, atribuindo ao Estado de Bem-Estar Social a pertinência ao conceito de revolução passiva (COUTINHO, 2010 In: Idem pp. 32 e 36).

FHC e o primeiro de Lula na condução da política macroeconômica tinha como objetivo a “conquista do apoio dos mais pobres” através da manutenção da ordem: “o objetivo foi impedir que uma reação do capital provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais [...] A continuidade do ‘pacote FHC’ foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e consequente risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real” (Ibidem p. 75)⁵¹. Neste raciocínio, por ser representante político do subproletariado, o “lulismo” teria inicialmente cedido à burguesia ao manter o pacote FHC numa espécie de tática momentânea a fim de evitar a instabilidade, salvar sua imagem e executar, a partir das condições proporcionadas pelo crescimento econômico, o “completo programa” do subproletariado no segundo mandato, que, por sua vez, seria, como já adiantamos, uma “química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”⁵² (Ibidem p. 146).

O “conservadorismo popular” do subproletariado impactaria em dois níveis: o modelo de agenciamento da disputa política do interior do Estado e, consequentemente, a velocidade da implementação do programa. Por estar supostamente deslocado da contradição das classes fundamentais e não tendo ele mesmo um “modelo próprio de sociedade”, o subproletariado desejaria “(inconscientemente) incorporar-se àquela que é moldada pelos interesses de outras camadas. Isso o coloca em posição de neutralidade e, portanto, favorece a arbitragem” (Ibidem p. 156). Interpretando esta tese, diríamos que, para Singer, a mistura “química” entre o “ácido” do neoliberalismo e a “base” do neodesenvolvimentismo, resultaria no “sal lulista”⁵³, na qualidade de “representante político do subproletariado”, que produz uma forma específica de solução da contradição entre classes e suas frações no interior do Estado, formando duas coalizões: a coalizão rentista e coalizão produtivista.

Ao subproletariado interessaria a inflação sob controle, pois dela dependeria imediatamente seu poder de consumo, uma vez que seu nível de renda é baixo. O capital

⁵¹ “[...] como afirma o ex-senador Saturnino Braga, ‘na transição, quando findavam os últimos meses de Fernando Henrique Cardoso, a inflação e a taxa cambial dispararam. Aquilo foi um aviso do capital’. Lula não quis correr o risco de pagar para ver se era um blefe” (Ibidem p. 144).

⁵² “[...] quatro elementos distinguiram a política econômica do ‘segundo período’: valorização do salário mínimo, desbloqueio do investimento público, redução da taxa de juros e queda do desemprego. É certo que nem o aumento do investimento nem a redução dos juros foram explosivos, mas o ponteiro de mexeu na direção do desenvolvimento” (Ibidem p. 152).

⁵³ Na Química, as reações ácido-base são também conhecidas como *reações de neutralização*, em que a combinação de um ácido com uma base resulta na formação de um sal e moléculas de água. Singer não usa esta metáfora, mas não deixa de ser interessante que o papel de “árbitro”, “neutro” é conferido a Lula em uma narrativa que remete mesmo sem querer à imagem desta reação química. Fica, então, a pergunta: em que posição fica o proletariado brasileiro e suas representações sindicais e políticas na reação química? Esta “invisibilidade” é sintomática.

especulativo também se interessa pelo controle da inflação, pois, para isso, se exige medidas macroeconômicas como altas taxas de juros, que rentabilizam rapidamente sua acumulação. As altas taxas de juros inibem o investimento produtivo ao mesmo tempo em que, ao atrair capital estrangeiro, fazem o dólar cair, barateando as importações e contribuindo para o controle da inflação, o que também interessa ao consumo subproletário.

O modelo de arbitragem operaria, na perspectiva do autor, em níveis de equilíbrio macroeconômico instável, medidas em que o controle da inflação pela taxa de juros não causasse uma paralisia do investimento público e pudesse assim aliar um nível médio de crescimento à incorporação das massas ao mercado de consumo com o favorecimento da rentabilidade do capital financeiro (Ibidem p. 160). Neste sentido, este equilíbrio instável construiria uma coalizão entre burguesia financeira e subproletariado, interessados ambos no controle macroeconômico e na manutenção da inflação baixa, mas divergindo em relação ao gasto público.

Por outro lado, a manutenção de juros altos e o incentivo à produção das *commodities* como meio para manter altas taxas de superávits na balança de pagamentos, ampliando as reservas, desvalorizando o Real, têm impactos negativos em processos de industrialização do país. Isso causaria uma fissura entre as frações burguesas e aproximaria os industriais e o proletariado tradicional em torno de uma coalizão produtivista⁵⁴:

“essa frente teria como programa controlar a entrada e saída de capital estrangeiro e diminuir os juros, cuja elevação, como já vimos, encarece os investimentos produtivos e desvaloriza o real, barateando as importações e ameaçando as cadeias produtivas internas. Além disso, interessa à coalizão elevar substancialmente a taxa de investimento público em infraestrutura, tornando mais baratas as atividades produtivas. Tal aumento poderia ocorrer usando recursos públicos poupados por diminuição significativa dos juros” (Ibidem p. 161).

A coalizão produtivista também teria fissuras, pois os aumentos salariais alcançados com o crescimento econômico não ocorreram sem luta, especialmente as greves (embora, como veremos no capítulo seguinte, em um nível menos intenso do que nos anos 1990). Além disso, a necessidade de uma reforma que invertesse a estrutura regressiva do sistema tributário brasileiro em um sentido em que quem tem mais pague proporcionalmente mais impostos, o que seria medida fundamental para a redução da desigualdade social, também tensiona a coalizão produtivista, posto que significaria uma redução da tributação proporcional sobre o consumo e um aumento proporcional da tributação sobre fortunas, altas rendas e patrimônios. Esta política, contudo, não foi encaminhada pelo governo Lula.

⁵⁴ Interessante notar como esta noção recupera com outros termos a lógica da aliança entre burguesia nacional e proletariado típica da estratégia democrático-nacional que vigorou no PCB por várias décadas.

As coalizões rentista e produtivista disputariam a orientação da política econômica do governo e, como o modelo de arbitragem não tem objetivo de “resolver as contradições em favor de uma das coalizões, e sim de mantê-las em relativo equilíbrio” (Ibidem p. 165), o “lulismo” utilizaria seu caráter de ser “representante político do subproletariado”, cuja “neutralidade” em relação às classes fundamentais favoreceria a “arbitragem”, para encaminhar um programa de “crescimento médio com inflação baixa” (Ibidem).

Na lógica de Singer, este equilíbrio instável, seja no interior de ambas as coalizões – posto que se trata de frentes entre frações de classe com posições opostas na estrutura produtiva (burguesia financeira e subproletariado com apoio da classe média tradicional, de um lado, e burguesia industrial e proletariado formal, de outro) –, seja na relação delas com o modelo de arbitragem favoreceria paradoxalmente o “lulismo”, pois impacta na determinação do ritmo lento de implementação do projeto de “diminuição da desigualdade sem radicalização política”.

Assim, o argumento de Singer é o de que a duração do lulismo enquanto modelo de arbitragem “não depende *exclusivamente* das condições externas”⁵⁵, como o ciclo de alta valorização das *commodities*, mas também da “disputa entre as coalizões produtivista e rentista” (Ibidem p. 180). E um ponto importante é de que esta perspectiva de análise não implica em um fechamento da possibilidade de fusão propriamente classista em torno de projetos históricos para além da combinação pluriclassista que representam essas coalizões. Singer não deixa de notar que as fissuras no interior de cada uma delas tornam possível a fusão classista e, do ponto de vista dos trabalhadores, haveria possibilidade de superação da “tutela burguesa”:

“(…) o subproletariado e o proletariado têm interesse comum no pleno emprego, pois ele cria condições de luta favoráveis à classe trabalhadora. Não se deve descartar a possibilidade de que bandeiras históricas dos operários, como a redução da jornada de trabalho para quarenta horas e a reforma tributária progressiva, simbolizada no imposto sobre grandes fortunas, retornem à cena, fortalecidas pela unificação dos estratos recentes e antigos do proletariado. Em resumo: *se a plataforma do subproletariado não implica necessariamente a redução da desigualdade, abre a porta para um avanço igualitário, caso a fração antiga da classe trabalhadora for capaz de politizar a nova*” (Ibidem p. 166).

⁵⁵ Embora não seja exclusivamente, é importante ressaltar que, ausentes as condições externas favoráveis, mesmo o lulismo ser considerado por Singer um fenômeno que, até certo ponto, independente da figura imediata de Lula no comando do governo, tão logo a economia internacional não sustentou seu ciclo de bonança anterior (2002-2008), as condições para manter o lulismo se esfacelaram, a ponto de Singer escrever em Dezembro de 2015, quatro meses antes da Câmara dos Deputados aceitar a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o artigo “Lulismo nas cordas”, anteriormente citado.

Depreende-se da análise do autor que, sob o “lulismo”, esta possibilidade de fusão de classe encontra-se suspensa, pois envolveria o rompimento com o modelo de arbitragem. O resultado disso seria um movimento lento em que a “suave inflexão do segundo mandato”, que teria dado origem ao “sonho rooseveltiano” de constituição de uma “sociedade de classe média”, teria como via de implementação um programa que a “pobreza monetária cai rápido e a desigualdade, devagar”:

“[...] ao tomar das propostas originais do PT aquilo que não implicava enfrentar o capital como seria o caso da tributação das grandes fortunas, revisão das privatizações, redução da jornada de trabalho, desapropriação de latifúndios ou negociação de preços por meio dos fóruns das cadeias produtivas, o lulismo manteve o rumo geral das reformas previstas, não obstante aplicando-as de forma muito lenta. É a sua lentidão que permite interpretá-lo como tendo um sentido conservador” (Ibidem p. 192-193).

Para o autor, o caráter conservador do reformismo fraco é determinado pelo ritmo, pela lentidão no alcance dos objetivos gerais das reformas que caracterizaram fortemente o programa do partido e não pelo abandono formal das propostas de reformas estruturais. Como o problema é de ritmo, a condição para o lulismo alcançar aquele “avanço igualitário” que poderia servir como bandeira para a unificação entre proletariado e subproletariado é a sua duração no tempo.

Este ponto é extremamente importante para o argumento de Singer e a referência histórica é, assim como na tese do realinhamento eleitoral, a administração Roosevelt (1933-45) e o *New Deal*. Em dezembro de 2015, ele escrevia:

“não imaginei que o processo inaugurado por Luiz Inácio Lula da Silva fosse produzir efeitos concentrados. Quem tiver a paciência de consultar *Os Sentidos do Lulismo*, na versão original uma tese de livre-docência escrita no começo de 2011, verá que chamo de *reformismo fraco* o estilo homeopático de mudanças propiciado pelo ex-metalúrgico. Aplicado a país de desigualdades abissais como o Brasil, não teria o resultado sintético visto nos Estados Unidos. Mas se prosseguisse pelo tempo dilatado dos realinhamentos eleitorais norte-americanos, poderia, ao final de algumas décadas, resultar na integração de parte significativa do subproletariado brasileiro ao estágio minimamente civilizado que faixas intermediárias tinham alcançado, deixando para trás o problema fundante da inorganicidade de setor substantivo da sociedade brasileira” (SINGER, 2015, s/p).

“Ao final de algumas décadas”, mas quantas? Nos *Sentidos do Lulismo*, ele afirma que seriam necessárias “mais de duas décadas” (SINGER, 2012 p. 195) para que o lulismo pudesse levar a uma diminuição da desigualdade⁵⁶ com efeitos semelhantes aos provocados durante o *New Deal*. Em comparação com este, o “lulismo” seria

“um ciclo reformista de redução da pobreza e da desigualdade, porém um ciclo lento, levando-se em consideração que a pobreza e a desigualdade eram

⁵⁶ Não discutiremos aqui a tese da diminuição da desigualdade social, pois este ponto já foi tratado na seção anterior.

e continuam sendo imensas no Brasil. Isso explica o aspecto ideológico do imaginário do *New Deal* que se instalou no país, pois não está no horizonte do reformismo fraco produzir, num 'curto espaço de alguns anos', um padrão de vida geral 'decente' e 'similar'. Para isso, seria necessário um reformismo forte, ou ter tido, como nos EUA, outro ponto de partida" (Idem p. 196).

A coalização produtivista, contudo, geraria ainda um constrangimento para a burguesia brasileira, obrigando-a a conviver com representantes dos trabalhadores na gestão do Estado, na formulação da política econômica e, portanto, no sentido de um projeto de desenvolvimento: "(...) *para a burguesia, o reformismo fraco representa um caminho possível, embora não o de sua predileção, para o desenvolvimento do capitalismo no país, sem que a sua posição esteja ameaçada*" (grifos do autor, Ibidem p. 207). De modo que a pergunta feita por ele no início do seu estudo "a inesperada trajetória do lulismo incidirá sobre as contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior?" (Ibidem p. 9) é, de certa forma, respondida quando afirma que o "lulismo" teria contribuído para o "desenvolvimento de um capitalismo popular"⁵⁷ (Ibidem, p. 219).

Estabelecidas em linhas gerais o que consideramos ser, para fins desse estudo, aspectos essenciais da tese de André Singer sobre o "lulismo", passamos a um diálogo crítico com elas.

Como afirmamos na seção anterior sobre discurso oficial do governo Lula, o aproveitamento do ciclo expansivo da economia mundial teria provocado um aprofundamento do "modelo liberal periférico", avançado a "especialização retrógrada" baseada na "primarização da pauta exportadora" e, embora tenha diminuído a vulnerabilidade conjuntural externa, não superou a vulnerabilidade estrutural, o que relativiza o que o discurso oficial chama de "novo modelo de desenvolvimento". Desta forma, embora seja aparentemente adequada, consideramos que a analogia do "lulismo" como dialética da *virtu* e da fortuna de Maquiavel precisa ser matizada por estas condições para não incorrer no equívoco de, a fim de realçar certa reorientação da política econômica tendo em vista o período anterior, imputar à figura de Lula a noção de Príncipe como metáfora do Estado existente nas ideias do secretário florentino.

Começemos pela tese do realinhamento eleitoral entre Lula e o subproletariado. Na leitura de Singer, o programa econômico aplicado nos governos Lula é a mediação que cimenta a adesão do subproletariado à figura carismática do líder. Ao escolher a chave

⁵⁷ Nas "Diretrizes para o Programa de Governo, em 1989, lia-se: "o PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País" (apud COELHO, 2005, p. 89).

eleitoral⁵⁸ para pensar o fenômeno, Singer unilateraliza a análise, inclusive ao apontar acertadamente que a ascensão de Lula não teria despolarizado a política. É verdade que não despolarizou, mas ao apresentá-la em termos de ricos/pobres, o autor deixa o problema insolúvel principalmente se relacionamos a tese da repolarização com a das coalizões, pois, como se viu, haveria alianças entre “ricos e pobres” no interior mesmo das coalizões rentista e produtivista. Lembremos que Singer tributa à dinâmica política entre elas – e não exclusivamente à durabilidade da conjuntura econômica externa favorável – o destino e a duração do “lulismo”. Evita ainda tratar como o não confronto com o capital foi opção política derivada de uma aliança construída antes das eleições e cuja consolidação foi sendo preparada ao longo de vários anos de “moderação” na linha política do partido⁵⁹, deixando de ver como segmentos da burguesia brasileira conformariam, de alguma forma, também uma “base lulista” (não necessariamente eleitoral, frise-se) pela via dos financiamentos de campanha.

Vejamos, por exemplo, a comparação entre os financiamentos das campanhas petistas e tucanas declaradas à justiça eleitoral para a presidência da república em 2002 e 2006 elaborada por Rodrigo de Almeida.

⁵⁸ “Um dos lugares-comuns mais banais que se repetem contra o sistema eleitoral de formação dos órgãos estatais é o de que ‘nele o número é a lei suprema’ e que as ‘opiniões de um imbecil qualquer que saiba escrever (e inclusive um analfabeto, em determinados países) vale, para efeito de determinar o curso político do Estado, tanto quanto as opiniões de quem dedica à nação as suas melhores forças, etc. Mas a verdade é que, de modo nenhum, o número constitui a ‘lei suprema’, nem o peso da opinião de cada eleitor é exatamente igual. Os números, mesmo neste caso, são um simples valor instrumental, que dão uma medida em uma relação, e nada mais. E depois, o que é que se mede? Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de alguns, das minorias ativas, das *élites*, das vanguardas, etc. Isto é, a sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta” (GRAMSCI, 1984 p. 88).

⁵⁹ Cf. COELHO (2005), IASI (2006) e SECCO (2015).

TABELA

Contribuições por Setor - Ranking por variação percentual 2002/2006

SETOR	2002						2006						Variação total	Variação Lula	Variação Serra/Alckmin
	Contribuição (R\$ mil)	% de contribuição	LULA		SERRA		Contribuição (R\$ mil)	% de contribuição	LULA		ALCKMIN		2002/2006	2002/2006	2002/2006
			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%			(R\$ mil)	%	(R\$ mil)	%	p.p.	p.p.	p.p.
Construção civil e imobiliário	3.240	5,8%	2.490	4,5%	750	1,3%	23.079	19,1%	18.028	14,9%	5.051	4,2%	13,3	10,5	2,8
Bebidas e alimentos	2.600	4,7%	1.600	2,9%	1.000	1,8%	13.280	11,0%	9.130	7,6%	4.150	3,4%	6,3	4,7	1,6
Mineração	850	1,5%	300	0,5%	550	1,0%	8.250	6,8%	4.550	3,8%	3.700	3,1%	5,3	3,2	2,1
Açúcar e álcool	150	0,3%	150	0,3%		0,0%	5.048	4,2%	2.088	1,7%	2.960	2,5%	3,9	1,5	2,5
Agropecuário	300	0,5%	300	0,5%		0,0%	5.252	4,3%	4.202	3,5%	1.050	0,9%	3,8	2,9	0,9
Serviços	250	0,4%	100	0,2%	150	0,3%	4.203	3,5%	2.800	2,3%	1.403	1,2%	3,0	2,1	0,9
Siderúrgico	3.730	6,7%	2.050	3,7%	1.680	3,0%	9.950	8,2%	6.350	5,3%	3.600	3,0%	1,5	1,6	(0,0)
Energia	1.000	1,8%	1.000	1,8%		0,0%	3.799	3,1%	3.128	2,6%	672	0,6%	1,4	0,8	0,6
Comércio	2.250	4,0%	1.100	2,0%	1.150	2,1%	4.883	4,0%	1.974	1,6%	2.909	2,4%	0,0	(0,3)	0,3
Madeireiro	-	0,0%		0,0%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0	0,0	0,0
Eletroeletrônico	570	1,0%	370	0,7%	200	0,4%	450	0,4%	50	0,0%	400	0,3%	(0,6)	(0,6)	(0,0)
Fabricação de veículos e peças	1.330	2,4%	680	1,2%	650	1,2%	1.682	1,4%	1.430	1,2%	252	0,2%	(1,0)	(0,0)	(1,0)
Transporte	800	1,4%	800	1,4%		0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,4)	(1,4)	0,0
Químico e petroquímico	4.330	7,8%	2.630	4,7%	1.700	3,0%	7.622	6,3%	4.970	4,1%	2.652	2,2%	(1,5)	(0,6)	(0,9)
Farmacêutico	1.050	1,9%	950	1,7%	100	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(1,9)	(1,7)	(0,2)
Plásticos e borrachas	1.320	2,4%	500	0,9%	820	1,5%	500	0,4%	500	0,4%	-	0,0%	(2,0)	(0,5)	(1,5)
Metalúrgico	1.550	2,8%	1.300	2,3%	250	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(2,8)	(2,3)	(0,4)
Têxtil, couro e vestuário	2.850	5,1%	2.650	4,8%	200	0,4%	1.899	1,6%	833	0,7%	1.066	0,9%	(3,5)	(4,1)	0,5
Papel e celulose	4.750	8,5%	860	1,5%	3.890	7,0%	3.627	3,0%	1.671	1,4%	1.956	1,6%	(5,5)	(0,2)	(5,4)
Comunicações	3.960	7,1%	2.050	3,7%	1.910	3,4%	1.115	0,9%	615	0,5%	500	0,4%	(6,2)	(3,2)	(3,0)
Financeiro	18.830	33,8%	6.080	10,9%	12.750	22,9%	26.166	21,7%	12.705	10,5%	13.461	11,1%	(12,1)	(0,4)	(11,7)
Outros	50	0,1%		0,0%	50	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	(0,1)	0,0	(0,1)
TOTAL	55.760	100%	27.960	50,1%	27.800	49,9%	120.806	100%	75.024	62,1%	45.782	37,9%		12,0	(12,0)

p.p. = Pontos percentuais

Fonte: ALMEIDA, 2007 p. 66.

Alguns números são interessantes:

a) O financiamento de campanha para as duas candidaturas saltou de R\$ 55,7 milhões, em 2002, para R\$ 120,8 milhões, em 2006, um aumento do desembolso empresarial declarado legalmente de 116,6%;

b) Embora o setor Financeiro tenha sido o campeão no montante total de contribuições às candidaturas nos dois pleitos, houve uma redução na sua participação proporcional no montante total (passou de 33,8% para 21,7%), ao mesmo tempo em que houve um aumento significativo do setor da construção civil e imobiliário (de 5,8% para 19,1%);

c) Em 2006, PT e PSDB arrecadaram praticamente o mesmo montante do setor financeiro: R\$ 12,7 mi e 13,46 milhões, respectivamente. Embora o PSDB tenha recebido cerca de R\$ 1 milhão a mais que o PT, é visível um avanço significativo do PT como destino de doações neste setor, uma vez que em 2002 ele contribuiu com cerca de R\$ 6 mi para o partido, enquanto, neste ano, o PSDB recebeu mais que o dobro do PT;

d) Lula foi também preferido nos setores da construção civil e imobiliário, setor de bebidas, químico e petroquímico, siderúrgico e no setor de comunicações;

e) Se, em 2002, o montante recebido por ambas as candidaturas fora praticamente igual, em 2006, Lula foi preferido pelo empresariado de um modo geral, pois recebeu R\$ 75 milhões (aumento de 157,5%), enquanto Alckmin recebeu R\$ 45,8 milhões (aumento de 64,6%).

Outro ponto importante, destacado por ALMEIDA (2007 p. 58) é o seguinte:

“dos principais financiadores das campanhas de Lula e Serra, em 2002, e Lula e Alckmin, em 2006, é notável a presença de setores oligopolizados. Financeiro, construção civil e imobiliário, papel e celulose, químico e petroquímico, siderúrgico, mineração e comunicações aparecem, em maior ou menor nível dependendo da campanha, mas estão lá. Quem sabe é mera obra do acaso de setores que estão se desenvolvendo acima dos demais. Afinal, tamanha pujança costuma inspirar benevolências, certo?”.

Singer não discute o “realinhamento eleitoral” da burguesia brasileira, pois está olhando apenas para a distribuição dos votos e não para o financiamento das campanhas, nem para a natureza do Estado e a relação disso com a consolidação de uma determinada forma hegemônica. Sua noção de “bloco no poder” é orientada para as classes subalternas e não para as classes dominantes. Consequentemente, fica mais problemática a tese de que o “lulismo” seria realmente representante de um “completo projeto de classe” do subproletariado.

O uso do conceito de subproletariado também precisa ser problematizado. Lembremos que Singer o pensa como sinônimo de “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” e que isso remete à categoria de superpopulação relativa de Marx e sua vinculação com o ciclo de acumulação de capital. Baseando-se no filósofo alemão, Ruy Braga discordará da forma como Singer concebe a ideia de subproletariado. Segundo ele, a superpopulação relativa de Marx teria divisões internas de acordo com a “distância” que cada parcela tem para com a capacidade de absorção do capital em cada momento do seu ciclo de acumulação. Ele apresenta as seguintes diferenciações no interior da superpopulação relativa: 1) *flutuante*, aquela parte que ora é repelida, ora é atraída pelas empresas capitalistas, dependendo do momento do ciclo; 2) *latente*, trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade na indústria e vindos de setores de economia tradicional, especialmente rural; 3) *estagnada*, parte da força de trabalho ocupada em postos degradantes que a levam a uma reprodução subnormal de suas condições de existência; 4) *pauperizada*, massa de indigentes, doentes, acidentados e incapacitados para o trabalho devido à idade (BRAGA, 2012 p. 17). Segundo o autor, André Singer amalgamaria no conceito de subproletariado a “população estagnada” e a “pauperizada” (Idem p. 26).

Braga discorda da atribuição de um caráter conservador imputado por Singer a esta parcela da classe trabalhadora. Através de “revisitas etnográficas”, isto é, passando em revistas estudos clássicos sobre a sociologia brasileira do trabalho e do sindicalismo, ele identifica, sob as formas aparentemente “tuteladas” do comportamento operário (como durante o período convencionalmente chamado “populista”), uma constante “inquietação social” das parcelas mais mal pagas da classe trabalhadora (a referência são os “peões” nordestinos que migraram para trabalhar principalmente na construção civil e na indústria metalúrgica de São Paulo) na forma de um “classismo prático” ou daquilo que Gramsci chamara de “subversividade esporádica”. Esta, por sua vez, ao encontrar-se com a burocracia sindical já instalada na região metropolitana de São Paulo, gera um modo de relacionamento entre bases e direções políticas que seria, para ele, o arquétipo da “hegemonia lulista” ou da “dialética do lulismo”:

“[...] cuja essência consiste em combinar o consentimento passivo das massas – que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo – com o consentimento ativo das direções sindicais – seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão (Ibidem p. 37).

A leitura de Singer sobre o “conservadorismo popular” teria, para Braga, alguns paralelos com aquelas presentes nas teorias sobre o populismo em que a participação política dos operários era entendida como dependente da “manipulação” ou “tutela” típicas da “política de massas”, na qual, impossibilitados de se auto-organizarem, os trabalhadores pobres se ligariam à lideranças carismáticas que aparentassem limitar, pela mediação do Estado, o poder excessivo dos ricos. Contra esta leitura, o autor busca na revisita aos estudos sobre o populismo justamente a inquietação operária, que embora tenha sido marcada pela “inorganicidade” (Ibidem p. 121), foi responsável por conquistar os direitos políticos e sociais que alguns tendiam a entender como concessões dos dominantes aos dominados.

Esta inquietação social estaria sempre presente nesta parcela da população, residindo nela a possibilidade de formação de uma ação política, cujas formas não são previamente dadas, mas são construídas no contato tenso e crítico entre aquela substância potencialmente explosiva derivada da vivência da precariedade das condições de vida e as já existentes estruturas políticas organizativas, representativas e, muitas vezes, já burocratizadas. Para Braga, Singer não concebe a existência dessa política:

“conforme André Singer, ao satisfazer os desejos de consumo de milhões de trabalhadores pobres e excluídos por meio das políticas públicas federais, o

lulismo contentaria o subproletariado brasileiro, legitimando a conversão petista à ortodoxia financeira. Assim, um Lula da Silva à frente de uma massa estagnada e pauperizada teria logrado constituir uma nova força social, potencialmente progressista. Onde Chico [de Oliveira] percebeu os riscos de uma ampla despolitização das classes subalternas promovida pela hegemonia lulista, Singer identificou uma espécie de ‘ponto de fuga para a luta de classes’ operado desde cima por um ‘nordestino saído das entranhas do subproletariado’” (Ibidem p. 26).

Onde Singer vê a solução para a passagem do “reformismo fraco” ao “reformismo forte”, isto é, a “politização” do subproletariado pelo “velho” proletariado, Braga enxerga a latência do arquétipo da “hegemonia lulista”, posto que nesta relação entraria a ação burocratizada das lideranças políticas no sentido de canalizar a “inquietação” típica do “subversivismo esporádico” a formas consentidas de adesão à ordem.

A relação “base/direção” própria de estruturas de representação política, como sindicatos e partidos, é usada por Braga como analogia para entender a relação entre o governo Lula e a classe trabalhadora nos moldes de uma “nova forma de dominação social – apoiada sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e somada à integração à estrutura sindical oficial, isto é, ao Estado, daqueles ativistas mais destacados [...] Uma forma de dominação que desabrochou plenamente apenas após as eleições presidenciais de 2002” (Ibidem p. 179). O consentimento ativo da burocracia se converte no transformismo da direção política e o consentimento passivo se converte na subordinação dos subalternos à política de conciliação de classe.

Na medida em que, para Braga, a classe trabalhadora é acuada, de um lado, pelos efeitos de amoldamento promovidos pela burocratização de seus instrumentos luta e, de outro, pela incapacidade do sistema político-econômico seguir incorporando, na medida das expectativas geradas, a mobilidade social de amplos setores populares, a base sobre a qual repousa a inquietude (com o perdão do paradoxo) é extremamente instável. O consentimento passivo seria, também ele, inorgânico, pois o aumento de consumo combinado com a deterioração das condições de trabalho geraria uma “potencialidade negativa” da ação dos trabalhadores (Ibidem p. 217) e guardaria a possibilidade de experiências políticas criativas.

Assim, para o autor, o “lulismo” seria uma “hegemonia precária”⁶⁰ (Ibidem p. 182), que combinaria “dois tipos distintos, mas complementares de consentimento” (Ibidem p. 178)

⁶⁰ O autor também caracteriza o populismo como “hegemonia precária”: “a regulação populista assentou-se sobre uma *hegemonia precária* sob a constante ameaça da substituição de eleições pela repressão mais desavergonhada. O suicídio de Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964 fortalecem essa hipótese” (Idem ibidem p. 53).

– o ativo das direções e o passivo das bases – em uma “dialética de pacificação social” (Ibidem p. 181), que, contudo, não estaria totalmente fechada.

Com esta discussão, o autor procurar negar a atribuição de “conservadorismo” às camadas populares. No caso de André Singer, é o caráter conservador do subproletariado que faria com que o lulismo, ao vocalizar suas aspirações de mobilização social sem radicalização política, teria imposto uma modulação fraca ao reformismo. A atribuição de um caráter político conservador sem referência à história ao comportamento de uma classe ou fração de classe não incorpora a processualidade histórica no qual o ser da classe se forma nas contradições entre os modos de dominação e apassivamento da consciência de classe e as brechas abertas pelas crises imanentes ao desenvolvimento contraditório do capital.

Ao deslocar a análise do campo eleitoral para o da precarização das relações de trabalho, lá onde SINGER (2012 p. 46) enxerga o “lulismo” como um pacto conservador “sem mobilização e organização desde baixo, o que pode comprometê-lo numa situação de crise”, Braga encontra justamente a potencialidade mobilizadora que poderia golpear esta forma de “hegemonia precária”⁶¹.

Ocorre que, da nossa perspectiva, Braga, ao operar com dois tipos de consentimento, não explica qual o critério que permite adjetivar um de ativo e outro de passivo. Tanto a burocracia sindical e estatal, quanto os trabalhadores teriam motivos “materiais” e “ideológicos” para o consentimento ao projeto “lulista”: controle de fundos públicos e aumentos salariais, melhoria relativa do consumo familiar, acesso ao crédito, etc. Assim, seria a ocupação de cargos na burocracia e no Estado, isto é, o gerenciamento da representação política que permitiria esta diferenciação? Seria o engajamento consciente, num caso, e inconsciente, no outro, no projeto de governo? Consideramos que esta perspectiva de Braga decorre da forma como ele usa a relação “direção/base” típica das organizações políticas como analogia, extrapolando sua pertinência descritiva, na forma de um modelo, para a compreensão das relações entre Estado e classes sociais. Deste modo, se restringe o alcance

⁶¹ Braga detecta, a partir dos estudos com os operadores de telemarketing, que a continuidade do lulismo estaria franqueada à ampliação do consumo popular. É nesta relação conflituosa entre o modelo de regulação e as exigências do regime de acumulação que se encontra, para o autor, a raiz da potencialidade negativa dos subalternos, seu “classismo prático”, e que, segundo ele, “é capaz de golpear o atual modelo de desenvolvimento dirigido pela burocracia lulista”. Concordamos que a manutenção do crescimento do consumo popular determinaria, em grande parte, a reprodução do “equilíbrio instável” do “lulismo”, mas não precisou do classismo prático do precariado pra golpear o modelo de desenvolvimento. O esgotamento das fontes de recursos que o mantinha em pé deu cabo disso sem que o “classismo prático” tivesse o protagonismo em levar “o lulismo às cordas”.

do conceito de hegemonia à relação entre o “partido no governo”, as clivagens no interior da classe trabalhadora e as formas tradicionais de representação sindical e política. A dimensão “consensual” da hegemonia é pensada, então, em termos da relação entre a classe e sua representação no governo. E, por sua vez, a dimensão da “dominação” é pensada em termos da relação entre a burocracia e a base, que tentaria apassivar aquela “potencialidade negativa” da “subversividade inorgânica”. Tanto na dimensão consensual quanto na dimensão da dominação, está ausente a função das frações burguesas nesta “equação hegemônica”, uma vez que os “aparelhos privados de hegemonia” da burguesia e o próprio caráter de classe do Estado não comparecem na análise.

Em outro momento Braga indica que seria a ausência de “um projeto político autônomo” que permitiria diferenciar um tipo de consentimento do outro. Referindo-se ao momento em que o que ele conceitua como “precariado”⁶² migrante chega para trabalhar na construção civil e no setor metalúrgico de São Paulo, afirma:

“ao identificarmos na articulação entre o poder sindical e o ativismo das bases a arqueologia da hegemonia lulista, destacamos a natureza reformista dessa práxis. Uma hegemonia apoiada na combinação da incorporação dos ativistas mais destacados à estrutura sindical (consentimento ativo), ou seja, ao Estado capitalista, com a conquista de pequenas concessões materiais aos trabalhadores (consentimento passivo). Não é demais observar que o adjetivo ‘passivo’ qualifica o substantivo ‘consentimento’, implicando apenas que o precariado metalúrgico, politicamente ativo, consentia em seguir, sem um projeto político autônomo, a burocracia sindical de São Bernardo” (Ibidem p. 36).

Mas qual seria este “projeto político autônomo”? De onde ele recolheria a autenticidade necessária para se firmar com autonomia? Das contradições inscritas na relação entre condições precárias vividas e os horizontes de mobilidade social aspiradas pelo “precariado” ou na contraposição de concepções de mundo diferentes, em hegemonias alternativas, a partir da contradição geral entre capital e trabalho?

⁶² Do nosso ponto de vista, a noção de precariado é problemática. Entendemos que, para o autor, ela pretende fazer referência às diferenças entre a posição social do “proletariado fordista” – entendido como aquela parcela da classe trabalhadora coberta pelos institutos da “cidadania salarial” (proteção social do Estado e garantia da capacidade de consumo pelos aumentos salariais advindos do aumento da produtividade do trabalho) – e a posição de parcelas significativas da classe trabalhadora que, estando aquém desta “cidadania salarial” teriam condições mais precárias de reprodução social da sua vida. O uso do conceito, contudo, traz dificuldades, pois todo o proletariado traria em si mesma a condição de precariedade típica da relação salarial (subordinação real do trabalho ao capital). Se, como diz o autor, “o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado, seu ‘outro’ bastardo ou recalçado” (Ibidem p. 17), por que usar um adjetivo para distingui-lo do “proletariado”, como, por exemplo, “proletariado precarizado”? Embora, segundo o autor, o conceito de precariado tenha como uma de suas funções destacar a dimensão de precariedade imanente à mercantilização da força de trabalho, tendo assim um caráter extensivo à toda a classe, ele inclui depois um critério restritivo, ao dizer que o precariado é a fração mais mal paga e explorada do proletariado, constituindo a principal parcela da classe trabalhadora dos países capitalistas periféricos. Consideramos que, por isso, este conceito não atinge os objetivos a que se propõe.

A formulação de um projeto político autônomo está condicionada à formação de um sujeito histórico em dois significados principais: estar sujeito à história (submetido à, determinado pela) e simultaneamente ser sujeito dela (determinante da, criador de). O projeto político é a expressão sistematizada de um conjunto de intenções determinado na práxis histórica. Não é um problema exclusivamente de formulação intelectual descolada da resolução de problemas concretos que um grupo social se coloca para solucionar. Como afirma COELHO (2005, p. 320):

“enquanto permanecem como representações difusas, porém, mesmo sendo já uma forma de conhecimento efetivo da realidade política do grupo, estes elementos não configuram um projeto, posto que lhe falta um componente essencial, o caráter intencional e sistemático. Torna-se projeto a partir do momento em que exprime uma perspectiva consciente de mediação entre teoria e prática, entre uma concepção de mundo e um plano de ação sobre ou com o mundo, que procura estruturar-se adequando meios a fins. O projeto político é construído na medida em que um grupo social avança no desenvolvimento da autoconsciência crítica ou superação da sua visão ingênua de mundo. Ele é parte deste avanço, na verdade, o seu elemento mediador”.

Haveria, neste sentido, “autoconsciência crítica” sobre sua concepção de mundo em toda a burocracia sindical e estatal que aderiu ao governo Lula que justificaria adjetivar como ativo o seu consentimento, em detrimento das “bases passivas”?

Ao discutir o problema da burocratização, BRAGA (2012 p. 159) afirma:

“em termos valorativos, o burocrata é partidário de um fatalismo essencialmente conservador que, acompanhando Mandel, poderíamos chamar de *materialismo da obediência passiva*. Grande parte dessa ideologia nutre-se da função social ‘paraestatal’ que o burocrata sindical exerce. Dispensável dizer que este é levado a identificar no Estado capitalista o instrumento *por excelência* da solução dos conflitos trabalhistas”.

Como compatibilizar isso com a tese do “consentimento ativo das direções”? Como um “consentimento ativo das direções”, que Braga qualifica como burocratizadas, pode estar fundado num “materialismo da obediência passiva”? Uma obediência passiva gerando um consentimento ativo?

De nossa perspectiva, caberia pensar a hegemonia em termos mais amplos, recuperando dimensões como as destacadas por Perry Anderson:

“a existência do Estado parlamentarista constitui assim o quadro formal de todos os outros mecanismos ideológicos da classe dirigente. Ela fornece o código geral em que cada mensagem específica é transmitida em qualquer outro lugar. Este código é tão poderoso porque os direitos jurídicos da cidadania não são uma simples miragem; pelo contrário, as liberdades civis e o sufrágio da democracia burguesa são uma realidade tangível, cuja realização

foi em parte obra do próprio movimento operário e cuja perda seria uma derrota importante para a classe operária” (ANDERSON, 1986 p. 28).

Aspecto também destacado por PRZEWORSKI (1989, p. 27), para quem “um traço característico da democracia capitalista consiste na individualização das relações de classe na esfera política e ideológica”. Braga parece operar com o conceito de “classe em si” como se fosse o nível mais básico da constituição da consciência, quando, na verdade, há um momento anterior do processo, no qual os indivíduos se percebem abstraídos do movimento histórico em que estão de fato inseridos, como se fossem mônadas, organizados sob as condições contraditórias do *citizen* e do *bourgeois*, isto é, da individualidade burguesa e seu caráter de “serialidade” (Sartre)⁶³. O consentimento popular ao mundo burguês encontra raízes na noção de autonomia e autodeterminação individuais.

No mundo da mercadoria, a troca entre equivalentes não é uma falsidade, mas regra da “esfera ruidosa da circulação” (Marx), que, contudo, encobre a desigualdade essencial: a divisão entre força de trabalho livre e propriedade privada dos meios de produção como elementos fundantes do processo de produção de capital. No campo da consciência social e da política, a lógica da igualdade jurídica, da eticidade das instituições do Estado não são “ideias falsas” no sentido cognitivo, mas são ideias dominantes por serem expressões ideais de dominações reais, “as relações materiais dominantes apreendidas como ideias”, as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007 p. 47). Consideramos que estas determinações estão ausentes da análise crítica que Braga faz da tese de Singer e são fundamentais para entender como se generaliza o consentimento necessário à forma hegemônica que se consolidou durante o período de Lula no governo federal.

Voltemos a André Singer. Há ainda uma ausência sintomática no esquema desenhado por ele para entender o “lulismo”. Na estrutura de argumentação operada por Singer há simultaneamente uma contradição e uma inversão. A contradição é a de que, embora reconheça que o subproletariado não teria possibilidade de apresentar um projeto societário típico de um sujeito histórico autônomo (para isso, segundo ele mesmo diz, seria necessário que o subproletariado se fundisse ao proletariado), ele atribui a esta fração de classe não apenas uma visão de mundo e uma prática política conservadoras, mas também um “horizonte

⁶³ Serialidade seria o caráter da relação entre indivíduos dominada pela indiferença recíproca, na qual a unidade entre eles é conferida apenas por um elemento exterior, na medida em que internamente as condições comuns de vida que permitiriam a unificação estão fora do horizonte. A forma que emerge desta unidade alienada é uma espécie de pluralidade de solidões. Um dos exemplos mais citados é uma fila de ônibus, em que os indivíduos se agrupam sem que as condições comuns a todos gerem automaticamente uma forma coletiva consciente, ficando cada um com sua solidão. Para uma referência do uso destes e outros conceitos sartreanos no estudo do processo de constituição da consciência de classe, Cf. IASI, 2006, especialmente a primeira parte.

programático” ao dizer que o “lulismo” seria a materialização de um “completo programa de classe”. Há também uma inversão, de certa forma consequente com a premissa, na medida em que o argumento é o de que seria o subproletariado que projetaria no “lulismo” seu programa, de modo que o sentido da determinação seria desta fração de classe em direção ao governo. Se aliarmos esta inversão com a analogia do bonapartismo que veremos a seguir, a impressão que se tem do argumento é de que é o subproletariado que “tutela”, de certa forma, o governo e não o contrário.

Disso se desdobra uma tese passível de captar nas entrelinhas. Singer afirma que o “reformismo fraco” teria sido uma opção do governo tendo em vista um entendimento de que as condições postas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a sua estrutura de poder político impossibilitavam a adoção do programa expresso no “reformismo forte” típico da formação do PT (um programa de reformas estruturais geraria instabilidade política, afastando a burguesia e o subproletariado do apoio ao governo). Um dos problemas que precisaria ser equacionado para tornar possível o “reformismo forte” seria a constituição de uma “maioria nacional”, para a qual a fusão do subproletariado no proletariado seria condição *sine qua non*. Lembremos que o autor considera que o problema reformista do “lulismo” era de ritmo e de que, portanto, se tivesse tempo suficiente (“algumas décadas”)⁶⁴, a redução paulatina da superpopulação relativa pela incorporação do subproletariado no emprego formal e no mercado de consumo, isto é, a superação da segmentação da classe trabalhadora em duas parcelas estruturantes (proletariado e subproletariado) ofereceria a possibilidade de pautar o projeto do proletariado (o “reformismo forte”) enquanto sujeito histórico autônomo. Por esse argumento, depreende-se que, embora vocalizasse, de modo imediato, um “completo programa de classe” do subproletariado, o “lulismo” e Lula como líder carismático mediador do “pacto conservador” estariam, na verdade, sub-repticiamente realizando a ritmo lento o programa do proletariado brasileiro, que, contudo, é um sujeito que fica “invisível” na argumentação do autor⁶⁵.

Na estrutura da tese de Singer, o “pacto conservador” é constituído pela aliança entre a burguesia e o subproletariado mediado pela figura do líder carismático. Nela, há uma certa

⁶⁴ Hipotecar um projeto a um futuro indeterminado sem a crítica radical da forma capitalista de reproduzir socialmente a vida parece não ser exclusividade de Singer. Hanna Arendt, em seu célebre *A Condição Humana*, também evocava o decurso de “algumas décadas” para a realização do “fim do trabalho”. Dizia ela: “o advento da automação, que *dentro de algumas décadas*, provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade” (ARENDR, 2007 p. 12 – *grifo nosso*). Publicado em 1958, várias décadas se passaram e o “fardo do trabalho” está cada vez mais pesado diante da histórica e reificada condição humana sob o capital.

⁶⁵ Agradecimento a Mauro Iasi por ter chamado a atenção para esta questão durante a banca de avaliação.

invisibilidade do proletariado – classe fundamental do modo de produção capitalista –, que está impossibilitado de apresentar o seu programa. O “pulo do gato” aqui é que o argumento sustenta-se basicamente na substituição do proletariado pela figura do líder carismático que, se tivesse tempo suficiente, criaria as condições para possibilitar a realização de um “completo programa de classe”, mas, desta vez, do proletariado. A pergunta que fica, contudo, é: durante este “intervalo”, como ficam os interesses do proletariado? Seria possível que apenas o processo de “politização” da “nova” pela “velha” classe trabalhadora no curso do “reformismo fraco” constrangido pelo “pacto conservador” fosse responsável por preparar as condições para, quando chegasse a hora, o “salto dialético” em direção ao “reformismo forte” se realizasse?

O núcleo do argumento de Singer não aborda estas questões. Nossa hipótese é a de que deixar o proletariado praticamente invisível na estrutura da argumentação e atribuir a realização de seu programa ao tempo de duração do “lulismo” (algumas décadas) deriva da adesão a uma concepção muito linear dos processos políticos típica de um “republicanismo” que pressupõe que as “regras do jogo” democrático serão sempre respeitadas, o que não opera com a questão da relação entre poder e seu fundamento nas classes sociais, seus interesses e a relações que o “jogo” e suas “regras” guardam com as exigências de acumulação de capital.

Este sintoma reaparece no recurso às analogias que Singer mobiliza para caracterizar o “lulismo”, dentre as quais está a referência ao bonapartismo. Dissemos também que ele toma cuidados ao recorrer a esta imagem, justamente pela distância histórica entre o Brasil dos anos 2000 e a França da metade do século XIX. Aliamos a isso, as incongruências de conjuntura entre o fato de Luis Bonaparte dar um golpe de Estado na sequência da derrota da revolução de 1848 e Lula ter assumido o governo por meio de eleições normais sem qualquer risco de inflexão radical sobre as instituições do Estado. Mas ele insiste na analogia por considerar que o bonapartismo serve como modelo para indicar a “margem de arbitragem” possibilitada pela vinculação do líder carismático com a “massa inorgânica”. Em seu diálogo crítico com o autor, Marcos Nobre aponta dificuldades maiores para operacionalização desta analogia:

“é justamente n’*O 18 Brumário* que se pode encontrar a famosa afirmação de que os ‘homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua vontade, em condições de sua escolha, mas sob condições imediatamente dadas, presentes e herdadas’. Pois acho que esse é um dos principais problemas da análise de Singer. Ao contrário do Marx d’*O 18 Brumário*, não encontramos uma análise das correlações de força concretas⁶⁶ ‘imediatamente

⁶⁶ A ausência da análise das relações de força também impacta no recurso à analogia do cesarismo. GRAMSCI (1984 p. 64) alertava que “o cesarismo é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica”, sendo necessária cautela na sua utilização. De qualquer maneira, teria como característica o fato de

dadas, presentes e herdadas' no caso do governo Lula. Não há, por exemplo, uma reconstrução do declínio da ditadura militar e da redemocratização; não há nem mesmo uma reconstrução do período FHC. Ou uma periodização do próprio governo Lula, mostrando as radicais mudanças que ocorrem, por exemplo, após o cataclismo do mensalão. Usando a metáfora do bonapartismo sem a contrapartida das análises minuciosas do jogo político, como fez Marx, não se entende, afinal, *por que* nasceu o lulismo. E o efeito desse déficit é que o lulismo acaba surgindo no livro unicamente como resultado do encontro de um líder operário com o poder federal, e não das diferentes estruturas e correlações de força herdadas e incontornáveis da estabilização econômica e política tal como realizada no período FHC (NOBRE, 2013 p. 180).

A analogia do “lulismo” com o bonapartismo exigiria um estudo a parte. Fiquemos apenas com algumas indicações. A análise da situação concreta das forças políticas na França de 1851, permitiu a Marx identificar como a autonomia relativa do Estado diante das classes sociais pode, em determinadas conjunturas, significar a abdicação por parte da burguesia em ocupar a direção direta do Estado, delegando a um representante indireto a função de garantir as condições gerais para a reprodução do capital e de sua dominação, conferindo uma maior margem de manobra para o “líder” na relação com os interesses corporativos das classes e suas frações. Assim, o líder aparece na cena pública como representante da “unidade nacional”, quando, na verdade, opera a reconfiguração do poder burguês. DEMIER (2016) faz um estudo sobre o conceito de bonapartismo, a partir das interpretações de Poulantzas e Losurdo que nos ajudam na atual discussão.

Segundo o autor, em Poulantzas, a “autonomia relativa” do Estado é um dos seus traços constitutivos, independentemente da conjuntura política. Situações conjunturais de “equilíbrio catastrófico” (Gramsci) podem intensificar esta “autonomia relativa”, na medida em que a emergência da crise torna o Estado democrático incapaz momentaneamente de funcionar como meio para organização das frações burguesas e, então, esta desorganização, associada ou não a um avanço dos subalternos, exige um governo indireto da burguesia. Neste caso, a burocracia estatal poderia se converter em uma força social efetiva, reforçando a autonomia relativa do Estado, mas executando um programa que procura garantir as condições gerais da reprodução do capital e da ordem burguesa.

Losurdo faz uma reflexão histórica da emergência do bonapartismo como fenômeno político geral, sendo, segundo ele, uma reação da burguesia aos perigos potenciais que o

ser a expressão de uma “situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode levar à destruição recíproca” (Idem p. 63). Ora, a vitória eleitoral de Lula, embora tenha sido apresentada como o momento em que a “esperança venceu o medo”, foi conseguida em que não havia esse “equilíbrio catastrófico” de forças antagonistas. Aliás, o processo de moderação política do PT antes da vitória de 2002 e durante os seguidos mandatos presidenciais foram em grande parte justificada pelo campo “democrático e popular” com o argumento de que a “correlação de forças não era favorável”.

sufrágio universal e, por meio dele, a “maioria numérica” dos trabalhadores poderiam ter em relação ao regime da propriedade privada. Neste sentido, o bonapartismo estaria atrelado a um processo histórico, intensificado e generalizado no século XX, de decadência do sufrágio universal e de desemancipação da classe trabalhadora: “em linhas gerais, a tese proposta por Losurdo é de que o bonapartismo, como regime político, teria se erigido como um modo de incorporação controlada dos setores subalternos à esfera política, num momento em que a pressão exercida por estes sobre as antigas formas exclusivistas de dominação mostrava-se incontornável” (DEMIER, 2016 p. 195).

A perspectiva é histórica, ou seja, o caráter geral do bonapartismo não deriva da relação geral entre Estado e classes sociais, como ocorre em Poulantzas, mas decorre da constituição de uma forma política pensada como alternativa burguesa encontrada no momento em que as restrições eleitorais (censitária, étnica, de gênero, instrução formal, etc.) deixaram de existir com o estabelecimento do sufrágio universal. A possibilidade da socialização da política aberta pelo sufrágio universal foi organizada de modo que a incorporação dos setores populares à política se deu pela neutralização das suas tendências mais radicais, sua desarticulação e pelo fortalecimento da crítica e da marginalização dos “corpos intermediários” entre o cidadão e o líder nacional, como partidos, sindicatos e outras formas associativas. A ligação direta entre eleitor e líder carismático era acompanhada de uma personalização do poder, que pavimentava o caminho para o Estado de exceção como necessidade para, em situações de emergência crítica, o líder se autoproclamar o representante da nação, se apoiando na “infantilidade” da massa e pregando a pacificação nacional.

O sucesso da generalização da solução bonapartista exigiria, para o autor, a dissolução e a marginalização dos partidos políticos e, por isso, a diferença entre o bonapartismo e outras formas de dominação é a sua característica de ser um regime político de massas, baseado na consulta plebiscitária e não mais na disputa programática, de projetos de sociedade, da “grande política”. Outras características do bonapartismo, na visão de Losurdo, seriam, segundo Demier:

“a normalização do Estado de exceção, o militarismo, o anticomunismo, o caráter plebiscitário dos processos eleitorais, o constante apelo retórico às massas por parte dos chefes de Estado, a personalização do poder político e seu correlato culto à personalidade, a força da propaganda política (exercida, principalmente, pelos meios de comunicação de massa), a ideia de uma ‘missão imperial’ a ser cumprida pela nação (conduzida por seu líder máximo) e a consequente ‘exportação do conflito’ por meios beligerantes” (Idem, p. 197).

Demier, por sua vez, considera que ambos os autores não lograram captar o caráter específico do bonapartismo. Para ele, o fenômeno indica não um aumento de intensidade da autonomia relativa do Estado em conjunturas particulares, como pensava Poulantzas, nem o caráter generalizado de regime político burguês durante todo o século XX, como afirma Losurdo, mas uma forma ou um regime de governo relativo a conjunturas políticas específicas, em que haveria uma “autonomia relativa mais propriamente política do Estado em face dos representantes políticos diretos das classes sociais” (Ibidem, p. 178). As características destas conjunturas específicas seriam a presença de um proletariado fortalecido e mobilizado, provocando cisões no seio da burguesia, levando a uma crise de hegemonia, a uma incapacidade hegemônica da burguesia em seguir dirigindo politicamente a sociedade. Neste contexto, o Estado adquiriria uma “ingente força política própria”, que não é expressão de nenhuma das frações burguesas e nem do proletariado e que, mesmo assim, representa os interesses do conjunto da classe dominante. O bonapartismo seria, então, um regime político de domínio indireto da burguesia exercido em seu nome – no qual ela não teria “*acesso direto às rédeas do Estado*” (Ibidem p. 179 – grifos no original) –, manifesto pelo caráter arbitral do Estado diante do conflito político agudo e que aparece como representante da unidade nacional. Por ser indireto, implica na necessidade de um mediador, de um operador político, que não é diretamente burguês.

Se em Poulantzas, o traço estrutural era a autonomia relativa do Estado e, em Losurdo é o objetivo político da classe dominante de blindar a democracia frente ao *demos* (povo) que constitui a essência do bonapartismo, para Demier o bonapartismo seria uma solução “não-hegemônica” para uma “crise de hegemonia”⁶⁷.

Neste debate, Valter Pomar apresenta um ponto de vista diferente. Segundo ele, na qualidade de presidente da República, Lula “*pensa e atua como se fora um dirigente sindical*”⁶⁸, para quem a expansão dos negócios da *empresa Brasil* amplia as chances de ‘remuneração’ da classe trabalhadora, cabendo ao governo atuar como uma diretoria de sindicato, arbitrando conflitos. Noutras palavras: a transformação de um sindicalista em dirigente partidário e deste em presidente da República o metamorfoseou... num dirigente sindical” (POMAR, 2005 p. 285-286 – grifos no original). O problema deste tipo de raciocínio é que ele toma método de ação por função. A arbitragem como método do

⁶⁷ A tese é interessante, mas ainda fica uma dúvida: parece-nos que na lógica do autor, a autonomização relativa do Estado é um fenômeno conjuntural que opera em situações não hegemônicas. Mas e as situações hegemônicas? Seriam aquelas em que o Estado não gozaria desta autonomia relativa?

⁶⁸ Mesma concepção foi expressa por Marilena Chauí, em debate na USP, no dia 30/05/2016. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=w5TGH1-JDlo>

governante em uma situação de equilíbrio de forças não é igual à função de um representante de classe no estabelecimento do próprio equilíbrio. Se Pomar estivesse correto, como representante sindical, Lula deveria, ao menos em tese, defender um dos lados da correlação de forças – o dos trabalhadores – buscando seu fortalecimento, o que significa “desequilibrar o equilíbrio” em favor dos subalternos. Se um dirigente sindical, em sua ação, pensa em resolver os problemas de administração do equilíbrio como princípio de formulação de sua própria ação, ele está pensando com a cabeça do adversário.

Do nosso ponto de vista, o atrelamento do termo bonapartismo aos fenômenos políticos em que um “líder carismático” aparece diante das “massas” como seu representante direto com um poder suficiente “arbitrar” com neutralidade os diferentes interesses tem como uma de suas funções não declaradas ocultar, mediante a atribuição do fenômeno da “personalização do poder”, o conteúdo de classe do Estado, que opera em autonomia relativa. Deste modo, consideramos que ao procurar vincular o “lulismo” com o bonapartismo, André Singer opera um ocultamento do caráter de classe do governo Lula, inclusive ao focar na ligação entre líder e subproletariado e pouco falando sobre a intensa atividade em que sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos estiveram defendendo o “governo em disputa”. Parte significativa do sindicalismo e dos movimentos sociais foram atores-chave da “arbitragem”.⁶⁹ A “invisibilidade do proletariado” na descrição do “lulismo” se manifesta na escolha da perspectiva eleitoral como fundamento da análise e não contempla a intensa atuação de empresas, ONGs, organizações sociais e políticas que, como veremos no capítulo seguinte, contribuíram para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.

Assim, embora possua traços comuns às três definições do fenômeno trazidas à baila consideramos que o governo Lula não é uma expressão particular do fenômeno bonapartista, pois este pressupõe não apenas que o líder carismático neutralize a tensão excessiva entre as classes e frações, mas principalmente que centralize nele o poder de Estado com o fim de desorganizar estas mesmas classes e frações. Isso não ocorre durante o período não porque Lula não tivesse habilidades de negociação, nem significa que ele não arbitrasse em determinadas circunstâncias. Ocorre que o brilho do líder carismático era expressão de uma política de conciliação que operou provisoriamente a autonomia relativa do Estado brasileiro em um contexto econômico favorável à concertação política em um horizonte social em que estavam ausentes a crise econômica, seus efeitos e o risco da ruptura revolucionária.

⁶⁹ Para BRAGA (2016, p. 88), boa parte do “novo sindicalismo” acabou se conformando a ser um “sócio menor do bloco do poder capitalista no Brasil”.

O “encontro de um líder operário com o poder federal” é, por sua vez, também a chave para apresentar o “lulismo” como uma forma política parecida com a do período populista⁷⁰ (SINGER, 2012 p. 34). O autor concorda com Fábio Wanderley dos Reis, para quem o “lulismo” é um fenômeno em que a relação de identificação política entre candidato e eleitor está assentado na posição socioeconômica do segundo. Para Reis, a polarização política não é ideológica, prevalecendo o que o autor chamaria de “imagens toscas” e Lula faria parte da uma nova onda “populista”, junto com governos da América Latina, como Chávez, Morales, Correa. Aqui, Singer diverge, dizendo que o “lulismo” constrói uma polarização ideológica entre ricos e pobres, que retira a centralidade entre esquerda e direita (Idem p. 32).

Para BOITO JR. (2005 p. 54), o governo Lula (ele não fala em “lulismo”) também teria relações com o populismo, na medida em que praticaria “a política do ‘novo populismo conservador’ – um tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada lançando mão, para tanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios”.

Para Ruy Braga, o lulismo seria a própria *aufhebung* do populismo brasileiro, uma “superação dialética”, na qual

“o momento *negativo* deve ser buscado no amadurecimento da experiência operária ao longo do ciclo grevista de 1978-1980, o *conservador*, na reconciliação da burocracia de São Bernardo com a estrutura sindical oficial e, conseqüentemente, com o Estado capitalista – coroada pela transformação, ao longo dos anos 1990, do PT em uma notável máquina eleitoral –, e a *elevação*, na conquista do governo federal em 2002, que possibilitou àquela burocracia sindical converter-se, definitivamente, em gestora da poupança dos trabalhadores” (BRAGA, 2012, p. 44).

Convém frisar que o cenário político do pré-1964 está ausente no contexto do governo Lula, principalmente pela ausência de propostas de reformas estruturais. Em alternativa, há as políticas de transferência monetária condicionada destinadas ao combate à pobreza, as parcerias com o setor privado, o gasto público e os subsídios tributários por meio das quais se procura criar empregos e promover a inclusão de mais pessoas ao mercado de consumo. A combinação destes elementos com o crescimento da dívida pública e o impacto que ela provoca na destinação do orçamento público e suas disputas⁷¹ são muitas vezes usados

⁷⁰ “Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Não espanta que o debate sobre o populismo tenha ressurgido das camadas pré-sal anteriores a 1964, onde parecida destinado a dormir para sempre” (SINGER, 2012 p. 83).

⁷¹ “Nos doze primeiros anos de existência, entre 2003 e 2015, o programa Bolsa Família distribuiu R\$ 168 bilhões aos seus beneficiários, o que equivale a somente 37% do que o Estado gasta por ano com o pagamento de juros da dívida pública” (BENJAMIN, 2016 p. 20).

ideologicamente para acusar de privilegiados outros setores da classe trabalhadora que gozam de direitos conquistados com muita luta⁷².

Assim haveria uma tendência de inversão na relação entre “lulismo” e populismo, do ponto de vista dos direitos. Na medida em que os interesses do capital avançam sobre o que, no Orçamento Federal, ainda não está direcionado ao pagamento da dívida pública, limitam a ampliação do financiamento dos direitos universais previstos na Constituição (como, por exemplo, os sistemas de educação, saúde e previdência públicas). O discurso das “restrições orçamentárias”, reflexos que são da relação entre Estado e acumulação de capital, tem justificado o impedimento da realização concreta da universalidade abstrata dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Neste sentido, as pressões pela flexibilização na legislação social são justificadas pelo argumento de que quem está coberto pela proteção social seriam privilegiados, em comparação com a grande massa ainda alheia a estes direitos.

Uma perspectiva universalista das políticas sociais entra, assim, em contradição com o crescimento da dívida pública, assim como a precarização do trabalho atinge negativamente a capacidade, por exemplo, de a previdência social ampliar a sua cobertura. Ao lado da ampliação do volume de recursos destinados ao combate à pobreza, tem um processo progressivo de ataque aos direitos universais⁷³. Programas de transferência monetária condicionada e flexibilização da legislação de proteção social são polos do mesmo movimento de mercantilização dos direitos universais⁷⁴.

⁷² A lógica da dívida pública não é a do fortalecimento da iniciativa econômica do Estado, mas a lógica da transferência funcional da renda. A mesma inflação que corrói o poder de compra do trabalho é o critério sobre o qual se confere aos detentores da dívida pública ganhos reais no rendimento dos seus títulos, cuja taxa básica de juros está estabelecida sempre acima dela. Combinada com a estrutura tributária regressiva, que incide sobremaneira e indiretamente sobre o consumo, esta lógica da dívida pública transfere renda da massa salarial para o capital pela via da política econômica do Estado. Este quadro se agrava na medida em que uma das mais apregoadas medidas de contenção da inflação pelo pragmatismo econômico conservador é justamente a elevada da taxa básica de juros, ou seja, o combate à inflação se dá pelo incremento da transferência de renda da massa salarial ao capital rentista via vinculação de massas crescentes do orçamento público ao pagamento dos juros da dívida, garantido pelas altas taxas de juros, elevados superávits primários e as desvinculações de receitas da União.

⁷³ No final dos anos 1980, o Banco Mundial, sob a pressão de diversos setores como entidades filantrópicas e congressistas estadunidenses, passa a criar “fundos sociais de emergência” para financiar projetos de compensação aos efeitos de ajuste estrutural nos países da periferia capitalista. “Criados para operar como instrumentos de ação transitória e de curto prazo, em poucos anos se tornaram veículos de um novo modelo de política social cujo princípio básico é o da substituição da oferta universal de bens e serviços públicos pelo atendimento a demandas. Por isso, orientam-se pela focalização dos recursos em grupos-alvos, selecionados de acordo com a vulnerabilidade aos impactos do ajuste macroeconômico” (PEREIRA, 2016, p. 256).

⁷⁴ André Singer defendeu publicamente que o governo encaminhasse ao Congresso o projeto Consolidação das Leis Sociais (CLS), que teria como objetivo converter em política de Estado, iniciativas como o Bolsa Família, a valorização real do salário mínimo, o acesso ao ensino superior (via Fies e Prouni), entre outros. Mas nem Lula, nem Dilma encaminharam a proposta. Cf. SINGER, A. “A Estratégia Social”. **Folha de São Paulo**, 01/12/2012, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/1194294-a-estrategia-social.shtml>

Por fim, a “questão setentrional”. Lembremos que, em Gramsci, a formação de um bloco histórico entre os camponeses pauperizados do Sul e os empresários industriais do Norte da Itália, mediados pela figura do intelectual tradicional conformaria a “questão meridional”, em que parcela das classes subalternas (camponeses do Sul) impediria o avanço da luta da outra parcela (proletariado do Norte) contra o modelo econômico e político hegemônico na península. Para Singer, no caso Brasileiro, a concentração do subproletariado como “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” no Norte e Nordeste e sua subordinação política à oligarquia rural local configurariam, por analogia, a nossa “questão setentrional”.

Para ele, o “lulismo”, ao combater a miséria e ao desenvolver o capitalismo daquela região teria provocado uma alteração estrutural no bloco histórico agrário brasileiro: “A relação entre conservadores e massas do interior, sobretudo no Nordeste, é rompida apenas quando acontece o deslocamento lulista em 2006, que se projeta para 2010 e além”, provocando uma “mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular no Nordeste” (SINGER, 2012 p. 42), principalmente por “*descolar* o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir desta *novidade histórica*” (Idem, p. 44 – grifos do autor). Contudo, ao comentar as performances eleitorais do PT nas eleições de 1994 e 2006, ele diz

“os lugares onde Lula teve mais êxito não foram aqueles que deram a maior votação às listas de candidatos a parlamentares do partido. Chamaram [os autores citados] a atenção, igualmente, para o fato de que a distância entre a votação de Lula e do PT aumentava conforme caía o IDH do estado. Em outras palavras, nos estados mais pobres o expressivo contingente que votou em Lula em 2006 não votou no PT” (Ibidem p. 104-105).

O contexto desta afirmação é a distinção que Singer faz entre lulismo e petismo, apresentando ambos como movimentos inversamente proporcionais, isto é, à medida que um crescia, o outro diminuía. Mas se a votação em Lula não é acompanhada da votação no PT nos estados mais pobres, significa que os eleitores combinaram o voto em Lula com os votos nos representantes das oligarquias locais, o que demonstra que o “lulismo” não rompe, nem do ponto de vista estritamente eleitoral, com nossa “questão setentrional”, como ele havia diagnosticado, por não atacar o bloco histórico agrário brasileiro. Nisso, ele teria reproduzido uma experiência comum detectada por SECCO (2015, p. 89), segundo a qual “há que se considerar que depois dos anos oitenta, vitórias eleitorais se tornaram rotina e o PT foi paulatinamente absorvido pela força histórica do poder local. Famílias de posses ou

dissidências oligárquicas muitas vezes controlaram ou influenciaram políticas, quando simplesmente não fizeram negócios com políticos de esquerda”.

Singer precisaria ainda explicar como o “conservadorismo popular” atribuído por ele ao subproletariado e no qual o “lulismo” não apenas se apoiaria, mas vocalizaria seria, por sua vez, a fonte de um movimento político progressista. Além disso, em Gramsci, “bloco histórico” é pensado como “união de estrutura e superestrutura” e não como acordo de classes sociais em um sentido político comum, tendo, portanto, um sentido mais abrangente, relacionado a padrões históricos de constituição de formações sociais.

A análise de Singer, embora resgate Gramsci ao falar de cesarismo e revolução passiva, padece de incorporar uma teoria da hegemonia. A característica a ele atribuída ao “lulismo” de equilibrar os interesses das classes fundamentais (sem que nenhum deles se imponha totalmente ao outro) por supostamente ligar o subproletariado ao líder carismático o impede de analisar o modo específico pelo qual o governo Lula operou um processo de consolidação da hegemonia burguesa nas condições de um país capitalista periférico que logrou adaptações passivas da sua estrutura produtiva e de poder à conjuntura internacional favorável. Ao partir da tese do realinhamento eleitoral, Singer não analisa a composição do bloco no poder e quais frações da burguesia assumiam a direção hegemônica (formulação, aplicação, controle e avaliação) das políticas de Estado sob coordenação dos governos Lula.

Assim, a tese de Singer parece induzir para uma caracterização segundo a qual a natureza de classe dos governos Lula é proletário, mas que, em um momento tático, opera um programa do subproletariado constrangido que está pelo pacto conservador. Veremos, especialmente no próximo capítulo, como a discussão sobre a hegemonia permite um outro olhar para esta questão.

Um último argumento antes de encerrar esta seção. Lembremos que Singer pensa o “lulismo” recorrendo à dialética maquiaveliana da *virtú* e da fortuna. Lula teria aproveitado as oportunidades da expansão da economia mundial para canalizar seus ventos em favor de um modelo de crescimento com distribuição de renda, levando à diminuição da pobreza extrema e da redução significativa da pobreza absoluta. Vale dizer que ele não endossa as teses de uma “nova classe média” como decorrente do aumento da classe C, mas flerta com a imagem do “sonho rooseveltiano” brasileiro, isto é, de constituição de um país de classe média. De qualquer modo, colocada em paralelo às pesquisas de evolução da desigualdade do mundo, é possível perceber que a “virtude lulista” talvez esteja mais próxima de um fenômeno de alcance mais amplo.

Repercutindo a pesquisa de Branko Milanovic, que, na esteira aberta pelos estudos de Thomas Piketty, aborda o aumento da desigualdade no mundo sob os efeitos da globalização, MEDEIROS (2016, p. 70) afirma:

“no fim das contas, foram as rendas de dois grupos específicos que tiveram um crescimento verdadeiramente acelerado nos últimos vinte anos. O primeiro grupo compreende pessoas de renda relativamente baixa, não muito acima da pobreza, que vivem em países mais pobres. Essas são as pessoas que estão no miolo, na metade da distribuição global da renda – deixando para trás o grupo dos realmente pobres, mas por sua vez também sem conseguir alcançar os estratos remediados e ricos das grandes economias. Seria um exagero chamar essa fração do meio da distribuição de renda de ‘classe média global’, Milanovic admite, mas se for mais fácil entender assim, a ideia é esta: o miolo cresceu. O segundo grupo que aumentou sua renda e riqueza nas últimas décadas é o dos ricos dos países ricos, o topo da pirâmide. Comparativamente, ficaram praticamente estagnadas as classes médias, no sentido convencional do termo, na Europa, América do Norte e América Latina, que estão entre os 20% mais ricos da população mundial: seu crescimento não alcançou 1% ao ano” (MEDEIROS, 2016 p. 70).

Por esses dados, vê-se que a grande operação executada pelo governo Lula de “crescer distribuindo renda” pode não ter sido necessariamente uma operação da *virtú*, tratando-se, talvez, de uma tendência mundial. É claro que foi preciso decisão política para isso, mas ela não foi muito diferente das decisões políticas tomadas, em média, no mundo todo e isso por uma causa básica: elas não se contrapuseram à tendência objetiva de desenvolvimento do capital em escala mundial. Foram escolhas adaptadas a esta tendência e que, por isso, contribuíram para que o movimento da concentração de riqueza se desse naquele sentido.

Outra questão que estes cálculos envolvem é justamente a desmistificação de que o aumento da proporção do contingente populacional em posições pouco acima da linha da pobreza signifique automática ou necessariamente diminuição da desigualdade. Confere às teses de crescimento da célebre “classe C” ou da não menos propalada “nova classe média” o sentido que elas de fato têm quando confrontadas com a realidade: a de serem peças de propaganda oficial de governos. O crescimento do volume da renda dos 20% mais pobres não significa diminuição da desigualdade, pelo motivo simples de que há uma extraordinária concentração de renda no topo mais rico: “Os 10% mais ricos da população global se apropriaram de 60% de todo o crescimento do mundo entre 1988 e 2008. [...] em 2010 o 1% mais rico do planeta controlava 29% da renda e 46% de toda a riqueza mundial” (Idem p. 70-71). Aqui, a lógica do capital contraria a lógica física: 1% pesa mais do que 20%.

Procuramos, nesta seção, discutir uma das teses que mais informou o debate sobre o significado do governo Lula na estrutura de classes brasileira e sua relação com o Estado e, portanto, do poder político. Apesar do tom crítico, esperamos ter sido capazes de demonstrar

com fidelidade os pontos de vistas dos autores, sem distorcê-los. As teses a respeito do “lulismo” são instigantes porque promovem a inscrição do debate sobre o governo na tradição da sociologia e ciência política brasileira, mobilizando um conjunto de noções que permeiam ainda hoje as nossas chaves de interpretação sobre a realidade nacional. Por isso, sua apreciação crítica é fundamental.

Como o *18 Brumário* de Marx fora muito mobilizado nesta discussão, convém fecharmos este capítulo com ele. É célebre seu início onde MARX (2011 p. 25-26) afirma que

“justamente quando parecem empenhados em transformar a si mesmo e as coisas, em criar algo nunca visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam de empréstimo seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial”.

É claro que o contexto do “lulismo” não é de uma época de “crise revolucionária”, mas talvez seja o de apogeu e crise de um ciclo de uma determinada experiência política da classe trabalhadora brasileira. Todos aqueles que nos colocamos do lado da transformação social estamos às voltas com isso e, de fato, “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos”.

Em uma entrevista que André Abujamra concede ao seu pai no programa *Provocações*⁷⁵, ele relata que só depois de muito tempo foi compreender uma frase que sempre ouvira de seu progenitor de modo displicente: “o que não é tradição, é plágio”. Realmente, colher a poesia do futuro passa necessariamente pelo recurso à tradição (naquilo que só o pensamento dialético é capaz de enfrentar com radicalidade), uma vez que, sem o inventário de nossas concepções de mundo, corremos o risco de, sem saber, repetir o velho como se fosse o novo. Contudo, para elevar nossa concepção de mundo a um nível unitário e coerente, o recurso à tradição precisa ser crítico e a utilização de “analogias sumárias” pode não oferecer o meio para alcançar este objetivo. Esperamos que, de nossa parte, não tenhamos feito julgamentos também sumários dos argumentos analisados.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iZFop2zOQ0k>.

2. ESTADO, PODER POLÍTICO E HEGEMONIA

No capítulo anterior, a discussão sobre o discurso oficial do governo e o “lulismo” permitiu indicar alguns aspectos que consideramos fundamentais para enfrentar a questão da organização do Estado e do poder político durante os governos Lula. Em ambos os modelos interpretativos, o que se procurava destacar era uma alteração do papel do Estado em relação à economia e às classes sociais, que tivesse como objetivo interferir nas relações sociais a fim de, pela incorporação de uma ampla parcela da população ao mercado interno, alterar o padrão histórico altamente concentrador do poder político da sociedade brasileira no sentido de sua democratização.

Mas, como “todo produto oculta, em sua forma final, o seu processo de produção”, não se entende a forma como o governo Lula operou o gerenciamento do Estado durante a maior parte da primeira década do século XX apenas recorrendo à análise das medidas de governo, embora elas sejam cruciais. Seria preciso interpretar isso recorrendo também a alguns aspectos da história do Partido dos Trabalhadores, que deu suporte não apenas institucional, mas também social para o governo. Nesta perspectiva, estamos acompanhando GRAMSCI (2006 p. 94) quando afirma que o início da elaboração crítica é “um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise”. Em algumas traduções, o final do excerto aparece como “[...] infinidade de traços acolhidos sem benefício de inventário. É preciso fazer inicialmente este inventário”⁷⁶. Para entender melhor o PT no governo, recorreremos a um sintético inventário digressivo de sua constituição antes dele.

2.1 A Estratégia democrático-popular, “espaços políticos” e a questão da hegemonia

Para a tradição crítica do pensamento social brasileiro, a discussão sobre a direção política do Estado nos países latino-americanos sempre esteve às voltas com uma questão fundamental: a relação de dependência que eles estabelecem com os países capitalistas centrais. Nascidos como resultado da expansão mercantilista europeia nos séculos XV e XVI, o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos é caracterizado por relações de

⁷⁶ Cf. GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 22.

dependência de diversos matizes. Da dominação colonial à dominação imperialista, passando por suas fases intermediárias, as características de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos impõe a seus processos de desenvolvimento uma forte marca heteronômica.

As diferentes formas de dominação externa teriam, em comum, três aspectos principais: a) concentração de riqueza, poder e prestígio nos estratos sociais mais próximos dos núcleos de dominação externa; b) a coexistência do “atraso” com o “moderno” em relações de funcionalidade (não dicotômicas), na medida em que eles financiam tanto a dominação externa quanto a concentração interna de riqueza, poder e prestígio social; c) exclusão de amplas massas da população da participação dos resultados da modernização econômica, política e cultural (FERNANDES, 1973, p. 20).

É a estas estruturas de poder da sociedade brasileira, desenvolvidas *pari passu* aos limites impostos pela dominação externa que Florestan Fernandes denomina de “autocracia burguesa”. Neste processo, a aristocracia rural, a burguesia nativa surgida no curso do longo processo de industrialização e sua fração mais ligada ao imperialismo, além de outros setores das classes médias acabaram por se unir de maneira mais orgânica na dominação social e no controle do Estado. O caráter autocrático desta dominação decorreria do fato de que ela se constituiria em grupos sociais numericamente muito pequenos, cuja urdidura social se daria pelo entrelaçamento de interesses comuns e pelo “medo” dos “de baixo”⁷⁷.

Na perspectiva de Florestan, o processo de consolidação da autocracia burguesa se dá no curso da revolução burguesa no Brasil. Ela passa por diversas fases e saltos qualitativos a partir da crise do Império, da construção da República e seus desenvolvimentos no século

⁷⁷ O conteúdo desta conceituação de Florestan é muito próximo daquilo que Gramsci chama de “subalternos”. Transcendendo os limites tradicionalmente reconhecidos como da classe operária, os “subalternos” abrigariam os camponeses, artesãos, comerciantes e intelectuais tradicionais, na medida em que todos sofrem a exploração/opressão da hegemonia burguesa. Contudo, além de ser a coluna vertebral dos subalternos, a classe operária seria ainda aquela capaz de oferecer autênticos intelectuais orgânicos (DEL ROIO, 2007, p. 72).

XX, mas é com o golpe civil-militar de 1964⁷⁸ que ganha seu ponto de *não retorno* definitivo⁷⁹. Segundo o autor,

“o processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do desenvolvimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma ‘revolução democrático-burguesa’); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico como nos planos social e político” (FERNANDES, 1976, p. 217).

O que caracterizaria este processo é que o caminho para o progresso social ocorreria sempre em um quadro de conciliação com o “atraso”, tendo o Estado como mediação necessária na condução da revolução burguesa, dispensando cautelosamente a ampla participação popular. A crise do modelo de desenvolvimento baseado na “substituição de importações” e na crise da dívida externa condicionou, no Brasil, o processo distensão democrática que pretendia, do ponto de vista de amplos e heterogêneos segmentos da população brasileira forjados na luta contra a ditadura a partir do final dos anos 1970, atacar os pilares básicos que sustentavam aquele padrão de poder consolidado ao longo da nossa revolução burguesa.

Pelo menos no decorrer das três últimas décadas, a discussão teórico-política hegemônica no multifacetado campo das esquerdas brasileiras a respeito de como o campo popular poderia disputar a direção do Estado e democratizar a sociedade tem gravitado em torno das linhas gerais do que se convencionou chamar de *estratégia democrático-popular*. Grosso modo, poder-se-ia afirmar que esta estratégia está fundada em dois pilares essenciais derivados de um diagnóstico. O diagnóstico é de ausência de condições históricas para o

⁷⁸ “O regime derivado do golpe de 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo de sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar – se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou ainda como uma ditadura do grande capital (conforme a análise de Octavio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os pronunciamentos dos ‘gorilas’) – foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil da época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, ao latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, ‘gringos’ e brasileiros)” (NETTO, 2014 p. 74).

⁷⁹ É por levar em conta a conjunção estrutural entre as pressões do imperialismo e a cautela temerosa em relação às reivindicações dos “de baixo”, que o autor chama a golpe civil-militar de 1964 de “contra-revolução preventiva” (FERNANDES, 1976, p. 360). A ideia de uma “contrarrevolução preventiva generalizada”, Florestan tira de Herbert Marcuse (FERNANDES, 2011, p. 75).

desencadeamento de uma imediata ruptura revolucionária socialista com a ordem burguesa no Brasil. E, por isso, seriam necessários: 1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social “de baixo para cima” por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população e que tinha uma orientação socialista (um programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista); e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extra-institucional se materializasse na condução das políticas de governo.

Neste mesmo período, o PT tem sido o principal operador político da construção de um projeto que leva em consideração os elementos descritos acima. O modo como se articulam e sua relação com as transformações ocorridas no curso da história do partido constituem uma fonte de questões importantes para o entendimento do processo de construção de uma forma específica da hegemonia burguesa no Brasil e o impacto que ela tem para o redimensionamento da luta de classes.

Tendo sido forjado nas lutas pela abertura democrática no curso da crise da ditadura civil-militar, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, o PT foi o resultado de um processo de rearticulação de uma ampla diversidade de organizações políticas populares e de classe⁸⁰, que, tinham como objetivo a construção de um projeto de poder para o Brasil, que, em sua origem, seria alternativo ao “monolitismo burguês” de que falava Florestan⁸¹. O PT se estrutura enquanto operador político deste projeto ao longo destas últimas décadas.

⁸⁰ COELHO (2005, p. 58) usa a metáfora do “magneto” para se referir ao poder de atração que o PT teve para movimentos sociais, populares, políticos profissionais, sindicatos, isto é, de um amplo conjunto de sujeitos que protagonizaram as lutas ao final da ditadura civil-militar. Para SECCO (2015, p. 83), o PT “foi desde o início um partido de quadros (numerosos para a época em que surgiu) que buscava orientar e liderar sua massa crescente de ‘simpatizantes’, os meramente filiados e os eleitores”.

⁸¹ “O polo hegemônico da dominação burguesa é ocupado por grandes interesses capitalistas estrangeiros e nacionais, articulados entre si pela mais férrea vontade de garantir os ‘lucros crescentes’ através da mais completa ‘estabilidade política’. Em consequência, os polos intermediários e os polos fracos da dominação burguesa ficam imantados à ‘liberdade de competir’, sofrendo uma atração magnética pela mesma causa, pela qual se convertem nos campeões da estabilização política do sistema capitalista de poder. Desse ângulo, por trás da *abertura democrática* existe – acima da ditadura e dos seus percalços – um autêntico ‘monolitismo burguês’ dirigido. Esse monolitismo legitima, gradua e instrumentaliza a *abertura democrática*, que assume, assim, o caráter de uma oportunidade que o sistema se dá a si próprio, sem perder a natureza de saída que a burguesia pode procurar à crise do poder burguês no refluxo da contrarrevolução e na queda de seu regime ditatorial” (FERNANDES, 2011, p. 43).

É no V Encontro Nacional do PT (1987)⁸² que a estratégia democrático-popular se consolidará⁸³. Os princípios originais de formulação do partido, quais sejam, sua diferença com a “teoria de etapas” característica da estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até o golpe de 1964, o distanciamento do socialismo soviético e da socialdemocracia europeia como modelos de sociedade, a negação da “tutela” populista, bem como a tática de radicalização da democracia por meio de reformas são ali reafirmados. Contudo, desde os efeitos da derrota da campanha das Diretas Já, em 1984, quando começa fase que Lincoln Secco chama de “oposição social ou extra-parlamentar”, os debates no interior do partido incorporaram a necessidade de uma concepção mais aprofundada da formação social brasileira e, baseada nela, uma formulação estratégica capaz de levar a cabo um programa de reformas, na qual o partido teria uma função protagônica, mas deveria começar a ampliar a perspectiva das alianças, pensada de modo indissociável da tática do “acúmulo de forças” (IASI, 2006, p. 404).

Nas formulações do V Encontro, a caracterização de que o capitalismo brasileiro teria passado por uma “rápida aceleração” é “matizada” pelo seu caráter ainda dependente, regionalmente desigual, fundado na superexploração do trabalho, manutenção da repressão estatal e sua incapacidade de incorporar milhões de brasileiros ao mercado de consumo. Todos estes “senões” são apresentados como índices de incompletude do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira, porque marcados por “déficits democráticos”. Do ponto de vista político, esta incompletude impediria a consolidação de uma estável hegemonia burguesa no país, ao reproduzir o caráter excludente da estrutura social. O programa político do partido se organiza em torno das antíteses a cada uma dessas insuficiências (Idem p. 429).

A estratégia democrático-popular está alicerçada, basicamente, em dois entendimentos: a revolução burguesa no Brasil se consolidou em um padrão que combinou desenvolvimento das relações de produção capitalista em um ritmo acelerado, principalmente durante a ditadura civil-militar, e um conjunto de déficits democráticos. A concentração de capital derivada deste desenvolvimento teria correspondência com a concentração de poder político nas mãos de uma burguesia adaptada às restrições vindas de fora, que reage

⁸² Para SECCO, (2015 p. 121), “o V Encontro Nacional foi o mais importante da história do PT”, pois “afirmou pela primeira vez de forma oficial como estratégia para o socialismo a constituição dos trabalhadores em ‘classe hegemônica e dominante no poder de Estado’, atacando a distinção entre partido de massas e de quadros e associando construção do poder nas lutas cotidianas com o momento estratégico da tomada do poder político, fato depois reafirmado pelo VII Encontro” (Idem p. 122).

⁸³ Não é nosso objetivo, aqui, fazer uma reconstrução da história do partido, suas transformações, disputas internas e relações com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Indicaremos, apenas, aspectos que nos ajudem em nossa linha de argumentação. Para tanto, estamos nos baseando nas obras de SECCO (2015), IASI (2006) e COELHO (2005).

violentamente às pressões dos “de baixo”, resultando em uma forma autocrática de Estado. Seria preciso, então, a partir das lutas sociais e de uma “política de crescimento”, construir uma hegemonia na sociedade civil a fim de, por ela, modernizar o Estado, ampliando-o. Para tanto, o arco de alianças que, no 4º encontro (1986) previa setores proprietários que viviam do próprio trabalho, passa a contar também com microempresários e pequena burguesia (pensada em termos de concentração de capital), com centralidade dos assalariados urbanos, especialmente os operários industriais. Nesta concepção, uma ampla mobilização por meio de lutas populares seria, ao mesmo tempo, a via de ampliação do Estado e, prevendo a reação da autocracia, modo de fortalecimento da resistência popular.

Esta formulação estratégica é informada por certa leitura de Gramsci a respeito da hegemonia e suas discussões sobre o Estado. Na medida em que, nesta chave, o Estado é pensado como unidade da sociedade política e da sociedade civil, a atuação do partido, visto como um aparelho privado de hegemonia, deve se dar nas duas frentes sob a lógica de que as ações reivindicativas dos movimentos populares em crescimento dariam legitimidade às ações governamentais de ampliação de direitos, o que, por sua vez, fortaleceria retroativamente os próprios movimentos, num ciclo virtuoso de construção da hegemonia popular e democrática em torno de uma classe mais unida, coesa e cuja consciência social se organizaria em torno da perspectiva de reforma intelectual e moral, da autonomia e da independência de classe, enfim, do “espírito de cisão”. Disputar a hegemonia, assim, seria contrapor à hegemonia dominante uma hegemonia alternativa, cuja autenticidade seria derivada de uma concepção de mundo e um correspondente projeto político fundado nos princípios de independência e autonomia de classe.

Segundo GUIMARÃES (1990), a estratégia de pinça definia o “campo estratégico” do PT como o da “luta política de massas, a partir de uma posição política independente dos trabalhadores, que busca construir uma hegemonia socialista na sociedade” (Idem, s/p). Para ele, esta formulação advogava uma diferença tanto em relação à estratégia democrático-nacional do PCB antes do golpe civil-militar de 1964, como do foquismo da luta armada. Nela estava implicada a exigência de uma “ruptura com o Estado burguês” e a “criação de uma nova legalidade assentada em uma nova concepção de representação política e de exercício de poder” (Ibidem). A hipótese central do autor é de que esta ruptura só seria lograda pela construção de uma “dualidade de poderes” construída por meio de um “movimento articulado, em pinça”⁸⁴, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês – isto é, pela combinação do

⁸⁴ A pinça – como imagem – já estava presente na formulação da “democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho, quando ele apresenta a necessidade de combinar a participação nas instituições representativas

avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular” (Ibidem). E teria a vantagem de superar o “falso dilema” entre guerra de posição e de movimento por meio da fórmula de uma “guerra de movimento prolongada” em que as posições ocupadas tanto no interior do Estado como na sociedade civil estariam, desde o início, “subordinada[s] a esta estratégia de ruptura com a ordem” (Ibidem).

O autor considera a concepção exclusiva de “deslocamento da correlação de forças no interior do Estado burguês” um “erro de direita – reformista ou social-democrata” (ibidem), na medida em que percebia a luta de classes apenas pela “ótica distributivista”, o que significaria a “aproximação com teorias keynesianas e neokeynesianas” (Ibidem). Outro erro, desta vez de “caráter esquerdista” seria a pretensão de constituição do “poder popular” sem estar atrelado à “crise da institucionalidade burguesa”. O sucesso da estratégia de pinça dependeria de cinco elementos: “a construção do partido revolucionário, a criação de organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, a ocupação de posições na institucionalidade e o enfrentamento do problema militar”.

Como “síntese da estratégia e da tática”, o partido revolucionário teria, nesta formulação, o “papel insubstituível” de ser o “articulador da pinça”, cuja função é operar a crítica à institucionalidade estatal burguesa e precipitar a construção de organismos de poder popular, que servirão de instrumentos para o “aprendizado das grandes massas na arte de governar”. O bloco antimonopolista seria a aliança entre os variados setores dos assalariados, “a atração da pequena burguesia urbana e rural, além da neutralização do médio capital”. O objetivo é isolar o “grande capital”⁸⁵ e, para isso, a ocupação dos espaços institucionais serviriam para criar melhores condições de diálogo com os setores para fora da classe trabalhadora (pequena burguesia e médio capital) e teria a função de “ir minando os mecanismos de controle e reprodução do grande capital” ao mesmo tempo em que se deveria “ir criando referências novas de exercício do poder”. Tudo isso desembocaria no problema militar, que está relacionado à necessidade de, por meio da luta de massas, deslegitimar e fragmentar o controle estatal, desmilitarizar o aparelho de Estado e criar estruturas de autodefesa no campo popular.

A discussão a respeito da hegemonia é, como se sabe, muito disputada e não é nosso objetivo recuperá-la exaustivamente aqui. Mas, na medida em que o conceito é amplamente

do Estado com organismos e métodos de democracia direta. DURIGUETTO (2008, p. 87), considera Coutinho via nesta articulação a possibilidade de “projeção permanente das classes subalternas no Estado, transformando-o”.

⁸⁵ “Nosso movimento de longo prazo consiste no estabelecimento de um cerco à dominação burguesa sob a forma de uma pinça” (VANNUCHI, 1990, s/p).

utilizado para pensar a organização do poder político no interior da formulação estratégica democrático-popular e Gramsci é autor amplamente referenciado, nos permitiremos uma pequena digressão sobre o tema.

Perry Anderson indica que o uso do termo “hegemonia” era comum nas discussões do partido social-democrata russo desde o final do século XIX. Haveria referência ao termo nos escritos de Plekhanov entre 1883-84, falando sobre a necessidade do proletariado, diante da debilidade da burguesia russa, exercer a hegemonia sobre os outros setores sociais na luta contra o czarismo⁸⁶. Para Anderson, a ideia da hegemonia do proletariado no processo de revolução burguesa foi uma herança comum a bolcheviques e mencheviques, teria balizado as discussões no II Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) e permaneceu referência constante até a Revolução de Outubro de 1917. Trotski afirmara que a ideia da “hegemonia do proletariado na revolução democrática” costumava se contrapor à ideia da ditadura do proletariado nas discussões do partido. Após a vitória da Revolução, o significado do termo passa a se estender para a noção de domínio da burguesia sobre o proletariado e estaria muito presente nos documentos do Comintern a partir do IV Congresso do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922 (ANDERSON, 1986)⁸⁷.

Para o autor, “a transmissão para Gramsci da noção de hegemonia do cenário russo para o cenário italiano do movimento socialista foi feita por estes documentos seguidos do Comintern” (Idem p. 19), de modo que o tratamento por Gramsci desta ideia descende diretamente dos debates no interior da III Internacional. Assim, para o autor, Gramsci teria desenvolvido a noção de hegemonia, retirando-a da relação entre setores das classes subalternas no curso da revolução democrática, usando-a como chave heurística para pensar os padrões de dominação burguesa nas sociedades ocidentais modernas. Assim, se na formulação corrente no curso da Revolução Russa o proletariado exercia a hegemonia dirigindo pelo consenso outros setores da classe trabalhadora (como o campesinato) e atraindo para seu projeto setores da pequena burguesia, ao mesmo tempo em que dominava os adversários burgueses através da coerção, a partir dos *Cadernos do Cárcere*, ele pensará o

⁸⁶ GRUPPI (1978) afirma que a noção gramsciana de hegemonia está calçada em Lenin.

⁸⁷ Isso permite compreender porque o termo “hegemonia” aparece também nas resoluções do V Congresso do PCB (1967) antes mesmo da obra de Gramsci começar a ser amplamente divulgada no país. No documento do partido, está escrito: “o proletariado é a força motriz principal da revolução. O campesinato e a pequena burguesia urbana constituem com ele as forças fundamentais. A burguesia nacional, tendo interesse objetivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa. *A classe operária deve lutar para conquistar a hegemonia do processo revolucionário*, a fim de que esse seja consequente” (CARONE apud DANTAS, 2016 p. 137 – grifo nosso).

Centauro maquiaveliano⁸⁸ como chave de análise diferencial das estruturas de poder burguês nas “sociedades ocidentais”. Contudo, diferentemente de Maquiavel, para quem a ênfase estava nas formas de recorrer à força para chegar e manter o poder, Gramsci debruça-se sobre as formas em que os mecanismos de geração do consenso fundamentam a operacionalização da coesão de uma sociedade contraditória na unidade do Estado.

Em seu esforço para compreender as formas de dominação nas “sociedades ocidentais” como ponto de partida para pensar estratégias de transformação socialista, Gramsci opera com um arsenal categorial que, mobilizados sob as condições da prisão fascista e da doença que o acomete, não teriam, para Anderson, sempre um sentido unívoco. Termos como Estado, sociedade civil, sociedade política, hegemonia, dominação, entre outros, sofreriam um “permanente deslocamento” (Ibidem p. 24). ANDERSON (Ibidem p. 14-15) ainda afirma que

“há uma oscilação entre pelo menos três ‘posições’ do Estado no Ocidente [...]. Ele está em uma ‘relação equilibrada’ com a sociedade civil, é apenas uma ‘trincheira avançada’ da sociedade civil, ele é a ‘estrutura sólida’ que abole a autonomia da sociedade civil. Estas oscilações, além disso, referem-se à relação *entre* os estes conceitos. Os próprios conceitos, porém, sofrem as mesmas mudanças súbitas na sua delimitação e na sua posição. Assim, em todas as citações anteriores, a oposição é entre ‘Estado’ e ‘sociedade civil’. [...] entretanto, Gramsci fala do próprio Estado como incluindo a sociedade civil, definido-o assim: ‘a noção geral de Estado inclui elementos que precisam ser relacionados à noção de sociedade civil (no sentido que se pode dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras hegemonia coberta com a armadura da coerção)’”.

O fundo da questão era definir as “fronteiras do Estado”⁸⁹ no contexto geral das democracias parlamentares ocidentais e, por consequência, as funções que os aparelhos privados de hegemonia (órgão de organização das classes) que constituem a sociedade civil têm na disputa política. Na medida em que o Estado condensa as relações de força que disputam o poder da sociedade em uma síntese superior, ele é atravessado, portanto, pela disputa de hegemonia:

“o exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força de do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, *tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria*, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública –

⁸⁸ “Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da ‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar da dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, de força e consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, 2002, p. 33).

⁸⁹ BIANCHI (2008, p. 178) considera que o conceito de sociedade política é bem consolidado em Gramsci, mas o de sociedade civil “tem contornos bastante imprecisos”.

jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característico de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos)” (GRAMSCI, 2002, p. 95 – grifos nossos).

Nesta perspectiva, mais do que pares opostos de modo dualista, força e consenso são momentos de uma mesma unidade: o poder. A relação entre ambos não é do tipo “interruptor”, isto é, como se um fosse desligado no momento em que outro é ligado, tratando-se, na verdade, de um binômio. Eles são simultâneos e constantemente operantes, havendo, entretanto, modulações de intensidade entre ambos e, especialmente no que se relaciona à coerção, à seletividade do “público alvo”⁹⁰. O Estado, como expressão política superior da dominação de classe e pensado como totalidade, é a combinação íntima entre essas duas determinações, mas dotado de “legitimidade pública”, isto é, com autoridade de fazê-lo em nome do “bem comum”, fundado que está na aparência de pairar acima das classes. O Estado precisa operar com ambos os momentos de maneira combinada⁹¹, tentando fazer com que a força esteja apoiada no consenso e também usando a própria força para gerar o consenso⁹². Isso torna mais complexo a busca pela “sede” da hegemonia, como Anderson afirma ter sido a pergunta feita por Gramsci a si mesmo (ANDERSON 1986, p. 23). Afinal, pensada em termos de unidade de coerção e consenso, a hegemonia estaria presente tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, afinal “o Estado se funda e exige o consenso, mas ele também educa um determinado consenso” (IASI, 2014, p. 102).

⁹⁰ “[...] en el apartheid social del capitalismo contemporáneo el estado sigue desempeñando um papel crucial: es el Leviatán hobbesiano en los ghettos y los barrios marginales mientras garantiza las bondades del contrato social lockeano para quienes habitan los opulentos subúrbios” (BORON, 2004 p. 105).

⁹¹ Przeworski, em seus comentários sobre Gramsci, fala que a coerção é ubíqua e o consentimento repousa sobre a força (PRZEWORSKI, 1986, pp. 198-200), de modo que a “hegemonia consiste na exploração do consentimento” (Idem p. 178).

⁹² Marx analisou um dos modos como força e consenso se combinam num processo histórico violentíssimo e de largo prazo no capítulo sobre a “acumulação primitiva”. Depois de descrever a “legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XVI”, tomando como base a Inglaterra, ele afirma: “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, *por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas* (grifo nosso). A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às ‘leis naturais da produção’, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada” (MARX, 2013, pp. 808-809).

Isso é um traço histórico característico da sociabilidade burguesa, diferentemente, por exemplo, da forma como as relações de poder se estabeleciam na sociedade feudal, como afirmara MARX (2004, p. 74 – grifos do autor):

“na posse fundiária feudal, o senhor aparece pelo menos como rei da posse fundiária. Do mesmo modo, existe ainda a aparência de uma relação mais íntima entre o possuidor e a terra do que a mera riqueza *coisal*. A propriedade rural (*Grundstück*) individualiza-se com o senhor, ela tem o seu lugar, é baronial ou condal com ele, tem seus privilégios e sua jurisdição, sua relação política etc. Ela aparece na condição de corpo inorgânico de seu senhor. Daí o provérbio: *nenhuma terra sem dono (nulle terre sans maître)*, no que está expresso o [modo de] ser concrescente (*Verwachsensein*) da magnificência e da posse fundiária”.

E, mais adiante, explicitando a posição dos servos:

“os servos estão, em parte, numa relação de respeito para com ela [a posse fundiária], de submissão e de obrigação. Sua posição com relação a eles é, por isso, imediatamente política e tem, de igual modo, um lado acolhedor. Costumes, caráter etc., modificam-se de uma propriedade (*Grundstück*) para a outra, e parecem profundamente unidos a ela (Idem, p. 75).

A sociabilidade burguesa, fundada sobre a igualdade jurídica dos cidadãos mediada pelo Estado, não anula absolutamente a presença da dimensão coercitiva na sociedade civil, uma vez que, “liberados” da propriedade dos meios de produção, a necessidade de reproduzir a vida “coage” os assalariados a vender sua força de trabalho sob pena da miséria e, no limite, da morte. O fundamento da coerção econômica é a necessidade de subsistência, mas ela não é imediatamente política, pois há a mediação do Estado, que supõe a igualdade jurídica de todos os indivíduos diante de si. E a própria situação entre vendedor e comprador da força de trabalho na sociedade civil se dá também sob a forma de uma relação entre iguais:

“o capitalista faz valer seus direitos como comprador quando tenta prolongar o máximo possível a jornada de trabalho e transformar, onde for possível, uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força” (MARX, 2013 p. 309).

Neste sentido, a força, como traço constitutivo da dominação também comparece na sociedade civil, não tendo sede exclusiva na sociedade política. A igualdade formal não elimina a força, pelo contrário, a pressupõe, pois ela se funda em uma desigualdade real. De modo semelhante, a dimensão do consenso não tem sede exclusiva na sociedade civil, comparecendo também na sociedade política⁹³, uma vez que a ideologia da igualdade jurídica

⁹³ Estamos cientes da existência das discussões sobre diferenças entre o conceito de sociedade civil em Marx e em Gramsci, no interior das quais há a defesa de que, no caso de Marx, a sociedade civil estaria localizada na estrutura econômica, enquanto, em Gramsci, sua localização estaria no nível da superestrutura. Aliás, Perry Anderson parece concordar com essa formulação, quando diz que “a utilização corrente do termo ‘sociedade

entre os cidadãos é uma ilusão a ocultar a desigualdade, mas é uma “ilusão real”⁹⁴, a partir da qual se forjam consentimentos em tornos da direção do Estado como mecanismo de buscar o bem comum. Diz WOOD (apud DANTAS, 2014 p. 52):

“a esfera política no capitalismo tem um caráter especial porque o poder de coação que apoia a exploração capitalista não é acionado diretamente pelo apropriador nem se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador. Mas são essenciais um poder e uma estrutura de dominação, mesmo que a liberdade ostensiva e a igualdade de intercâmbio entre capital e trabalho signifiquem a separação entre o “momento” da coação e o “momento” da apropriação. A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política”.

Assim, o Estado condensa as relações de poder e funciona como espaço capaz de organizar as frações burguesas ao mesmo tempo em que contribui para o isolamento individualizante da classe trabalhadora.

A forma do Estado na sociedade capitalista é, assim, na aparência, uma relação de compromisso entre classes⁹⁵ que oculta a sua função de expressar, na verdade, a contradição entre elas, suas frações e grupos sociais, uma vez que é uma instituição social em que interesses particulares fundamentais aparecem como interesse de todos. A visão de que o Estado é resultado de um contrato para que, abstraído da sociedade, ele possa ser árbitro dos conflitos ultrageneraliza a face aparente do Estado. Para Florestan, “o Estado não busca, apenas, ‘conter o antagonismo das classes’. Cabe-lhe criar, fortalecer e reproduzir a ‘ordem’ na sociedade em condições variáveis mas permanentes de luta de classes” (FERNANDES, 2011 p. 62). Neste sentido, a Constituição é uma espécie de materialização do pacto social possível, que, embora estabeleça direitos, alguns deles inscritos em cláusulas pétreas, não é

civil’ inclui, por excelência, desde Hegel, a esfera da economia e a das necessidades materiais; foi neste sentido que foi sempre empregada por Marx e Engels. Aqui, ao contrário, o termo parece excluir as relações econômicas (ANDERSON, 1986, p. 12). Não é nosso objetivo entrar nesta discussão, uma vez que consideramos os termos estrutura e superestrutura presentes no prefácio de 1859 de Marx mais uma metáfora do que propriamente uma distinção orgânica da totalidade social. Fixemos apenas que, assim como Hegel, o termo original em alemão é *bürgerlich gesellschaft*, literalmente sociedade burguesa, que tem sido traduzido como sociedade civil.

⁹⁴ “Ilusão real” da igualdade jurídica repousando sobre a desigualdade real tem aqui o sentido semelhante ao que MARX (apud LUCKACKS, 2012 p. 283 – grifos no original) diz a respeito da consciência e sua relação com a religião: “se alguém imagina possuir cem táleres, não sendo isso para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se acreditar de fato nela, então os cem táleres imaginados têm para ele o mesmo valor de cem táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse seu dado imaginário, o qual *provocará uma ação efetiva, do mesmo modo que toda a humanidade contraiu dívidas contando com seus deuses*”.

⁹⁵ Quando se caracteriza o período 1964-1985 como ditadura civil-militar (e não apenas militar) para indicar que o regime contou com apoio de setores da sociedade civil, não se está demonstrando que mesmo a forma mais coercitiva do Estado conta com elementos de consenso?

fixo, mas passível de mudanças a depender do resultado das relações de força⁹⁶. Inscrever na Constituição direitos das classes subalternas pode significar, num momento desfavorável da correlação de forças para elas, uma “limitação do abuso dos dominantes” (DIAS, 2006, p. 61), de modo que o sentido ofensivo que tornou possível sua inscrição legal, passa a ter um sentido defensivo.

O capitalista pode defender que o incremento do seu lucro privado, por exemplo, é fundamental para a geração de empregos e, portanto, o mercado ser também uma instituição voltada ao bem comum. Contudo, a diferença entre o capitalista e o empregado é evidente no nível econômico e, portanto, o sentido ideológico do discurso do capitalista é mais facilmente perceptível. No caso do Estado, as mediações são mais complexas para desvendar essa particularidade, pois ele se fundamenta na igualdade jurídica dos cidadãos. É, então, por ser a condensação de relações de poder político que o controle do Estado é disputado, pois isso permitiria apresentar seus projetos particulares legitimados como interesses gerais. Assim, a força serve ou para estabelecer consensos ou para impor posições, pois, se partirmos do princípio que forjar consensos implica negociações, a divisa “só se negocia com quem tem força”⁹⁷ é plenamente válida.

Em suma, dentre os variados enfoques⁹⁸ a partir dos quais é possível encetar uma análise a respeito do Estado, destacamos alguns condicionantes que o tornam interesse particular para nossa investigação:

a) o Estado tem a função de fazer com que interesses particulares de classes, frações de classe, grupos sociais determinados apareçam como interesses de toda a sociedade, cumprindo, neste sentido, também uma função também ideológica;

b) o Estado se apresenta como ente político da união nacional, que, segundo a característica anterior, assume a função de ser a instituição a partir da qual se projetam uma direção comum a toda a sociedade, e, por isso, é o ente político principal no sistema de relações internacionais;

⁹⁶ Isso fica explícito quando, em 2004, o então presidente do STF, Nelson Jobim, ao comentar sobre a determinação da constitucionalidade da Reforma da Previdência de 2003, afirmou que “Só mudamos costumes a pontapés” (apud DIAS, 2006 p. 61). Tratava-se, então, da discussão de se a incidência da contribuição previdência sobre os aposentados não afetava a doutrina do direito adquirido.

⁹⁷ Quem organizou ou participou de uma greve já sentiu isso na pele.

⁹⁸ Partimos, aqui, de indicações já muito conhecidas na tradição marxista, mas os aspectos destacados têm como referência mais imediata o modo como são apresentados por Osório (2014), Liguori (2006) e Codato e Perissinotto (2001).

c) sendo expressão de uma sociedade de classes, o Estado sintetiza e condensa as relações de poder que estão distribuídas pela sociedade e é, portanto, o núcleo de articulação do poder político;

d) justamente por ser núcleo de articulação do poder político disperso pela sociedade, o Estado se faz presente de maneira capilar na sociedade e, sem se confundir com ela, tem como função articular os processos de reprodução social em um sentido unitário;

e) tendo como base a divisão social das classes, o Estado é também a materialização mais geral do poder político e, portanto, da dominação de classes, cuja forma histórica varia de acordo com o padrão de reprodução do capital, da conjuntura política e das relações das forças sociais em disputa, o que confere uma determinação material precisa à definição weberiana de Estado como detentor do monopólio do uso da violência legítima;

f) a determinação geral do Estado como condensação do poder da classe dominante é necessária para prevenir uma concepção idealista do Estado, mas é insuficiente para determinar as características concretas do Estado em cada formação social em períodos históricos específicos. Articulando os níveis abstrato e conjuntural (concreto) da análise estatal, seria possível diferenciar o aparelho de Estado e o poder de Estado, bem como outras distinções correlatas, como classe (ou fração) economicamente dominante e classe (ou fração) politicamente governante ou ainda entre poder de Estado e poder de governo, dentre outros aspectos concretos;

g) um aspecto importante para conferir maior concretude às análises sobre o Estado é operar com níveis diferentes de abstração. Estado, regime político e governo não são a mesma coisa, mas se constituem e se distinguem como, respectivamente, a universalidade, a particularidade e a singularidade do movimento da totalidade do poder no processo histórico;

h) na sociedade capitalista, o Estado assume também funções econômicas, seja de garantia legal dos fundamentos da reprodução do capital (propriedade privada dos meios de produção, mercantilização da força de trabalho), seja atuando como planejador econômico, reformador das estruturas econômicas concretas, proprietário de empresas, financiador da acumulação capitalista, etc.;

i) o Estado como garantidor da reprodução social deve dar respostas à acumulação ampliada do capital, ao modo como isto opera no campo reivindicativo e político posto nas lutas de classes e obviamente na forma como isso é remetido ao seu próprio aparelho na forma de correlação de forças.

Feita a digressão, voltemos à estratégia democrático-popular. Ela operava, na origem, com o conceito de hegemonia localizando o consenso na esfera da sociedade civil e a coerção no caráter autocrático do Estado brasileiro. As amplas mobilizações populares teriam o objetivo de acumular forças, forjando consensos entre os setores subordinados da sociedade civil a fim de alcançar, através de pressões extra-institucionais, alterações democratizantes na estrutura do Estado. Além disso, como o caráter autocrático do Estado seria reflexo de uma disposição violentamente reativa da burguesia brasileira às reivindicações populares, a disputa de hegemonia seria uma via para “civilizar” a sociedade civil⁹⁹ e simultaneamente reeducar o Estado, de modo a constituir um ciclo virtuoso.

Ao Estado autocrático corresponderia uma “democracia restrita”. Tratava-se, então, de construir um “espaço político” para a *afirmação* da classe trabalhadora, que “*democratiz[asse]* realmente as estruturas e as funções do poder político estatal” (FERNANDES, 2011 p. 37). Em sua formulação original, a estratégia era pensada de modo que esta “afirmação” da classe trabalhadora como o “Outro” da burguesia na sociedade civil fosse um passo necessário para a transformação socialista, uma “transição para a transição”. Florestan¹⁰⁰, em 1979, pensando no caso de países dependentes como o Brasil, escrevia:

“tudo se passa como se a sociedade capitalista devesse ser *uma sociedade do capital, fechada para o trabalho*. Em consequência, a questão central, para os trabalhadores, não é a ‘questão da democracia’. Mas a questão da *conquista das condições que tornam a democracia possível* (mesmo sob a forma política que ela assume sob a desigualdade econômica e a dominação burguesa). Em outras palavras, apesar do padrão vigente do desenvolvimento capitalista e do grau de diferenciação do regime de classes, permanecemos perto do limite zero no plano da luta de classes” (Idem p. 51).

⁹⁹ “[...] o Partido dos Trabalhadores concorreu decisivamente para ‘civilizar’ a Sociedade Civil, conquistando nela um espaço político para os trabalhadores, tornando as greves legítimas (ainda que fossem ilegais). Este foi o ‘caráter pedagógico’ do PT” (SECCO, 2015, p. 33). Horizonte também presente em FERNANDES, 1991, p. 63.

¹⁰⁰ A relação entre PT e Florestan é tensa. A dialética da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem colocava o caráter da revolução socialista da revolução brasileira na ordem do dia e os dois momentos não eram pensados como etapas, se diferenciando por serem mediações entre “capitalismo dependente” e “democracia” confrontados um ao outro numa espécie de “prova de teste”. Florestan considerava que a forma autocrática do Estado brasileiro e o comportamento politicamente reativo e violento da burguesia local, associados aos limites de autonomia típicos do capitalismo dependente tornavam a ordem burguesa absolutamente impermeável à ampliação da democracia. A luta popular, ao tensionar os limites desta ordem, colocá-los-ia à prova de teste, constataria a incompatibilidade de capitalismo dependente e democracia, servindo de comprovante prático e experimental para a classe trabalhadora de que o alcance de sua autonomia como sujeito político independente só poderia ser realizado rompendo com o capitalismo. Toda a formulação de Florestan, neste aspecto, está, portanto, fundada na interpretação de que a ordem burguesa no Brasil seria incapaz de se “ocidentalizar” (nos termos de Gramsci), pois não aceitaria conceder a ampliação progressiva das “bases materiais do consenso” (Przeworski). No desenvolvimento da estratégia democrático-popular do PT, esta relação dialética entre revolução dentro da ordem e contra a ordem vai se desfazendo a ambas vão sendo pensadas como etapas, por conta da cristalização de uma “correlação de forças desfavorável”.

Pensar que a democracia nos países dependentes é restrita não significava, para Florestan, que não houvesse manifestações dos conflitos de classe, mas que estas manifestações não ocorriam em um nível político próprio, pois a forma estatal autocrática negava a amplos setores da população a possibilidade de interferir na condução do Estado. A ausência desse “espaço político” impedia o desenvolvimento da organização da classe trabalhadora enquanto sujeito plenamente constituído, o que, por consequência, retroalimentava a natureza restritiva da democracia e o poder autocrático. Do ponto de vista estratégico, tratava-se, enfim, de, quebrando o “monolitismo” do domínio burguês, finalmente aproximar o Estado da Nação, ao incorporar formalmente os interesses das classes trabalhadoras aos espaços legais. Sem o reconhecimento político dos trabalhadores e suas formas de organização como um polo de interesses sociais legítimos, a constituição de uma república democrática seria impossível, uma vez que, para o autor, a hegemonia burguesa inclui a presença dos trabalhadores como sujeitos de direitos e não a sua eliminação da arena política propriamente dita (Ibidem p. 64-65).

A estratégia democrático-popular não podia deixar de colocar o problema da democracia porque nascia no contexto da crise do socialismo real e da luta contra autocracia da ditadura civil-militar brasileira. Nela estava previsto um longo processo de socialização da política, que se daria através da criação e implementação de canais institucionais para os quais seria incentivada a participação da sociedade civil¹⁰¹.

Além disso, a tese do acúmulo de forças que a acompanha deriva de uma “constatação empírica”: a classe trabalhadora não teria consciência imediata da necessidade do socialismo. O desdobramento lógico desta constatação é que seria preciso uma mediação política para que a consciência da necessidade da luta pelo socialismo se generalizasse entre os trabalhadores. A mediação é política, no múltiplo sentido que o termo guarda: agitação, propaganda, formação, mas principalmente ações de enfrentamento com os mecanismos do poder econômico e estatal, que, aparecendo na forma de uma ameaça/inimigo comum, precipitasse a fusão dos indivíduos seriais (Sartre) em grupo e, quiçá, posteriormente em classe. Estas ações de enfrentamento não teriam como objetivos táticos o “socialismo já”, por conta da

¹⁰¹ “Os diferentes e antagônicos entendimentos de sociedade civil produziram três visões de democracia: a sociedade civil como esfera da luta de classes e a democracia como construção de uma contra-hegemonia (perspectiva defendida por Coutinho); a sociedade civil como espaço das representações populares e a democracia entendida como renovação cultural (perspectiva desenvolvida por Chauí) e a sociedade civil como arena de formação de demandas por direitos, base fundadora da verdadeira democracia (perspectiva visualizada por Weffort). Essa perspectiva de participação da sociedade civil nos aparatos institucionais estatais demandando direitos marca a inflexão das ações dos movimentos sociais na realidade nacional da segunda metade da década de oitenta” (DURIGUETTO, 2014 p. 88-89).

constatação empírica já indicada. Elas visualizariam a realização de um projeto anticapitalista, anti-imperialista e antilatifundiário, que se assenta na realização de tarefas que a revolução burguesa dos países centrais levaram a cabo e que aqui no Brasil teriam sido “deixadas para trás”. Na medida em que a revolução burguesa no Brasil se consolida pela via de uma contrarrevolução preventiva e sob a forma de uma autocracia burguesa, as medidas de democratização da sociedade só poderiam ser levadas a cabo pelo proletariado como força principal, atraindo a pequena burguesia, micro e pequenos empresários, pequenos proprietários rurais e urbanos, intelectuais e profissionais liberais, tendo o poder do Estado como requisito imprescindível.

Para constituir-se enquanto classe, em seu processo de fazer-se através de uma experiência social e histórica que congregue processos de identificação coletiva, é preciso que haja, no mínimo, dois aspectos: 1) a delimitação de um espaço social próprio onde se constituem laços de solidariedade; e 2) a definição dos adversários. Ambos os aspectos são condicionantes um do outro, isto é, não se delimita o espaço específico sem a definição dos adversários e este não é passível de identificação sem um autoconhecimento do sujeito coletivo a partir de seu próprio espaço social. Enfim, um difícil processo de reconhecimento (nós) e diferenciação (eles).

Como o campo da hegemonia é atravessado pelas relações de forças, a ampliação da esfera de atuação das classes e suas frações para além do círculo que delimita a sua própria identidade em relação ao(s) Outro(s) no sentido da conquista de posições significa estruturar o espaço onde se travarão as disputas de projetos de sociedade e simultaneamente articular alianças para a sua consolidação. Este é o sentido da afirmação de Gramsci segundo a qual o fenômeno da hegemonia implica em dominar os adversários e dirigir os aliados¹⁰², pois se trata de conseguir imantar, a partir da constituição de uma concepção de mundo unitária e coerente, a incorporação de frações de classe aos projetos históricos possíveis das classes fundamentais em conjunturas concretas.

Para Florestan, como a revolução burguesa no Brasil teria se dado sob a forma de uma contrarrevolução preventiva e consolidado uma forma autocrática de Estado, a luta das classes trabalhadoras pela constituição de um espaço político próprio era também a sua inscrição

¹⁰² “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. É essa uma das condições principais para a própria conquista do poder. Depois, quando exerce o poder, e mesmo quando o mantém fortemente sob controle, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente” (GRUPPI, 1978 p. 78-79).

como sujeito que tinha por responsabilidade realizar as tarefas democráticas que a burguesia nacional foi incapaz de levar a cabo, pois embora esta tenha se desenvolvido no sentido capitalista, ela ainda seria, do ponto de vista político, pré-democrática:

“(...) elas [as classes trabalhadoras] precisam organizar-se, como e enquanto classes, para enfrentar as tarefas políticas que deixam de ser realizadas pelas burguesias nacionais ou são postas em prática de forma novíça para as classes trabalhadoras, a massa da população ou para o desenvolvimento político da nação e de um estado capitalista democrático *aberto para baixo*. O que quer dizer que a luta de classes deve desprender-se do solo burguês, para que o proletariado possa realizar aquelas tarefas políticas com o apoio das massas populares e contra a resistência dos ‘interesses estabilizadores’ das burguesias nacional e estrangeira, em seu grosso empenhadas articuladamente em deter essa dinamização do regime de classes e do desenvolvimento do capitalismo” (Ibidem p. 54).

Aqui se evidencia a tese das “tarefas democráticas em atraso”¹⁰³. O proletariado, ao assumir as tarefas em atraso deixadas para trás pela capitulante burguesia nacional, ao mesmo tempo em que, no plano político, possibilitava a sua construção afirmativa de classe, abria espaço para, no plano econômico, inverter o polo de determinação vigente no início do regime de classes e desenvolver um capitalismo nacionalmente autônomo, uma vez que “as burguesias já não levam ao fim certas potencialidades do mercado, do modo de produção capitalista e do Estado capitalista”¹⁰⁴ (Ibidem).

A estratégia democrático-popular também estava informada por estas perspectivas expressas no pensamento do Florestan ao final dos anos 1970 e durante os anos 1980. A tese subjacente à ela é que, no contexto sociedade brasileira, o desenvolvimento da democracia e o desenvolvimento do capitalismo seriam, no limite, inconciliáveis: “a era em que se podia conciliar democracia com o desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história. A expansão da democracia traz consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2011, p. 221).

Neste sentido, para o autor haveria uma impermeabilidade estrutural da ordem burguesa no Brasil às demandas das classes subalternas. O caráter autocrático do poder burguês e sua relação com o imperialismo ofereceriam a legitimidade para a luta por reformas, na medida em que a resistência da burguesia em absorver as demandas populares

¹⁰³ A consecução das tarefas democráticas em atraso, para Florestan, realizaria as promessas ideologicamente liberais de um “país para todos”, cuja condição era a superação do caráter autocrático da dominação de classe fora e dentro do Estado. Era a instauração real da célebre insígnia “do homem livre na pátria livre”, que, para ele, teria sido traída pela Abolição e pela República. A perspectiva estratégica de Florestan era configurar a “revolução dentro da ordem” como via de instauração de uma orgânica república popular.

¹⁰⁴ A influência weberiana se faz presente aqui: Florestan pensa o mercado enquanto “ordem social competitiva” e o Estado enquanto ente racionalizado. Nesta chave, o desenvolvimento do capitalismo e a modernização do Estado são pensados como antídotos a um risco sempre presente de fascistização da ordem burguesa.

teria um papel “didático” no processo de formação da consciência de classe em direção à compreensão da necessidade da ruptura revolucionária.

Com isso em tela, fica mais fácil observar o que vai escrito nas resoluções do V Encontro do PT (1987), onde consta que o partido

“rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo”¹⁰⁵.

A identidade programática do PT, naquele momento, é construída por uma formulação que, mediante a negação da tese etapista do PCB, afirma-se a independência de classe¹⁰⁶ como núcleo estruturador da estratégia política. Combinando o reconhecimento da existência de “tarefas democráticas em atraso” com a perspectiva de independência de classe, esta formulação dispensa a burguesia de qualquer papel político protagônico na realização do projeto. A impossibilidade estrutural da burguesia brasileira em levar a cabo aquelas tarefas obrigaria a classe trabalhadora – sob a hegemonia do proletariado – a serem os seus sujeitos realizadores. Tudo isso em um processo que apresentaria um conteúdo de contestação da ordem vigente.

É possível perceber, portanto, a relação entre a formulação da estratégia democrático-popular e o sentido corrente do termo hegemonia no contexto da revolução russa citado acima, pois se tratava da conquista da hegemonia da classe trabalhadora sobre uma frente, que contava, lembremos, com as alianças estabelecidas com microempresários urbanos e rurais. Contudo, a diferença entre elas é que as alianças com estes setores, no caso do PT, já não teriam mais um sentido tático, mas estratégico, em que o horizonte socialista seria paulatinamente substituído pela busca de um modelo de desenvolvimento (COELHO, 2005, p. 87 e IASI, 2006, p. 422).

Esta substituição, contudo, seria resultado de uma série de tensões na definição do perfil do partido diante de acontecimentos históricos fundamentais. Poderíamos destacar quatro aspectos que contribuíram para a reavaliação da forma como se construiria na prática aquela estratégia: 1) a dissolução do bloco socialista e a regressão capitalista do Leste Europeu tiveram um impacto avassalador na fundamentação do horizonte socialista adotado pela estratégia inicial; 2) a “reestruturação produtiva”, que chega ao Brasil ao longo dos anos

¹⁰⁵ Resoluções do V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (s/p). Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf. Acesso em 10/05/2016.

¹⁰⁶ Segundo SILVA (1989, p. 168), a independência política em relação à burguesia e o rompimento com o eleitoralismo estão presentes na Carta de Princípios do PT, de Maio de 1979.

de 1980 e 1990, quebrara a força do movimento operário independente, a partir da implementação do regime de acumulação flexível, das transformações na gestão da força de trabalho e na organização das plantas industriais; 3) a crise econômica, social e política que se expressava no Governo Sarney tornava possível ao PT chegar ao governo federal antes do que previa a tese do “acúmulo de forças”, o que, contudo, não ocorreu e Lula foi derrotado em três eleições consecutivas (1989, 1994 e 1998)¹⁰⁷; 4) simultaneamente aos processos de abertura da economia brasileira e de reforma do Estado, os governos de FHC foram extremamente duros com o sindicalismo do serviço público federal (importante base sindical de apoio ao PT), cujo caso emblemático talvez tenha sido o modo como foi tratada a greve dos petroleiros em 1995.

Como é possível perceber, estes quatro aspectos colocam importantes determinações para a formulação do projeto do partido, o que demonstra que, reconhecendo as especificidades das dimensões interna e externa na constituição do Estado, é importante operar com os nexos entre ambas. O principal destes nexos é a contradição que há entre os processos de acumulação do capital e a organização do espaço político (MATHIAS, 2015 p. 72), uma vez que o caráter abstrato da “valorização do valor” se materializa na universalidade concreta do mercado mundial, que, por sua vez, constitui um dos âmbitos do sistema internacional, em cujas tramas o princípio da soberania nacional confere aos Estados o estatuto de protagonista preponderante. Para alcançar o governo do Estado brasileiro, o PT obrigou-se a uma reconfiguração das suas formulações originais, seja por influência da nova conjuntura internacional (política, econômica, tecnológica e social), seja pela reorganização das alianças no plano interno.

Mesmo com a derrota de Lula em três eleições presidenciais consecutivas, o PT conseguiu, durante os anos 1980-90, ocupar cadeiras parlamentares nos três níveis administrativos (câmaras municipais, assembleias legislativas e congresso nacional), bem como foi alçado aos postos de governo de várias prefeituras municipais e de algumas unidades da federação. A partir daí, começa a ganhar força no interior do partido a ideia de que seria possível chegar ao governo federal mesmo com as fortes derrotas nos movimentos de massas do campo e da cidade, desde que fossem feitas algumas alterações no programa do partido.

As enormes dificuldades colocadas na frente de maior enfrentamento com os setores dominantes (lutas sindicais e lutas do campo) associadas aos sucessos progressivos das

¹⁰⁷ Desta forma, “um ciclo de ascensão e lutas acabou numa derrota eleitoral” (SECCO, 2015, p. 142).

performances eleitorais do partido geraram uma contradição entre os dois “braços” que anteriormente constituíam a unidade da estratégia democrático-popular¹⁰⁸. Dois interesses passam a se chocar constantemente: o daqueles que tinham a função de, pelas lutas de massas, pressionar de baixo para cima o Estado para implementar as reformas democráticas; e o de uma camada burocrática que se formou a partir da ocupação dos espaços da institucionalidade e que também se especializou na gestão do aparelho do partido.

A relação entre o acúmulo de força extra-institucional e a institucionalidade parece ter sido sempre tensa na história do partido. Vejamos os exemplos dos conselhos populares, forma de implementação da democracia direta prevista nos programas de governo originais do PT. Correntes do partido entendiam estes conselhos populares como órgãos e governo, cujas atribuições iam de apresentação das reivindicações à fiscalização da implantação de políticas públicas, passando pelos mecanismos de consulta e tomada de decisões. Outras correntes não entendiam estes conselhos como órgãos de governo, retirando deles tanto o caráter deliberativo e como o caráter popular, na medida em que preconizavam a participação de várias classes sociais. Neste enquadramento, os conselhos apresentariam as demandas reivindicativas às câmaras municipais para serem eventualmente incluídas nas peças orçamentárias e poderiam, por meios legítimos, pressionar socialmente para sua aprovação. Esta concepção pluriclassista da constituição dos conselhos populares seria “muito diferente de uma concepção leninista de dualidade de poderes” (SECCO 2015, p. 90-92).

Outro aspecto dizia respeito à relação entre as demandas dos movimentos sociais e a administração do orçamento público. Afirma COELHO (2005, p. 473):

“Paul Singer, que também participou do primeiro escalão do governo Erundina, explicita o dilema sem meias palavras no seu livro sobre experiência na prefeitura: ‘O fato concreto é que, na economia capitalista, a acumulação de capital é vital. A esquerda, enquanto não chega ao governo, se recusa a reconhecer este fato’. Diante desta evidência, e da constatação do fato de que a ‘instauração do socialismo via poder de Estado não está na ordem do dia’, à esquerda restariam duas opções: lutar para governar, sabendo que as ‘propostas de redistribuição de renda e da riqueza, que dão identidade a qualquer programa de esquerda que se preze, teriam de ser compatibilizadas com as que objetivam assegurar a acumulação de capital’, ou ‘desistir de governar’”.

Esta é a questão clássica da social-democracia, tal como analisada pelo célebre estudo de Adam Przeworski (1989). A administração do Estado em uma perspectiva democratizadora

¹⁰⁸ A estratégia de “pinça” é uma sistematização no nível da formulação política de uma determinação estrutural do Estado no capitalismo, conforme refletia Rosa Luxemburgo: “(...) no desenvolvimento pacífico, ‘normal’ da sociedade burguesa, a luta econômica é fracionada, desagregada em um sem-número de lutas parciais limitadas a cada empresa, cada ramo da produção. Por outro lado, a luta política é conduzida não pelas massas por intermédio da ação direta, mas, em conformidade com a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão sobre o corpo legislativo” (apud PRZEWORSKI p. 92).

implica em combinar a extensão dos direitos de cidadania com a expansão dos lucros do capital, posto que estes seriam a principal fonte de financiamento daquela. O “controle social do mercado” como método de regular a economia seria a expressão do “abandono progressivo da ideia de socialização dos meios de produção em favor da ideia de nacionalização do consumo” (PRZEWORSKI, 1989 p. 54). Para o autor,

“a essência da socialdemocracia contemporânea reside na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidas pelos cidadãos, e de que pela racionalização gradual da economia o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada” (Idem p. 57).

Neste contexto se gera – embora não automaticamente – a base material do consentimento¹⁰⁹, na medida em que a dependência estrutural do lucro privado não significa ausência de conflitos, mas a delimitação da sua arena no âmbito da distribuição. O “conflito distributivo” passa a ser então o horizonte da luta na qual a classe trabalhadora constrói o seu “espaço político” pela mediação do Estado para reivindicar, na qualidade de um sujeito político legítimo, uma maior participação na renda nacional e, para isso, é necessário que o seu consentimento a estes limites da ordem social seja compensado por ganhos materiais na forma de melhores salários e acesso a serviços públicos de qualidade, por exemplo.

O consentimento não é definido em um espaço anterior às disputas hegemônicas, mas na aquiescência em torno da estrutura segundo a qual o comprometimento à reprodução das relações sociais está condicionada aos resultados que a disputa no interior dos limites institucionais pode promover em termos de benefícios. Se a organização do conflito não puder levar, mesmo que virtualmente, a ganhos, se abriria a possibilidade de que a disposição ao consentimento fosse rompida. E isso vale para ambas as classes fundamentais.

Esta formulação procura demonstrar como o princípio da obediência legal ao Estado é insuficiente para se alcançar o consentimento, sendo preciso que os interesses materiais dos trabalhadores estejam sendo, pelo menos em parte, realizados. Assim, a “*legitimidade resume-se em uma suspensão da negação do consentimento*”. Proporciona simplesmente um horizonte de tempo além do qual esse consentimento, independentemente do quão meticulosamente organizado, não mais será dado se não encontrar resultados reais nos interesses materiais” (Ibidem p. 175-176 - grifos do autor).

¹⁰⁹ O consentimento é, em uma sociedade de classes, uma relação estrutural entre desiguais. Como para consentir é preciso saber quais são os termos, a correlação de forças determinará quem imporá a “minuta” ou a “tese-guia” do consentimento. Quem estiver em condição desfavorável deverá se contentar a apresentar emendas.

É também por conta disso que o keynesianismo seria uma “justificativa técnica para o compromisso de classe” (Ibidem p. 245), pois traria consigo uma “cidadania salarial”, isto é, a combinação entre pleno emprego provocado pelo gasto público induzindo a demanda agregada, aumentos salariais decorrentes dos ganhos de produtividade e a proteção social. O aumento do consumo derivado de vitórias dos trabalhadores no conflito distributivo, seja pela via de aumentos salariais diretos no âmbito da produção, seja pela via indireta dos gastos públicos deixaria de ser um interesse particularista e ganhava ares de interesse geral, na medida em que se concebia o aumento da demanda como motor do crescimento econômico. Tentava-se combinar positivamente no mesmo lado da equação os aumentos salariais e benefícios sociais com a acumulação de capital. Entretanto, como é pensada em termos de arranjos de política econômica, esta formulação de inspiração keynesiana tem como característica ser uma perspectiva de curto prazo e não teria respostas para os momentos de crise de superprodução de capital, quando o investimento na produção não é atrativo devido às perspectivas de baixas taxas lucro.

Esta digressão sobre a socialdemocracia é importante para localizar a discussão sobre o horizonte em que a execução da estratégia democrático-popular foi se efetivando ao longo das experiências do PT na gestão do Estado. Ao longo dos anos 1990, ao mesmo tempo em que a disputa interna provocava a supremacia de um grupo moderado no controle do partido (o campo majoritário)¹¹⁰ provocando perda de espaço dos grupos mais alinhadas ao horizonte anticapitalista, há uma alteração da formulação estratégica original. No 1º Congresso do partido (1991), o eixo da estratégia passa a ser “democratização do poder” através de uma “disputa de hegemonia”, mas há um giro no significado desta disputa em relação à formulação do V Encontro, pois há um deslocamento da hegemonia no sentido do “Estado ampliado” que informava a lógica da pinça para uma disputa de hegemonia na sociedade civil, que retirava inclusive a assertiva de que a classe trabalhadora precisaria se tornar a classe dominante no poder do Estado. Além disso, logo abaixo da definição de que “para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”, contida no item das resoluções cujo título era “nem socialismo real, nem socialdemocracia” estava a assertiva de que “democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim”¹¹¹, uma frase conhecida de Bernstein, líder da socialdemocracia alemã, como se sabe.

¹¹⁰ Cf. COELHO, 2005.

¹¹¹ Resoluções do 1º Congresso do PT. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/congressos-nacionais-do-pt-resolucoes-0>. Acesso em 10/05/2016.

A primeira causa da inflexão da estratégia frente a sua formulação original se dá pela possibilidade de ganhar o governo federal sem o acúmulo de forças nas lutas de massas que compõe a pinça, de modo que com o governo, mas com correlação de forças desfavorável, o programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista não poderia ser implementado. O que se faz, neste caso? A pergunta clássica “Que Fazer?” se junta com o problema clássico de Maquiavel: não só como conquistar o poder, mas principalmente como mantê-lo. Esta necessidade de manutenção no governo impacta diretamente a estratégia, uma vez que o braço das lutas sociais era fundamental para a constituição da hegemonia necessária para legitimar a implementação do programa. E a implementação do programa seria ao mesmo tempo resultado e condição para um processo sustentável de acúmulo de forças. A ausência da correlação favorável e a ocupação do governo redireciona a estratégia de acúmulo de forças, vinculando-a à necessidade de manter-se no governo em condições nas quais o apoio em favor da “governabilidade” se concentra no campo institucional.

A manutenção nos postos de governo como via de acúmulo de forças interdita a aplicação do programa democrático e popular, posto que ao intentá-lo, sem a correlação favorável, o risco de um contra-ataque burguês poderia pôr a perder o governo. Desta forma, não ocorre apenas um processo paulatino de rebaixamento programático, mas vai ganhando terreno o foco na manutenção da governabilidade e seus correspondentes acordos como problema político fundamental das táticas a cada momento eleitoral e no exercício do governo¹¹².

As resoluções do VIII Encontro (1993) deixam bem nítidas a formulação em que a “questão nacional”, ou seja, a formação de um bloco popular constituído dos trabalhadores, marginalizados, subempregados, pequenos e médios empresários em torno de um programa de crescimento com distribuição de renda, apresentava uma dimensão externa baseada em uma política de soberania nas relações internacionais. Em comum, ambas teriam o caráter antimonopolista e, portanto, anti-imperialista, não se expressando ainda em termos de uma proposta de governo de união nacional, embora estejam aí os germes (IASI, 2006 p. 501).

Do X ao XII Encontros (1995 a 2001), houve uma significativa mudança de perspectiva no sentido da substituição do original horizonte socialista por uma perspectiva crítica ao neoliberalismo, que, contudo, não o define como fase histórica do capitalismo, mas como um conjunto de políticas econômicas e valorização de aspectos tópicos do papel do Estado (“mais ou menos intervenção do Estado na economia”, como se o próprio mercado não

¹¹² As duas décadas reivindicadas por Andre Singer para que o “lulismo” realizasse seu “espírito rooseveltiano” não são por acaso, como se vê.

fosse uma criação estatal *a la* Polanyi¹¹³), o que, dada as características concretas pelas quais foi operado, é um sintoma da mudança no perfil anti-sistêmico em direção a um perfil institucional do partido.

Isso fica claro, por exemplo, quando nas resoluções do X Encontro, apregoa-se a necessidade de uma estratégia de poder orientada pela formação de um projeto partidário e um projeto de sociedade baseadas em uma articulação mais amplas das forças sociais e que tenha como princípio a criação de uma alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo. É diferente da alternativa que se queria criar originalmente, pois lá os polos eram a social democracia e o socialismo real, em oposição aos quais se tentava definir o socialismo democrático petista. Depois da inversão no sentido de uma democracia socialista¹¹⁴, a alternativa que se punha não era mais uma outra ordem de reprodução social, mas à uma nova forma de Estado no capitalismo. O que se discutia era o programa econômico deste Estado: o socialismo fora substituído pela definição de uma estratégia de condução do modelo de desenvolvimento (Idem p. 507).

A derrota eleitoral de Lula nas eleições de 1994, depois de ter passado por um período de altas intenções de voto no início do ano, deveu-se, segundo SECCO (2015, p. 170) às dificuldades da campanha em torno do debate econômico em relação ao plano Real, o que teria colocado problemas sérios para os economistas do PT, pois da crítica da economia política, não deriva diretamente uma política econômica imediata que possa dar conta, por exemplo, da inflação, situação urgente naquele momento. Para o autor, a política econômica no PT era de “inspiração keynesiana inclinada à esquerda” (Idem p. 171). A derrota para FHC gerou um conflito interno em que parlamentares conhecidos do partido atacaram, pelos jornais burgueses, a direção partidária (Ibidem p. 172).

Ao longo do período designado por SECCO como de “oposição parlamentar (1990-2002), os significantes a indicar os adversários políticos e sociais do programa petista vão mudando. Inicialmente denominados como burguesia, eles passam a grandes capitalistas, a elite, rentistas e especuladores. Em 1994, articuladores da corrente Nova Esquerda

¹¹³ Os conservadores que criticam reiteradamente o “tamanho do Estado” caem em uma contradição insolúvel em seus próprios marcos, pois o antídoto apregoado por eles para combatê-lo na forma do “fortalecimento da sociedade civil” é a liberalização do mercado, que, por sua vez, deve ocorrer mediante políticas estatais – conjunto de contrarreformas –, as quais dependem de uma significativa concentração e centralização do poder. Assim, no fundo, eles não são anti-estatistas, mas advogam mecanismos que aumentam a centralização do poder, com o fito de evitar preventivamente o seu questionamento por eventuais movimentos da classe trabalhadora em seus processos de organização política.

¹¹⁴ Antes de 1990, o PT se definia em termos de “socialismo democrático”, depois passou a se definir em termos de uma “democracia socialista”.

justificavam a necessidade de ampliar as alianças a partir da ideia de uma “hegemonia compartilhada”, que buscava combater o “hegemonismo petista” ou ainda a “‘tosca noção de hegemonia que ainda nos alimenta e não serve para nada’” (Ibidem p. 187-188).

Esta inflexão está expressa no XII Encontro Nacional (2001), que construirá o patamar a partir do qual se operará definitivamente a ampliação das alianças políticas. As resoluções deste Encontro afirmam, dentre outras coisas, que seria necessária a construção de um novo “pacto social”. Diz a resolução:

“um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo”¹¹⁵.

A necessidade de ampliação de alianças impacta não apenas a tática, mas também a estratégia. A defesa do Estado-Nação está alicerçada na ideia de que na década de 1990, em decorrência do neoliberalismo, teria sido reduzido o tamanho do Estado e, portanto, aumentado o divórcio dele em relação à Nação, aprofundando o traço constitutivo do caráter autocrático do Estado que herdamos da ditadura civil-militar. Há também uma operação teórica não explícita, mas que dá suporte à tática política: a da separação de maneira dualista entre “capital produtivo” e “capital financeiro”. Esta perspectiva confunde o conteúdo conceitual do termo “capital financeiro” com àquilo que usualmente entende-se como “capital especulativo” ou, mais precisamente, àquilo que Marx definira como “capital fictício”¹¹⁶.

¹¹⁵ Resoluções do XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, p. 38. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acesso em 10/05/2016.

¹¹⁶ O conteúdo deste conceito refere-se à aparência de valorização que massas de valor sob a forma de capital-dinheiro (ou capital monetário) podem apresentar sem que sejam investidas em relações de valorização do capital. Em Marx, a discussão do “capital fictício” aparece de forma difusa: há uma breve referência no capítulo XXV e, de forma mais desenvolvida, nos capítulos XXIX a XXXI do livro 3, de *O Capital*. Em síntese, o capital fictício é um dos desdobramentos possíveis da função de crédito do capital, aquele que não é invertido na produção especificamente capitalista, isto é, que, mediante a exploração da força de trabalho, produz mais-valor apropriado privadamente. “O que é significativo no conceito de capital fictício é que, ao ser emprestado, o dinheiro concentrado nos bancos se duplica em dinheiro e em títulos que representam direitos sobre dinheiro. Assim, por exemplo, se o banco concede um empréstimo a um capitalista industrial, o valor emprestado, que se encontrava no cofre do banco como valor singular, transforma-se em dois; por um lado, o dinheiro em espécie, que passa para as mãos do capitalista, para funcionar como capital monetário propriamente dito na aquisição de meios de produção; e, por outro, o título de direito sobre o mesmo valor em dinheiro, que permanece nas mãos do banco. Assim, um único valor monetário transformou-se aparentemente em dois valores, o que obviamente é impossível, pois só um deles, o dinheiro, é que constitui valor real. O mesmo ocorre quando o banco subscreve novas ações emitidas por uma empresa ou adquire títulos públicos. Os títulos assim gerados nas operações de crédito, que ficam em poder dos credores, é que Marx denominou ‘capital fictício ou ilusório’. Essa denominação dá ênfase à distinção existente entre esse capital e as outras formas de capital. O capital fictício

A contemplação dos “empresários produtivos de qualquer porte”¹¹⁷ no leque de setores cujos interesses seriam atendidos pelo “novo pacto social” proposto pelo programa do partido está inserida em uma lógica de dar “previsibilidade para o capital produtivo”, para a construção de um processo de desenvolvimento econômico gerador de divisas que poderiam, a partir daí, ser usadas para políticas de distribuição de “renda, riqueza, poder e cultura”. Aquilo que originalmente fora concebido como uma crítica à tese da *etapa democrático-nacional* do PCB (porque envolvia uma aliança com a burguesia nacional) é agora repetido com outro objetivo, pois não se trata mais de uma aliança provisória para a construção do socialismo (como era na formulação original dos comunistas), mas uma aliança duradoura para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

O sentido desta inflexão reaparecerá, um ano depois e de maneira mais coloquial, na *Carta ao Povo Brasileiro* (2002)¹¹⁸. Embora endereçada à população brasileira, esta carta apresenta, na verdade, uma plataforma de garantias à burguesia nacional e aos capitalistas internacionais que tinham investimentos no país de que, não obstante as propostas de “mudanças corajosas, mas cuidadosas” na estratégia de desenvolvimento que a candidatura Lula apresentava, não haveria motivos para desconfianças.

Aquela dualidade entre capital produtivo e capital financeiro que aparece nas resoluções do partido é, na prática, tornada operacional no documento *Mercado de capitais como instrumento do desenvolvimento econômico*¹¹⁹, que a candidatura Lula assina com a Bovespa em Outubro de 2002. Nele, lê-se que “o mercado de capitais deve ser visto como parte integrante do sistema produtivo” e que, portanto, o novo governo se esforçaria a fazer um “esforço concentrado” para fazer “convergir as ações do Estado e dos agentes privados para o pleno desenvolvimento” deste mercado, buscando melhorar a sua “imagem”, pois o considera fundamental para a retomada do crescimento, que, por sua vez deveria ser “liderado basicamente por investimentos privados, especialmente dirigidos ao aumento da produção e

diferencia-se não somente do capital real — isto é, capital produtivo e capital-mercadoria —, como também do capital monetário, que não é capital real, mas é forma monetária do capital ou é simplesmente dinheiro, equivalente geral da riqueza, e, nesse sentido, não é fictício. Um título de crédito não é capital em nenhuma dessas formas, é apenas direito a capital ou a dinheiro” (GERMER, C. M., 1994, p. 193).

¹¹⁷ O sentido profundo de integrar os “empresários produtivos de qualquer porte” no rol de setores sociais que fundariam o novo pacto social estava já presente no eurocomunismo e se erige por uma operação teórica em que há um deslocamento “da luta de classes para um pacto social em nome de condições gerais que pudessem atender à maioria numérica do aliados” (DANTAS, 2014, p. 80), sem ferir nenhum interesse exceto os dos capitalistas especulativos, o que nem isso teria sido tentado.

¹¹⁸ Para POMAR (2005, p. 210), o espírito da Carta ao Povo Brasileiro – no qual estava, inclusive, a decisão de não realizar uma “devassa” sobre o governo FHC, especialmente do que toca à auditoria dos processos de privatização, mas que constava no programa do partido – era a de uma “transição sem conflito, uma transição intransitiva”.

¹¹⁹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57382.shtml>

da produtividade, com destaque para os setores exportadores ou que gerem substituição de importações”.

Sem deixar de ser articulador do modelo de desenvolvimento, o Estado deveria, contudo, “concentrar seus recursos em gastos sociais”, deixando que “o mercado de capitais e o sistema bancário ocupem gradativamente o papel central na mobilização de recursos em favor da produção”. Além disso, o futuro governo se comprometia a contribuir para que a “poupança voluntária (na forma de fundos de pensão, fundos de investimento, previdência aberta, seguros, etc.) possa crescer” com o objetivo de que ela alcance a proporção de “15% a 20% da formação bruta de capital fixo”, aproximando-se de padrões internacionais, reafirmando a “confiança de que o Mercado de Capitais tem um grande potencial a ser desenvolvido e que possa contribuir para a retomada do desenvolvimento econômico e social”¹²⁰.

Como se vê, o desenvolvimento da estratégia democrático-popular foi se efetivando mediante a elevação ao governo de um setor que nasce da classe trabalhadora em seu processo de luta e que, sofrendo um posterior processo de metamorfose, constrói a partir de outros parâmetros políticos e econômicos um projeto político, no qual arvora para si o papel de, *em nome da classe trabalhadora*, negociar com a burguesia o pacto social que, sob o plano de uma melhora relativa e conjuntural das suas condições de vida, acaba, ao contrário, por agir no sentido de tentar resolver os problemas de hegemonia que resultaram do agravamento dos problemas sociais derivados do programa neoliberal dos anos 1990.

Em suas reflexões sobre o *Risorgimento* italiano, Gramsci usa o conceito de *transformismo* para explicar o processo pelo qual se organizou a dominação da classe trabalhadora italiana após 1848 e que nos ajuda a compreender o processo brasileiro. Segundo ele,

“(…) pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas [vaticanistas – cmtmbb] e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo” (GRAMSCI, 2011; p. 318).

¹²⁰ Quando da explosão da crise 2007-2008, o “mercado de capitais estava vivendo a sua década de ouro, com o mercado primário chegando a crescer mais de 100% num só ano e o mercado secundário sendo multiplicado por onze vezes ao longo da década” (MELIN, 2014 p. 131).

O transformismo¹²¹ é um fenômeno que, mediante a cooptação de setores que dirigiam as lutas dos “subalternos”, tem como consequência a exclusão destes do protagonismo nos processos de transformação social (COUTINHO, 2010; p. 38). É, portanto, um fenômeno que denota uma síntese instável entre o “velho” e o “novo”, na qual as classes dominantes precisam fazer concessões às demandas dos subalternos, mas dentro dos limites de conservação das velhas estruturas que dão sustentação ao seu poder e seus privilégios. A instabilidade decorrente deste processo reflete na condução do Estado: detentora orgânica e estrutural do poder político estatal, a classe dominante teria que ser a dirigente deste processo para poder fazer as concessões com cautela.

Este tipo de “transformismo molecular” – que significa a adesão individual, privada de lideranças dos subalternos aos quadros moderados e leva à “decapitação” de seus movimentos, sua desmobilização e, no limite, sua anulação enquanto sujeitos políticos autônomos – se combina com outro tipo mais geral de transformismo, que MACIEL (2006, p. 289) irá chamar de “ampliado”. Como se trata da “elaboração de uma elite dirigente cada vez mais ampla” e da inflexão moderada das lideranças dos subalternos, o “transformismo ampliado” que o autor infere a partir de Gramsci diz respeito a um processo mais geral de “‘educação’ das novas gerações conforme a direção intelectual-moral moderada” (Idem p. 291). Na reflexão do comunista sardo, o “transformismo ampliado” diria respeito à formação de um “novo homem” adaptado às novas condições do aparelho produtivo no curso do desenvolvimento capitalista (sua referência histórica eram o “americanismo” e o fascismo). O que se destaca deste processo e que o distinguiria do tipo “molecular” ou “privado” é que a moderação das lideranças dos subalternos reflete um processo histórico mais profundo de “modelagem da arena da disputa política”, na qual a incapacidade de uma das frações burguesas exercer completamente a sua hegemonia leva a “uma intervenção mais acentuada do Estado sobre a sociedade civil” (Ibidem p. 294).

As metamorfoses do PT permitem novamente um diálogo com Florestan Fernandes. Escrevendo na crise da ditadura civil-militar, Florestan pensava que a instabilidade própria do

¹²¹ Para SECCO (2015, p. 25), o “*aggiornamento* do completo do PT” se realiza ao final do segundo mandato de FHC. E também: “[...] o que confere importância e unidade ao período entre 1994 e 2002 é uma transformação do PT que nunca foi ratificada por um Encontro ou um Congresso. Ela foi lenta. Em termos gramscianos tratou-se de um *transformismo*” (Idem ibidem p. 201). Aqui, é exagerado afirmar que o transformismo nunca foi ratificado em nenhum Encontro ou Congresso, na medida em que, apesar das ambivalências e indefinições teóricas e programáticas que podem ter acompanhado a definição estratégica do partido, as alterações estão inscritas em suas resoluções. POMAR (2005, p. 254), por sua vez, considera que a metamorfose do PT não se completou no interior do partido, mas fora dele, no governo Lula. Escrevendo ainda durante o primeiro mandato, ele não excluía a hipótese de que o governo Lula fosse a “imagem no espelho do que será todo o PT, amanhã” (Idem, p. 279).

regime oferecia duas alternativas à ordem vigente. Um primeiro cenário seria o de uma auto-reforma da autocracia, que incorporaria, ainda que de forma muito atenuada e lenta, algumas demandas daquelas parcelas da população preteridas no restrito círculo de legitimação da ordem. Chama, então, esta possibilidade de “democracia de cooptação”. Um segundo cenário seria o de reafirmação do caráter autocrático da estrutura de poder burguês no Brasil, o que levaria a um fortalecimento da autocracia e ao decorrente aprofundamento das estruturas de coerção e repressão para a manutenção da ordem.

Para Florestan, a estreita margem de manobra da burguesia brasileira (“acuada” entre as imposições do imperialismo e as pressões internas dos “de baixo”) a impediria de adotar a via da “democracia de cooptação” como saída do impasse. No momento de sua análise, ele afirma que

“parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias considerarão exagerado o preço que terão que pagar à sobrevivência do capitalismo dependente, através da democracia de cooptação”, [concluindo que] “não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, ‘dentro da ordem’, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despotismo burguês” (FERNANDES, 1976, p. 365).

Para IASI (2014, p. 101), o transformismo é a “condição que torna possível a democracia de cooptação”, cuja eficiência leva à “consolidação de uma hegemonia burguesa no Brasil, talvez pela primeira vez em nossa história, com uma sociedade civil-burguesa consolidada, um Estado Democrático de Direito e uma economia capitalista em condições de garantir, dentro da instabilidade e incontrolabilidade próprias desse modo de produção, patamares de acumulação de capitais razoáveis para as camadas dominantes” (Idem, p. 100). Assim, para o autor,

“a democracia de cooptação, genialmente antecipada por Florestan, mas por ele descartada como possibilidade, não veio da auto-reforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrática popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil” (IASI, 2013 s/p).

Este pacto se constrói no interior de uma “projeção ideal de um agente político”, que busca se qualificar como operador de um programa para o Brasil, que buscava coordenar, sob uma “correlação de forças desfavorável”, um modelo econômico que resultasse de um consenso nacional construído a partir da interação de vários projetos. A estratégia democrático-popular carregava consigo na origem dois componentes: um programa e um

governo também democrático-populares. O programa não serviria apenas como meio de agitação e propaganda do socialismo ou como guia de ação na luta de massas, mas uma alternativa na disputa eleitoral objetivando sua efetivação em um eventual governo. Estes dois elementos são coerentes não porque tem o mesmo nome, mas porque estão articulados pela concepção estratégica da pinça. No seu processo de efetivação, a relação do programa com a estratégia se altera, principalmente quando o crescimento do braço institucional em detrimento do braço das lutas sociais vê como plenamente possível a conquista do governo. O caráter de classe do Estado e do programa originalmente presentes na formulação estratégica original vai se apagando. Vejamos como isso aparece em GENOÍNO (2013, s/p), quando afirma que:

“o programa de governo que a candidatura Lula levou às ruas em 2002 contém os eixos gerais de um projeto estratégico para o Brasil. Um projeto estratégico qualquer é sempre a projeção ideal que um agente político, no caso um partido, o PT, formula em relação à sua visão de futuro. Projeto político não pode ser entendido como algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um dever ser, de uma das possibilidades em relação ao futuro.

Na medida em que existem vários projetos interagindo e que a ação de execução de um projeto interage com ações de outros sujeitos, o resultado final da ação implementadora de um projeto nunca será igual à intenção inicial do agente. Assim, os projetos nunca se realizam na integralidade, mas apenas parcialmente. O mesmo ocorre com programas de governo”.

Na forma como se apresenta, a aparente abertura para o diálogo na esfera pública de um partido que tem seu projeto, mas não quer impô-lo à força, oculta a necessidade de se explicitar a natureza dos projetos em disputa. São projetos relacionados a formas de sociabilidade antagônicas ou não? As estratégias que informam estes projetos se orientam por quais horizontes? Todos são compatíveis? A participação nas disputas de projetos em busca do consenso nacional na esfera pública e o respeito às regras do jogo serão adotados por todos e sob a mesma condição, sob o mesmo poder?

Esta perspectiva parece operar com a política descolada de uma concepção de poder, posto que as assimetrias de poder não informam a análise e parece que a disputa política se dá num campo neutro ou em uma “superfície perfeitamente lisa” das opiniões ou das vontades políticas horizontais. Parece-nos que a consolidação do pacto se dá sob a perspectiva de um setor que nasce da classe trabalhadora e busca se afirmar como sua representante negociando os termos da dominação com a classe dominante, procurando, por meio da exigência de instituições republicanas, harmonizar o antagonismo das classes sociais fundamentais.

Transformar a sociedade através de um processo democrático que não questiona radicalmente o poder burguês em sua estrutura e seus efeitos está entre as características que Marx identificava no caráter da pequena-burguesia no *18 Brumário*, mas que já antes ele visualizava em Proudhon:

*“o pequeno burguês numa sociedade avançada e por necessidade da sua condição faz-se, por um lado, socialista, e por outro, economista, isto é, fica deslumbrado com a magnificência da alta burguesia e simpatiza com as dores do povo. É ao mesmo tempo burguês e povo. Gaba-se, no foro íntimo da sua consciência, de ser imparcial, de ter encontrado o justo equilíbrio, que tem a pretensão de distinguir-se do meio termo. Um tal pequeno burguês diviniza a *contradição*, porque a contradição é o fundo do seu ser. Não é senão a contradição social em ação. Deve justificar pela teoria o que é na prática”* (MARX, s/d, s/p – grifos no original).

A pequena burguesia política (não necessariamente proprietária) depende da ampliação do Estado e também da expansão do setor de serviços públicos para a ocupação de seus membros, contribuindo para a constituição da burocracia. Ela acaba sendo um apoio importante ao sistema de dominação por sua adesão decidida aos aspectos morais e supostamente neutros das instituições, bem como dos valores que ela mesma produziu, na qualidade de setor de origem de “intelectuais” (o republicanismo como forma última de realização da democracia, por exemplo). Uma das características da pequena burguesia política é, portanto, sua vinculação a uma concepção em que a síntese dos interesses antagônicos das classes fundamentais pode ser equilibrada no interior das instituições do Estado, que ela opera.

Procuraremos demonstrar na próxima seção como um processo de transformismo ocorreu a partir da combinação entre a adaptação dos interesses da burguesia interna brasileira no modelo econômico do governo Lula e a redefinição da abordagem sobre a relação entre liberalização econômica e a “questão social” foi se forjando na “convergência” entre o “combate à pobreza” e mecanismos de “governança institucional”. De qualquer modo, a vitória eleitoral em 2002 simbolizou o marco definitivo de não-retorno da experiência “transformista” do PT: se, em relação ao período de “oposição social ou extra-parlamentar”, um ciclo de ascensão de lutas sociais teria acabado em uma derrota eleitoral (referência à eleição de 1989), a situação teria se invertido em 2002, quando “um ciclo de derrotas sociais seria coroado por uma vitória eleitoral” (SECCO, 2015 p. 202).

2.2 Natureza de classe do governo Lula, redefinição da “questão social” e a questão do poder

No capítulo anterior vimos como o discurso oficial a respeito dos governos Lula (seja como pós-neoliberal ou como “lulismo”), procurava distanciá-lo do caráter neoliberal do período FHC. A química entre “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo” – na formulação de André Singer – propunha um “novo modelo econômico” que conjugasse crescimento, redução da pobreza extrema e absoluta mediante programas de transferências monetárias condicionadas, ativação do mercado de consumo interno via aumento real do salário mínimo e do crédito, e gasto público incentivando a iniciativa privada em áreas de infraestrutura, logística e setor agroexportador. Demonstramos como a apregoada diminuição da desigualdade social não ocorreu verdadeiramente, uma vez que a estrutura de renda funcional e da propriedade no Brasil seguiu altamente concentrada e a ascensão de milhões de brasileiros ao que institutos de pesquisa de mercado chamam de classe C acompanhou, na verdade, uma tendência mundial e significou, em termos sócio-ocupacionais, uma melhora relativa na base da pirâmide social brasileira, uma vez que conviveu com um contexto de intensificação da precarização das condições de trabalho.

O pacto de classes entre 2003 e 2010, se não foi exatamente entre o líder carismático e o subproletariado, logrou estabilizar certo consenso social em torno do programa cuja retórica era de que governava “para todos”, mas realizou os interesses centrais das frações burguesas, melhorou relativamente as condições materiais imediatas de vida dos trabalhadores mais pobres, diminuindo assim a margem para a oposição tanto de direita quanto de esquerda. Não apenas os resultados eleitorais mostram a preferência por Lula nas duas eleições, mas também o financiamento das campanhas. Este enquadramento nos leva a considerar que a natureza de classes do governo é típica da pequena burguesia, no sentido em que encerramos a seção anterior. Contudo, se for possível caracterizar o governo Lula como um governo de conciliação de classes, seria no sentido tradicional da socialdemocracia?

A avaliação de um sentido socialdemocrata ao governo Lula deve ser acompanhada de muitos cuidados para que não incorramos no mesmo risco das “analogias sumárias” comentadas no capítulo anterior. A distância histórica que o governo em um país dependente na primeira década do século XXI com os governos dos países capitalistas centrais do período pós-guerra até os anos 1970 deve nos alertar para os riscos de ultrageneralização¹²². Ainda

¹²² Apenas um exemplo. Uma das expressões do pacto socialdemocrata fixado no modelo keynesiano era a política fiscal do Estado, que estruturou um padrão progressivo sobre a tributação de renda com altas alíquotas e

mais se pensarmos que “as condições legadas pelo passado” imediatas ao governo Lula foram as décadas neoliberais e seus impactos sobre a economia, a cultura, a sociedade e a política¹²³.

O neoliberalismo foi a via pela qual se alcançaram dois objetivos que sua doutrina estabelece como pilares da sua estratégia de desenvolvimento: a estabilização macroeconômica com foco no controle da inflação e na contenção dos gastos públicos, por um lado, e a obtenção de um ambiente econômico pró-mercado provocado pelas reformas no aparelho do Estado, abertura comercial, desregulamentação do fluxo de capitais e da legislação trabalhista, por outro. Macroeconomia e microeconomia como polos de uma mesma unidade para ampliação do campo em que as atividades sociais fossem reguladas pela lógica da acumulação de capital com mínima interferência da política da classe trabalhadora. Enquanto estratégia de desenvolvimento, o neoliberalismo incorpora o pragmatismo como método de ação, isto é, desde que os dois objetivos estejam sendo perseguidos, pode-se adotar políticas econômicas “ortodoxas” ou “heterodoxas”, em graus variados, de acordo com as condições econômicas e fiscais. É por isso que o neoliberalismo não pode ser definido no nível da política econômica, mas da estratégia de desenvolvimento e do modelo econômico que é implementado para alcançá-la¹²⁴.

Estando no interior do período compreendido pela vigência do Plano Real, o governo Lula tentou dirigir o neoliberalismo a partir de uma perspectiva de ação pragmática em que a mobilização dos instrumentos de política econômica dependia da orientação geral da

um número significativo de faixas. Nos anos 1940, as alíquotas máximas de IR nos EUA e na Inglaterra ultrapassavam 90%. Nos final dos anos 1980, Ronald Reagan reduziu a alíquota máxima para 28%, reduziu o número de faixas de 16 para 4 e eliminou a faixa de isenção. No Brasil, a alíquota máxima do IR passou de 20% nos anos 1940 para 65% no governo Joao Goulart (o mais alto percentual da história brasileira). Uma das primeiras medidas da ditadura foi reduzir esta alíquota máxima para 50%, mas manteve uma estrutura relativamente progressiva, com 12 faixas de tributação. No governo Sarney, o número de faixas foi reduzido de 11 para 3 e a alíquota máxima de 50% para 25%. De lá para cá, esta estrutura regressiva se manteve, tendo sido agravada pela isenção da tributação sobre lucros e dividendos em 1995 e que não foi revertido durante os governos Lula: “[...] na medida em que o país avançava na construção de sua rede de proteção social por meio do gasto, recuava dos objetivos redistributivos da política tributária, em linha com as prescrições do mainstream econômico, embora as hipóteses e as evidências empíricas que suportam tal tese sejam frágeis” (GOBETTI e ORAIR, 2016 p. 4).

¹²³ Sabemos que a discussão sobre o significado do neoliberalismo é também um campo multideterminado. Em geral, podem ser identificadas quatro linhas de interpretação: “como um conjunto de *ideias* inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão, e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin; como um conjunto de *políticas, práticas e instituições* inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma *ofensiva de classe* liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma *estrutura material de reprodução econômica, social e política*, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação (SAAD FILHO, 2015 p. 59 – grifos do autor)”.

¹²⁴ “O neoliberalismo, como paradigma elástico em que cabem políticas flexíveis de orientações variadas, não se ancora numa filosofia política específica e não prescreve um conjunto rígido de políticas. Desse ponto de vista, a agenda neoliberal constitui um enquadramento aberto, definido por ‘ideias-força’ bastante claras, que fornecem um ‘temário máximo’ para as medidas que cada governo deve tomar” (MARANHÃO, 2011 p. 248).

estratégia de atendimento dos interesses dos grupos econômicos que compunham o bloco no poder.

Vamos tomar o exemplo da Selic. A trajetória de redução da taxa básica de juros ao longo dos governos Lula foi possível não apenas por uma orientação supostamente desenvolvimentista do governo, mas porque a alta liquidez internacional (quantidade de ativos monetários disponíveis) no período esteve acompanhada de uma “baixa considerável das taxas de juros internacionais” (CARCANHOLO, 2010, p. 125). O aumento da demanda por *commodities* produzidas pelo país (e que estavam com preços elevados) combinado com a entrada de capital externo atraídos pela taxa de juros permitiram a manutenção da valorização cambial, que, por sua vez, facilitou o controle inflacionário em um contexto de crescimento econômico. Uma Selic baixa favorece a indústria nacional, mas, na medida em que sua redução dependeu do padrão de inserção comercial regressivo (exportações de bens primários e/ou baixa intensidade tecnológica), ela oferecia pequena margem para o desenvolvimento de um programa de industrialização de tipo verdadeiramente desenvolvimentista¹²⁵. Tanto que o conjunto de medidas anticíclicas adotados pelo governo Lula após a crise 2008, entre as quais estava a diminuição da taxa de juros, só se sustentou durante a manutenção da valorização cambial (entre setembro de 2008 e abril de 2009), depois da qual a taxa de juros retoma uma tendência de crescimento como forma de tentar cobrir, pela atração de capitais de curto prazo, o déficit das contas externas provocado pelo aumento das importações em relação às exportações já no final do governo Lula, em 2010 (Idem p. 129-131).

Este pragmatismo na mobilização dos instrumentos de política econômica foi acompanhado de um processo de ampliação de um ambiente pró-mercado, outro pilar da estratégia de desenvolvimento neoliberal e do qual depende a adoção de reformas no aparelho do Estado. Vejamos algumas dessas reformas:

a) **Alterações nas Contribuições Sociais das empresas, em 2003 e 2004:** elevação da COFINS sobre instituições financeiras (de 3% para 4%); ampliação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas prestadoras de serviço de 12% para 32% do faturamento de quem optasse pelo lucro presumido; uma pequena reforma tributária, que consistiu na introdução de dois regimes de arrecadação do Programa Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a extensão destas

¹²⁵ “Belluzzo e Carneiro apontam que a política econômica do governo Lula se encontrava fortemente condicionada pela busca de credibilidade junto aos mercados financeiros. O ‘paradoxo da credibilidade’ a que se referem os autores no título do artigo refere-se ao fato de que, quanto mais a política econômica produz resultados positivos segundo a ótica do mercado financeiro, mais se estreita seu raio de manobra” (CANO e SILVA, 2010, p. 185).

contribuições às importações; a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos.

b) **Reforma da Previdência, de 2003:** além de quebrar a paridade e integralidade dos servidores públicos, aumentou a idade mínima para aposentadoria e passou a cobrar 11% a título de contribuição previdenciária sobre as aposentadorias que ultrapassassem o teto do INSS¹²⁶.

c) **Lei de Falências, de 2004:** a nova lei de falências estabelecia outra hierarquia de prioridades de quitações em caso de falências: ao invés dos débitos trabalhistas, previdenciários ou tributários, a prioridade era com os bancos, pois, embora formalmente os débitos trabalhistas ainda permanecessem prioritários, esta lei criou um teto máximo de 150 Salários Mínimos para pagamento individual. Ultrapassado esse teto, a prioridade era bancária, constituindo assim uma “privatização do pagamento das dívidas contraídas pelas empresas falidas”. Com o discurso de que isso diminuiria os spreads bancários e permitiria uma redução dos juros, o governo, na verdade, promovia um programa de renda mínima aos banqueiros¹²⁷ (MARTUSCHELLI, 2013, p. 179);

d) **Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), de 2004:** diferente da forma de privatização prioritária durante o período FHC, o governo Lula adotaria a estratégia de

¹²⁶ A aprovação desta lei levou à expulsão de Babá, Luciana Genro, João Fontes e Heloísa Helena das fileiras do PT, iniciando a cisão que daria origem ao PSOL. Em artigo para Folha de São Paulo dois dias antes da deliberação do Diretório Nacional do PT sobre o banimento dos militantes, o presidente do partido à época, José Genoíno, escreveu: “A direção do PT articulou alguns pactos com os parlamentares, esclarecendo que eles estavam livres para emitir críticas e opiniões acerca dos rumos do governo. Bastava que votassem de acordo com as deliberações das instâncias partidárias. Todos esses pactos foram rompidos unilateralmente pelos parlamentares incursos no processo disciplinar. Além de fazer uma oposição sistemática ao governo, eles votaram contra as determinações expressas das instâncias partidárias, aliando-se a setores da oposição. Assim, se eles forem expulsos, será em razão da indisciplina partidária” (GENOINO, 2003). Genoíno omite que a aprovação pelo diretório nacional da proposta de reforma da previdência não ocorreu após um processo prévio de deliberação das bases partidárias, onde havia forte presença de representantes do funcionalismo público, setor fortemente atingido pelo projeto. Além disso, se considerarmos que o PSDB e o PFL foram fundamentais para a aprovação da reforma, não se sabe a que oposição se referia o presidente do partido. A definição de indisciplina partidária se limitava à decisão da direção partidária, sem envolvimento massivo das bases.

¹²⁷ A aprovação da lei das falências integrava um conjunto de acordos com o FMI estabelecido no primeiro mandato do governo Lula com o objetivo de encaminhar uma “agenda adicional de mudanças estruturais”, conforme podemos ler na carta-compromisso enviada ao Fundo pelo governo, em 28/02/2003: “pretendemos seguir uma agenda adicional de mudanças estruturais em outras áreas. Primeiro, o governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulação do setor financeiro — um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central. Segundo, o governo continuará em seus esforços para que se realizem progressos na venda dos quatro bancos federalizados, como refletido no parâmetro estrutural proposto agora para final de junho. Terceiro, para diminuir o spread bancário e aumentar a disponibilidade de crédito para o investimento, o governo tem a intenção de que uma nova lei de falências seja votada. Esta lei terá como objetivos ajudar a preservar o funcionamento das empresas em dificuldades, cuja sobrevivência seja viável, enquanto sua propriedade é transferida, além de melhorar a definição na ordem de prioridade dos credores da massa falida”. Cf. http://161.148.1.43/portugues/fmi/cartafmi_030317.asp

estimular a iniciativa privada a gerir serviços públicos sob o modelo de concessão, abrindo mais nichos para investimento privado. O ministro Guido Mantega justificou as PPPs como medida de agilizar a oferta de serviços públicos, contando com a “eficiência do setor privado” e a capacidade de planejamento do Estado. Esta medida atendia a interesses da burguesia brasileira, principalmente aquela voltada ao comércio exterior, que inicia aqui uma relação mais próxima com a burocracia estatal. Nesta aliança, o Estado assume os riscos de eventuais prejuízos, oferecendo garantias de um investimento praticamente sem riscos¹²⁸.

e) **resolução 3.265 do Banco Central, de Março de 2005**: que funde os mercados de câmbio livre e flutuante, elimina as contas de não residentes (CC-5) e amplia os prazos para cobertura cambial das exportações. A primeira adequa as regras internas à proposição de abertura econômica do Consenso de Washington ao não discriminar exportadores de importadores, enquanto a segunda elimina os limites para que pessoas físicas e pessoas jurídicas convertam reais em dólares e os remetam ao exterior, enquanto a terceira significou a possibilidade de estender o tempo em que as receitas adquiridas das exportações fossem mantidas e especuladas externamente em dólares antes de sua conversão em reais (CARCANHOLO, 2010, p. 113). Além disso, efetivou-se a regulamentação, pelo BNDES, do financiamento de Investimentos Diretos no Exterior (IED), normatizando o financiamento da internacionalização de empresas brasileiras. Os efeitos disso serão mais sentidos no segundo mandato.

f) **Lei 11.312, de Junho de 2006**: inicialmente decretada como Medida Provisória 281/06, esta lei eliminou alíquota de imposto de renda e CPMF sobre rendimentos de títulos da dívida pública adquiridos por estrangeiros.

Muitas destas medidas resultaram de propostas preparadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)¹²⁹, regulamentado em Maio de 2003, e que é

¹²⁸ Luiz Gonzaga Belluzzo aposta nas PPPs como um modelo “heterodoxo” tanto à esquerda, quanto à direita: “No Brasil dos anos 1950, 1960 e 1970 havia sinergia – como em qualquer outro país – entre o investimento público, comandado pelas empresas estatais, e o investimento privado. A privatização desmontou essa relação virtuosa. O volume elevado de investimento público em infraestrutura é crucial para formação da taxa de crescimento na China. O investimento das multinacionais tem importância para a geração de divisas e para a graduação tecnológica das exportações, mas não para o volume do investimento agregado. O debate brasileiro da impressão de que os tupiniquins, de um lado e de outro, não fizeram um esforço para compreender a natureza das transformações ocorridas nos últimos trinta anos. A esquerda continua prisioneira das formas de intervenção do passado e condena as parcerias público-privadas, enquanto a direita aposta num liberalismo mítico, que nunca existiu” (BELLUZO, 2013, p. 105).

¹²⁹ Órgão consultivo composto pelo Presidente da República, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade”. Cf http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm. “Mais da metade da composição social da plenária do Conselho durante os governos Lula da Silva comportava conselheiros *diretamente* vinculados aos grandes grupos econômicos e firmas instalados no Brasil e estava organizada em aparelhos privados de hegemonia de

constituído por representantes do governo, do empresariado e de outros setores da sociedade civil. Tentando contemplar interesses da burguesia interna, o governo Lula também atuou na formulação de uma política industrial através da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) – uma articulação público-privada – e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ambas em dezembro de 2004. Estes se constituíram em espaços estratégicos para a consolidação de um arcabouço legal voltado para a política industrial, que resultou, dentre outras coisas, na aprovação da Lei de Inovação (Lei 10.973/04), Lei do Bem (Lei 11.196/05), Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05) e da Lei de Informática (Decreto 5.906/06). Estes marcos regulatórios se inscrevem na formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que procurava apresentar um planejamento de incentivo à indústria nacional (CANO e SILVA, 2010 p. 186-189).

A política industrial do governo Lula pretendia, a partir de medidas de isenção de impostos, incentivar o aumento da taxa de investimento na economia. Neste sentido,

“foram zeradas as alíquotas de IPI para bens de capital. Foi estabelecida a isonomia tributária entre produtos importados e produzidos no país, aplicando-se aos primeiros a contribuição para o Cofins. Foi aprovada a isenção da contribuição para PIS/Pasep e Cofins para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras que exportassem pelo menos 80% da sua produção” (Idem p. 187-188).

O conjunto de renúncias fiscais integradas à PITCE somou, entre 2004 e 2006, R\$ 19,24 bilhões. (Ibidem p. 188). Isto, no entanto, não logrou aumentar a taxa de investimento como pretendido, uma vez que, conforme indicado na tabela 1 (cf. capítulo 1), a taxa de formação bruta de capital fixo neste período permaneceu praticamente estável, em torno dos 17,2%. Além disso, a maior parte dos incentivos estava direcionada ao financiamento das exportações (Ibidem, p. 189).

No segundo mandato, a política industrial do governo manteve, em seu primeiro momento, as orientações da PITCE, mas, a partir de 2008, foram reformuladas no interior da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tinha como objetivo incentivar a sustentação de um novo ciclo de desenvolvimento industrial a partir de medidas de desoneração tributária, linhas de financiamento, alterações nos marcos regulatórios, compras governamentais (especialmente nos segmentos de petróleo, defesa, saúde e tecnologia de informação) e apoio técnico. Entre 2008 e 2010, a renúncia fiscal a diversos setores produtivos integrados ao PDP somou R\$ 17,5 bilhões (Ibidem p. 190) e a taxa de formação

cunho empresarial de vários tipos e funções. A partir de 2007, houve uma afirmação da fração industrial de origem nacional no Conselho, com relativa ampliação de sua presença, inclusive com ingresso em outras agências estatais, em detrimento da perda de representatividade da fração financeira bancária” (GUIOT, 2013, p. 3).

bruta de capital fixo variou de 19,4% para 20,5%. Somadas as renúncias fiscais do PITCE e do PDP, entre 2003 e 2010, a isenção de R\$ 36,74 bilhões à indústria brasileira impactou na evolução de 3,9% da taxa de investimento.

Este conjunto de medidas que procurava atender aos interesses da burguesia interna estava condicionado, entretanto, pela estrutura produtiva brasileira e sua orientação à exportação de bens primários e de baixa intensidade tecnológica, de modo que a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada favorecia estes setores e inibia o investimento em pesquisa e desenvolvimento¹³⁰, impactando na capacidade da indústria nacional em avançar na autonomia tecnológica de um modo geral e aprofundando a dependência da economia brasileira.

O conjunto de medidas de desoneração fiscal e ampliação do crédito voltadas à indústria durante o governo Lula tiveram impactos melhores na manutenção do mercado de consumo do que propriamente na ampliação da taxa de investimento e virtuais reflexos sobre a produtividade. Por outro lado, a manutenção da taxa de câmbio valorizada impactou negativamente no desenvolvimento industrial, de modo que a participação de manufaturados na pauta de exportação brasileira, que chegou a ser de 55%, em 1985, foi de 44%, em 2009, enquanto, em relação a produtos eletrônicos, o déficit comercial em 2009 foi de US\$ 35 bilhões (Ibidem p. 202).

Estas medidas demonstram que, em relação ao neoliberalismo, não foram apenas os itens essenciais da política macroeconômica que permaneceram durante o governo Lula, mas também a orientação de melhorar o “ambiente de negócios”. A partir do segundo mandato, o PAC acabará por concentrar esta orientação na medida em que o que se convencionou chamar de “maior presença do Estado na economia” se deu, dentre outras políticas, pela via das Parcerias Público-Privadas e pela oferta de crédito subsidiado do BNDES, que, responsável por financiar grandes obras de infraestrutura no setor de energia, transportes e logística, acabou por funcionar também como fiador de um processo de formação e internacionalização de grandes oligopólios empresariais brasileiros.

A atuação do BNDES durante o governo Lula demonstra bem como, sob o legado do ciclo de privatizações dos anos 1990, a “retomada da presença do Estado na economia” não rompe com o modelo de desenvolvimento liberalizante. O que se configura é “um alinhamento do Estado à dinâmica de grandes grupos empresariais com posições sólidas no

¹³⁰ “[...] o gasto do governo com P&D corresponde a 60,2% do total, contra 39,8% de gastos privados, enquanto a situação inversa se observa nos países desenvolvidos membros da OECD” (CANO e SILVA, 2010 p. 193).

mercado pré-Lula” (TAUTZ et al, 2010 p. 251). Com as privatizações, as estatais remanescentes e os fundos de pensão (com destaque para o Previ, Petros e Funcef) passaram a integrar redes de proprietários brasileiros, atuando como financiadoras de fusões empresariais, como ocorreu nos casos da “JBS e Bertim, OI e Brasil Telecom, Perdigão e Sadia, Votorantim e Aracruz, Itaú e Unibanco” (Idem p. 250). Além disso, a lógica da atuação do Banco nos financiamentos é a de arcar com a maior parte dos riscos dos empreendimentos, “aceitando um retorno de capital menor do que as ‘majoritárias’” (Ibidem, p. 254-255).

A tabela 3 mostra a evolução dos desembolsos anuais do BNDES durante o governo Lula:

Tabela 3 - Desembolsos BNDES 2003-2010 (R\$ milhões)	
Ano	Desembolso
2003	33.534
2004	39.834
2005	46.980
2006	51.318
2007	64.892
2008	90.878
2009	136.356
2010	168.423
Total	632.215

Fonte: BNDES – elaboração própria

No período, o crescimento de R\$ 134,8 bilhões (mais de 400%) nos desembolsos do BNDES o fez superar a posição antes ocupadas pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento de atividades econômicas na América Latina. Em dezembro de 2009, o investimento total da BNDES Participações (BNDESPar):

“era de R\$ 93 bilhões, o que tem gerado crítica de alguns setores, por conta do poder de desequilíbrio que o BNDES tem no mercado acionário. As participações do BNDESPar concentram-se nos setores de petróleo e gás, mineração, papel e celulose, telecomunicações, energia elétrica e alimentos. O BNDESPar tem hoje participação acionária em 22 das 30 maiores empresas multinacionais brasileiras” (Ibidem p. 260-61).

O destino da maior parte dos desembolsos do Banco na economia nacional são as regiões Sudeste e Sul do país, não obstante o governo Lula ter, ao longo dos dois mandatos,

aumentado a participação relativa do Norte e Nordeste na destinação dos investimentos¹³¹, conforme vemos na tabela 4:

Tabela 4 - Desembolsos do BNDES por Região (2003-2010)		
	Consolidado (R\$ milhões)	Consolidado %
Norte	37.282	5,90
Nordeste	66.716	10,55
Sudeste	359.713	56,90
Sul	115.842	18,32
Centro-Oeste	52.662	8,33
Total	632.215	100,00

Fonte: BNDES – elaboração própria

Do ponto de vista do porte das empresas, destacam-se as de grande porte, que receberam mais de $\frac{3}{4}$ do volume de recursos desembolsados pelo Banco ao longo dos dois mandatos de Lula, como pode ser vista na tabela 5:

Tabela 5 - Desembolsos do BNDES por Porte de empresa (2003-2010)		
	Consolidado (R\$ mi)	Consolidado %
Micro	68.799	10,99
Pequena	32.842	5,25
Média	48.595	7,76
Média-Grande	4.683	0,75
Grande	470.995	75,25
Total	625.914 ¹³²	100,00

Fonte: BNDES – elaboração própria

Na história do desenvolvimento capitalista brasileiro, o Estado sempre teve um papel central, atuando muitas vezes como um verdadeiro empresário em setores em que o capital privado nacional não o fazia de maneira autônoma. A partir dos anos 1990, o neoliberalismo reorienta o papel do Estado. Muitas leituras procuram indicar uma redução do Estado, mas o que ocorreu foi um afastamento, pela via das privatizações, da função do Estado enquanto “proprietário de meios de produção”, embora tenha fortalecido seu papel enquanto acionista

¹³¹ Mais uma indicação de que o “lulismo” não mexeu em nossa “questão setentrional” é comparar os números acima com os recursos destinados ao Programa Bolsa Família. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, entre 2004 e 2010, as verbas do Bolsa Família alcançaram a soma de R\$ 63,4 bilhões. Cf. http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=293.

¹³² Nesta conta não foram incorporados os números destinados a pessoas físicas, por isso a diferença com o total das tabelas anteriores.

de grandes empresas e financiador de processos de concentração e centralização de capital. Ao mesmo tempo, ocorre seu fortalecimento também do ponto de vista repressivo, e de orientador da estratégia de desenvolvimento, onde atua também como formador de consensos.

A atuação do BNDES, como se vê, tem como perspectiva um reequacionamento do papel do Estado na economia sob as novas condições impostas pela liberalização econômica, privatizações e desregulamentação dos fluxos de capital. Durante o governo Lula, o Banco ocupa posição estratégica para o projeto de “inserção competitiva” da economia brasileira no mercado mundial baseada na internacionalização de empresas nacionais – as chamadas “campeãs nacionais” ou “*global players* nacionais” – que operam em setores econômicos que reforçam o padrão primarizante da estrutura produtiva, uma vez que se destacam no campo da “mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e da agropecuária que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhão¹³³ reais desembolsados pelo BNDES no período Lula”¹³⁴ (TAUTZ et al, 2010 p. 250).

As Parcerias Público-Privadas, sob a égide de cuja lógica é pensada o papel do Estado na economia durante o governo Lula, apresenta-se na retórica discursiva oficial como “regulação pública dos interesses privados”. Mas pergunta-se: como é possível que isso ocorra se, até mesmo quando as empresas estatais, seus bancos e fundos de pensão têm a maioria acionária dos empreendimentos, eles abdicam deste controle por meio de “acordos de acionistas” em que o Estado, enquanto sócio majoritário, cede a direção em favor das minoritárias privadas, como ocorreu quando da fusão entre Votorantim e Aracruz financiada pelo BNDES e que, mesmo tendo participação minoritária, a Votorantim ficou com o controle da empresa nova? Ou quando, no caso da usina de Belo Monte, as empresas do grupo Eletrobrás são minoritárias, mas arcam com a maioria dos riscos?¹³⁵ Ou, por fim, como falar em “regulação pública dos interesses privados” quando Lula não revogou o veto do artigo 171 da Constituição feito por FHC que diferenciava empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional e previa tratamento fiscal e creditício diferenciado entre ambas? (Idem pp. 254-255). O que acaba ocorrendo é o contrário do que se afirmava:

¹³³ A pesquisa de TAUTZ et al não incorpora o ano de 2010, por isso eles falam em meio trilhão, quando, somado o período inteiro do governo Lula, o montante ultrapassa os R\$ 620 bilhões.

¹³⁴ “[...] no longo prazo, tal política de financiamento significa transferência de renda do Estado para o capital financeiro, pois, enquanto o Tesouro se endivida a taxas de 11,5% ao ano para capitalizar o BNDES, este empresta dinheiro a taxas de juros anuais de 6,25%” (MACIEL, 2010, p. 124).

¹³⁵ “Vemos um fenômeno muito engraçado no caso das concessões. Antes a justificativa ideológica para ser empresário era ser mais eficiente e, exatamente por ser mais eficiente ao administrar alguma situação, ele conseguia obter lucro. Agora, no processo de concessão, se discute previamente a rentabilidade do indivíduo, ou seja, ele não precisa mais ser eficiente, a rentabilidade já está acordada previamente com ele” (MINEIRO, 2014, p. 127-128).

“não se atua em favor da concentração econômica impunemente. As empresas que constituem essas redes de proprietários oligopolistas vão se tornando cada vez mais influentes e obstando qualquer tentativa de regulação pública. Na verdade,[...] o Estado tende a se tornar refém das estratégias e demandas desses conglomerados. Há uma escancarada pressão do empresariado em favor da ‘redução de riscos’ ou da ‘criação de um ambiente favorável’ para os investimentos, leia-se a defesa da flexibilização institucional, reduzindo a capacidade de regulação do Estado” (Ibidem p. 259).

A formulação de “regulação pública do interesse privado” é muito semelhante àquela que, a partir dos anos 1990, começa a se generalizar entre setores do sindicalismo brasileiro a respeito dos fundos de pensão como institutos para a “moralização do capitalismo”. JARDIM (2008 e 2009), ao estudar o discurso de sindicalistas ligados a centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical a respeito dos fundos de pensão, aponta para o fato de que a crise de representatividade dos sindicatos em decorrência dos efeitos do neoliberalismo sobre a luta coletiva foi respondida por estas centrais através de táticas de integração da negociação também nos espaços abertos pelos processos de financeirização, como os conselhos de gestão destes fundos.

A reivindicação de participar dos conselhos gestores dos fundos de pensão era justificada pelos sindicalistas como via estratégica para a disciplinarização da utilização dos recursos, a fim de abrir mais um “espaço político” para a participação da representação dos trabalhadores na definição da destinação dos recursos de sua poupança. Ao pretenderem disputar, no espaço dos conselhos gestores destes fundos, uma destinação “ética” para os recursos, os sindicalistas criaram a narrativa de que os fundos de pensão poderiam assumir uma função estratégica na luta contra o processo de financeirização, podendo funcionar como “domadores do capitalismo e instrumento para a inclusão social”¹³⁶ (JARDIM, 2008, p. 10).

Já vimos que, desde o compromisso firmado pela candidatura Lula (2002) com a Bovespa e o mercado de capitais, os fundos de pensão constituíam parte do plano estratégico para a política de desenvolvimento pretendida pelo governo. Em 2003, o governo cria a Secretaria de Previdência Complementar, vinculada ao Ministério da Previdência Social, e que tinha o objetivo de fiscalizar os fundos de pensão. Durante os dois mandatos de Lula,

¹³⁶ Uma curiosidade. Reinaldo Gonçalves, que se tornou um conhecido crítico dos governos petistas e que tomamos como uma das referências deste trabalho, atuou em conjunto com figuras proeminentes do sindicalismo cutista em favor de uma campanha de valorização dos fundos de pensão como forma de investimento da poupança dos trabalhadores. Juntamente com Luíz Gushiken, por exemplo, ele será um dos formuladores da apostila utilizada pelo curso de formação *Previdência Complementar e Regime Próprio*, ministrado pela CUT entre 2000 e 2003, onde se lê: “os fundos de pensão acabam assumindo importância estratégica na luta contra o próprio processo de financeirização da economia mundial já que, atualmente, os recursos previdenciários também contribuem fortemente para a alavancagem do referido processo.” (GUSHIKEN e GONÇALVES apud JARDIM, 2008, p. 9). Outros expoentes egressos do sindicalismo responsáveis pela campanha em favor dos fundos de pensão são Ricardo Berzoini e Adacir Reis.

houve um crescimento expressivo do volume de recursos mobilizados pelos fundos de pensão. Segundo o governo, o Brasil é o “oitavo maior sistema de previdência complementar do mundo em termos absolutos (ativo total)”¹³⁷, contando com mais de 300 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Vejamos alguns dados na tabela 6:

Tabela 6 - Fundos de pensão durante o governo Lula (2003-2010)									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010/03 (%)
EFPC públicas	84	83	82	79	81	83	82	84	0,00
EFPC privadas	274	277	277	290	291	288	269	266	-2,92
EFPC instituidoras	-	6	11	-	-	-	18	18	200,00
EFPC total	358	366	370	369	372	371	369	368	2,79
População assistida público	2.803.466	2.780.443	2.570.953	2.769.265	2.849.873	2.688.335	2.802.757	2.863.621	2,15
População assistida privado	3.790.981	3.737.004	3.673.141	3.864.978	3.847.350	3.611.899	3.409.259	3.719.011	-1,90
População assistida instituidor	-	1.410	29.208	-	-	-	-	-	-
População assistida total	6.594.447	6.518.857	6.273.302	6.634.243	6.697.223	6.300.234	6.212.016	6.582.632	-0,18
Ativo público (R\$ bi)	150,2	177,3	203,3	242,9	299,16	283,06	334,24	370,54	146,73
Ativo privado (R\$ bi)	89,5	104,4	118,07	134,4	158,52	159,81	180,09	194,45	117,26
Ativo Instituidor (R\$ bi)	-	0,0002	0,11	-	-	-	0,57	0,75	374,9
Ativo total (R\$ bi)	239,7	281,7	321,5	377,3	457,7	442,9	514,9	565,7	136,04

Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - elaboração própria

Durante os dois mandatos de Lula, as EFPCs, com um número de empresas praticamente estável, cobriam uma população média de 6,5 milhões pessoas e tiveram uma evolução patrimonial extraordinária: entre 2003 e 2010, a soma total de ativos (públicos e privados) acumulados nos fundos de previdência complementar mais que dobrou, passando de R\$ 239,7 bilhões para mais de meio trilhão de reais, um crescimento de 136%. As EFPCs públicas são em maior número e controlam, em média, 65% do total de ativos para uma população assistida menor do que as EFPCs privadas (42% do total, em média).

¹³⁷ Cf. <http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/sobre-o-setor-1>

JARDIM (2008) mostra o discurso dos sindicalistas que pretendiam, através do “diálogo com o mercado financeiro”¹³⁸, moralizar a aplicação destes recursos, de acordo com uma formulação em que o uso capitalista da poupança dos trabalhadores poderia servir para “regular” o próprio capitalismo. Segundo a autora, “fazer uso do próprio capitalismo na luta contra a financeirização e especulação da economia é o novo *ethos* sindical; utilizar os fundos de pensão como inclusão social é o *ethos* de moralização do capitalismo; utilizar os fundos de pensão como dispositivo de aposentadoria é a nova solidariedade” (Idem, p. 13).

Este novo *ethos*, contudo, acabou contribuindo para solidificar a concepção de que os fundos de pensão seriam a alternativa à previdência social pública e estatal. Há também uma reformulação do princípio de solidariedade, pois, estando sob o regime do direito privado, o Estado não tem obrigações para com os beneficiários do sistema complementar, como ocorre com o regime geral da previdência, de modo que o Estado não pode ser obrigado a pagar aposentadorias e/ou benefícios em caso de prejuízos ou falência dos fundos.

Além disso, as duas principais aplicações dos fundos de pensão são em títulos da dívida pública e ações de empresas consideradas “mais lucrativas”. Ao comprar títulos públicos, a rentabilidade do fundo depende da elevação da taxa básica de juros, que, como vimos anteriormente, é pilar do “ajuste fiscal permanente”. Fundos de pensão, como, por exemplo, a Previ (do Banco do Brasil) ou a Funcef (da Caixa Econômica Federal), para poder rentabilizar a aposentadoria de seus beneficiários, ao aplicar em títulos da dívida pública, se beneficiam da manutenção do ajuste fiscal (alta taxa de juros e elevados superávits primários), que diminuem os recursos orçamentários para políticas públicas (orçamentos da saúde, educação, cultura e segurança pública, por exemplo), para concursos públicos, para salários dos servidores, para políticas de investimento, etc. Por outro lado, se um fundo de pensão como, por exemplo, a Petros (da Petrobrás) aplica em ações de empresas lucrativas, a sua rentabilidade depende do alcance de altas taxas de lucros destas empresas, o que significa aumento da taxa de exploração sobre os trabalhadores. Por uma modalidade ou outra, os fundos de pensão, constituídos pela poupança dos trabalhadores visando suas aposentadorias, se tornam rentáveis na medida em que intensificam processos de precarização e exploração do trabalho¹³⁹, assim como financiam atividades econômicas que degradam o meio ambiente,

¹³⁸ “Foi-se o tempo que a esquerda achava que o mercado financeiro era bicho papão, hoje a gente conversa. Eu estou vendo em todas as centrais desde a mais de esquerda até a mais da direita.” (Entrevistado do Sindicato dos Bancários de Campinas/ligado à CUT)” (JARDIM, 2008, p. 8).

¹³⁹ “Os assalariados aposentados deixam de ser ‘poupadores’ e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, partes interessadas das instituições cujo funcionamento repousa na centralização de rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tanto nos países onde se criaram os sistemas de pensão por capitalização quanto naqueles onde se realizam as aplicações e as especulações” (CHESNAIS apud ABÍLIO p. 70).

como ocorreu com o desastre de Mariana (MG) provocado pelo rompimento da barreira da empresa Samarco, controlada pela Vale, da qual a Previ é uma das sócias majoritárias¹⁴⁰.

De modo semelhante, a ampliação dos fundos de pensão também interfere nos próprios termos de negociação entre capital e trabalho: “em vez de pagar o reajuste salarial pedido pelo trabalhador, a empresa pode, por exemplo, conceder um aumento menor e contribuir para o fundo, e assim, economizaria nos encargos trabalhistas porque a contribuição não é tributada. Além disso, é possível deduzir do imposto de renda o que se pagou para o plano de previdência do trabalhador” (Ibidem p. 17).

Apresentada como justificativa para controlar os processos de “financeirização” e como alternativa para a atuação política sindical após os efeitos do neoliberalismo na consciência social dos trabalhadores, o crescimento dos fundos de pensão acabam por provocar o rebaixamento do horizonte de solidariedade entre os trabalhadores, uma vez que o sucesso do fundo de pensão de uma categoria profissional passa a depender da precarização do trabalho da classe como um todo. Isso reforça os efeitos individualizantes típicos do neoliberalismo que se pretendia combater com doses de “capitalismo responsável”.

Conforme ABÍLIO (2014, p. 69-70), “a entrada dos fundos de pensão no jogo financeiro torna ainda mais complexo o reconhecimento da relação e do conflito entre capital e trabalho. Nos termos da sociedade salarial o trabalho financiava a seguridade social na forma da contribuição previdenciária; hoje, essa contribuição financia indiretamente o próprio mercado financeiro”. Este “ganho de complexidade” que torna mais difícil a percepção da contradição fundamental do capitalismo deriva, na verdade, de uma aposta baseada em um abandono: a aposta de que a participação de representantes dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão poderia “civilizar o capital” e o abandono da perspectiva teórica de que o movimento de autovalorização do capital é tautológico, isto é, a acumulação pela acumulação como um fim em si mesmo, um *non sense*¹⁴¹ e, por isso mesmo, inevitavelmente incivilizável.

O que se percebe, seja nas formulações “controle público do interesse privado”, seja nas de “moralização do capitalismo” é uma tentativa de, pela participação da representação de

¹⁴⁰ Mais de um terço das ações da Vale são de propriedade da Valepar, que controla, portanto, a companhia na qualidade de sócia majoritária. 49% da Valepar é de propriedade da Litel, um consórcio de fundos de pensão públicos em que a Previ tem 78,4%, a Funcef tem 12,8% e a Petros tem 7,7%. Cf: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>

¹⁴¹ “A ética protestante justamente tem a ver com essa ausência de limites inerentes à lógica da acumulação ilimitada. [...] O argumento foi retomado por Luc Boltanski e Ève Chiapello [...], segundo os quais o ‘espírito’ weberiano do capitalismo vem a ser a imprescindível ideologia que justifica o “engajamento” num sistema absurdo de aprisionamento dos seus agentes acumuladores numa engrenagem sem fim e insaciável totalmente abstrata” (ARANTES, 2014, p. 38).

trabalhadores em espaços onde se discute a destinação do investimento de capital, controlar ou amenizar os efeitos sociais e políticos da concentração de capital, sem que isso envolva medidas para evitar que ela ocorra de fato. E isso impacta diretamente a forma das lutas sociais no contexto de uma extraordinária escala de concentração e centralização do capital e as consequentes formas de constituição da hegemonia burguesa.

Ocorre uma tensão provocada pela disjuntiva entre a enorme concentração de capital e a fragmentação social, alterando as relações entre Estado e sociedade civil e impactando, portanto, nos mecanismos de constituição da hegemonia. Nesta dupla injunção aprofunda-se, de um lado, a aproximação de setores de representação das classes subalternas aos espaços próprios de gestão de frações do capital, como é o caso de sindicalistas gestores dos fundos de pensão, que atuam na separação entre a propriedade e da gestão daquilo que FONTES (2010) chama de “recursos sociais de produção”. E, de outro lado, na conversão mercantil-filantrópica da militância das lutas sociais¹⁴² e do empresariamento direto de setores populares, que passam a participar não apenas como “público-alvo” de projetos de responsabilidade social das empresas e programas sociais do Estado, mas como sujeitos delas através do engajamento no voluntariado e de formas de “empreendedorismo dos pobres”. Isso reverbera em processos de apassivamento das lutas sociais:

“os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados” (Ibidem, p. 348).

Tomemos como exemplo as duas principais formas de luta social cujo objeto está no núcleo da contradição capital e trabalho: as greves e a luta pela terra. Durante os dois mandatos de Lula, houve uma diminuição da intensidade deste tipo de enfrentamento, quando comparado com o período FHC. A tabela 7 mostra o número de greves, de horas paradas e os reajustes salariais médios acima da inflação alcançados pelos trabalhadores.

¹⁴² “Fenômeno contraditório, consiste na admissão (e, em alguns casos, até mesmo no estímulo) de algumas demandas populares, direcionando-as através da elaboração de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho assistencial. Essa conversão resulta num apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência coletiva elementar” (FONTES, 2006, p. 341).

Tabela 7 - Comparação entre o número de Greves, horas paradas e reajustes acima da inflação entre os governos FHC e Lula							
		Greves		Horas Paradas		Reaj. acima inflação	
		nº	Média	nº	Média	nº	Média
FHC	1995	1056	648,8	48.102	28.902	-	41,44
	1996	1228		58.792		51,9	
	1997	631		22.564		39,1	
	1998	531		20.383		43,5	
	1999	506		18.236		35,1	
	2000	525		25.838		51,5	
	2001	416		20.784		43,2	
	2002	298		16.521		25,8	
Lula	2003	340	369	15.805	27.381	18,8	70,4
	2004	302		23.851		54,9	
	2005	299		19.738		71,7	
	2006	320		24.703		86,3	
	2007	316		30.632		87,7	
	2008	411		24.681		76,1	
	2009	518		34.730		78,9	
	2010	446		44.910		88,7	

Fonte: DIEESE - elaboração própria

Nota-se uma tendência de redução do número de greves no Brasil ao longo dos dois períodos, mas com intensidades diferentes entre eles. No período FHC, é significativamente alto o número de greves no início do primeiro mandato (mais de duas mil greves nos dois primeiros anos de mandato), o que explica que, mesmo constante, a tendência de queda do número de greves mantém uma média alta (648) para o período como um todo. No período Lula, há uma oscilação maior, com uma tendência de aumento do número de greves no segundo mandato, embora tanto o número máximo de greves em um ano (518, em 2009) como a média para todo o período (269) fiquem bem abaixo dos correspondentes no governo FHC.

O número de horas paradas tem um comportamento semelhante com o do número de greves, sendo que o final do governo Lula parece encaminhar uma tendência de alta em direção ao status do começo do governo FHC, de modo que a curva nos dois períodos segue um formato de “U”. A média para os dois períodos é muito próxima (entre 27 mil e 28 mil horas paradas). Neste quesito, a marca do período Lula é um número menor de greves, mas, em média, mais prolongadas.

Significativamente diferentes são os reajustes salariais acima da inflação conquistados pelos trabalhadores em ambos os períodos. Durante o período FHC, a maior proporção deste tipo de acordo em um ano corresponde a menos do que a segunda menor proporção de reajuste do período Lula (1996 e 2004, respectivamente), sendo que na maior parte deste os reajustes acima da inflação alcançaram mais de 70% das categorias. Assim, as médias para o período FHC (41,44%) e para o período Lula (70,4%), combinadas com as duas outras tendências anteriores, demonstram que o maior número de enfrentamentos entre trabalho e capital durante o governo tucano resultou em conquistas salariais menores do que nos governos petistas. Ou, de outra maneira, melhores acordos salariais foram conquistados com uma intensidade menor de enfrentamentos durante o governo Lula, quando comparado com o governo FHC, o que pode ser explicado pela conjuntura de crescimento econômico melhor nos anos 2000 comparado aos anos 1990.

Do ponto de vista da luta pela terra, a situação é ainda mais complicada, uma vez que o conflito se dá na disputa pelo estoque de riquezas. A tabela 8 mostra um panorama das ocupações, assentamentos, áreas destinadas à reforma agrária e a violência da luta no campo ao longo do período do período FHC e Lula.

Tabela 8 - Número de ocupações de terra, famílias em ocupações, famílias assentadas, área incorporada à reforma agrária e assassinatos no campo (1995 - 2010)											
Período	Governo	Ocupações de terra (total)	Ocupações de terra (média anual)	Famílias em ocupações (total)	Famílias em ocupações (média anual)	Famílias assentadas (total)	Famílias assentadas (média anual)	Área¹ incorporada para reforma agrária (total)	Área¹ incorporada para reforma agrária (média anual)	Assassinatos no campo (total)	Assassinatos no campo (média anual)
1995-1998	FHC 1	1.985	496	301.858	75.465	300.363	75.091	12.389.681	3.097.420	163	41
1999-2002	FHC 2	1.981	495	288.913	72.228	157.305	39.326	8.686.045	2.171.511	119	30
2003-2006	Lula 1	2.379	595	343.108	85.777	252.019	63.005	31.889.037	7.972.259	185	46
2007-2010	Lula 2	1.497	374	162.322	40.581	36.891	9.223	16.402.143	4.100.536	107	27

¹ Área em hectares

Fonte: Relatórios Dataluta (Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária), Incra e Comissão Pastoral da Terra - elaboração do autor

Comparando-se um período com o outro, percebe-se que os governos FHC apresentam uma uniformidade maior do que os governos Lula. As ocupações de terra e o número de famílias acampadas têm um padrão constante durante o governo tucano, enquanto no período

petista há uma intensificação no primeiro mandato seguida de uma queda significativa no segundo, que fica abaixo do padrão dos anos 1990. Levando-se em consideração os dois primeiros mandatos de FHC e Lula, observa-se que a intensificação da luta pela terra não resultou em um atendimento de maior número de famílias, embora haja uma diferença significativa no total da área incorporada à reforma agrária em favor do governo petista. O segundo mandato de Lula, por sua vez, foi acompanhado por uma redução significativa das ocupações, famílias acampadas e assentadas, bem como das áreas desapropriadas para a reforma agrária. Considerando-se em bloco, os dois governos Lula assentaram um total de famílias menor do que o primeiro mandato de FHC, embora, em termos de área, o desempenho de Lula seja melhor.

Há que se considerar, ainda, o caráter regressivo da reforma agrária no governo Lula marcado pela mudança da forma priorizada para a sua implementação. Segundo MARTUSCHELLI (2013 p. 201-204), as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003-2007) eram o assentamento de 520 mil novas famílias e a regularização fundiária de mais 620 mil, sendo que o governo cumpriu apenas 31,3% da primeira e 17,4% da segunda. A alteração da lei de licitações públicas permitiu a regularização, a partir da venda, de terras com até 500 hectares na Amazônia Legal. Além disso, o governo teria, ao longo do primeiro mandato, optado pela substituição da reforma agrária pela regularização fundiária, o que legalizou em grande parte a ação de grileiros. Por fim, o assentamento de famílias se deu em locais de difíceis condições de reprodução da agricultura familiar, pois se privilegiou locais com pouca infraestrutura, distante do mercado consumidor.

O governo Lula também optaria pelo modelo de assentamentos não-reformadores sobre os assentamentos reformadores no programa de reforma agrária. Na medida em que os últimos, por envolverem desapropriações, alteram de alguma maneira a estrutura fundiária e os primeiros não (por terem como alvo terras públicas e não envolverem desapropriação), a opção pelo primeiro modelo (23,49 milhões de ha, em comparação a 5,79 milhões ha no segundo caso – para o primeiro mandato) marca as ligações que o governo estabeleceu com o setor agroexportador, fundamental para o modelo econômico implementado (Idem).

A “reforma agrária de mercado”, modelo que se inscreve nas estratégias do Banco Mundial de alívio à pobreza e que tem como característica a substituição do método da desapropriação pelo financiamento para compra e venda de terras, foi instituído no período FHC e continuou durante o governo Lula, o que provocou endividamento das famílias e abandono dos lotes (LOUREIRO, 2016 p. 126). O destino da reforma agrária no governo Lula

se consolidou na tensão existente entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), mais ligado ao agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que dialoga com a agricultura familiar e com os movimentos camponeses: “de um lado, o governo alavanca o agronegócio que, embora contribua para o saldo positivo da balança comercial, não leva em conta os impactos ecológicos e sociais negativos; de outro, procura remediar a situação subalterna dos pequenos lavradores” (Idem p. 138).

Mesmo em um contexto de diminuição da intensidade da luta pela terra, principalmente levando em consideração o segundo mandato de Lula – aquele considerado por alguns como “neodesenvolvimentista” –, os conflitos agrários seguiram se intensificando e o período do governo petista fecha com um saldo superior de assassinatos no campo (292) do que o governo FHC (282).

Os aspectos acima descritos são indicativos empíricos de como o governo Lula teria provocado o apassivamento das lutas sociais, mediante mecanismos de cooptação de lideranças e de movimentos inteiros (transformismo), que se viam às voltas com as dificuldades de manter a independência em relação ao governo. Há também um conjunto de aspectos complementares que permitem uma visão mais ampla da rearticulação da relação entre Estado e sociedade civil, que, por sua vez, possibilitam a localização do governo Lula em um processo de mais longo prazo de constituição da hegemonia burguesa no Brasil e isso tem a ver com a redefinição da “questão social” e de como novas formas de engajamento empresarial impactaram a constituição da sociedade civil e seus reflexos sobre o Estado.

Ao estudar as práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil, MARANHÃO (2011 p. 244-245), demonstra como a participação empresarial, ainda na Constituinte de 1985, dividiu-se basicamente em dois grupos: os “modernos” e os “conservadores”, cuja diferença era a menor ou maior adesão, respectivamente, ao princípio da exclusividade do mercado na regulação da economia. Entre os modernos estavam aqueles empresários organizados em torno do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), cujos principais expoentes na época eram Oded Grajew e Emerson Kapaz. Entre os conservadores estavam Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho¹⁴³ e Albano Franco, presidentes, à época, da Federação das Indústrias do

¹⁴³ No final dos anos 1980, Luis Eulálio expressava como o discurso empresarial procura ocultar a natureza de classe do Estado contrapondo-se a ele na qualidade de representantes da sociedade civil. Dizia ele: “os senhores já me ouviram falar que o Brasil é um país em que o Estado é forte e a sociedade é fraca. Ao longo de nossa história, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico” (VIDIGAL FILHO apud FONTES, 2006, p. 348). Mesmo durante a ditadura, quando amplos setores empresariais participavam intimamente do Estado, o discurso procura apresentá-los como contrapostos.

Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), respectivamente.

Os modernos estavam engajados na construção de um consenso político que sistematizasse uma nova cultura empresarial, em que a função social da empresa ultrapassasse a geração de empregos, alcançando o combate à pobreza por meio de projetos sociais. Neste sentido, o discurso articulava uma proposta de conciliação com a defesa de ideais como transparência e ética na gestão pública. É neste movimento que houve convergência e pontos de contato entre a construção de plataformas políticas no contexto dos anos 1980 entre segmentos dos movimentos sociais e segmentos dos empresariados. Seus pontos em comum eram a necessidade de atacar a questão da pobreza, a reestruturação do Estado no sentido da sua democratização (embora cada lado entendesse este processo de maneira diferenciada) e a bandeira da ética na política.

Esta convergência deu frutos concretos no aspecto da conciliação. Seja o movimento Opção Brasil (1991-1992), as alianças em favor do *impeachment* de Collor ou Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (“Betinho”, 1992-93) expressam a formatação de uma nova “luta política” em que o confronto entre as classes cede lugar para a conciliação, que, demonstrando a força do elemento empresarial nesta construção, passa a ser cada vez mais chamada de “parcerias”¹⁴⁴.

A Constituição de 1988 tirou a questão da pobreza da alçada das ações filantrópicas de corte caritativo, dando a ela o status de problema do Estado a ser solucionado pela via da ampliação de direitos sociais. Contudo, no período imediatamente posterior à sua promulgação, a contradição já existente entre o “projeto dos direitos” e o “projeto da eficiência da gestão estatal” que disputava a hegemonia do processo de abertura democrática se aprofunda e torna mais complicada a realização do “espírito” da Constituição, uma vez que a promessa de ampliação dos direitos convivía com a reforma neoliberal do Estado e a transferência do ônus da questão social para a sociedade civil, onde também os empresários são convocados a “cuidar”, a ter “responsabilidade” sobre os problemas sociais, que passam a ser pensados sob uma racionalidade gerencial em que o sentido político da pobreza é deslocado em favor de um sentido administrativo.

¹⁴⁴ “Vale lembrar que o Presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, foi assessor especial da Presidência da República nos primeiros onze meses do governo Lula da Silva, e sempre manteve uma grande penetração na corrente majoritária do PT, a Articulação, tendo sido inclusive o interlocutor desse partido junto aos empresários nas campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, 2002” (MARANHÃO 2011, p. 250-251).

Neste processo, há a criação de um grande número de fundações sem fins lucrativos, ONGs e outras redes institucionais, que tem uma dupla função: ocupar os espaços abertos pela retirada do Estado na oferta de serviços públicos decorrente das reformas pró-mercado dos anos 1990, explorando de forma mercantil o que era previsto como direito, mas também assumindo, através da disseminação de projetos sociais de responsabilidade empresarial, o papel de não deixar apenas ao Estado (pensado em sentido estrito) as tarefas de consolidação do consenso social.

Este modelo se fortalece nos anos 1990 e se consolida nos anos 2000. Segundo dados do IBGE, em 2010, o Brasil tinha mais de 556 mil unidades locais de entidades privadas sem fins lucrativos¹⁴⁵ espalhadas pelo território nacional, mobilizando o emprego de mais de 2,89 milhões de pessoas¹⁴⁶, cuja média salarial era de 3,01 salários mínimos, acumulando, portanto, um montante de R\$ 57,6 bilhões em salários e outras remunerações¹⁴⁷. Entre 2003 e 2010, o governo federal transferiu R\$ 27,31 bilhões para estas entidades a título de financiamento (LOPEZ e BARONE, 2013 p. 12).

A oferta de serviços sociais por estas entidades se dá mediante financiamento privado ou público, sob uma nova racionalidade que se orienta em torno dos princípios do planejamento estratégico das empresas, assim como instrumentalizam o monitoramento da eficácia e dos resultados dos projetos a partir da lógica da gestão mercantil de programas sociais.

Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) – entidade que reúne 137 associados e que investe R\$ 2,4 bilhões anuais em projetos sociais¹⁴⁸ –

“ao fazer investimento social privado, as empresas contribuem para o desenvolvimento do país em pelo menos quatro áreas da maior importância: 1. fomentando a organização da sociedade civil, isto é, a cidadania, seja com recursos financeiros, seja com conhecimento e formação; 2. promovendo ações que ora diminuem sofrimentos individuais, ora enfrentam as causas desse sofrimento; 3. atuando para a construção, qualificação e sustentabilidade das políticas públicas ambientais, culturais e sociais; 4. pressionando e cobrando do Estado continuidade e sustentabilidade das políticas públicas do campo social” (GIFE apud MARTINS, 2007 p. 238-239).

¹⁴⁵ Entre 1996 e 2002, houve um crescimento de 157% no número destas organizações, que chegou ao final do governo FHC totalizando cerca de 276 mil entidades (MARTINS, 2007 p. 258).

¹⁴⁶ Só para se ter uma ideia, em dezembro de 2010, a soma total do quadro de pessoal ativo do Executivo federal era de 970.555, ou seja, menos da metade dos empregados nas entidades sem fins lucrativos. Cf. Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/servidor/publicacoes/boletim_estatistico_pessoal/2011/bol177_jan2011.pdf

¹⁴⁷ <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=7&i=P&c=3509>

¹⁴⁸ <http://gife.org.br/quem-somos/>

A ampliação das práticas de responsabilidade social empresarial acaba por se configurar como formas de uma nova experiência do “social” na política brasileira, que operam três inflexões fundamentais: “o deslocamento da posição dos empresários, a reorientação do papel do Estado e a reconfiguração das políticas sociais” (MARANHÃO 2011 p. 237), nas quais é a racionalidade gerencial do empresário-cidadão que será responsável pela realização da “eficiência” na gestão da coisa pública nos espaços em que o Estado se retraiu em decorrência das reformas liberalizantes dos anos 1990. Com isso, se pretende superar o perfil excessivamente corporativo que marcou a presença empresarial na definição das políticas estatais entre os anos 1930-80¹⁴⁹. Isso daria origem a uma gramática que opera as ações em torno da questão social, deslocando a política típica do “conflito distributivo” em favor da lógica das trocas mercantis:

“a filantropia tradicional – na forma de contribuições pontuais – é cada vez mais substituída por ações norteadas por um plano de ação e um raciocínio de minimização de gastos e maximização de retorno. São ações focalizadas, cujos resultados devem ser avaliados e monitorados. A mudança da filantropia tradicional para um planejamento racional das ações expressa os componentes da gramática política que dá nova forma à ação social” (Idem p. 244).

O deslocamento da posição dos empresários diz respeito ao desenvolvimento de uma “consciência cidadã” em que eles são convocados ao terreno do “ativismo civil” para atuar principalmente sobre as expressões mais extremas da pobreza. Neste aspecto, a reorientação do papel do Estado tem a ver menos com um suposto “Estado mínimo” e mais com um movimento em direção a uma forma gerencialista de organizar a coisa pública, que dedica cada vez mais aos “parceiros” da “sociedade civil”, com suas experiências de eficiência e eficácia no planejamento estratégico das ações empresariais, a função de oferecer serviços com o apoio do Estado, antes visto como ente que tinha obrigação de garanti-los sob a forma de direitos.

O discurso da “desburocratização” do Estado – que acompanha este processo – encobre na verdade, a necessidade de redução de custos decorrente da “crise fiscal” provocada pelas restrições estruturais ao seu orçamento primário. Com isso, tenta-se cavar uma cunha na relação entre Estado e sociedade, na medida em que a crise da forma universalista dos direitos como resultado da ação coletiva organizada tem raiz justamente no fato de que isso agora passa a ser ação de consumidores individualizados de serviços

¹⁴⁹ Entre 1930-80, era dupla a via de representação dos interesses empresariais: associações civis e sindicatos patronais. Essa estrutura dual, após os anos 1980, foi alvo de críticas que estimularam a criação de institutos independentes, como, por exemplo, o Instituto Liberal (1983), o Pensamento Nacional de Bases Empresariais (1987) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (1989) (MARANHÃO 2013 p. 238).

mediados por organizações da sociedade civil¹⁵⁰. As políticas sociais, por sua vez, são reestruturadas na medida em que são respostas práticas a uma reformulação da “questão social”, que passa a ser pensada não como consequência da lógica produtora de desigualdade imanente à acumulação capitalista – apropriação privada do excedente econômico produzido socialmente, gerando concentração de riqueza, de um lado, e miséria de outro –, mas como desarranjos distributivos naturais dos mecanismos de alocação de recursos do mercado cujos efeitos podem ser minimizados com planejamentos estratégicos na forma de projetos sociais.

Esta redefinição da “questão social” é fundamental para compreendermos como por meio dela se constitui uma forma de hegemonia que não se sustenta exclusivamente sobre o apassivamento das lutas sociais, mas também leva as pessoas a um engajamento cada vez mais intenso na administração das condições precárias de reprodução da vida em um contexto de extraordinária concentração de capital.

As consequências sociais negativas dos ajustes estruturais neoliberais dos anos 1990 levaram a que até mesmo instituições como o Banco Mundial promovessem uma reformulação dos seus projetos de investimento e da sua abordagem aos países em desenvolvimento no começo do século XXI. A ajuda internacional ao desenvolvimento destes países ocorre por meio da imbricação crescente de Organizações Não-Governamentais (ONGs), por meio das quais “são canalizados anualmente bilhões de dólares” exigindo uma complexa rede de instituições, profissionais e ativistas que “se convertiam em especialistas em leis e gestão de projetos sociais diversos”, que eram implementados “à medida que avançavam o ajuste fiscal e a reestruturação das políticas sociais nacionais”. Neste processo, “a exaltação da ‘sociedade civil’ vinculou-se à promoção das ‘democracias de mercado’”, que, por sua vez, exigiam “alto grau de concentração de poder (*insulation*) na cúpula governamental e em órgãos estratégicos do Estado” (PEREIRA, 2016 p. 258).

No Banco Mundial, este processo torna-se claro com a evolução das discussões sobre a relação entre a pobreza e a governança mundial. Quando, em 1997, Joseph Stiglitz assume o cargo de economista-chefe do Banco, ele promoverá um debate interno a fim de alcançar uma reorientação programática das prescrições da instituição com base no Consenso de Washington. Segundo MARANHÃO (2009, p. 107), esta reorientação estaria balizada em uma crítica e duas proposições. A crítica era de que o Consenso de Washington, ao prescrever

¹⁵⁰ “O empresário é parte da nova e heterogênea sociedade civil brasileira, é personagem central da desresponsabilização do Estado e da criação de um novo entendimento sobre o enfrentamento dos problemas que outrora foram formulados na chave política dos conflitos distributivos e da demanda coletiva por cidadania e igualdade” (Idem p. 253).

as reformas liberalizantes dos anos 1980/90, teria incorrido no equívoco de inverter os meios e os fins: estabilidade de preços e controle da inflação seriam meios para atingir o crescimento sustentável e não o objetivo final, assim como as privatizações e a liberalização econômica não seriam fins em si mesmos, mas meios para se consolidar um ambiente institucional que implantasse as condições para que os mercados funcionassem bem. A proposição é a de que os modelos de desenvolvimento deveriam levar em consideração as particularidades locais e seu princípio deveria ser aquilo que Amartya Sen apregoava enquanto “desenvolvimento como liberdade”, ou seja, como um arcabouço de práticas políticas articuladas com a finalidade de aumentar as oportunidades para que todos pudessem fazer uso de suas capacidades mercantis (referência ao princípio smithiano de tendência “natural” do ser humano à troca), por meio da lógica de empoderamento e proteção dos pobres. Esta perspectiva não “antagoniza a prescrição de medidas liberalizantes senão que trata de garantir o enraizamento de uma gestão mercantil dos vínculos de solidariedade” (Idem).

Todo o quadro de prescrições de reformas pró-mercado do Banco Mundial foi sendo reformulado a partir do quadro geral do “refinamento da boa governança”, que apregoava então a necessidade de se combinar a formulação de estratégias de desenvolvimento de longo prazo, que contasse com a participação da população local (“abordagem participativa”), com a articulação entre lideranças locais e agentes externos com habilidades na “resolução de conflitos”, que, por sua vez, teriam como objetivos a implementação de alterações institucionais na estrutura do Estado tendo em vista o projeto de liberalização dos mercados, mas tentando evitar os choques fortes provenientes da circulação sem controle dos capitais especulativos (de curto prazo).

Esta nova forma do Banco Mundial combinar a ênfase nos ajustes fiscais e na questão da pobreza tem como princípios basilares a perspectiva de que a pobreza é um mecanismo de “privação das capacidades” e, portanto, as estratégias de desenvolvimento tem que mesclar medidas indutivas do crescimento econômico com política de redução da pobreza que levem em consideração três objetivos: o “empoderamento”, a geração de oportunidades e a segurança (Ibidem p. 119). A ideia geral desta reorientação é a formação de um consenso que, em sua estrutura, articulasse a “ética da participação social à agenda da liberalização dos mercados” (Ibidem p. 120).

Os relatórios do Banco Mundial passam a recuperar a centralidade do combate à pobreza incorporando a necessidade de fomentar a mobilização dos pobres em organizações locais, de forma que o Estado criasse condições institucionais e econômicas para o ingresso

deles no mercado em condições mais seguras. Para tanto, era fundamental a singularização do fenômeno da pobreza, sua quantificação e seu georreferenciamento (localização no território), pois somente desta forma o combate à pobreza poderia ser construído por instrumentos de gestão típicos dos planejamentos estratégicos das empresas privadas. Na medida em que a pobreza era pensada como “privação de capacidades” e as capacidades são concebidas em termos de “capital humano”¹⁵¹, isto é, ativos (especialmente saúde e educação) que cada indivíduo deve “acumular” para concorrer no mercado, ao Estado caberia o papel de propiciar as condições para que os indivíduos se capacitassem melhorando sua competitividade. A política social agora é pensada em dupla perspectiva: “privatização dos serviços básicos (para os que podem pagar) e em transferências monetárias condicionadas e transitórias (para os que ainda não podem fazê-lo)” (PEREIRA, 2016 p. 263).

O deslocamento do “social” para o centro da preocupação dos programas econômicos tem como sentido também a função de responsabilização dos pobres pela sua situação de pobreza:

“nos ‘Relatórios da Estratégia de Redução da Pobreza’, técnicas foram estabelecidas no sentido de construir a plausibilidade tanto da responsabilização dos governos nacionais pelas reformas de redução da pobreza – maneira pela qual as reformas liberalizantes passaram a ser tratadas – quanto das próprias populações pobres por sua própria situação de pobreza. Três processos foram centrais aqui, primeiro, a responsabilização moral do indivíduo pauperizado por sua situação; segundo, a criação de técnicas estatísticas capazes de fixar ‘o pobre’ e a pobreza nas localidades, o que significou sua formulação como problema local e conjuntural, sem relações estruturais nem globais; e terceiro, a construção da ideia de ‘dar voz aos pobres’ nas localidades o que garantiu a legitimidade de todo o processo” (MARANHÃO, 2009, p. 126).

Os sentidos das prescrições neoliberais do Banco Mundial tinham que ser diferentes, também do ponto de vista político, nas fases dos anos 1980-90 e dos os anos 2000. Se, no primeiro momento, prevalecem as medidas estruturais de “fora para dentro” e sua rapidez, seus choques e sua violência, o segundo momento é marcado pela busca do entendimento, pelas habilidades necessárias à resolução de conflitos, pela negociação entre os sujeitos externos e a população local, enfim, pelo sentido de uma ampla coalizão consensual. É claro que esta retórica consensualista não significa a ausência de situações de violência perpetrada pelos Estados em consonância com a expansão do capital, mas, enquanto discurso, esta ideologia acaba por se plasmar na formulação das políticas públicas e no estabelecimento das “parcerias”.

¹⁵¹ Segundo RIZEK (2016, p. 191), o conceito de capital humano se baseia na conversão de sujeitos econômicos em atores do autoempresariamento, que tem na empresa o modelo de eficiência.

Uma primeira interpretação sobre essa mudança é que ela poderia significar uma “tomada de consciência” sobre os efeitos humanos negativos das prescrições de ajuste estrutural da primeira fase que, além de tudo, teve resultado oposto ao objetivo original de redução da pobreza mediante o crescimento econômico. Contudo, há uma questão mais de fundo. Tendo em vista a implantação já realizada do ajuste estrutural, a fixação de seus instrumentos essenciais e o fato de que, embora não tenham tido o resultado esperado, eles operavam de fato nessas sociedades, seria preciso, então, controlar seus efeitos colaterais. A via do recrudescimento da violência na manutenção de uma perspectiva fixa do ajuste é insustentável no longo prazo e inviabiliza a garantia da estabilidade social e política. Por isso, da perspectiva da “governança burguesa”, é preciso avançar nas formas de construção do consenso e, para isso, a busca da participação social local é fundamental. Sob a justificativa de dar aos “colaboradores” locais o sentido de propriedade sobre as próprias estratégias de desenvolvimento, se alcança de fato o objetivo de responsabilização subjetiva local pela própria situação objetiva¹⁵².

Assim, o sentido da estratégia burguesa em nível mundial se mantém, mas reformulada: a rigidez é substituída por modulações, que se constroem incorporando a participação, mas que, desde o início, estabelece os limites estruturais a partir das quais as metas não podem ser estabelecidas por serem definidas de antemão como “irreais”. O campo possível do realismo é circunscrito aos limites da liberalização econômica e abertura comercial, mas agora repensadas em termos da redução dos riscos provenientes das situações de pobreza. Os pobres, categorizados agora enquanto indivíduos com déficit de capital humano, são pensados não apenas como “público-alvo” das políticas sociais, mas também como sujeitos econômicos empreendedores em potencial.

A lógica dos programas sociais adaptadas a estas novas prescrições prevê como pré-condição inevitável a taxonomia deste público alvo. A ideia de políticas universais estava atrelada à concepção da questão social como derivada da contradição capital e trabalho e, portanto, o problema das classes sociais e seu conflito iminentemente político. No caso das políticas focais, a questão social é convertida em problema multifatorial segmentado, abandona-se a lógica generalizante das classes sociais, exigindo-se outros modelos classificatórios. Os critérios variam: renda, acesso a bens de consumo, gênero, idade, etnia,

¹⁵² A figura do *El Justiciero* presente na música dos Mutantes é, neste sentido, reelaborada de modo bem mais sofisticado e sutil, pois o “justiceiro estrangeiro” não vem mais com uma “arma em sua mão” para hipócrita e mafiosamente proteger a “população pobre das fazendas”, mas aparece com formulários, sistemas de georreferenciamento e instrumentos de avaliação de impacto de políticas públicas a oferecer “oportunidades” de desenvolvimento do “capital humano” de indivíduos que vivem sob condições precárias de reprodução da vida.

escolaridade, inserção no mercado de trabalho, etc. Para cada um desses critérios há um programa específico, de modo que uma mesma pessoa pode ser categorizada como público-alvo de mais de um programa social. Esta sobreposição classificatória torna opaca a via de politização com tendência totalizante, porque tem a função de produzir a demanda para os programas sociais, o que facilita a indistinção entre os ofertadores dos programas sociais e seus objetivos (“se públicos ou privados, tanto faz”), bem como as atribuídas valorações sobre as condições destes sujeitos, que passam a ser pensados ora como culpados, ora como vítimas.

Esta lógica de politização pelas identidades fragmentárias fortalece uma espécie de “tecnologia social de gestão da pobreza” que opera também com um processo de *“ativação e mobilização de recursos pessoais, culturais, de sociabilidade das populações no sentido de sua inserção* em atividades vinculadas ao funcionamento de uma economia de mercado que poderia operar na transformação da pobreza em nicho de pequenos e grandes negócios” (RIZEK, 2016 p. 215-216).

Nesta perspectiva, o Estado precisa criar e ajustar um arcabouço institucional que viabilize esta verdadeiro gradiente de dominação e forneça oportunidades econômicas, que, contando com um ambiente de estabilidade econômica modulada e garantida pela manutenção dos instrumentos gerais básicos de gerenciamento macroeconômico e com a estabilidade política derivada do consenso social, permita o desenvolvimento do “capital humano”. Assim, a gestão dos níveis de pobreza contando com a participação dos pobres como “parceiros” dos planejamentos estratégicos, dado o quadro estrutural sobre o qual repousa, não visa frear, mas avançar a liberalização econômica.

A sutileza de todo o processo pode ser descrita da seguintes forma:

“chamou-se de ‘consenso das oportunidades’ essa convergência possível pela redefinição operada por Amartya Sen da pobreza como privação de capacidades. A ideia de que os critérios de julgamento de uma vida boa são dados pela expansão das liberdades de escolha dos indivíduos construiu o solo sobre o qual se assistiu ao deslocamento do que se entender por desenvolvimento. Do acúmulo de riquezas – entendimento que deixava aberta a brecha política para a disputa das formas de produção e apropriação dessa riqueza –, o processo de desenvolvimento passou a ser sinônimo da criação de um ambiente de oportunidades para que os indivíduos possam desfrutar dos benefícios da globalização” (MARANHÃO, 2009 p. 138).

O fomento à inclusão econômica dos pobres está articulado com a ideia de promover a sua participação no interior dos planos de boa governança. Como dissemos, o objetivo é alcançar uma base de consenso que combine participação social e liberalização dos mercados. E isso por um motivo simples. Reconhece-se que as instituições de base comunitária/tradicionais, embora sejam fontes de vínculos de solidariedade fundamentais

entre pobres para enfrentar as situações de privações, são, por isso mesmo, barreiras ao desenvolvimento de “atitudes” para buscar “novas oportunidades” de crescimento pessoal. Por isso, o Estado deve promover a criação de arcabouços institucionais que promovam a participação social dos pobres que ao mesmo tempo neutralizem os efeitos tradicionais das bases comunitárias de solidariedade social, impactando nas condições de possibilidade dos processos de constituição da identidade de classe.

A partir desta chave, é possível ver também outro sentido na ampliação extraordinária da “bancarização” dos pobres, a adoção do microcrédito, as políticas de inclusão produtiva implementadas pelo governo Lula. A vinculação direta de indivíduos com o circuito do capital-dinheiro é uma forma de “reinstitutionalizar” a sua relação com o mercado, contornando as formas de associação comunitárias tradicionais e suas variantes políticas com sentido de classe pela via de políticas do Estado que oferecessem aos pobres oportunidades de “empoderamento” com um nível de segurança possível em se tratando de políticas de governo dependentes do crescimento do orçamento público.

No fundo, a ampliação do acesso dos pobres ao mercado obedece àquela orientação prescritiva do Banco Mundial ao promover uma alteração no tipo de relações de solidariedade, que passam agora a operar progressivamente sob formas mercantis. Assim, a prática recorrente dos “bicos” de quem convive há tempos com as situações de informalidade pode, a partir deste novo *framework* institucional coordenado pelo Estado em associação com bancos, sindicatos e outras instituições empresariais, converter as medidas de alívio à pobreza em oportunidades de negócios¹⁵³.

A “boa governança” no interior da qual é abordada a gestão da pobreza requer a participação política do “público-alvo” das políticas públicas e projetos de responsabilidade social empresarial como mecanismo de legitimação, através do qual se torna possível dirigir as expressões potencialmente desestabilizadoras da questão social. Neste arranjo, as propostas

¹⁵³ “Poucos são aqueles que contestam o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico e no combate à pobreza. [...] Entre os mais pobres, a impossibilidade de oferecer algum tipo de garantia em bens que possam eventualmente ser hipotecados para assegurar o pagamento das dívidas é um dos limitadores no acesso ao crédito tradicional. [...] Há cerca de seis anos, uma grande amiga, chamada Jessica Jackley, fundou uma ONG que mantém com um portal na internet chamado Kiva, que viabilizou outro mecanismo inovador: o microempréstimo entre indivíduos. Quem tem uma demanda por crédito relata sua história na página, indicando como pretende utilizar o dinheiro. Na outra ponta, quem tem disponibilidade de emprestar acessa o portal aposta seus recursos nas diferentes iniciativas e acompanha passo a passo a sua aplicação. Creio que essa dinâmica do relato de histórias e a interação direta entre indivíduos por meio da internet explica boa parte do sucesso do portal, que já viabilizou as atividades de mais de 500 mil empreendedores, intermediando empréstimos que somam quase US\$ 200 milhões”. Cf. VASCONCELOS, J. *Microcrédito e combate à pobreza*. **Folha de São Paulo**, 11/03/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/887408-microcredito-e-combate-a-pobreza.shtml>.

de “inclusão social” operam na “parceria” entre Estado e aparelhos privados de hegemonia que convertem as ações de cidadania em um verdadeiro mercado organizado em torno de uma racionalidade gerencial que precisa atuar com “recursos escassos” para o financiamento dos projetos, o que provoca, por sua vez, uma ampla concorrência entre organizações populares que, em uma chave classista, poderiam ter chance de construir unidade política em torno de pautas mobilizadoras comuns. Assim, procura-se “desarmar conflitos violentos, casando-os com projetos sociais” (ARANTES, 2014 p. 354).

Pesquisando a ação das organizações sociais na periferia de São Paulo, RIZEK (2016) identifica o que ela chama de “privatizações cruzadas”, fenômeno que surge quando as “fronteiras do Estado” se diluem por meio das parcerias com o setor privado e o terceiro setor em torno de programas sociais que são pensados e executados sob o modelo do planejamento social privado. Algumas organizações sociais da Zona Leste de São Paulo, por exemplo, articulam atenção básica à saúde e programas culturais, sendo que a fonte de seus orçamentos é tanto pública quanto privada. Entre os casos de “privatização cruzada”, a autora cita um hospital da região que conta com setor de oncologia infantil de ponta e que financia suas atividades por meio da gestão privada de equipamentos públicos e da arrecadação mediante a oferta de espetáculos musicais via Lei Rouanet. Segundo a autora, “uma *gestão privada da vida* se esboça em meio a essas articulações entre o trabalho social/cultural e de inclusão, trabalho em saúde e acompanhamento de crianças e jovens. Essas articulações são tão mais instigantes quanto mais se enunciam como *gestão privada da vida das populações em situação de precariedade*, que se estende pelos territórios onde as OS Saúde e Cultura se fazem presentes” (Idem p. 200 – grifos no original).

O chão histórico da desigualdade social e suas formas precárias de reprodução da vida são tomados como objetos de ações cidadãs¹⁵⁴ que transformam em “público-alvo” de projetos sociais a população que vive o desemprego, a pobreza e a violência das regiões periféricas na cidade e no campo. A racionalidade gerencial que organiza esta abordagem da questão social opera desfigurando a desigualdade social como potencial arena de disputas políticas, convertendo-a em disfunções distributiva dos recursos de uma economia de mercado cujos danos podem ser administrados. “Para os que são ‘focalizados’, tais projetos têm certamente importância que não deve ser esquecida ou desprezada. No entanto, o que fica para a reflexão

¹⁵⁴ “O léxico dessa cidadania remete ao discurso mercadológico: delimitação do público consumidor/alvo, por faixa consumidora/segmentos da vulnerabilidade social, metas a serem atingidas/indicadores sociais. Entidades que precisam de visibilidade para a ‘captação de recursos’ estabelecem um campo cada vez mais concorrencial e ‘aquecido’ por financiamentos que vêm de todos os lados, o que praticamente configura um mercado de projetos sociais” (ABÍLIO 2011 p. 315).

é a negação da questão social enquanto questão política, sua substituição pelas técnicas objetivas, focalizadas e imediatas de gerenciamento da desigualdade” (ABÍLIO 2011 p. 314).

A focalização das políticas e dos projetos sociais não deixa de incorporar também uma redefinição da ideia de autonomia, que surgiu já nos anos 1980 e desenvolveu-se posteriormente: “de autonomia de classe, isto é, capacidade de produzir uma contra-hegemonia (sic), de forjar uma visão de mundo para além dos limites corporativos, que se expressam como interesse, passava a expressar a ‘autonomia’ de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas” (FONTES, 2006, p. 345). Por tornar o “social” um problema de gestão focalizada é que a relação entre política social e desigualdade não pode ser enfrentada, nesta lógica, no campo das reformas estruturais, mas em torno da lógica do planejamento estratégico: *accountability*, monitoramento de resultados dos projetos financiados com recursos escassos. Esta reconfiguração do “social” deu origem a formas de ação que “desativam os velhos campos de confronto e acionam os dispositivos de mobilização permanente para a concorrência na execução de projetos, na captação de financiamentos e nos prêmios que dão visibilidade às iniciativas” (MAGALHÃES, 2011 p. 259).

Na análise a respeito da construção da hegemonia nos governos Lulas, há que se fazer uma diferenciação neste ponto. A adesão (em alguns setores mais forte do que em outros) da maioria das centrais sindicais, sindicatos tomados individualmente e movimentos sociais à política do governo para o trabalho, para o campo e para o “social” acabou provocando um apassivamento político no sentido classista do termo. Isso não significa que as lutas sociais tenham acabado, como vimos acima, mas o sentido político que elas carregavam não era mais de combate ao modelo econômico. Na verdade, procuravam aproveitar a ampliação das margens possibilitada pela conjuntura econômica. Esse apassivamento político, no entanto, foi acompanhado por uma intensa mobilização em torno de duas vias: a da participação política em espaços estatais (conselhos, conferências) e em projetos empresariais ou do terceiro setor. Este segundo aspecto mobiliza milhões de ativistas, que consideram estar fazendo política ao trabalharem em projetos sociais. Portanto, a tese do apassivamento precisa ser matizada, pois o empresariamento ou a mercantil-filantropia (FONTES, 2010) exigem uma intensificação do ativismo.

A forma da expansão econômica durante o governo Lula provocou dois fenômenos para além dos aspectos mais diretamente contábeis do “desempenho econômico nacional”. A incorporação de milhões de brasileiros ao mercado franqueou o acesso a bens de consumo que tradicionalmente eram negados a grande maioria da população brasileira. É preciso

reconhecer a importância disso em contraponto à crítica moralista do tipo “pobre compra *smartphone*, mas não compra comida ou livro”, que geralmente é proveniente de setores da sociedade brasileira que, apesar de nunca terem passado fome, não são necessariamente bem letrados. Contudo, este aspecto positivo foi acompanhado de um processo de endividamento das famílias que, no longo prazo, se mostra insustentável, uma vez que, diferente do Estado, as famílias não têm como ampliar seu endividamento emitindo títulos (ou promissórias), a fim de postergar indefinidamente a quitação dos débitos.

Este é um dos aspectos mais visíveis do processo. Outro, um pouco menos visível, é o profundo engajamento das pessoas nas mais variadas formas de mobilização que podem resultar em rendimentos econômicos. Se a saída do desemprego é um alívio, a entrada no mercado de trabalho na base da pirâmide social coloca multidões em estado de mobilização permanente em busca de “renda extra” a fim de não apenas pagar as dívidas que se avolumam, como também de conferir sentido à vida, em um contexto em que o dispêndio de tempo é permanentemente julgado sob critérios de produtividade econômica. Assim, há uma extensão da lógica econômica a reger a organização de todo o tempo pessoal e das famílias¹⁵⁵.

E aqui se abre duas dimensões principais. Uma é aquela destacada pelas teorias da sociedade do consumo, que realçam os efeitos subjetivos da “neurotização” resultante da subordinação do desejo dos indivíduos às promessas da propaganda capitalista, que deixaram de apresentar-se como estímulos à venda de “coisas” em favor da oferta ilusória de “experiências” e “sensações”. Nela, é ressaltado o modo como a “imensa coleção de mercadorias” em que, à primeira vista, aparece o capitalismo se tornou excessivamente demandante de atenção, capturando a subjetividade ao círculo do consumo de marcas que atuam como simulacros da produção de identidades pessoais em um ritmo acelerado¹⁵⁶.

Outro aspecto do mesmo processo tem a ver com aquela parcela da população brasileira que teria sido alvo prioritário das políticas “lulistas”, cuja dedicação de tempo à dimensão econômica da vida (junção de trabalho e consumo) se dá em bases mais precárias. Nestes casos, a mobilização da subjetividade se dá em termos de “viração”¹⁵⁷, ou seja, para

¹⁵⁵ Não tem como não lembrar da discussão de Gramsci sobre o americanismo e o fordismo como mecanismos de formação de um novo homem coletivo adaptado às necessidade de expansão do sistema capitalista em bases diferentes (monopolistas) do período concorrencial anterior.

¹⁵⁶ *Insights* deste tipo já estavam presentes em diversas reflexões de Marx (Manifesto do Partido Comunista, Grundrisse, p. ex.).

¹⁵⁷ “A ‘viração’ - termo coloquial, mas bastante expressivo, [...] – define a provisoriidade das ocupações que garantem a sobrevivência, em atividades que transitam entre trabalho ilegal, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho em domicílio e emprego doméstico; resumindo, os ‘bicos’ e as ocupações extremamente vulneráveis que estruturam a vida de muita gente. [...] políticas de ‘inclusão social’ podem hoje ser vivenciadas como mais uma atividade possível da ‘viração’” (ABÍLIO, 2014 p. 14-15).

sustentar a ascensão ao mercado de consumo é preciso mais do que a dedicação ao emprego de até 1,5 salários mínimos sem muitas garantias trabalhistas. É preciso “se virar”, ocupando o tempo com bicos, tornando-se um microempreendedor individual, formalizando sua inserção econômica convertendo-se em “pessoa jurídica”, reproduzindo uma lógica complementar àquela da “responsabilidade social empresarial”, mas de um outro ponto de vista classe: a administração da própria precariedade num espaço social em que o acesso a bens e serviços que deveriam ser direitos oferecidos pelo Estado, mas são agora vendidos no mercado.

Este processo progressivamente ocupa todos os espaços da vida social, não havendo virtualmente mais nenhum espaço vazio. Por onde se vive, é mais trabalho, mais consumo, mais qualificação, mais capacitação, em suma, mais condições para a manutenção da produção de mais-valor. Institui-se uma

“nova equação que parece orientar os valores [e que] hoje poderia ser resumida como: ‘consumo-formação-permanência social’. O ‘consumo’, em lugar da poupança¹⁵⁸, assegura o acesso não só aos bens, mas também aos conceitos requeridos para manter a posição social. A educação é substituída pela ‘formação’; formação permanente pela qual cada indivíduo é responsável e que é entendida crescentemente em termos de ‘treinamento’ - o *non stop training* exigido hoje pela corporação. A ‘permanência social’, como valor perseguido, não tem relação com a falta de aspiração a ascender socialmente, mas com a necessidade anterior, [...] a de não ser desconectado” (LÓPEZ-RUIZ apud PEREIRA, 2010 p. 75).

Aqui vai ficando um pouco mais claro o sentido de uma nova forma de hegemonia consolidada durante os governos Lula: ao aprofundar a forma de relação Estado e sociedade permitida pelos limites estruturais do modelo neoliberal, o governo Lula manteve, em relação à questão social, um estado de permanente mobilização na sociedade civil. Seja na participação dos Conselhos e Conferências, seja na disponibilização de editais para concorrência das Organizações Sociais (OSs) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em projetos sociais, há uma reformulação da ação política:

“o Neoliberalismo não seria nem uma ideologia, nem uma política econômica que devolveria aos mercados o que o Estado lhes roubara durante o breve parêntese do *welfare state*, nem um capitalismo tóxico ajustado à pureza consumada de sua matriz originária, nem uma patologia financeira cuja demasia seria curada por uma outra rodada de regulações comandadas por um Estado restaurado na plenitude de suas forças etc. Mas uma racionalidade antes de tudo política, mais precisamente, ‘governamental’, enfeixando ‘um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determina um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência’,

¹⁵⁸ Aqui cabe ressaltar que o “em lugar da poupança” não é generalizável, uma vez que a precarização do trabalho torna a capacidade de poupar, na prática, quando não impossível, ao menos irrisória para a maioria da população.

implicando este último pelo menos duas novidades maiores: primeiro, que uma tal concorrência entre empresas-pessoas e sujeitos-empresas não significa, trivialmente, que doravante (mais de trinta anos...) o mercado devora toda a realidade, porém que a norma do mercado se estende e se impõe para além do mercado; segundo, que para se realizar tal princípio requer o consentimento ativo e participativo dos, justamente, concorrentes-empresas, que assim são governados não contra ou malgrado sua liberdade, mas através dela para que conformem por si mesmos a certas normas” (ARANTES, 2014 p. 374).

No interior desta lógica, não há contradição alguma entre a manutenção dos pilares da liberalização econômica com a mobilização social e o incentivo à participação política. É claro que esta participação tem critérios bem definidos: a unidade é o indivíduo, a cultura é a de responsabilização e o meio é o enquadramento das demandas às formas de planejamento estratégico típicos das empresas privadas, que servem como modelos ao desenho das políticas sociais. O “público-alvo” é pensado sob duas condições simultâneas: a de beneficiário e a de participante ativo. Ambas estão enlaçadas pela perspectiva da formação primeiramente de recurso humano em potencial de ampliação ou, em outras palavras, de capital humano, o que significa, ao fim, estarem articulados sobre a noção de um investimento e sua perspectiva de retorno. Assim, combinam-se duas características: a da passividade (beneficiário) e a da atividade (participação). Não por acaso, ocorre a conversão da militância em emprego a ser remunerado segundo regras mercantis, com financiamento público ou privado, que converte a filantropia em prestação de serviço, fazendo desaparecer “do horizonte a contradição entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado de maneira mercantil por essa atividade” (FONTES, 2006, p. 347).

O objetivo declarado é, claro, o combate à pobreza e às formas de exclusão social. Fica mais nítido, então, como não é casual a frase atribuída à M. Thatcher de que a economia seria o meio, mas o objetivo do neoliberalismo seria conquistar corações e mentes. Trata-se evidentemente de um projeto de formação de um “novo homem”, que, embora seja pensado em termos individualistas e egoísticos, é complementado por uma pregação ao fortalecimento de suas veleidades cívicas, de responsabilidade social. Um chamado àquele que na maior parte do tempo dedica-se ao crescimento dos seus negócios, mas que também deve “fazer a sua parte” pela coletividade nas horas vagas. O problema é que, mesmo em um nível intraclasses, o discurso é altamente idealista, pois não é à toa que se proliferam programas empresariais de responsabilidade social em que os agentes voluntários são os empregados e não os patrões¹⁵⁹.

¹⁵⁹ “A Gol iniciou uma nova campanha interna, dentro de seu programa de Sustentabilidade, para estimular os funcionários a participar do Projeto Colaborador Cidadão, criado 2006. A ação incentiva o voluntariado em ONGs e escolas. ‘Essas iniciativas contribuem, também, para um ambiente melhor, onde os colaboradores trabalham mais satisfeitos e comprometidos, o que se reflete diretamente na qualidade dos serviços oferecidos pela companhia’, destaca a Coordenadora de Sustentabilidade da Gol, Maria de Nazaré Guimarães Sousa. De

O Estado é sujeito fundamental nesta articulação, pois dele depende o estabelecimento das condições públicas de um amplo consenso social que, mais que mantenha, engaje os diferentes setores sociais na reprodução ampliada das condições para a continuação do processo de acumulação do capital. Uma das maneiras de se efetivar isso é a criação de espaços para participação política, que operam sobre uma lógica diferente daquela que se fundava sobre o “conflito distributivo”. O desenvolvimento do capitalismo altera o chão histórico sobre o qual o Estado autoriza, legitima e impulsiona formas de ação política.

Com o deslocamento da questão social e a abertura de espaços institucionais do Estado alteram o sentido da mobilização social e da participação política que se promove, uma vez que, ausente o “conflito distributivo”, as demandas apresentadas ao Estado precisam conviver com a regra da “escassez de recursos” decorrentes do “ajuste fiscal permanente”. De fato, durante os governos Lula, houve uma ampliação da participação política no interior de espaços institucionais criados pelo Estado, como conferências, conselhos, fóruns, mesas de negociação e ouvidorias:

“as 73 conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2010 mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas em inúmeros municípios brasileiros. Diversas políticas públicas foram objeto de debate, tais como: desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão social, saúde, educação, meio ambiente, direitos das mulheres, igualdade racial, reforma agrária, juventude, direitos humanos, ciência e tecnologia, comunicação, diversidade sexual, democratização da cultura, reforma urbana e segurança pública, entre muitas outras¹⁶⁰” (BRASIL, 2010, p. 275).

Este convite à participação política institucional mobilizou milhões de brasileiros, que debatiam questões setoriais, apresentavam propostas de políticas públicas que, contudo, deveriam passar pelo crivo da “equipe econômica” e se mostrar adequados aos pilares do modelo de desenvolvimento, cuja definição não era objeto de discussão pública. Assim, por exemplo, a convite do governo Lula, o Fórum de Participação Popular estima que mobilizou aproximadamente 2 mil organizações da sociedade civil para participar da discussão das

acordo com a coordenadora, esse esforço está contribuindo para que os mais de 18 mil colaboradores estejam mais motivados, elevem o nível da qualidade do relacionamento com todos os públicos estratégicos e, consequentemente, transformem a empresa em um lugar cada vez melhor para se trabalhar e investir, por meio de um propósito social”. “Gol incentiva trabalho voluntário em programa social”. **Mercado e Eventos**, 08/09/2011. Disponível em: <http://www.mercadoeeventos.com.br/noticias/aviacao/gol-incentiva-trabalho-voluntario-em-programa-social/>

¹⁶⁰ Durante o governo Lula foram criados também mais oito Conselhos Nacionais: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. Segundo o governo, ainda foram reformulados outros conselhos existentes: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 2010 p. 275).

diretrizes do Plano Plurianual de Ação (PPA) 2004-2007. Após amplos debates, o governo decidiu não incluir efetivamente as propostas do Fórum no PPA, dada a elevação do superávit primário para 4,25% e a política econômica regressiva (MARTINS, 2007 p. 265).

Isso não é uma questão pontual, mas estrutural da relação entre participação política institucional. Analisando o “discurso do protagonismo juvenil” que se generalizou pelo mundo a partir de instituições internacionais como ONU, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e que orientou a formulação de políticas para a juventude no Brasil, SOUZA (2006) destaca que termos-chave como formulação, planejamento, planificação, desenho de políticas públicas estão sempre associados à ideia da participação dos jovens no processo de discussão dessas políticas. Esta política para a juventude é parte de um mesmo modelo para as políticas públicas em geral e serve muito bem para ilustrar o que estamos procurando demonstrar. Diz ela:

“não há equívocos, portanto, quanto ao uso dos termos *formular*, *adotar*, *planificar* e *desenhar* em relação às políticas públicas. O discurso aqui é bastante explícito e não esconde a aceitação passiva daquele que formula, adota, planifica e desenha. [...] A leitura dos documentos permite supor que se trata predominantemente de decisões práticas ou técnicas, no nível da operacionalização ou ‘materialização’ das ditas políticas e medidas, em última instância, no nível da atividade. Portanto, a própria noção de decisão fica limitada aos aspectos técnico e prático, perdendo o caráter de *cisão* e *escolha* presente na origem etimológica da palavra (o verbo latim *decidére*, cortar). Ou seja, também a noção de decisão foi apropriada e modificada” (Idem p. 84).

Nesta perspectiva, a participação é concebida em uma ambivalência em que o princípio da atividade – executar, aplicar fórmulas adequadas, etc. – se combina com a aceitação tácita das diretrizes, concepções gerais e objetivos estratégicos definidos previamente em outros espaços e por outros grupos. Está em curso, como se pode ver, uma pedagogia da hegemonia, cujo sentido mais profundo seria a interdição prévia do discurso transgressor diante do consenso estabelecido. Quando aparece, é isolado como perturbação não construtiva, que não contribui para a concretização de princípios e regras pré-estabelecidos em espaços políticos longe dos canais onde se dá a participação.

Operou-se uma convergência entre a revisão dos modelos de governança preconizadas pelo Banco Mundial e os anseios de participação política da sociedade civil, provocando uma “onda participativa-organizativa [que] acabou orientando ‘a ação direta da desobediência civil (o ciclo das ocupações) na direção da prática responsável de quem faz estatutos e participa de conselhos (o ciclo das leis)’” (HOLSTON apud ARANTES, 2014 p. 386)¹⁶¹.

¹⁶¹ “[...] contribuir para consolidar padrões de referência em torno da nova *cultura cívica* em que cidadãos assumam novas formas de sentir, de pensar e de agir e que as organizações incorporem o espírito colaboracionista diante da necessidade e urgência de se consolidar um novo Estado capitalista” (MARTINS 2007

A lógica desta forma hegemônica é, tal como uma das sínteses presentes em Gramsci, por um lado, apoiar a violência seletiva no consenso da maioria e operar o consenso não pela apatia, mas pela participação. A convocação para o engajamento, o “fazer a sua parte” é valorizado, mas há dispositivos de controle que circunscrevem o espaço desta participação, sua forma e seu alcance. A participação ocorre sem necessariamente estar em disputa o poder político propriamente dito, que permanece resguardado em estruturas estatais bem longe daqueles espaços institucionais. Isso pode ser visto seja na combinação entre a multiplicidade de Conselhos e Conferências operantes durante o governo Lula, a definição da política econômica e a destinação do orçamento público. Opera-se um modelo que articula a ativação da participação descentralizada em um polo e a centralização e concentração do poder político no outro. As “áreas estratégicas” do Estado estão blindadas ao dissenso democrático (a presidência do Banco Central é indicação política e deve passar pela “aprovação” do mercado, enquanto o próprio Banco é operacionalmente autônomo em relação à presidência da República).

Com a sua institucionalização, a participação política foi ganhando, então, um sentido diferente daquele que alimentava a formação do PT: no curso dos anos 1970 e 1980, ela tinha um marcado tom popular e classista articulada por um horizonte socialista, pois reivindicava a participação daqueles que “não tinham voz e vez”, ao passo que, mesclando-se com o caráter “passivo” da distensão do fim da ditadura na Constituição de 1988, passou a circunscrever-se aos espaços definidos por ela e pela sua impositação cidadã. Isso resulta em uma espécie de operacionalidade estatal que “desmobiliza ao mobilizar”, atraindo as eventuais energias utópicas em torno do dispositivo de governo: “nos anos 1980, nunca fomos tão engajados – para glosar outro título célebre; desde o processo constituinte, nunca fomos tão participativos; com o ‘engajamento’ das empresas socialmente responsáveis somando-se à malha cada vez mais fina da rede políticas públicas, pode-se então concluir que nunca nos governamos tanto” (ARANTES, 2014 p. 431).

A contradição está, portanto, no fato de que a efervescência de atividades participativas não provocou efeitos sobre a tendência de concentração de capital e de poder político. A “hegemonia do participativismo”, como chama Ermínia Maricato¹⁶², converteu a institucionalização das práticas participativas em um fim em si mesmo, e, uma vez contidas no aparelho do Estado, as instituições criadas por força da mobilização social e que poderiam

p. 245).

¹⁶² MARICATO, E. *Nunca fomos tão participativos*. **Carta Maior**, 26/11/2007. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Opinio/Nunca-fomos-tao-participativos/20899>. Acesso em 20/06/2016.

funcionar como canais de deliberação e controle popular sobre o Estado passaram a retroagir sobre os movimentos enquadrando seus métodos de ação política aos limites definidos pelo ordenamento jurídico.

Assim, as medidas de enfrentamento da pobreza se combinam com a não reversão das reformas liberalizantes dos anos 1990. Há muita mobilização social, mas num sentido em que parte significativa da política estatal foi “terceirizada” para os aparelhos privados de hegemonia burguesa, que passam a compartilhar a coordenação dos dispositivos de consenso social.

Lembremos que, em sua formulação original, a estratégia democrático-popular tinha como função ampliar o círculo de legitimação da ordem democrática na sociedade brasileira criando “espaços políticos” para que a classe trabalhadora pudesse afirmar-se enquanto sujeito e apresentar suas demandas sem que isso fosse tratado como caso de polícia. A ideia era a de que a socialização da política seria consequência do fortalecimento das agências de poder popular e levaria a uma ampliação do Estado, funcionando como uma espécie de contratendência à concentração e centralização do poder econômico e político típicas do desenvolvimento capitalista. Esta lógica usava uma analogia para demonstrar como a contradição fundamental do modo de produção capitalista opera também na política: a socialização da política corresponderia à socialização dos meios de produção, ao mesmo tempo em que a apropriação privada dos aparelhos de poder corresponde à apropriação privada dos meios de produção¹⁶³. A mesma tensão contraditória que permite a superação estrutural do modo de produção capitalista tornaria possível a sua expressão no campo político, na medida em que a incorporação de massas que reproduziriam sua vida em condições sociais cada vez mais parecidas aos espaços políticos se chocaria com o privatismo burguês na apropriação dos aparelhos de poder, abrindo caminho para que a “democracia de massas” se tornasse “incompatível com o capitalismo”¹⁶⁴.

¹⁶³ SOUZA (2016 p. 154) considera que “na base econômica da categoria de socialização da (participação) política residem certas chaves para a compreensão de todo o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho”. Segundo o autor, Coutinho opera uma identificação entre a socialização do processo produtivo (ou socialização da produção) típico do desenvolvimento do capitalismo com a socialização das forças produtivas, que seria resultado do fim da propriedade privada dos meios de produção. A socialização da política seria, na chave de Coutinho, desdobramento da socialização da produção capitalista, que levaria à concentração de agrupamentos humanos em condições semelhantes de vida e à diminuição da jornada de trabalho, liberando massas crescentes da população trabalhadora para a participação política. Isto, por sua vez, geraria uma contradição entre a socialização da política e a “apropriação privada ou grupista do poder” (analogia à contradição entre a socialização das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção), o que faria da primeira a via para a constituição de uma “sociedade civil”, que levaria, por sua vez, a uma ampliação do Estado nas sociedades ocidentais.

¹⁶⁴ Cf. COUTINHO, 1996 p. 78.

Assim, a afirmação de NETTO (2014, p. 76 – grifos no original) de que “*no Brasil a socialização da política não se realizou plenamente e, quando deu passos adiante, os setores de ponta das classes dominantes lograram travá-la*”, está fundada na concepção de que só por ela seria possível a superação do “prussianismo” do processo de constituição da relação Estado e sociedade civil na história brasileira. Segundo DANTAS (2014, p. 157 – grifos no original), “diferentemente de Florestan, registremos, que concebe a *autocracia burguesa* como traço estrutural da formação brasileira e, portanto, insuperável sem o rompimento da ordem que a sustinha, Coutinho – mais próximo de Caio Prado nesse aspecto – considera a ‘via prussiana’ uma *forma política*, capaz de ser superada pela mudança do padrão de interação da *sociedade civil* com a *sociedade política*”.

A experiência do governo Lula demonstrou que é possível combinar a democracia de massas, a ampliação da participação política e a conservação da imunidade das “áreas estratégicas do Estado” ao controle social. A socialização da política não logrou resultar na socialização do poder, pois o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro se dá sobre as bases da concentração e centralização do capital, cuja especialização produtiva primarizante reflete a reprodução de formas oligarcas de exercício do poder político.

A estratégia democrático-popular, da formulação original em pinça na qual a luta extra-institucional era tida como central, acaba por “estatizar-se” plenamente, na medida em que o braço institucional ganha centralidade e as lutas de massas operam direcionando suas reivindicações ao Estado para criação de políticas públicas e não para a criação do poder popular. A concessão de políticas públicas sob a concepção de ampliação da participação da sociedade civil contribui, por um lado, para involucrar as organizações da classe trabalhadora no seu momento “econômico-corporativo” e, por outro, facilita sua conversão em concorrentes de editais públicos e em cogestoras de serviços e programas de educação, saúde, cultura, previdência e outros direitos antes pensados e reivindicados como públicos e universais.

O caminho da institucionalização, de instrumental, passa a absorver toda a possibilidade de efetividade das lutas, que passam a ser medidas pelo critério da eficácia, pelos resultados positivos imediatos que cada campanha alcança, guardando, assim, em si, um paradoxo: uma eventual reorientação do foco das lutas para um sentido de enfrentamento extra-institucional em táticas de longo prazo tendo em vista a ruptura pode resultar em imobilização, ao passo que a institucionalização, ao aprisionar o horizonte das lutas e das organizações à cogestão, acaba por imobilizá-las nos limites do “realismo do possível”, cujos

parâmetros não estão abertas ao dissenso tipicamente democrático. Primeiramente, as organizações da classe reivindicam do Estado, depois o desenvolvimento da luta credencia as organizações a ocuparem posições no interior do Estado, representando ali a classe e, por fim, a institucionalização acaba por voltar-se contra a classe, que precisa subordinar suas lutas às “contingências” limitadoras da governabilidade.

É preciso destacar que a trajetória da estratégia democrático e popular foi acompanhada, no PT principalmente, por uma crítica e abandono do socialismo e do marxismo e mesmo o surgimento de correntes declaradamente anti-marxistas e anti-socialistas. Sob o pretexto do necessário “revisionismo” que procura atualizar a concepção marxista e a prática socialista de acordo com a análise concreta das situações concretas, a substituição da perspectiva de independência e autonomia históricas da classe – aquilo que Gramsci chamava de “espírito de cisão” – foi seguida por um combate ao marxismo caracterizado como ideologia dogmática, antiquada e ultrapassada, acolhendo concepções supostamente mais adequadas à defesa dos interesses da classe trabalhadora, como o “reformismo fraco”, o “liberalismo”, o “crescimento econômico” e o “interesse nacional”, entre outras palavras-chave.

O risco disso já estava nas preocupações de Florestan quando ele afirmara:

“se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES, 2005, p. 57).

Em sua *História do PT*, Lincoln Secco afirma que uma das funções importantes que o partido desempenhou no processo político brasileiro foi a de “civilizar da sociedade civil”, residindo nisso o seu “caráter pedagógico”. De fato, toda forma hegemônica tem um papel pedagógico na medida em que constitui e organiza vontades coletivas, mas, no curso do transformismo petista, capturada pelos mecanismos da “governança” impostas pelos aparelhos privados de hegemonia internacionais e nacionais, a “civilização da sociedade civil” brasileira aparece de maneira estranhada a quem a ela se dedicou e o resultado do processo de “ensino-aprendizagem” tornou-se alheio em relação ao planejamento inicial:

“como a hegemonia é uma relação pedagógica, verificamos que esses espaços serviram a três objetivos: assimilação de organismos inteiros dentro da nova hegemonia, formação de intelectuais urbanos organizadores do

consenso em diferentes níveis de atuação e legitimação da nova sociabilidade, a partir da difusão capilar de preceitos de cidadania, de políticas sociais e de Estado, como propostos pelo programa neoliberal” (MARTINS, 2007 p. 266).

A afirmada química entre “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo” acabou por fundir em uma mesma unidade uma “esquerda para o capital” e uma “direita para o social”¹⁶⁵, ambas comprometidas com um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil, que não seria mais baseada na industrialização à “marcha forçada”¹⁶⁶ típica do período desenvolvimentista dos anos 1950/60, mas a de prosseguimento da incorporação subordinada na economia mundial sob as condições da liberalização econômica, mas, agora, em “marcha macia”, como de modo muito perspicaz captou o músico Siba e que consta na epígrafe deste estudo.

Como se tentou demonstrar, o governo Lula simbolizou o esforço de constituição de uma forma de hegemonia que se constituiu na esteira de uma redefinição das funções do Estado e suas relações com o desenvolvimento do capitalismo e as classes sociais. Na medida em que este processo envolve não apenas a “criatividade política interna”, mas também um conjunto bem mais amplo de instituições internacionais, para compreender o Estado e o poder político no Brasil durante os dois mandatos de Lula é preciso tematizar também o modelo de inserção do Estado no sistema internacional. É o que pretendemos fazer no capítulo seguinte, quando aspectos da política externa serão discutidos tendo em vista as ambições de protagonismo do país no espaço político internacional, dando atenção especial para a projeção do Estado brasileiro na América Latina e como todo este processo se articula com a dinâmica de desenvolvimento do capital-imperialismo.

¹⁶⁵ A expressão “esquerda para o capital e direita para o social” foi apresentada por Leda Paulani no seminário *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*, ocorrido na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, em 2006. No momento do debate, após a exposição de Virgínia Fontes, Paulani se referia ao fato de que o processo de formação de uma “esquerda para o capital”, destacado por Fontes, completava-se, no Brasil atual, com a formação de uma nova direita muito preocupada com a “questão social” (MARTINS, 2007, p. 235).

¹⁶⁶ A expressão é de Antonio Barros de Castro, recuperada OLIVEIRA (2003, p. 132).

3 – PROJEÇÃO DO ESTADO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL BRASILEIRO NA AMÉRICA LATINA

O estudo das relações que o Estado brasileiro estabelece com o sistema internacional é, por um lado, um campo muito marcado pelas disputas teóricas e busca por legitimidade como fonte de formulação da política externa e, por outro, pela necessidade de enfrentar as configurações que o capitalismo foi adotando ao longo do seu processo de desenvolvimento em nível global, seus impactos internos e estratégias de integração regional. Por isso, alguns conceitos, ideias, formulações têm pautado o debate da inserção brasileira na política internacional e das determinações que se impõe sobre a projeção do país na arena global e, em particular, na América Latina. Neste capítulo¹⁶⁷, elegemos alguns aspectos que consideramos fundamentais para discutir a situação do país na dinâmica atual da acumulação capitalista mundial, tendo em vista a organização dos Estados capitalistas no sistema internacional e suas “estruturas hegemônicas”¹⁶⁸, bem como a estratégia de inserção internacional do país nos dois governos Lula.

Nas interpretações possíveis acerca dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, é possível identificar uma forte tendência ao consenso de que a problemática principal da reflexão do revolucionário italiano é a chamada questão nacional, a formação de vontades coletivas e as disputas hegemônicas que consolidam equilíbrios instáveis em determinados padrões de dominação no interior dos Estados, especialmente aqueles denominados por ele de “ocidentais”, em que as lutas de classes seriam mediatizadas por aparelhos privados de hegemonia, cujo funcionamento exigiria uma nova teoria da dominação capitalista e, por consequência, uma nova estratégia para a revolução¹⁶⁹. Contudo, ainda que dispersas pelos textos, é possível identificar reflexões de Gramsci sobre as relações internacionais e, dentre elas, uma que se faz importante para nossa reflexão. Diz ele:

¹⁶⁷ Partes deste capítulo estão publicadas em MATHIAS e BRITO (2016).

¹⁶⁸ “O conceito de ‘estruturas hegemônicas’ [...] inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração de normas de conduta; mas, no âmago dessas estruturas, estão sempre Estados nacionais” (GUIMARÃES, 2001a p. 28).

¹⁶⁹ Giorgio Baratta considera que há uma forte tensão entre a visão internacionalista e a análise voltada para as particularidades nacionais no pensamento de Gramsci e os *Cadernos do Cárcere* teriam momento de uma “audaciosa tentativa, dramaticamente aporética, para mediar a instância internacional com o elemento nacional-popular” (BARATTA, 2004 p. 57). Baratta advoga contra a interpretação corrente de que Gramsci estaria preocupado exclusivamente com o nacional-popular e também contra a interpretação de que entre o nacional-popular e o internacionalismo haveria um dualismo na reflexão do comunista sardo. Para ele, a relação tensa entre o particular-nacional e o universal-internacional é constitutiva da realidade e Gramsci se esforça para, na reflexão, mantê-los articulados em uma “unidade contraditoriamente rica e complexa” (*idem* p. 58) fundada na relação entre “enraizamento nacional e horizonte internacional” (*ibidem* p. 60).

“as relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia etc.). Além do mais, as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos)” (GRAMSCI, 1984, p. 44).

A resposta que Gramsci dá à sua própria pergunta intriga quem enfrenta a questão desde os países periféricos e o problema da dependência. Sendo resultados da expansão mercantilista europeia, marcados pelo colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, dependência e outras formas de relações hierárquicas de poder econômico, político, militar etc., para estas nações, as relações internacionais sempre apareceram como determinante causal das configurações das “relações sociais fundamentais” internas a estes Estados. A organização da dominação interna sendo resultante política interior dos limites impostos pela dominação externa. Pareceria, à primeira vista, estranho que a afirmação gramsciana valesse para o caso dos países periféricos.

Contudo, as formas de dominação externa também foram se transformando, modificadas pela dinâmica econômica, política e social que ocorreu *pari passu* aos processos de independência política e desenvolvimento capitalista nas antigas colônias e, depois, países periféricos. Assim, é possível interpretar a afirmação gramsciana como aquela que coloca a tensão entre as relações internacionais e as relações sociais fundamentais num determinado patamar do desenvolvimento dos Estados, quando eles atingiram pelo menos a independência política e podem utilizar aquilo que Morgenthau (2003)¹⁷⁰, chama de “elementos do poder nacional”, isto é, recursos de poder interno, que condicionam a sua margem de manobra e o seu papel na política de poder do sistema internacional.

Assim, mais importante do que saber se as relações internacionais precedem ou não as relações sociais fundamentais, talvez seja importante frisar que ambas são momentos do movimento unitário do Estado e que estão em permanente intercâmbio, uma refletindo sobre

¹⁷⁰ Morgenthau pode ser entendido entre os realistas no estudo das relações internacionais, pois analisa a política internacional desde a perspectiva da luta pelo poder, compondo o rol dos autores das “teorias normativas”. Como elementos do poder nacional, ele destaca: posição geográfica do Estado, presença e produção de recursos naturais (alimentos, matérias primas, dando destaque ao petróleo), a capacidade industrial (indústria e força de trabalho), grau de preparação militar (tecnologia, liderança, qualidade e quantidade das forças armadas, a demografia (quantidade e distribuição da população pelo território), a “índole” e a “moral” nacionais, qualidade da sociedade, do governo e da diplomacia. Em seu texto, o autor se alinha fortemente à defesa dos EUA como liderança internacional e sua teoria fundamenta a política externa expansionista do país no mundo.

outra, condicionando-a e sendo condicionada. É a magnitude da autonomia relativa de cada uma dessas frentes que importa para o problema que pretendemos privilegiar.

A questão do nexo interno/externo do Estado aumenta o grau de complexidade dos estudos sobre as “fronteiras do Estado”. No capítulo anterior, vimos como aspectos relevantes do debate sobre a estratégia do PT se relacionavam com a definição destas fronteiras em sua relação com a sociedade civil. Ao incluir a face externa, o problema fica maior não apenas porque a definição das fronteiras (físicas) interfere de imediato na relação com outros Estados e, em conjunto, com o sistema internacional, mas também porque a conexão interno/externo constitutiva do Estado remete diretamente às suas relações com a tendência imanente de expansão do capital e a funções que a entidade estatal pode e deve desempenhar neste processo.

Dois exemplos podem nos ajudar a ilustrar esta questão. Como vimos no capítulo anterior, em Março de 2005, uma resolução do Banco Central fundiu os mercados de câmbio livre, eliminou as contas de não residentes (CC-5) e ampliou os prazos para cobertura cambial das exportações – significando, respectivamente, a adequação aos princípios da abertura econômica ao não diferenciar exportadores de importadores, a eliminação dos limites para que pessoas físicas e jurídicas convertam reais em dólares e os remetam ao exterior e, por fim, a extensão do prazo para que as receitas adquiridas com exportações pudessem especular na forma de dólares antes de sua reconversão em reais. O outro exemplo é a autorização de plantio de transgênicos. Sabe-se que a produção da soja integra uma complexa cadeia produtiva que é dominada por multinacionais como Monsanto e Cargill. A legalização do uso das sementes transgênicas (lei 10.688/2003) reflete um processo de transferência de valor da produção agrícola nacional às empresas multinacionais, reforçando mecanismos de dependência (LUCE, 2007). Em ambos os casos, tratam-se de medidas de política econômica estritamente interna ou teriam também traços de política externa? O que define esta diferença? O âmbito em que se dá o processo decisório ou seu significado em termos de relação do Brasil com o mercado mundial e o sistema internacional?

OSORIO (2014, p. 320), tratando a relação entre Estado e sociedade civil, chama a atenção para a necessidade de ser concebida em termos de “fronteiras móveis”. Esta imagem pode ser aproveitada também para o nexo interno/externo, não apenas porque as fronteiras físicas dos Estados possam sofrer alterações por processos de segmentação e anexação de território, mas porque ela remete à relação entre Estado, acumulação de capital e a projeção de poder nacional em macroprocessos de disputas hegemônicas internacionais.

“Orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100), o capital, um processo de reprodução ampliada por meio da apropriação de tempo de trabalho excedente, opera um deslocamento de suas determinações para áreas onde ele ainda não domina plenamente como forma de procurar adequar sua natureza crítica (“contradição em processo”) por meio de “fugas para frente”. Estas “áreas” dizem respeito não apenas a espaços geográficos ou formações sociais novas, mas também a atividades econômicas ainda não determinadas por suas relações fundamentais. Neste movimento, embora o Estado tenha funções facilitadoras para a concretização desta tendência, isso não ocorre sem contradições.

MÉSZÁROS (2015, p. 29) considera que o capital, conjunto de relações sociais e históricas, deva ser pensado enquanto um sistema de controle sociometabólico apoiado em “três pilares interligados: capital, trabalho e Estado” e que a “materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sociometabólica antagônica sobre a qual todas as formações do Estado do capital são erguidas”. Neste sistema, o Estado apresentaria algumas características essenciais: ser uma “estrutura totalizadora de comando político do capital” e uma estrutura corretiva de seus efeitos (MÉSZÁROS, 2011, p. 107). Constitutivo do sistema do capital, o Estado responderia a uma necessidade de coesão que a relação capital e trabalho, por seu antagonismo imanente, não seria capaz de resolver. Estas funções (comando político, correção dos efeitos e coesão) não conseguem, entretanto, ser absolutas, especialmente quando consideradas sobre o plano da internacionalização das relações capitalistas¹⁷¹:

“assim, o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global – irrestritamente transnacional em sua tendência objetiva – e os Estados nacionais necessariamente repressores é inseparável de (pelo menos) três contradições fundamentais: as que existem entre (1) *monopólio e competição*; (2) a crescente *socialização* do processo de trabalho e a *apropriação discriminatória e preferencial* de seus produtos (por várias personificações do capital – de capitalistas privados às autoeternizadoras burocracias coletivas); e (3) a *divisão internacional do trabalho*, ininterrupta e crescente, e o impulso irreprimível para o desenvolvimento desigual, que, portanto, deslocam necessariamente as forças preponderantes do sistema global do capital (no período posterior à Segunda Guerra Mundial, basicamente os Estados Unidos) para a *dominação hegemônica*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 222).

Se há uma relação de complementariedade entre Estado e organização da reprodução do capital na forma de um sistema, na qual o Estado figura como uma estrutura de comando, Mézáros¹⁷² não deixa de considerar que existe também uma “dissonância estrutural” entre

¹⁷¹ “[...] o Estado não passa do momento mais ‘universal’ da dominação de classes sob o capitalismo. Não constitui uma universalidade efetiva” (FONTES, 2010 p. 288).

¹⁷² Uma nota: Mézáros vincula suas reflexões sobre o Estado com a perspectiva da incontrollabilidade do capital, articuladas com sua tese geral da crise estrutural. Consideramos importantes estas reflexões, mas não incorporamos a tese da crise estrutural. Isso porque consideramos o movimento contraditório do capital e suas crises como momentos no qual o próprio sistema busca saídas em outras formas de expansão das relações

ambos, cujo fundamento é o caráter incontrolável da reprodução capitalista – um processo “sem sujeito”¹⁷³, um conjunto de mecanismos objetivos de ampliação de apropriação de tempo de trabalho, um processo *non sense*¹⁷⁴, no qual os eventuais controladores são eles mesmos controlados porque tem que converter as necessidades de expansão do sistema em diretrizes de sua ação prática¹⁷⁵ (ou de sua teleologia, diria Lukács).

Na sua relação com a reprodução ampliada do capital, o Estado opera sobre uma contradição fundamental: a anarquia da produção determina uma tendência de centrifugalidade das unidades produtivas em concorrência – os monopólios não encerram esta tendência, mas a elevam a patamares superiores mais dramáticos – e a concentração de poder político, que, contudo, dados os limites estruturais do Estado-nação, não é capaz de cumprir plenamente funções corretivas e estabilizadoras da ampliação das desigualdades em nível global.

O autor não diz que não há qualquer intenção subjetiva e que não haja dominação de classe ao afirmar que todos estão subsumidos ao sistema em expansão. É claro que, no que ele chama de “microcosmos reprodutivos do capital” – as empresas capitalistas, as unidades de produção –, a subordinação de classes é evidente, há a dominação do trabalho manual pelo intelectual, o que se desdobra na determinação do poder político e do caráter de classe do Estado. Mas como a raiz do sistema é a alienação dos produtores diretos, a mediação que os controladores do capital realizam frente ao sujeito real da produção (os trabalhadores) não tem como afirmar-se sobre a totalidade do sistema, o que exige, até certo ponto, a função estatal, não apenas porque confere certa unidade ao sistema cujas partes elementares são tendencialmente centrífugas, mas também para manter potenciais revoltas do trabalho dentro dos limites admitidos pelo sistema. Contudo, o Estado é incapaz de involucrar

capitalistas, com custos sociais, humanos e naturais cada vez mais dramáticos. Estas “fugas para frente” combinam, por exemplo, a devastação da natureza com sua própria reinvenção por meio da engenharia genética e a precarização das condições de reprodução da vida como modos de ampliação dos espaços para expansão lucrativa.

¹⁷³ Ao analisar a transformação do dinheiro em capital, onde inicia a explicação da produção de mais-valor (ou mais-valia) a partir da fórmula do movimento do capital (D-M-D'), Marx afirma: “como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro se torna capitalista. [...] O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. [...] O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transformar-se no sujeito automático do processo. [...] o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, alterando sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário e valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização” (MARX, 2013, 229-230). A referência aqui é a como os processos de fetichização e reificação são inelimináveis do capital enquanto relação social.

¹⁷⁴ Cf seção 2.2 deste estudo.

¹⁷⁵ Para o autor, a liberdade existente para as “personificações do capital” significa quase sempre impor a outrem os imperativos de expansão do próprio capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 131).

permanentemente a contradição capital e trabalho dentro de sua forma política, tendo papel importante de operar, tanto no plano interno quanto no plano externo, medidas que contribuam para realizar a tendência expansiva do sistema como um todo, inclusive transferindo para o exterior parte das tensões geradas pelo antagonismo fundamental (capital x trabalho) nas formações sociais nacionais.

Se é possível pensar estas questões em termos estruturais, como faz Mészáros, não é menos necessária reflexão sobre as hierarquias entre Estados e empresas, manifestações da dinâmica entre capital e poder político, no plano concreto das relações internacionais. Tendo em vista a discussão que objetivamos fazer na sequência a respeito da política externa dos governos Lula, cabe tematizar a relação entre dependência e imperialismo, fundamental para situar elementos gerais de conjuntura e estrutura do processo histórico que são panos de fundo para os formuladores daquela política.

3.1 Imperialismo e dependência

A categoria de imperialismo, não obstante sua ampla utilização inclusive por autores não marxistas, sempre foi objeto ora de interpretações divergentes, ora de denegação primária pelo *main stream* das teorias de relações internacionais. Contudo, as teorias do imperialismo permitem não apenas pensar as relações entre os Estados no sistema internacional como também as condicionantes que o fenômeno impõe à organização interna do poder estatal em cada formação social. Por isso, consideramos importante resgatar sinteticamente a reflexão leniniana sobre o imperialismo a fim de precisar o que estamos entendendo por ele.

No final do capítulo sobre a “acumulação primitiva”, Marx já apontava para a tendência à concentração e centralização do capital como resultado da dinâmica autoexpansiva da valorização do valor. Como contradição em processo, a única maneira de o capital seguir em seu processo de reprodução ampliada em busca de mais valor é uma espécie de “fuga para frente”, que não resolve a contradição fundamental, mas a eleva a níveis superiores. Diz Marx (2013, pp. 1.012-1.013):

“Essa expropriação [dos capitalistas – CMTMBB] se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se [...] o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista.”.

Lenin se fundamentará na tendência à concentração e centralização do capital apontada por Marx. Recorrendo também a Hilferding, o revolucionário russo tratará o imperialismo como uma nova fase do capitalismo, que não resolve, mas eleva as contradições do processo de acumulação de capital a um patamar superior, dando a ela uma sobrevida, amplificando, contudo, os efeitos contraditórios de seu desenvolvimento.

Nosso autor caracteriza o imperialismo como sendo uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo, “em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LENIN, 2011, p. 218). O imperialismo teria cinco características fundamentais: 1) os monopólios seriam consequências necessárias da fase concorrencial do capitalismo, que provocou uma imensa concentração e centralização da produção de capital; 2) o capital financeiro é uma nova forma surgida da fusão do capital industrial com o capital bancário; 3) a exportação de capitais é, a partir daí, fundamental e supera a simples exportação de mercadorias na determinação da dinâmica capitalista mundial; 4) os capitalistas organizam-se em associações internacionais monopolistas que partilham o mundo em áreas de influência e que, para isso, 5) contam com a ação compartilhada dos Estados Nacionais do bloco capitalista central.

A fase concorrencial do capitalismo ampliou enormemente a produção de mercadorias, cujos preços baixos constituíam a “artilharia pesada que derrubava todas as muralhas da China” (Marx e Engels). A concentração e centralização do capital decorrentes do movimento de sua reprodução ampliada eram simultaneamente a resposta e a elevação a um novo patamar de determinação da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Se a burguesia iniciou a criação de “um mundo à sua imagem e semelhança” mediante a exportação de mercadorias através do mercado mundial (colonialismo), ao se basear na exportação de capitais, o imperialismo é o Caronte¹⁷⁶ do capital, convertendo-se em meio pelo qual, não apenas se amplia o consumo mundial de mercadorias, mas se exportam as próprias relações de produção capitalistas para todos os cantos do globo terrestre.

Lenin critica de maneira muito dura a posição kautskyana a respeito do fenômeno, segundo a qual “o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam”

¹⁷⁶ Na mitologia grega, Caronte é o barqueiro que, mediante pagamento, leva as almas dos mortos na travessia do rio Estige (ou Styx) até às portas de Hades (deus do mundo inferior), onde Cérbero as esperava.

(KAUTSKY apud LENIN, 2011, p. 220). O que é realçado na definição kautskyana é o aspecto político de tipo anexionista que o imperialismo teria em relação às regiões agrárias do mundo, ou seja, como algo “exterior” aos países de economia predominantemente agrária. Seu sentido profundo é o de que o imperialismo teria, nestas regiões, o papel de frear o desenvolvimento de suas forças produtivas, impedindo o desenvolvimento de um capitalismo local, desempenhando um papel conservador e que, por isso, contaria com o apoio das oligarquias agrárias locais politicamente dominantes e, portanto, interessadas em conservar esse padrão de dominação.

Tal concepção de imperialismo, ao invés de reconhecê-lo como síntese econômica superior das relações sociais de produção capitalistas, o confunde com o poder político nacional específico, identificando-o como uma mera distinção hierárquica de poder entre diferentes nações, reeditando, assim, de certa forma, o antigo sentido geral do conceito de “relação colonial”. A concepção de Lênin reforça o caráter econômico do imperialismo, qual seja, o fato de ser ele a forma de dominação econômica do capital financeiro (capital industrial + capital bancário) baseada na exportação de capitais e organizada por grandes monopólios.

A concentração e centralização de capital resultantes de sua reprodução ampliada se dão mediante uma alteração da sua composição orgânica¹⁷⁷, o que configura a causa principal da tendência à queda da taxa de lucro. A composição orgânica aumenta na medida em que cresce a proporção de capital constante (maquinaria e matéria-prima) frente ao capital variável (força de trabalho assalariada) no processo de valorização do capital. Este aumento do capital constante é necessário para potencializar a produtividade do trabalho, baratear o valor unitário das mercadorias e dar competitividade às empresas na concorrência do mercado, mas o faz reduzindo relativamente a fonte de mais-valia (emprego da força de trabalho).

Para contrabalançar a queda tendencial da taxa de lucro é, então, preciso reduzir a composição orgânica do capital sem que, para isso, as empresas tenham que se desfazer do

¹⁷⁷ A composição orgânica do capital é uma relação existente entre a sua parte constante (“capital constante”) e a sua parte variável (“capital variável”). De forma sintética, o capital constante pode ser entendido como o valor dos meios de produção – que, são, ao longo do processo produtivo, transferidos ao valor final das mercadorias produzidas – e o capital variável refere-se basicamente ao que o capitalista investe na compra da força de trabalho (é variável porque a força de trabalho, no processo de produção, além de reproduzir seu próprio valor, cria um valor excedente, cuja magnitude depende de diversas condições de produção). Assim, a composição orgânica de capital pode ser representada pela fórmula: $Q = c/v$, onde Q = composição orgânica do capital; c = capital constante e v = capital variável. Essa relação varia de acordo com os ramos industriais, conforme seu grau de mecanização e automatização, é diferente também entre os países, dependendo do modelo e grau de sua industrialização e varia também ao longo do tempo. Para uma introdução ao assunto é possível recorrer, dentre outros, a NETTO, J. P.; BRAZ, M., (2006); especialmente os capítulos 4, 5 e 6.

capital constante que lhes potencializa a produtividade da força de trabalho assalariada. Uma das formas de realizar isso é aumentar a produtividade do setor de bens de capital (máquinas, tecnologia e matérias primas), o que reduziria a magnitude de valor do capital constante, contra-arrestando a tendência à queda na taxa de lucro. Mas o que fazer, por exemplo, com a maquinaria já em uso numa indústria capitalista? Uma das saídas é deslocá-la a uma filial/subsidiária ou vendê-la a outra região ou país, onde terminará de ter consumido seu valor como mercadoria em um processo de trabalho com uma participação maior de capital variável. Este processo, contudo, é muito dependente da velocidade do desenvolvimento tecnológico e do ritmo da rotação de cada circuito de vida do capital.

Outros fatores atuam no sentido de frear a queda na taxa de lucro, dentre eles: a) o aumento da exploração absoluta do trabalho ou da taxa de mais-valia (relação entre valor da produção e salários); b) a redução dos salários; c) a formação de uma “superpopulação relativa”, que aumente a concorrência no interior do proletariado, pressionando externamente os salários pagos no mercado; d) ampliação do mercado externo, não apenas para as mercadorias, mas para todos os elementos que compõem organicamente o capital; e) e aquilo que Marx denominou de aumento do “capital em ações” e ou a formação do “capital portador de juros” ou “capital fictício”¹⁷⁸; f) as guerras.

No interior da luta do capital com suas próprias contradições e com a resistência dos trabalhadores, chegando a um determinado patamar de desenvolvimento, a exportação de capitais se converte em uma saída fundamental. Ao serem exportados capitais para regiões do planeta com mais baixa composição orgânica do capital, serão proporcionadas taxas de lucro em que uma cota-parte do valor excedente seguirá, então, o sentido periferia-centro do sistema.

A exportação de capitais dos países em que há superprodução para países em que há condições para contra-arrestar a tendência à queda da taxa de lucro é a via pela qual se estabelece a dependência, do ponto de vista da acumulação. Contudo, a relação ente credor e devedor, isto é, o país periférico deve pagar os juros e lucros para o país central que lhe exportou capital, não esgota o fenômeno completo da dependência. Por meio da exportação de capitais, se exporta também as relações de produção capitalistas sob um modo desigual e combinado em que os países periféricos configuram toda a sua estrutura produtiva e desenvolvem sua particularidade história em tensão com o movimento dos países centrais.

¹⁷⁸ O conteúdo deste conceito refere-se à aparência de valorização que massas de valor sob a forma de capital-dinheiro (ou capital monetário) podem apresentar sem que sejam investidas nos processos produtivos do capital. Em síntese, o capital fictício é um dos desdobramentos possíveis da função de crédito do capital, aquele que não é invertido na produção especificamente capitalista, isto é, que, mediante a exploração da força de trabalho, produz mais-valor apropriado privadamente.

Assim, há impactos na estrutura produtiva, política, social e cultural internas aos países periféricos que, não redutíveis ao momento da exportação de capital, têm suas margens de manobra estreitamente vinculadas a ele.

Os países com certo grau de desenvolvimento, onde as relações de trabalho assalariadas já estão instaladas, podem prover grandes massas de trabalhadores em disponibilidade (o que implica processos de expropriação, como veremos mais adiante) pressionados a aceitar baixos salários, com menor tradição de luta econômica sindical e organização política classista, garantindo ótimas condições de extração de mais-valia, contando com os meios de produção e outros elementos advindos da exportação de capitais do centro do sistema. Se o imperialismo não necessariamente bloqueia o desenvolvimento capitalista na periferia, não devemos esquecer que os impulsos que ele provoca são seletivos, ou seja, não atingem de maneira homogênea todo o sistema econômico periférico.

O processo contínuo e atualizado da “acumulação primitiva” do capital, isto é, de preparo das condições básicas para a reprodução do modo de produção especificamente capitalista, gerou, historicamente, tanto o “centro” como a “periferia” do que seria a fase imperialista¹⁷⁹, um:

“‘duplo padrão’: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração” (MÉSZÁROS, 2011 p. 111).

No complexo do imperialismo está embutido um processo de dependência dos países periféricos frente aos países centrais do capitalismo mundial, mas isso não significa que por meio dele seja dado um impulso, nos primeiros, de um capitalismo local, que favoreça o desenvolvimento das forças produtivas num regime de relações sociais burguesas, sob a direção de uma burguesia parceira do capital estrangeiro e que aceite seu papel subordinado na concorrência internacional. O imperialismo opera, assim, com dois mecanismos contraditórios: enorme concentração de capital, em uma ponta, e a expansão capilarizada pelo território mundial, espaços econômicos e formas sociais de organização política dos seus fundamentos sociais – as expropriações e a mercantilização (FONTES, 2010 p. 12).

¹⁷⁹ A nosso ver, América Latina foi fundamental para o desenvolvimento capitalista nos países centrais 1) por ser fonte de metais preciosos/meios de pagamento para uma ampliação do mercado enquanto centro das relações econômicas; 2) por ser fonte de bens agropecuários de baixo valor, que, por um lado compensam a diminuição de população trabalhadora rural nos países centrais em decorrência da proletarianização urbana e, por outro, mantem baixo o suficiente o valor dos meios de subsistência a esses trabalhadores que são empregados na indústria em desenvolvimento; 3) produção de matérias-primas de baixo valor para as indústrias dos países centrais, atuando como mecanismo de tensionamento para baixo do valor do capital constante na composição orgânica do capital.

Florestan Fernandes, analisando a emergência e expansão do que ele chama de ordem social competitiva no Brasil a partir da transição neocolonial, isto é, do período que vai, segundo ele, da segunda metade do século XIX até a década de 1950, relaciona como os impulsos externos vindos da expansão capitalista mundial transformam as sociedades da periferia num sentido burguês:

“mas é fácil perceber que nessa sua ‘idade de ouro’ as nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com audácia desconhecida. O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. Para isso, não era suficiente um mercado capitalista especificamente moderno sustentado por um fluxo limitado de modernização institucional. Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social para ajustá-lo não só a potencialidade reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e expandirem” (FERNANDES, 2005, p. 273).

Essa “revolução econômica” não significou certamente um rompimento com a situação de dependência, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista provocado internamente não era homogêneo, reproduzindo a reciprocidade entre os setores “arcaicos” e “modernos” da economia brasileira, mas de um modo cada vez mais diferenciado, na medida em que a centralização gradual das operações comerciais e financeiras e a concentração de capital resultante de tais operações no setor moderno passa a “integrar gradualmente localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída” (Idem, p. 279).

Percebe-se com isso como andam articuladas as relações de determinação entre o fenômeno do imperialismo tal como pensado por Lenin e a situação de dependência dos países periféricos, em especial a América Latina. Por aqui, os processos seculares de revolução burguesa não são do tipo clássico, “jacobino” (Gramsci), mas combinam o desenvolvimento das relações sociais burguesas com um processo truncado e, no mais das vezes, tutelado de constituição de direitos sociais, políticos e culturais, em suma, de franquias democráticas para a ampla maioria da população. “A contrarrevolução preventiva, como sugeriu Florestan Fernandes, se torna condição da acumulação burguesa dependente” (FONTES, 2010 p. 152)¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Algumas diferenças entre a formulação leniniana acerca do imperialismo, o grau atual de concentração e centralização do capital e seus desdobramentos sobre a forma do capital hoje em dia serão tratadas na última parte deste trabalho.

A perspectiva leniniana sobre o imperialismo será a base a partir da qual, no contexto dos anos 1960, um conjunto de autores se debruçará sobre os condicionantes estruturais da dependência e, a partir de críticas a uma concepção “ortodoxa sobre o desenvolvimento” provinda do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da perspectiva weberiana sobre a dependência (Fernando Henrique Cardoso, José Serra), se esforçará para criar uma Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta surge também – na perspectiva de autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Andre Gunder Frank, dentre outros – da necessidade de complementação às teses clássicas do imperialismo desde a perspectiva dos países latino-americanos.

A TMD teria como função o desvendamento dos processos estruturais que desenvolveram o que Marini (1991) chamou de “capitalismo *sui generis*” nas formações sociais latino-americanas. Neste sentido, a TMD se oporia à visão evolucionista da CEPAL, segundo a qual a situação de subdesenvolvimento significava uma ausência de desenvolvimento como se configurasse uma etapa do processo de desenvolvimento das nações e que um conjunto de políticas calcadas na industrialização seria capaz de levar os países em direção ao grau de desenvolvimento dos países centrais. Também se posicionava criticamente à perspectiva weberiana a respeito da dependência, que via espaço para o desenvolvimento capitalista para os países latino-americanos no interior do modelo de capitalismo dependente-associado (cujo principal expoente foi Fernando Henrique Cardoso)¹⁸¹.

A partir daí, a TMD desenvolve conceitos para tentar dar conta da especificidade do capitalismo dependente. Nela, a dependência é entendida, em termos gerais, como uma situação em que uma determinada economia está condicionada pela expansão das economias centrais, na qual a economia dominante pode se expandir de modo auto-sustentável, enquanto a economia dependente tem sua expansão condicionada à primeira e sempre no interior dos limites da situação de dependência¹⁸². E apresenta a combinação de outros elementos

¹⁸¹ A disputa pelo sentido da “dependência” no campo intelectual da América Latina nos anos 1960 foi marcada pela lateralização da TMD em favor da perspectiva de FHC. No Brasil, a imagem da TMD que prevaleceu no debate acadêmico e político foi aquela esposada principalmente por FHC, que procurou delimitar o espaço do debate em torno da noção da dependência, especialmente através dos textos “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, “As contradições do desenvolvimento-associado” e “As desventuras da Dialética da Dependência” (este último assinado também por José Serra). Estes textos – associado ao fato de a ditadura ter censurado os textos dos autores da TMD, enquanto os textos de FHC circulavam normalmente – contribuíram para formar uma espécie de “pensamento único sobre a dependência”. Fernando Prado (2012) faz um interessante resgate histórico-bibliográfico sobre a situação de “não-debate” em torno da dependência decorrente desses determinantes e, ao invés de falar de *uma* teoria da dependência, prefere falar em termos de uma controvérsia da dependência.

¹⁸² “En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las

fundamentais: a transferência de valores dos países periféricos aos países centrais mediante a deterioração dos termos de troca, o truncamento do mercado interno que, junto com a determinação anterior, impediria que toda a massa de mais-valia produzida aqui funcionasse como fundo de acumulação interna. A combinação destes dois elementos forçaria a superexploração da força de trabalho – mecanismo de compensação à heteronomia do modo de acumulação (*salários abaixo do valor como característica estrutural permanente da dependência*). O truncamento do mercado interno, por sua vez, obrigaria países que figuram como “centros médios de acumulação” (caso do Brasil, na América Latina), a realizar parte de suas mercadorias no exterior, constituindo um processo de subimperialismo regional¹⁸³.

Após esta apresentação da relação entre imperialismo e dependência, podemos dar um passo a mais em direção ao nosso objeto. A expansão capitalista dos países centrais no período pós-Segunda Guerra começou a dar sinais de esgotamento a partir do final dos anos 1970, quando a queda nas taxas de crescimento, as crises das dívidas dos Estados e a diminuição das taxas de lucro ameaçaram o prosseguimento da reprodução ampliada do capital. Era preciso um novo “salto para frente” e a estrutura do Estado de Bem-Estar Social e o consenso keynesiano foram eleitos pela ascensão conservadora como causas da crise. O neoliberalismo surge, então, como força prática e teórica a reorientar a política internacional e a conformação dos padrões de dominação internos de cada país.

O neoliberalismo incidirá em momentos diferentes e seguindo ritmos diversos em cada formação social:

“as principais obras e artigos de referência sobre o neoliberalismo identificam o seu prelúdio nos ensaios da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile (1973) e nos governos eleitos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan anos Estados Unidos (1980). David Harvey (2008) inova ao referir-se também às reformas (neo)liberalizantes chinesas promovidas por Deng Xiaoping em 1978. Todas estas experiências marcaram a materialização da doutrina neoliberal, pacientemente cultivada pelos pensadores liberais desde a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin” (CASTELO, 2013, p. 227).

Importa destacar que em todos os casos, a retórica neoliberal identifica no modelo desenvolvimentista (ou populista, como, às vezes, aparece) a razão das crises econômicas e sociais derivadas do baixo crescimento econômico. A saída vendida pela plataforma neoliberal é um conjunto de políticas de abertura econômica, desregulamentação dos fluxos financeiros, privatizações de empresas e serviços públicos e uma nova racionalidade sobre o

naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1976, s/p).

¹⁸³ Discutiremos o significado atual das categorias de superexploração da força de trabalho e do subimperialismo na última parte deste capítulo.

funcionamento da sociedade baseada na meritocracia individual e na concepção do indivíduo como empreendedor de si mesmo, que organiza sua vida em função da maximização de intensidades.

Nas origens, o neoliberalismo apresentava-se como alternativa (revelada cínica) ao que Habermas, no final dos anos 1980, chamava de “esgotamento das energias utópicas”, isto é, um processo em que a relação entre a experiência do tempo e as ideias do devir histórico passaram a ocorrer sob o rebaixamento do “horizonte de expectativas”, de que falava Koselleck (2006)¹⁸⁴, ou uma “era de expectativas decrescentes”¹⁸⁵, conforme ensaiado por Arantes (2014). Diante de um mundo marcado pela “espiral armamentista, a difusão incontrolada de armas nucleares, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias da catástrofe” (HABERMAS, 1987, pp. 104-105), o neoliberalismo aparecia, especialmente após o fim da URSS, da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim, como uma promessa de uma “nova ordem mundial” pautada por uma progressiva horizontalização das relações de poder entre os Estados. Bastava, para isso, que os Estados abrissem seus mercados a fim de que pudessem desfrutar dos lucros advindos da competição econômica em um mercado mundial supostamente livre.

Assim, por exemplo, na América Latina, os governos eleitos – depois do ciclo de ditaduras no subcontinente – deveriam adotar um conjunto de reformas voltadas ao mercado. A “crise da dívida” foi a plataforma a partir da qual a racionalidade liberalizante que recusava o modelo do Estado-proprietário e do Estado-planejador se fortaleceu e se impôs como núcleo de consenso.

¹⁸⁴ Para a teoria da história de Koselleck, uma das características essenciais da Modernidade seria o afastamento progressivo entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas”, em que as experiências acumuladas não seriam elas mesmas capazes de circunscrever o futuro como reedição tautológica do passado. O afastamento do horizonte de expectativa apontava para a noção de um “tempo histórico em mutação”, de que vivemos sempre em um “tempo de transição”, em que, geração após geração, o estabelecimento de fins e meios previstos em um plano, em um programa ou em um prognóstico legitimam a ação política como via própria de ligação temporal entre ambas categorias. É uma separação que implica em uma relação assimétrica entre as categorias, na qual o horizonte de expectativas se agiganta sobre o espaço de experiência e a visão de um futuro sempre melhor (a imagem do progresso) compensa a relativa pequenez do primeiro e carrega em sua própria estrutura um coeficiente de mudança constitutivo do desenvolvimento no tempo. Contudo, Koselleck afirma que pode chegar um momento em que esta assimetria entre experiência e expectativa possa diminuir, aproximando-se uma da outra, o que significaria que acúmulos de experiência redundariam em expectativas mais cautelosas sobre o futuro, expectativas tendencialmente decrescentes. Cf. KOSELLECK (2006).

¹⁸⁵ Por conta da crise da ditadura militar e a reorganização de amplos movimentos de massa em defesa da democracia, a situação do Brasil ia em uma direção potencialmente contrária. “Nos anos 1980, enquanto a ofensiva capitalista mundial ganhava corpo e avançava em todas as direções, o Brasil parecia escovar a história a contrapelo” (CASTELO, 2013, p. 341).

Os resultados, no entanto, foram opostos às promessas. Além do aumento da desigualdade social, da pobreza, do desemprego e da instabilidade monetária, houve também efeitos do ponto de vista do sistema internacional. Segundo MATHIAS (2012, p. 102),

“em virtude dos interesses envolvidos, tanto dos governos, quanto de empresas de capital privado, quis-se fazer acreditar que os países passariam a competir em igualdade de condições. Não obstante, por parte dos países potências (hegemônicos), o que vimos foi a manutenção de barreiras tarifárias e dificuldades na negociação de barreiras não tarifárias proteção dos chamados setores sensíveis, medidas restritivas contínuas em relação à exportação de tecnologia e, por conseguinte, o aumento de contenciosos entre países, algumas vezes discutidos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), outras em Tribunais *ad hoc*”.

Apesar da retórica horizontalista da “nova ordem”, o sistema internacional reforçou seu caráter hierarquizado e os Estados nacionais continuaram a defender seus interesses, cada vez mais reafirmando sua presença na cena histórica¹⁸⁶. Independentemente do enfoque que se dê para a caracterização do fenômeno neoliberal, não se pode evitar o fato de que ele tem como fundamento o movimento de reprodução ampliada do capital e que a sua concentração é signo também de poder político. O fato de que, durante o pós-Segunda Guerra, as grandes transnacionais se desenvolveram a ponto de suas receitas superarem o PIB de países não pode obscurecer o fato de que a ampliação do campo exterior de atuação destas multinacionais foi sustentada pela política externa dos países centrais, que, pela via militar e/ou diplomática, fizeram valer seus interesses nas disputas hegemônicas no sistema mundial. O neoliberalismo, portanto, amplificou a concentração de capital e intensificou a desigualdade de poder entre as nações e no interior delas.

¹⁸⁶ Contra as teses que afirmam o enfraquecimento do Estado no processo de mundialização do capital, OSÓRIO (2014) destaca a presença revigorada do Estado justamente porque a manutenção de coesão e paz social necessária a exploração ampliada da força de trabalho exige instrumentos de segurança nacional e de força que empresas monopolistas e outras instituições internacionais são incapazes de propiciar. Além disso, medidas de proteção a capitais frente à concorrência internacional, a criação de mercados e a conquista de mercados externos depende da ação estatal. Portanto, a mundialização capitalista opera sobre uma contradição imanente que exige a necessidade de espaços nacionais como sedes e plataformas de seus voos internacionais. O contrário supõe a tendência a um ultraimperialismo com um Estado mundial, o que está longe de ocorrer. A própria tese de perda de soberania dos Estados deve ser questionada desde o ponto de vista da periferia, cujas nações, mesmo formalmente independentes, sempre sofreram de um déficit de soberania quando comparadas com os países centrais. Notar também que estas teses que apregoam o fim do Estado se desenvolveram justamente no período em que novos Estados eram criados a partir do fim da URSS e que vários povos do mundo seguem lutando pela criação de seus Estados (maior referência, talvez siga sendo a Palestina). Além disso, como indica (GUIMARÃES, 2001a p. 49), “a nenhum analista – norte-americano ou não – que anuncia o ‘fim do Estado nacional’, ocorre imaginar ou sugerir que o Estado norte-americano esteja em vias de desaparecimento”. BORON (2007), por sua vez, faz questão de ressaltar a importância desta questão, pois, segundo ele, depois de mais de duas décadas de desaparecimento do debate intelectual (a partir dos anos 1980), a “questão do imperialismo” volta à tona nos anos 2000 com a contribuição de dois pensadores de esquerda – Michael Hardt e Antonio Negri –, cuja obra, ao destacar o surgimento do Império, apontavam o fim do imperialismo, uma vez concebiam o imperialismo como derivação do nacionalismo e consideravam que, com o fim do Estado-nação, o ciclo do imperialismo também se acabava.

A socialização internacional das forças produtivas ocorre de modo desigual e impede a consolidação da liderança mundial dos EUA sob a forma de um controle imperial absoluto, numa espécie de nova colonização do mundo. Não apenas porque seria altamente problemático um único país – por mais poder político, econômico, militar e tecnológico que possuía –, dominar diretamente todo o resto do globo, mas porque concentraria no Estado norte-americano a necessidade de conter a diversidade de conflitos sociais que ocorreriam em todos os países.

Para o Brasil, a década de 1990 foi o período de integração da economia nacional ao modelo liberalizante de desenvolvimento e que prevaleceu a relação bilateral-vertical com os EUA, decorrente da visão de que, tendo permanecido como superpotência com o fim da guerra fria, desviar a política externa brasileira da adequação ao padrão de relacionamento com o “grande irmão do norte” seria construir a “autonomia pela exclusão” (PECEQUILO, 2008, p. 137), o que, da perspectiva liberal, traria prejuízos¹⁸⁷. A relação entre o desenvolvimento dos setores industriais (e mesmo na agricultura) voltados à exportação e o desenvolvimento dos setores industriais orientados ao mercado interno se deu com desvantagem para este último. Isso “ocasionou um período de desindustrialização, aumento das importações de bens de consumo e manufaturados, bem como favoreceu a desnacionalização de determinados setores tidos como menos produtivos – em termos de escala e tecnologia – ou ‘sensíveis’ como também são conhecidos” (MATHIAS, 2012b, p. 170). Adiciona-se a isso a queda da produção nacional no setor de bens de capital estimulada pelos menores custos de importação de máquinas e equipamentos em decorrência da abertura comercial e financeira.

O início do novo século abriu-se com perspectivas diferentes para os países da América Latina, o que pode ser visualizado pelo ciclo de governos eleitos com um programa crítico aos efeitos desnacionalizantes do neoliberalismo. Desde Chavez, na Venezuela, a Rafael Correa, no Equador, passando por Lula-Dilma, no Brasil, e os Kirchner, na Argentina, o subcontinente passará por um período de experiências políticas, econômicas e sociais que – se é equivocado caracterizar como “pós-neoliberais” – indicaram a busca por uma alternativa de inserção internacional a partir de uma política externa multilateral, mas que prioritariamente busca fortalecer os vínculos Sul-Sul.

Conforme MATHIAS (2012b, p. 171), os governos Lula teriam se destacado nesta linha:

¹⁸⁷ “ [...] há 20 anos, Bresser Pereira sugeriu a adesão imediata aos acordos propostos pelos Estados Unidos, recusando-se a uma política de integração latino-americana que, segundo ele, reduziria o país a ‘primeiro dos últimos’. Para ele, mais valeria ser o ‘último dos primeiros’ ” (FONTES, 2010 p. 314).

“de acordo com alguns estudos, o governo de Lula refletiu a coexistência das correntes autonomista e pró-desenvolvimentismo e a dos progressistas. De uma parte, esta combinação articula a visão autonomista formulada no Itamaraty, que enxerga a integração sul-americana sob a liderança brasileira/ mas também almeja a ampliação do Mercosul através da entrada de novos Estados, por ex. Venezuela; e na formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), visto que, a prioridade não é intensificar o comércio na América Sul, mas sim o desenvolvimento da região. De outra parte, os progressistas defendem o aprofundamento da integração em termos político-social. Na visão destes, o processo de integração deve ter uma perspectiva de longo prazo, de caráter estratégico *vis a vis* com terceiros Estados, sendo que a integração fortaleceria a posição da América do Sul no concerto de nações e, por isso, a importância de uma identidade comum no qual a ênfase estaria na participação da sociedade civil e no fortalecimento da parte institucional. Os progressistas, por sua vez, entendem a institucionalização como um incentivo à integração, concepção com origem entre acadêmicos e lideranças políticas ligadas a partidos progressistas com um histórico de atuação internacionalista”.

Seja na América Latina, seja expandindo para a relação com países da África e do Oriente, como Rússia, Índia, China (os BRICS), a inserção brasileira no contexto internacional não se dá apenas do ponto de vista de acordos políticos mediados pela diplomacia. As razões destas possibilidades diferenciadas de inserção internacional do Brasil estão relacionadas aos modos como a economia nacional se relaciona com a dinâmica concentracionista do movimento do capital no mercado mundial. Vejamos alguns aspectos da política externa desenvolvida pelos governos Lula.

3.2 A política externa reorientada

A discussão sobre a política externa dos governos Lula teve um diferencial em relação à do período FHC, por não ter ficado restrita aos círculos de iniciados e especialistas. Muito em decorrência da conjuntura de eleições de governos na América do Sul, cujos discursos e práticas procuravam manter crítica aos anos 1990, a política externa brasileira durante a gestão petista foi alvo de ataques e defesas apaixonadas e, amplificada pela divulgação midiática, aproximou-se de um debate público mais extenso.

Assim como ocorreu com a discussão sobre a política econômica e a política social, isto é, em torno de um suposto “novo modelo de desenvolvimento”, vários autores destacam uma inflexão na orientação da política externa durante as gestões petistas. Os principais aspectos levantados nesta direção dizem respeito a mudanças no padrão de relacionamento com os EUA e os países centrais, principalmente em relação às disputas em torno da reforma das instituições internacionais (como a ONU, seu Conselho de Segurança, FMI, Banco

Mundial, OMC, a formação do G-20 etc.) e o combate aos subsídios e tarifas agrícolas; ao fortalecimento das relações com países ao Sul do equador (relações sul-sul); à prioridade no aprofundamento de planos de integração regional na América do Sul, seja via Mercosul, via projetos de infraestrutura ou pela criação de instituições regionais, como a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), posteriormente transformada na União das Nações Sul-americanas (UNASUL), bem como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)¹⁸⁸.

Para esta reorientação, teria sido importante a combinação de dois elementos: a existência de um acúmulo de debates sobre relações internacionais no interior do PT, por atuação de sua Secretaria de Relações Internacionais e pelo protagonismo do partido na direção do Foro de São Paulo, criado em 1990; a indicação de três nomes para ocuparem posições-chave na formulação da política externa: Celso Amorim para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para o cargo de Secretário-geral do Itamaraty e Marco Aurélio Garcia para o cargo de Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

A fim de ilustrar esta importância, registremos o “programa” que o embaixador Samuel Pinheiro considerava como prioridade para a política externa brasileira, um ano antes da vitória de Lula e no contexto de uma leve inflexão da política externa do final do segundo governo FHC. Ali estão elementos centrais do que viria a ser a política externa de 2003 a 2010. Para GUIMARÃES (2001b, pp. 29-31), as quatro prioridades para a política externa brasileira seriam:

1) a eliminação da crônica vulnerabilidade externa por meio de uma política comercial, que fortaleça o mercado brasileiro de bens, capitais e investimentos como “elementos de barganha” para a solução dos déficits em conta corrente; a eliminação da vulnerabilidade política por meio da formação de um bloco de países da América do Sul através do qual se alcançaria uma posição permanente no Conselho de Segurança da ONU¹⁸⁹;

¹⁸⁸ Em 8 de dezembro de 2004, na III Reunião Sul-americana de Chefes de Estado e de Governo, no Peru, foi criada a Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), dando sequência à proposta de integração sul-americana iniciada no governo FHC, mas com uma inflexão política do sentido da integração, aliando aspectos produtivos e cooperativos, associando também a liderança brasileira como representante da região na inserção internacional. Em 2008, em Brasília, a CASA é reformulada em UNASUL, que prevê não apenas a constituição de um Conselho Sul-americano de Defesa, mas também a perspectiva de uma potencial expansão deste projeto de integração também para os países da América Central e do Caribe, o que, em 2010, viria a ser celebrado na criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

¹⁸⁹ Para o embaixador, o Conselho de Segurança da ONU tem um forte caráter autocrático e um poder maior que a Assembleia Geral, na medida em que o mandato da “segurança coletiva” – que inclui não apenas a intervenção em situações de ameaça ou rupturas de paz nas relações entre Estados, mas também em situações conflituosas no interior deles – é exercido pelo Conselho de Segurança, que é independente em suas decisões e não precisa prestar contas à Assembleia Geral. Para ele, a composição do Conselho de Segurança refletiria uma correlação

além da eliminação das vulnerabilidades militar e tecnológica, por meio de acordos com países médios (como Rússia e Índia) com os quais não há rivalidades naturais, e o incentivo à monopolização de empresas tendo em vista seus efeitos sobre o aumento da produtividade e, portanto, da competitividade internacional dos produtos brasileiros;

2) o fortalecimento da soberania nacional através da preservação da autonomia do Estado brasileiro frente a normas internacionais que signifiquem a sua subordinação aos interesses das grandes potências e que acabem por inibir a capacidade do Estado de enfrentar o que ele considera como os três grande desafios nacionais (as disparidades internas, a vulnerabilidade externa e a realização do potencial econômico, político e militar do Estado brasileiro);

3) a promoção sistemática da multipolarização do sistema internacional, por meio de alianças diversificadas, especialmente com países como China, Índia e Rússia;

4) a construção de um bloco sul-americano em que o Brasil figure como uma liderança não-hegemônica, com mecanismos de compensação e redução das assimetrias entre os países, o que passaria pela recusa da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

Estas diretrizes retomavam aspectos da Política Externa Independente¹⁹⁰ dos anos 1960 (GARCIA, 2014) e procuravam dar forma à tese de que o Brasil seria o único país da América Latina como possível rival à hegemonia dos EUA na região. Neste diagnóstico, embora o objetivo dos EUA não seja propriamente anular o desenvolvimento econômico, político e militar do Brasil, há de fato um interesse em manter este desenvolvimento dentro de limites que não caracterizem aquela ameaça à sua hegemonia e não rompa com o equilíbrio político da América Latina. Não por outra razão, o estabelecimento de acordos de integração regional é visto com muita atenção pelo governo estadunidense.

Para esta linha interpretativa, a política externa brasileira deveria assumir decisão de buscar a realização de seu potencial nacional mesmo que isso levasse a contrariar interesses estadunidenses de acomodação do país aos limites tracejados pela sua hegemonia. Enquanto o Brasil se acomodasse à sua posição legada por “500 anos de periferia”, a linha não-conflitiva

de forças antiquada (pós-guerra) não mais existente na atualidade. Sua reforma seria uma operação central na multilateralização das relações internacionais. O embaixador defende que o momento propício para a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho é justamente quando Alemanha e Japão, com o apoio dos EUA, se lançam a este objetivo, pois esta ampliação reforçaria ainda mais seus traços autocráticos se se recusasse a incluir grandes Estados periféricos, como o Brasil: “A oportunidade de ingressar no Conselho é única e pode não se repetir no futuro. Após a inclusão do Japão e da Alemanha, e eventualmente de Estados como a Índia e a África do Sul, as tendência à concentração de riqueza, poder e tecnologia deixarão fora do Conselho apenas países que, pelas suas características, serão cada vez mais fracos em comparação com os membros permanentes. Assim, após a ampliação que se avizinha, não haverá necessidade de nova reforma do Conselho de Segurança” (GUIMARÃES, 2001a p. 116).

¹⁹⁰ Segundo SILVA (1989, p. 169), a ideia de uma política externa independente está presente no anteprojeto do PT, de Abril de 1979.

da política externa se adequava e se combinava com a recusa em assumir qualquer liderança regional. Contudo, a ampliação das suas relações de interdependência na região, a concentração de capital e a projeção dos negócios de empresas brasileiras na região acabariam por exigir do Estado uma inteligência cotidiana na avaliação e mediação de situações de conflitos e cooperações cada vez mais complexas (GUIMARÃES, 2001a p. 147-148).

O objetivo estratégico a se perseguir deveria ser, tendo em vista a constituição de um sistema internacional multipolar, o fortalecimento da América do Sul como um polo autônomo e não apenas uma sub-região de qualquer outro polo. Nestas formulações, já está presente o que FIORI (2013, p. 32) considera um “conceito novo e revolucionário na história brasileira”, e que constará no Plano Nacional de Defesa (2005) e na Estratégia Nacional de Defesa (2008): “o conceito de ‘entorno estratégico’ do país, a região onde o Brasil quer irradiar – preferencialmente – sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul”.

A participação brasileira nas negociações que culminaram com o arquivamento da proposta da ALCA¹⁹¹, segundo GARCIA (2013, p. 56),

“era também consequência do aprofundamento de uma visão de desenvolvimento nacional¹⁹². Não se tratava de pensar o futuro da economia e da sociedade brasileira de forma autárquica ou subordinada, mas em estreita relação com os países sul-americanos, que constituem sua circunstância geoeconômica e geopolítica”.

O documento de balanço dos governos Lula apregoa uma forte presença do Brasil no cenário internacional, o que, segundo eles, se deve à diplomacia institucional e à ação própria do presidente da República no trato das questões internacionais (chamada de “diplomacia presidencial”¹⁹³). Isso só teria sido possível, segundo a publicação, por conta dos avanços na política doméstica de crescimento com distribuição de renda e redução da vulnerabilidade

¹⁹¹ Em relação à ALCA, o governo brasileiro aproveitou a tática do governo dos EUA de transferir para o âmbito da OMC a discussão sobre os subsídios agrícolas e as regras de compensação comercial para fazer o mesmo em relação plataforma de liberalização de serviços públicos, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais (Temas de Cingapura), o que posteriormente viria a ser desenvolvido e conhecido como uma ALCA *light* (LUCE, 2007 p. 40).

¹⁹² “[...] se por um lado, o objetivo da política externa seja o de criar oportunidades no exterior para todos os setores que trabalham em favor do desenvolvimento do país; de outro, a burocracia estatal é o segmento que atua tendo como horizonte o reconhecimento e a maximização do poder do Estado no sistema internacional” (MATHIAS, 2012 p. 163).

¹⁹³ Diplomacia presidencial pode ser definida como a “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE *apud* RUIVO, ALMEIDA; TOLEDO, 2016 pp. 361-362). Endossando esta interpretação, costuma-se citar as viagens de Lula a países diversos países, liderando comitivas de políticos e empresários. Normalmente, se dá destaque às visitas que Lula fez a 25 africanos, alguns deles mais de uma vez (BRASIL, 2010 p. 266). Para VIGEVANI e PAULANI (2007, p. 295), contudo, a diplomacia presidencial de Lula foi tão intensa quanto a de FHC.

externa. Diferentemente do período anterior, a política externa brasileira teria sido marcada por um caráter “ativo e altivo”, que, mediante uma concepção universalista, procurava defender os interesses nacionais “sem arrogância e pretensões hegemônicas” (BRASIL, 2010, pp. 261-262).

Considera como exemplos de intervenções internacionalmente reconhecidas e valorizadoras da imagem do Brasil os casos das tensões envolvendo o armamento nuclear do Irã, a defesa do Estado Palestino, as indicações para o Conselho de Direitos Humanos e para o Conselho de Segurança como membro não permanente. Também faz menção à disputa na OMC sobre a relação entre países ricos e pobres em torno das regras sobre o comércio de produtos manufaturados, serviços e os subsídios agrícolas¹⁹⁴, na reunião de Cancun, em 2003, em que o Brasil teria sido fundamental para a não realização do acordo conforme os interesses dos países ricos. E ressalta ainda a substituição do G-8 pelo G-20, que incorpora os países “em desenvolvimento” (Idem).

Destacada por autores alinhados ao governo, outra característica da política externa dos governos Lula seria a tentativa de emplacar pela via diplomática uma nova agenda de assuntos internacionais: “a característica mais inovadora, e que se representa uma ruptura com o período imediatamente anterior, foi o acionamento, em sua plenitude, do que se pode chamar de agenda política, sem descuidar dos temas econômicos, comerciais e financeiros” (PATRIOTA, 2014 p. 21). Esta agenda política¹⁹⁵ passa não apenas pela constituição de arcabouços institucionais de regionalização que incluíssem outros aspectos das relações internacionais que não apenas o comércio (como é o caso da UNASUL, que prevê, por exemplo, um Conselho de Segurança), mas também a pauta da redução da miséria e da pobreza¹⁹⁶ por meio da exportação de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família.

Autores como VIGEVANI e CEPALUNI (2007, p. 291-292), consideram que a política externa do governo Lula teria 4 diretrizes principais e 7 pontos de agenda internacional. As quatro diretrizes seriam: 1) buscar reduzir as assimetrias do sistema internacional; 2) fortalecer relações bilaterais e multilaterais para amplificar a representação do país nas negociações internacionais; 3) adensar as relações diplomáticas em outros temas

¹⁹⁴ Na reunião ministerial da OMC realizada em dezembro de 2005, em Hong Kong, o Itamaraty propôs, junto com a Índia, reduzir em 50% as tarifas alfandegárias sobre produtos industrializados, desde que os EUA e a Europa diminuíssem em 54% os subsídios sobre os produtos agrícolas.

¹⁹⁵ Boa parte das críticas à direita da política externa do governo Lula considerara esses aspectos como evidências de um processo de ideologização e partidarização da política externa.

¹⁹⁶ “Na capital norte-americana, Lula encontrou no Salão Oval um presidente obcecado em atacar o Iraque [G.W. Bush Jr.]. Sem entrar em uma discussão mais profunda sobre o 11 de Setembro, o dirigente brasileiro afirmou que a única guerra que ele queria levar adiante naquele momento era contra a fome e a pobreza. Apesar da aparente troca de farpas, o encontro foi considerado muito positivo” (GARCIA, 2013 p. 54).

além do comercial (social, cultural, tecnológico e financeiro); 4) evitar acordos que comprometessem metas de desenvolvimento de longo prazo. Compondo a agenda, eles destacam: 1) a consolidação da CASA (depois, UNASUL); 2) intensificação das relações com Índia, China, Rússia e África do Sul; 3) destaque nas negociações da Rodada de Doha e da OMC (subsídios agrícolas); 4) manutenção das relações com os países centrais; 5) retomada e aprofundamento das relações com países africanos; 6) a campanha pela reforma do Conselho de Segurança da ONU visando uma cadeira de membro permanente com direito a veto; 7) inclusão de temas sociais como o combate à pobreza e à miséria.

É este conjunto de elementos que Celso Amorim mobiliza quando se refere à política externa do governo Lula como “altiva e ativa”:

“o que eu tinha em mente com essas duas palavras é ser altiva no sentido de que não deveríamos nos submeter aos ditames de outras potências, ainda que mais poderosas do que nós. [...] E o aspecto ativo, além do jogo de palavras, também tinha a ver com a refutação de uma concepção anterior que costumava dizer que o Brasil não devia ter um papel protagonista e não deveria pecar por tomar decisões que trouxessem reações contrárias” (AMORIM, 2014 p. 33).

Isso se baseava na avaliação de que, diferentemente de períodos anteriores, o Brasil tinha agora um “excedente de poder”¹⁹⁷, que sustentaria a adoção de posições no cenário internacional que eventualmente lhe custassem algumas retaliações, especialmente das grandes potências. Amorim concebe dois tipos de comportamento na política externa: a) um reativo frente a agendas já existentes, que pode ainda ser subdividido em uma reação submissa, fazendo os ajustes demandados, e outra de maneira forte defendendo interesses, impondo condições aos ajustes; b) e um propositivo de agendas novas (Idem, p. 34).

A caracterização de que, na primeira década dos anos 2000, o Brasil teria adquirido um excedente de poder deriva de dois diagnósticos. O primeiro, a da proeminência do Brasil como potência econômica na América do Sul. Segundo FIORI (2013, p. 34), entre 2001 e 2011, o PIB brasileiro superou a soma dos PIBs dos demais países da América do Sul – de US\$ 500 milhões para US\$ 2,5 bilhões e de US\$ 640 milhões para US\$ 1,6 bilhão, respectivamente. O PIB brasileiro, que era menor do que a soma dos outros países da América do Sul, em 2001, superou a marca da região como um todo em 2011. Tudo isso em um contexto em que a média de crescimento da América do Sul, entre 2003 e 2010, foi de 4,5% ao ano, enquanto esta média foi de 2,7% entre 1980 e 2003 (CORSI, 2014 p. 174). Como se pode observar, o excedente de poder expressa um aprofundamento da assimetria regional por

¹⁹⁷ No período FHC, “prevalecia a convicção de que o ativismo não resolveria a questão de escassez de poder de barganha” (VIGEVANI E CEPALUNI, 2007 p. 300).

meio de uma dinâmica concentradora, refletida também no fato de que, enquanto nos anos 1970 o PIB brasileiro correspondia a 27,6% e o PIB argentino representava 24,9% do PIB sul-americano, na primeira década dos anos 2000 estas proporções chegam a 54,63% e 11,34%, respectivamente (COUTO, 2010 p. 30).

Associado a isso, há o diagnóstico de um “declínio relativo” da hegemonia dos EUA, que teria sido resultado dos desgastes provocados pelos efeitos negativos das contra-reformas neoliberais dos anos 1990 (POMAR, 2014 p. 107). Isso, somado ao deslocamento geopolítico provocado pela ascensão comercial e militar da China e pela reorientação do foco da política externa dos EUA no combate ao terrorismo no Oriente Médio, teria possibilitado um aumento da margem de manobra para o desenvolvimento da liderança brasileira no subcontinente¹⁹⁸.

Estas duas condições estão presentes, por exemplo, em VELASCO (2014, p. 161). Para ele, o desempenho da política externa do governo Lula teria sido favorecido por uma conjuntura econômica favorável, especialmente para a demanda de *commodities* e um “ambiente geopolítico muito propício” dado pelas dificuldades e consequentemente o foco de atenção dos EUA para a guerra sem perspectivas do Afeganistão e, depois, do Iraque. O revés que eles tiveram na questão da ALCA e na OMC “se deve ao fato de que eles tinham problema muito grandes, muito sérios a resolver, e enfim, tinham que levar em conta a economia interna da política que conduziam. E ela não recomendava abrir novas frentes”.

POMAR (2010b, p. 76), por sua vez, considera que

“a política externa do governo Lula se desenvolveu nos marcos de uma situação mundial que poderíamos resumir como sendo de crise & transição: a) crise do ideário neoliberal, num momento em que o pensamento crítico ainda se recupera dos efeitos de mais de duas décadas de defensiva político-ideológica; b) crise da hegemonia estado-unidense, sem que haja um *hegemon* substituto, o que estimula a formação de blocos regionais e alianças transversais; c) crise do atual padrão de acumulação capitalista, sem que esteja visível qual será a alternativa sistêmica; d) crise do modelo de desenvolvimento conservador & neoliberal na América Latina e no Brasil, estando em curso a transição para um pósneoliberalismo cujos traços serão definidos ao longo da própria caminhada”.

Não iremos rediscutir nossas discordâncias com os diagnósticos baseados em conceitos e perspectivas que já foram criticados nos dois capítulos anteriores, mas é importante estar ciente de que o deslocamento do foco da política externa dos EUA em direção ao Oriente Médio e à Ásia não é idêntico e nem é a expressão de um suposto “declínio relativo” de sua hegemonia. Importa, neste momento, demonstrar como esta caracterização permitiu aos formuladores brasileiros perspectivar uma política com o objetivo de aumentar a

¹⁹⁸ Cf. FIORI (2013), GARCIA (2013), PATRIOTA (2014), VIZENTINI (2014), POMAR (2010), RICUPERO (2010), BORON (2007).

“margem de manobra brasileira” na política internacional a partir da consolidação do Brasil como representante da América do Sul. É daí que deriva afirmações como a de que “a política externa brasileira não tem como objetivo substituir, mas sim *conviver* em melhores condições com um sistema internacional profundamente instável, desigual e concentrador de poder” (Idem p. 80) a partir de práticas que se orientam pela democratização das instituições internacionais para, com isso, obter mais voz ativa para o país e, por meio dele, para a América do Sul. Esta convivência em melhores condições passava pela adoção de uma postura que combinasse uma “cooperação franca” temperada com “divergências serenas” sob um perfil de ação de tipo “competição de baixa intensidade” (Ibidem p. 85), tanto com os EUA como com a União Europeia, consideradas por Lula, respectivamente, como os “xerifes do mundo” e sua “delegada” (SILVA, 2014 p. 170-171).

No plano das relações sul-sul, teria havido a intenção de fortalecer as trocas comerciais no Mercosul ao mesmo tempo em que o bloco pudesse ser o ponto de apoio de um projeto mais ambicioso de integração regional, que incorporasse também obras de infraestrutura, logística e formas de cooperação técnica e tecnológica, além de outros países que estão fora do bloco. Do ponto de vista das trocas comerciais, o Mercosul foi responsável por expressivo aumento das importações de produtos brasileiros. Entre 2002 e 2008, o total delas passou de US\$ 3 para US\$ 22 bilhões, dos quais 90% eram de produtos manufaturados e semimanufaturados. A partir de 2004, com o estabelecimento do acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), as relações entre as duas regiões se estreitaram. Em 2009, o comércio entre Brasil e África do Sul atingiu US\$ 1,7 bilhão (BRASIL, 2010 p. 264-266)¹⁹⁹.

Na estratégia de integração regional, o Mercosul contou com fortalecimento institucional com a criação, a partir da Cúpula de Ouro Preto (2004), do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o Parlamento do Mercosul (PARLASUL), as Cúpulas Sociais do Mercosul e entrada em vigor do Tribunal Permanente de Revisão. No caso do FOCEM, o governo brasileiro aportou US\$ 70 milhões e, a partir de 2008, subiu para US\$ 250 milhões, o que favoreceu especialmente projetos sociais e obras de infraestrutura no Uruguai, Paraguai e Argentina (ASSUMPÇÃO, 2014 p. 149). Estes aportes corresponderiam a 70% dos recursos, enquanto o país recebe apenas 10% (LIMA, 2014 p. 84). O Mercosul seria uma espécie de base material para a convergência regional da América do Sul em outras áreas, como a política, a tecnologia, a ciência, o social, etc.

¹⁹⁹ Interessante notar que, embora tenha aumentado 36% no período, o volume monetário das transações era pouco mais da metade das importações que os países do Mercosul faziam do Brasil em 2002 (US\$ 3 bilhões).

Vai ficando claro que a definição da América do Sul como “nossa circunstância” e o núcleo do “entorno estratégico” não se deve apenas à obviedade da contiguidade física, mas também ao fato de que é neste contexto que a economia brasileira é mais competitiva. Além disso, a América do Sul é alvo prioritário das exportações de manufaturados brasileiros, enquanto, em perspectiva global, as exportações brasileiras são centralizadas pelas *commodities*.

Do ponto de vista da integração regional por meio de projetos de infraestrutura, destaca-se o projeto da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que, criada no governo FHC, foi fortalecida durante o governo Lula especialmente a partir da criação de departamento voltados para a América do Sul tanto no Itamaraty, como no BNDES. A IIRSA recebeu volumosos recursos do BNDES (com apoio do BID) e consiste em um conjunto de grandes obras com o objetivo de desenvolver corredores de exportação aproveitando condições logísticas, o que acelera o tempo de rotação do capital ao mesmo tempo em que garante acesso a recursos naturais. A IIRSA aproveita a contiguidade física da América do Sul para promover ganhos de escala. Uma de suas características é a substituição da concepção de integração por polos pela concepção de integração por eixos. A primeira ideia destaca centros regionais de onde derivaria os efeitos do desenvolvimento através de uma rede de interligação. A segunda ideia parte da própria rede como indutora do desenvolvimento daqueles centros regionais, a partir de uma maior eficiência e velocidade nos sistemas de transporte e comunicação.

No BNDES, à criação de um departamento específico voltado à América do Sul, seguiu-se a disponibilização de uma linha de crédito vinculada a obras de integração, que tinha como condições de aprovação a contratação exclusiva de empresas brasileiras, além da aquisição, no mercado brasileiro, dos equipamentos utilizados nos empreendimentos. Neste sentido, ao se converter em braço econômico da política externa brasileira, o BNDES atuou na política de internacionalização de empresas brasileiras. No ramo da construção civil, algumas empresas seriam privilegiadas: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, OAS, Carioca e EIT (LUCÉ, 2007 p. 75-76).

Inicialmente pensada nos marcos do regionalismo aberto durante o governo FHC, a IIRSA foi mantida pelo governo Lula, sendo que, com a criação da UNASUL, em 2008, ela foi incorporada ao seu Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan): “O relatório de 10 anos da iniciativa, publicado em 2011, enumerava 524 projetos, com investimento estimado em 96 bilhões de dólares distribuídos em 47 grupos vinculados aos diferentes Eixos

de Integração e Desenvolvimento”, sendo que as obras “são executadas, na maior parte, por empreiteiras brasileiras de atuação internacional” (SANTOS 2015 p. 3).

Com relação à África, as linhas de cooperação se efetivaram em programas de solidariedade, combate à pobreza, expansão das exportações e internacionalização das empresas brasileiras. Fortaleceu-se a Comunidade de Língua Portuguesa (CLP) e a Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul, perdooou-se as dívidas dos países africanos com o Brasil, criou-se a Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), atou-se em conjunto com a África do Sul na questão dos subsídios agrícolas dos EUA e União Europeia, tanto no IBAS quanto na articulação dos BRICS. O governo também abriu 68 representações diplomáticas (embaixadas e consulados) nos países africanos e, criou, em 2010, cursos de formação para diplomatas africanos, custeados pelo Brasil. Além disso, cabe ressaltar a assinatura do já citado Acordo Preferencial de Comércio entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Botsuana, Namíbia, África do Sul e Suazilândia), em 2009.

Segundo FIORI (2013, p. 45),

“várias empresas brasileiras se instalaram em Moçambique, Angola, Guiné, Mauritânia, Argélia e Líbia, explorando o setor de serviços, extração de recursos naturais e grandes obras públicas de transporte, barragens e hidroelétricas. A Petrobras e a Vale do Rio Doce foram as grandes responsáveis pelos investimentos brasileiros em extração mineral. Os principais projetos da Vale estão em Moçambique e na Guiné, onde a Vale está construindo uma ferrovia que atravessa o Malaui, para poder escoar o seu minério. A Petrobras atua em Angola, Gabão, Líbia, Namíbia e Tanzânia, além e sobretudo na Nigéria, que é seu principal parceiro e fornecedor do petróleo importado pelo Brasil. A agricultura também tem sido um campo fértil de colaboração, e a Embrapa tem fornecido – desde seu escritório de Gana – assistência técnica à indústria de algodão em Benin, Burkina Faso, Chade e Mali, com algumas empresas brasileiras que produzem soja, cana-de-açúcar, milho e algodão no continente africano”.

Na relação com a China, há, além da perspectiva comercial, alguns elementos de cooperação tecnológica e parte da estratégia para alcançar a cadeira no Conselho de Segurança da ONU, cujo passo inicial foi o reconhecimento da China como economia de mercado pelo governo brasileiro²⁰⁰. Criou-se também a Comissão Sino-Brasileira de alto nível de concertação e cooperação, o Diálogo Estratégico Financeiro Brasil-China e o Plano de Ação Conjunta. Três satélites binacionais frutos de acordos entre os países ainda nos anos

²⁰⁰ A FIESP foi absolutamente contrária a este reconhecimento, chegando a encomendar a formulação de um decreto legislativo que sustasse este reconhecimento por parte do governo brasileiro. Esta proposta foi encaminhada pelo deputado federal Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), em 2005. A CNI, até o final de 2016, ainda recusava o reconhecimento automático da China como economia de mercado. Cf. <http://www.psdb.org.br/fiesp-apoia-projeto-de-pannunzio-sobre-china/> e <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2016/12/1,104038/china-nao-e-economia-de-mercado-afirma-cni.html>

1980 foram lançados. A China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, desbancando a posição que os EUA ocupavam há praticamente 80 anos. Contudo, há assimetrias nesta relação, uma vez que o Brasil exporta *commodities* enquanto a China exporta manufaturados, além de ter aumentado os Investimentos Externos Diretos (exportação de capitais), inclusive na exploração do Pré-Sal²⁰¹. Esta assimetria gerou conflitos, como a acusação brasileira da desvalorização cambial artificial da China e a adoção de medidas *antidumping* pelos setores de pneus, calçados e têxteis brasileiros, em 2008 (ASSUMPÇÃO, 2014 p. 155-156).

Este fortalecimento das relações sul-sul não seria reflexo de uma eventual recuperação tardia de um “terceiro-mundismo” – como querem algumas interpretações da oposição de direita ao governo Lula –, mas o reconhecimento da importância que os países especialmente da América Latina e da África têm para o breve futuro das disputas de poder internacional em torno de bens estratégicos, como potencial energético, biodiversidade, disponibilidade de força de trabalho e mercado de consumo. A América do Sul e a África concentram aproximadamente 90% das reservas mundiais de energia (GARCIA apud MATHIAS, 2014 p. 123), o que converte essas áreas em alvos significativos, principalmente para os EUA, que, segundo GUIMARÃES (2001a p. 75), tem no suprimento de energia sua verdadeira “dependência externa”. A África, por sua vez, é considerada por FIORI (2014 p. 44) “o grande espaço de ‘acumulação primitiva’ asiática e uma das principais fronteiras de expansão econômica e política da China e Índia”. E em “nossa circunstância” há um contingente de “400 milhões de sul-americanos [que] formam parte do mercado de consumo (GARCIA, 2014 p. 58). A fim de ilustrar, cabe a referência de que, entre 2003 e 2012, o BNDES aportou a soma de US\$ 7,3 trilhões em projetos na América Latina e África (Idem p. 59)²⁰².

Todas estas características levam a diferentes formas de classificar conceitualmente a política externa dos governos Lula.

Para o venezuelano José Briceño Ruiz, haveria na América Latina três tipos de propostas de integração: o regionalismo aberto, o anti-sistêmico e o revisionista. Cada tipo, por sua vez, seria expressão de três modelos econômicos de integração: o estratégico (referente ao “regionalismo aberto” da Cepal), o social e o produtivo. Os primeiros seriam marcados pelo viés da liberalização econômica, abertura comercial e áreas de comércio livre.

²⁰¹ Cerca de 75% a 80% das exportações brasileiras para a China são *commodities*, ao passo que aproximadamente 95% das importações brasileiras da China são de produtos industrializados. Entre 2005 e 2016, os investimentos chineses realizados no Brasil somaram US\$ 34,3 bilhões. Cf. DRUMMOND, 2016.

²⁰² Lembrando que o PIB brasileiro em 2010, último ano do governo Lula, foi de R\$ 3,8 trilhões, ou seja, utilizando a cotação média do dólar de dezembro deste ano (R\$ 1,77), o desembolso do BNDES nestes projetos ao longo do período indicado, correspondeu a dois PIBs brasileiros de 2010.

Os segundos partem da necessidade cooperação regional para redução das assimetrias derivadas da desigualdade social (renda, poder, cultura) acentuadas pelos primeiros. E os terceiros partem da expansão da ideologia desenvolvimentista para a cooperação regional, apostando na criação de eixos de industrialização com conexão de cadeias produtivas e compensação econômica entre os países. Cada uma dessas três perspectivas estariam expressas em três acordos regionais distintos: a Aliança do Pacífico, a ALBA e o Mercosul – este posterior à revisão do Tratado de Assunção (RUIZ apud BROZOSKI, 2015 p. 15-16).

Arriscando um alargamento desta concepção, podemos incluir a proposta da UNASUL nos marcos do terceiro modelo de integração, uma vez que, para autores como GARCIA (2014 p. 101), a política externa brasileira, a fim de superar o caráter estritamente comercial pautado na diminuição de tarifas alfandegárias, precisaria de um arcabouço institucional que desse suporte a um projeto de integração que se erigisse sobre a ênfase na construção de eixo de infraestrutura física e energética com vistas a uma integração produtiva, financeira e social. Este arcabouço teria começado na CASA e depois se consolidado na UNASUL. Este projeto prevê, como base material do acordo regional, a integração produtiva, que, segundo o mesmo autor, significa a formação de cadeias de valor, com foco no desenvolvimento de ciência, tecnologia e educação (Idem p. 105).

LIMA (2014), por sua vez considera que a política externa dos governos Lula superou o aspecto estritamente econômico e liberalizante do Mercosul, incorporando, além de uma agenda de infraestrutura por meio da qual se integraria o interior do bloco ao resto da América do Sul, um aspecto político de geração de uma identidade regional. A autora discorda que a política externa dos governos Lula se enquadre numa perspectiva de regionalismo aberto, pois esta não incorporaria concepção de que a prosperidade conjunta dos países da América do Sul é fundamental para a prosperidade do país, exigindo a constituição de um esforço no sentido da geração de identidade e solidariedade regionais. A UNASUL e o seu Conselho de Segurança seriam, para a autora, exemplos da recusa do governo brasileiro em funcionar como estabilizador político na América do Sul em benefício dos EUA.

Em outro texto, a autora afirmara que a diplomacia brasileira no governo Lula teria se orientado por três horizontes estratégicos: a autonomia, o pragmatismo e a não indiferença. Autonomia pela recusa ao alinhamento automático com os EUA e a capacidade de influenciar em mudanças no sistema internacional em favor dos países do sul. Pragmatismo em função da construção de coalizões como o G-20, que conferem melhor poder de barganha no cenário internacional. E não indiferença por ter uma atenção também em questões sociais nas relações internacionais (LIMA, 2005).

POMAR (2010b) considera que existem quatro padrões de integração regional atualmente: a) a subordinação direta aos EUA através de acordos bilaterais de livre comércio; b) acordos sub-regionais como o Mercosul; c) a ALBA; d) e a UNASUL. Para ele, os governos progressistas da região tentaram implementar, “com maior ou menor sucesso, um programa baseado no tripé igualdade social, democratização política e soberania nacional, objetivos que são perseguidos através de diferentes estratégias e velocidades, com possibilidade maior ou menor de êxito diretamente proporcional à persistência de uma correlação latino-americana favorável, bem como ao sucesso da integração regional” (Idem p. 75). Em sua visão, o sucesso do projeto de integração dependeria de uma cooperação política principal no eixo Brasil-Argentina-Venezuela e econômica e institucionalmente um arranjos e investimentos em infraestrutura, comércio, política culturais, segurança e defesa, bem como redução de assimetrias. Por fim, o autor reconhece que a política externa do governo Lula expressa os interesses estratégicos de uma “potência periférica” e que, segundo ele, comportariam uma dupla dimensão: “por um lado empresarial e capitalista, por outro lado democrático-popular” (Ibidem p. 93).

VIGEYANI e CEPALUNI (2007) afirmam que as diferenças da política externa dos governos Lula em relação aos períodos anteriores estariam na combinação entre ajustes quantitativos em algumas linhas de atuação que vinham sendo preparadas ao final do governo FHC, como a ampliação de alianças com União Europeia, Índia, China e África do Sul, o que teria se aprofundado durante a gestão petista. Mas incorpora também algumas mudanças de programa, que significa a criação e utilização de meios diferentes para alcançar metas ou objetivos iguais. Assim, os autores consideram que, diferente do período FHC, em que a política externa poderia ser classificada como “autonomia pela participação”, no período Lula a política externa poderia ser entendida como “autonomia pela diversificação”. Se ambas confluem no objetivo geral de buscar o desenvolvimento econômico e a autonomia política no cenário internacional, elas se diferenciam pela concepção da conjuntura internacional e os meios utilizados para alcançar aqueles objetivos.

A “autonomia pela participação” baseava-se na interpretação de que o fim da Guerra Fria e da URSS teriam criado uma conjuntura internacional que, por meio da globalização, ia por um caminho de redução das assimetrias de poder econômico e político e que a competitividade internacional por meio da abertura comercial e liberalização do fluxo de capital traria consigo um ambiente tendente à multipolaridade. Contudo, o que se percebeu é que, com a ausência do bloco socialista, a ordem mundial se tornava unipolar sob hegemonia de uma superpotência – os EUA. Não obstante, a concepção de “autonomia pela participação”

se ancorava na perspectiva de que esta unipolaridade poderia ser aproveitada mesmo pelos países periféricos, na medida em que eles se alinhassem às diretrizes essenciais dos EUA, que (talvez por benevolência ou por consolação?) premiaria os participantes na construção mundial de sua hegemonia. Ocorre que com o 11 de Setembro de 2001 e o unilateralismo internacional do governo Bush, aquela tese da tendência à horizontalização não tinha mais como se sustentar.

A “autonomia pela diversificação”, em contrapartida, passa pelo diagnóstico de “relaxamento” da atenção dos EUA sobre a América do Sul em decorrência da frente médio-oriental e asiática associada à concepção de “declínio relativo” da hegemonia dos EUA. Isso fez com que a política externa do governo Lula fosse orientada pela interpretação de que a conjuntura era um momento propício para o Brasil diminuir as suas assimetrias com os países centrais, por meio não apenas de uma estratégia de fortalecimento da sua imagem internacional, mas também e particularmente pela reorientação das suas parcerias comerciais e cooperativas. Isto seria uma das vias estratégicas para a reforma da ordem internacional em direção à multipolaridade efetiva, que não se daria apenas adaptação passiva ao suposto declínio da hegemonia dos EUA, mas pela criação de outros polos regionais de poder, neste caso, a América do Sul. Os autores, contudo, enfatizam que “a ideia da ‘autonomia pela diversificação’ não é hegemônica entre os formuladores da política externa, mas é uma forte tendência expressa por alguns importantes líderes políticos, funcionários, intelectuais e dirigentes de grupos sociais brasileiros, imbuídos de sólidas convicções políticas e de uma concepção de mundo contrárias à hegemonia e ao unilateralismo” (Idem p. 326).

LUCE (2007) identifica quatro possíveis macro-orientações de política externa para uma potência média, como o Brasil: a) cooperação antagônica; b) competição antagônica; c) integração hierárquica vertical (alinhamento automático); d) anti-imperialismo. A cooperação antagônica se definiria por linhas de atuação em que a lealdade esperada pela potência hegemônica viesse acompanhada de contrapartidas e concessões ao polo subordinado. A competição antagônica se definiria quando a potência média ousa desafiar alguma linha-chave das diretrizes da potência hegemônica. A integração hierárquica vertical ou alinhamento automático se daria quando os mecanismos de cooperação da potência média com a potência hegemônica perdem qualquer elemento de antagonismo. Por fim, o anti-imperialismo significa a opção da potência média pela ruptura com o sistema capitalista.

Em todos estes tipos de macro-orientações, o autor considera a relação da política externa da potência média com duas agendas que a potência hegemônica tem para a região: a agenda de liberalização e a agenda de estabilização política. Em relação à primeira agenda, o

autor afirma que a política de integração regional do governo Lula não poderia ser caracterizada do ângulo da resistência, porque não constituiria freio à ampliação da presença do capital dos EUA na América do Sul, mesmo que implique em um aumento de importância da presença do capital brasileiro. A não assinatura da ALCA procurou preservar interesses de alguns setores da burguesia brasileira, consolidar um bloco sul-americano alternativo a partir da convergência entre Mercosul e CAN, além de iniciativas como o fortalecimento da IIRSA²⁰³ e, acrescentamos, da UNASUL. Ao mesmo tempo, contudo, segue defendendo pautas liberalizantes na OMC, em relação às taxas alfandegárias e aos subsídios agrícolas dos EUA e União Europeia. No que diz respeito à agenda de estabilização, a posição brasileira seria ambivalente, na medida em que: 1) quando se trata de conflitos em áreas de influência brasileiras, o governo brasileiro compete com as diretrizes da política externa dos EUA, como no caso da militarização ostensiva do subcontinente e da tentativa de isolar politicamente países sul-americanos; 2) estas reservas à militarização recuam quando a área é de influência direta dos EUA, como o caso do Haiti, em que a aceitação da liderança da Minustah²⁰⁴ fora utilizado como barganha para alcançar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU²⁰⁵.

Por isso, para o autor, em referência às duas agendas, a posição brasileira não poderia ser classificada como de integração hierárquica vertical ou de alinhamento automático. Contudo, ao não procurar enfrentar a hegemonia dos EUA do ponto de vista de uma postura de competição antagônica, nem tampouco de uma postura anti-imperialista, o autor considera que a política externa dos governos Lula poderia ser classificada como cooperação antagônica, o que seria a expressão de um subimperialismo brasileiro na América do Sul.

ASSUMPÇÃO (2014), pensando a determinação das diretrizes da política externa como reflexo da hegemonia de uma fração de classe no bloco no poder no Brasil, apresenta uma classificação para a política externa de uma potência média em três tipos: subordinação

²⁰³ SANTOS (2015 p. 9) tem uma avaliação muito enfática da IIRSA: “Uma vez que a dimensão econômica do processo limita-se às obras de infraestrutura nos marcos da IIRSA, iniciativa incubada no âmbito do regionalismo aberto, a proposição de um regionalismo desenvolvimentista envolve uma manobra retórica, evocando uma inflexão de sentido em um projeto que, na sua substância, permanece o mesmo. Sob esta perspectiva, a associação entre o conjunto de obras associadas à IIRSA e um horizonte neodesenvolvimentista está revestida de um caráter duplamente ideológico, pois identifica a expansão de negócios oligopólicos brasileiros com o novo desenvolvimentismo, e na sequência, identifica este novo desenvolvimentismo com uma integração regional pós-neoliberal. Nesta operação, confunde-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólicos com interesse nacional; e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal”.

²⁰⁴ Entre 2003 e 2010, o número de militares e policiais militares brasileiros em Missões de Paz da ONU passou de 84 para 2.262. Destes, um contingente de 1300 estavam presentes na Minustah (BRASIL 2010 p. 271).

²⁰⁵ Do ponto de vista da defesa e da estabilização, FIORI (2013 p. 40) não descarta a ideia de o Brasil figurar como subpotência que “garante a administração colegiada de sua [dos EUA] supremacia sul-americana”, embora considere possível a adoção de uma política de ganho de autonomia determinada pela “complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos”.

passiva, a subordinação conflitiva e o anti-imperialismo, cada uma delas correspondendo à hegemonia de uma das frações burguesas no bloco no poder, respectivamente, à compradora, à interna e à nacional. Para ela, “o Estado brasileiro, mesmo sem usar um discurso anti-imperialista – como Cuba e Venezuela –, atuou de maneira autônoma e diametralmente oposta aos interesses políticos dos Estados Unidos” (Idem p. 196) e, por isso, classifica a política externa brasileira como subordinação conflitiva²⁰⁶.

À direita do governo Lula, a crítica a sua política externa se orientam a partir de quatro argumentos básicos: a) a de que ela romperia com a posição “neutra” e os valores morais da tradição do Itamaraty, principalmente ao incluir entre os formuladores da política sujeitos externos à instituição; b) a de que ela teria sofrido uma partidarização; c) uma ideologização; d) e o argumento da eficácia, ou seja, a de que, não obstante algumas conquistas simbólicas e de pretensões de influência no cenário internacional, ela teria tido poucos resultados práticos.

No último ano do governo Lula, já no contexto de preparação da campanha eleitoral de 2010, Rubens Ricupero sintetiza estas quatro linhas de argumento. O autor considera que a política externa dos governos Lula teria as seguintes características: pessoal e carismática; nacionalista; contestadora da hegemonia dos EUA e do formato do Conselho de Segurança da ONU; busca estimular outras alianças e arranjos para além da relação vertical com os países centrais e suas estruturas de relações previamente existentes; criação de uma “zona de influência exclusiva” na América do Sul; é crítica e não consensual, no qual o nacionalismo não é identificado com a necessidade de criação prévia de um consenso nacional em torno das posições internacionais do país; relativa indiferença pela falta de resultados econômicos imediatos nos acordos estabelecidos; escassa sensibilidade aos valores morais da concepção idealista das relações internacionais (RICUPERO, 2010 p. 36-37).

À exemplo do que teria ocorrido com Charles de Gaulle, para o autor, o relativo sucesso da diplomacia presidencial teria sido resultado de um excesso de protagonismo de Lula, o que marcaria a política externa do período como demasiado personalista e intransferível. O autor se posiciona contrariamente à inclusão da Venezuela no Mercosul²⁰⁷

²⁰⁶ Consideramos contraditório a autora falar em “diametralmente oposta”, pois é justamente uma ação anti-imperialista que teria esta característica. Se a postura brasileira é “diametralmente oposta” aos interesses dos EUA, como caracterizar a posição de Cuba e Venezuela? Convém lembrar que, mesmo os “Amigos da Venezuela” organizados por Lula, em 2002, no contexto da tentativa de golpe contra Chavez, contava com a presença dos EUA.

²⁰⁷ Esta posição parece não ser unânime entre a burguesia do sudeste e do sul e as do nordeste. Segundo o CORECON-RJ (2016, p. 3), no seminário internacional Modelo de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, realizado em Novembro de 2016, “o economista brasileiro Ricardo Ubiraci Sennes relatou as disputas internas no Brasil acarretadas pelo processo de integração do país com seus vizinhos. O Mercosul era visto pelas elites do Norte e Nordeste como um catalisador das desigualdades regionais brasileiras. Estas elites foram favoráveis à entrada da Venezuela no Mercosul, porque o ingresso representaria um impulso ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste”.

com argumentos basicamente comerciais, condena a aproximação do Brasil com Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai (Lugo), afirmando que se trata de vinculação ideológica inclinada à esquerda e que não contribuiria para a solução dos problemas da América do Sul. Em contrapartida, recomendava a aproximação com governos com posições “políticas centristas mais próximas às nossas”, nomeando não por acaso governos mais alinhados aos EUA (com exceção do Uruguai): México, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

A crítica liberal à política externa de Lula enumera ainda as seguintes características: “a ênfase na ruptura, em lugar da continuidade; o excesso de protagonismo e glorificação da liderança pessoal de Lula; a politização partidária e a ideologização da política externa” (Idem p. 50). As duas últimas acusações são mais repetidamente afirmadas, pois se referem diretamente à imagem consagrada do Itamaraty como sendo guiado por uma política de Estado, ideologicamente neutra e isenta. A acusação de partidarização traz nas entrelinhas não apenas um suposto atrelamento da política externa brasileira às diretrizes do “internacionalismo do PT”, mas também uma alusão indireta ao Foro de São Paulo. De modo que Ricupero não poupa palavras sobre a indicação de Marco Aurélio Garcia como assessor especial da presidência para assuntos internacionais: “a diplomacia paralela do PT parece, assim, servir mais pra contaminar desnecessariamente a política exterior com suspeitas ideológicas do que para qualquer propósito prático” (Ibidem p. 52). A neutralidade derivaria de uma maior abertura à “honesta divergência” (Ibidem) com a oposição (de direita, presumimos) com o objetivo de resgatar um consenso possível, o que representaria, como não poderia deixar de ser em se tratando de liberais, os interesses da nação²⁰⁸.

O nosso objetivo neste capítulo não é fazer uma análise da política externa dos governos Lula, mas recolher informações a partir de autores que se dispuseram a este trabalho com a finalidade de poder compreender como, por meio dela, se realizou um determinado padrão de projeção do Estado e do capital brasileiros sobre a América Latina. A recuperação do debate em torno da política externa nos trouxe elementos, que, articulados com a discussão sobre a dependência e o imperialismo com a qual iniciamos o capítulo, nos permite identificar como a busca por uma integração regional de tipo diferente da preconizada dos anos 1990 operou sobre um paradoxo inerente ao “sistema do capital. Este paradoxo está presente na forma como a política externa – baseada no diagnóstico de um “declínio relativo da hegemonia” dos EUA, no relaxamento do foco da política externa estadunidense para América do Sul, e a ocupação do “vazio de liderança” decorrente disso pelo Brasil

²⁰⁸ Diferentemente de Ricupero, VIGEVANI E CEPALUNI (2007 p. 325) não consideram que a política externa de Lula se “dissocia do patrimônio histórico da diplomacia e do Estado brasileiro”.

(RICUPERO, 2010 p. 39) – combinou projetos de integração regional como ampliação do modelo de desenvolvimento econômico nacional e fortaleceu a internacionalização do capital brasileiro expandindo a projeção política e econômica do país no seu “entorno estratégico”.

Aliás, vale ressaltar que o “entorno estratégico” não diz respeito apenas a uma questão geofísica, isto é, à relação de proximidade geográfica, à circunstância territorial dos países próximos ao Brasil, mas um uma área definida, concebida com espaço para onde o país pretende “irradiar sua liderança e projetar sua influência política e econômica” (FIORI, 2013 p. 45). De certa maneira, embora se fale em necessidade de articulação política para concorrer com a hegemonia dos EUA, a linha sul-sul não tem apenas um sentido político de influenciar a reestruturação das relações de poder do sistema internacional aproveitando um suposto “declínio relativo” da hegemonia dos EUA²⁰⁹, mas combina o reconhecimento de que estas regiões são estratégicas para disputas geopolíticas em desenvolvimento, dada a sua riqueza em fontes de matérias-primas, minerais e energéticas, além da grande quantidade de força de trabalho disponível e de baixo custo de reprodução do ponto de vista do capital.

Assim, a retórica “modesta” da busca pela liderança regional sem afronta direta com a potência hegemônica opera com a expansão real da influência brasileira em regiões com potenciais estratégicos fundamentais para as disputas mundiais que seguirão no futuro. São setores econômicos plenamente articulados com os processos atualizados de “acumulação primitiva”. As expropriações como formas da “acumulação primitiva” são como a mancha de Caim: acompanham o capital e suas formas de desenvolvimento por onde ele for, inscrevendo em sua testa a tragédia social que o determina desde sua gênese.

Há que registrar, contanto, que, não obstante o suposto “declínio relativo” da hegemonia dos EUA e um certo “relaxamento” do seu foco na América do Sul, não há qualquer desativação das diretrizes da política externa estadunidense para a região. Embora a ALCA tenha sido provisoriamente arquivada, os EUA seguiram articulando acordos bilaterais com países importantes na região, como Peru, Chile e Colômbia – o que tensiona o MERCOSUL e a UNASUL –, ao mesmo tempo em que continuaram as discussões a respeito da conformação da Aliança do Pacífico e o Acordo Econômico Trans-pacífico, que reunindo, na costa americana, países como os EUA, Canadá, México, Peru, Chile Colômbia, Costa Rica e, na costa Asiática e da Oceania, países como Malásia, Singapura, Brunei, Coreia do Sul, Japão, Austrália e Nova Zelândia, pode se converter em um bloco de livre-comércio e

²⁰⁹ Enfatizamos a caracterização de um *suposto* declínio relativo, pois concordamos com (GUIMARÃES, 2001a p. 26) de que “um dos aspectos da condição de hegemonia é que o Estado é hegemônico na própria medida em que tem condições de abdicar de algumas vantagens que sua hegemonia lhe confere a curto prazo, em benefício do objetivo maior de garantir o conjunto de seus interesses a longo prazo”.

proteção de direitos de propriedade que corresponderá a aproximadamente 40% do PIB mundial, acrescentando cerca de US\$ 60 bilhões às exportações dos EUA (Idem p. 39).

Este problema não deve ser desprezado, mas a análise da projeção do Estado e do capital brasileiros na América do Sul não pode, sob a insígnia dos abstratos “interesses nacionais”, subordinar a apresentação das contradições do processo. Isso porque, quando falamos em “projeção” do Estado e do capital, da liderança do país na região, estamos tratando inevitavelmente da projeção de poder. Isso pode se dar por meio de uma política que se formule em torno de aspectos coercitivos, cooperativos, ideológicos que não são capazes, por meio de uma suposta racionalidade neutra do Estado, apagar as determinações estruturais do sociometabolismo do capital do qual ele faz parte.

A ideia de que os mecanismos estatais, sob a orientação de um governo orientado a “civilizar o capital”, seriam capazes de mantê-lo sob controle, como vimos nos capítulos anteriores ser a perspectiva sobre a qual se erigiu a ideologia do transformismo do PT, comparece aqui também no problema da projeção do Estado brasileiro sobre a América Latina e África por meio da reorientação da política externa em um contexto em que as assimetrias existentes nas “estruturas hegemônicas” do sistema internacional como um todo se reproduzem, em outra escala, também na relação dos “grandes Estados periféricos” com outros países da periferia.

Isso pode ser visto na reflexão de LIMA (2014 p. 93), segundo a qual

“se a acentuada assimetria e a superioridade das capacidades materiais permitem que em algumas situações o Brasil possa agir como um ator de veto regional, mesmo no contexto dos governos progressistas do PT, que tem como uma de suas prioridades uma política sul-americana cooperativa, fatores de natureza estrutural podem estar contribuindo para tal resultado. Minha hipótese é que este novo papel político é simultâneo ao processo de regionalização do capitalismo brasileiro e, em algumas circunstâncias, os interesses corporativos das empresas podem se sobrepor aos interesses políticos do governo. Tal ambiguidade é constitutiva da política externa de países capitalistas, o que não quer dizer que necessariamente os interesses corporativos serão sempre vitoriosos”.

Uma das diferenças em relação à discussão sobre autonomia nacional dos anos 1960 para cá talvez seja a de que, mesmo nos marcos de um desenvolvimento capitalista, naquela época o eixo formado pelo capital estatal era considerado fundamental, uma vez que o controle direto do Estado diante das diretrizes de investimento e da disponibilização dos lucros para fins eventualmente sociais era objetivamente almejado. Era por meio do capital estatal que se buscava alguma autonomia sobre o capital privado no planejamento do desenvolvimento. A “ideologia do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 2000), apesar da sua heterogeneidade interna, incorporava essa dimensão como estruturante. Atualmente, a

ausência da perspectiva de reformas estruturais paradoxalmente eleva o papel do Estado como coordenador e da burocracia estatal como mediadora de uma tensão entre a expansão capitalista e seus efeitos sociais e políticos. Nesta concepção, o imperialismo ou sua nova forma (como veremos adiante) não são pensados como determinações concretas do desenvolvimento do capital, mas como fenômenos políticos, como ingerência de um Estado no outro. E aí aparece a constatação de contradições eventuais entre a vontade dos formuladores da política externa e a orientação das empresas internacionalizadas que planejam investimentos – mesmo que subsidiados pelo fundo público – tendo em vista a rentabilidade de curto prazo.

O projeto de integração faz parte, portanto, da expansão regional do capitalismo brasileiro, por meio de uma política externa do governo do PT, que reorienta, mas não rompe absolutamente com a tradição do Itamaraty e que procurar criar mecanismos institucionais com a finalidade de regular de algum modo a expansão do sistema. A vontade expressa nesta regulação é evitar, por meio destes mecanismos, o surgimento de um imperialismo ou subimperialismo brasileiro. A política externa dos governos Lula manifesta a posição do país enquanto liderança regional, mas procura o tempo de se desvencilhar da pecha de ser uma liderança com pretensões hegemônicas.

A interdependência assimétrica é constitutiva das relações internacionais, pois está assentada na desigualdade de poder entre os Estados. Ela comparece também nos processos de integração regional, mas seu alcance não se limita às assimetrias entre eles, repercutindo também nas relações de classe no interior destes Estados: “o sentido paradoxal da interdependência, com certeza, acarreta dificuldades ao processo de integração, considerando que serão atingidos os interesses dos grupos sociais e classes que compõem as sociedades envolvidas, porém, os mais prejudicados sempre serão os grupos não organizados” (MATHIAS, 2014 p. 119).

A partir destas reflexões, pretendemos apresentar a discussão sobre capital-imperialismo e subimperialismo com o objetivo de compreender melhor como esta contradição, esta tensão, o paradoxo de uma política externa que expressa uma disputa de poder com a potência hegemônica, mas ao mesmo tempo reproduz em escala regional as assimetrias existentes no plano global mais geral.

3.3 Capital-imperialismo e Subimperialismo

Sendo a “contradição em processo” e movido pela dinâmica da “reprodução ampliada”, a caça incessante pelo valor que move o capital faz com que seu processo de desenvolvimento possa ser entendido também como modos de “fuga para frente”. Suas fases históricas de desenvolvimento são resultado de um conjunto amplo de diretrizes nas quais se concretiza esta fuga, pois ele mesmo, em seus próprios termos, é incapaz de solucionar as contradições que o movem. Por isso, a reprodução dos seus pressupostos em escala ampliada é também um dos resultados do seu desenvolvimento imanente. Buscando lançar luz sobre a configuração do capitalismo atual, com seu nível extraordinário de concentração e centralização de capitais, bem como os modos pelos quais este processo é alcançado no processo histórico, a historiadora Virgínia Fontes tem proposto chamar esta nova fase de “capital-imperialismo”.

Ela usa este termo para retornar às caracterizações clássicas do movimento do capital em expansão e seu desdobramento imperialista ao mesmo tempo em que busca fugir de duas concepções comuns sobre o imperialismo. A primeira alarga extraordinariamente o conceito ao afirmar que o capitalismo sempre teria sido imperialista, desde os primórdios da expansão mercantilista até o começo do século XXI. A segunda restringe a abrangência do conceito a uma disposição de conduta política quase sempre de um único Estado em relação aos outros, geralmente do Estado hegemônico do sistema internacional²¹⁰. Em ambos os casos, segundo ela, o conceito perderia a sua denotação própria de designar um processo que eleva o caráter fundamental do modo de produção especificamente capitalista (reprodução ampliada do valor e reposição ampliada das condições sociais específicas – força de trabalho livre, mercantilização progressiva da vida, etc.) a um patamar em que a concentração e centralização do capital chegam a um nível alto suficiente para transformar a escala do desenvolvimento sem negar os seus determinantes fundamentais (FONTES, 2010, pp. 147-148).

Com o conceito de capital-imperialismo, a autora busca entrar no debate sobre como entender as novas configurações sociais do movimento do capital, campo que dispõe de

²¹⁰ Como, por exemplo, BORON (2007, p. 510): “[...] hoje em dia o imperialismo é mais que nunca o imperialismo norte-americano, devido à capacidade manifestada para subordinar sob sua hegemonia, de maneira clara e contundente, os possíveis rivais que poderiam se interpor em seu caminho. [...] a crise da ordem mundial e do sistema das Nações Unidas, e a nova estratégia norte-americana da guerra preventiva põem brutalmente de manifesto que o imperialismo tem uma carta de nacionalidade muito definida”.

conceitos como globalização, acumulação por espoliação, neoliberalismo, mundialização, entre outros. Cada um desses conceitos apresenta sua própria rede de referências empíricas e teóricas, mas que, para ela, na ânsia de inovar a compreensão dos processos atuais, negligenciariam características do movimento do capital que continuam a ocorrer, ainda que de maneira metamorfoseada.

O termo globalização opera com a ideia de que a livre circulação de capital permitiria uma ampliação das trocas mercantis e simbólicas em um mundo progressivamente sem conflitos e, quando pensada de forma contrastada, tinha o efeito de apagar as determinações violentas inscritas no conceito de imperialismo. Para a autora, o termo neoliberalismo teria um caráter fortemente descritivo e, na medida em que geralmente se contrapõe ao período de Bem-Estar Social, oculta a extrema violência, desigualdade e ampliação das assimetrias de poder que resultaram da consolidação do Welfare State nos países centrais em comparação com os países da periferia dependente. O termo mundialização de capital, por sua vez, procura, por meio de um viés crítico, pensar a expansão de um determinado tipo de capitalismo (financeirizado) associado a um determinado tipo de política e de ideologia (neoliberalismo), tudo isso sem eliminar as determinações essenciais do imperialismo. Contudo, segundo a autora, o termo retira a centralidade dos conceitos de capitalismo e imperialismo.

Para a autora, David Harvey, ao usar o conceito de acumulação por espoliação para diferenciá-lo da acumulação pela reprodução ampliada do capital, o faz pressupondo que a violência dos processos de expropriação dos meios de produção que Marx descreveu no capítulo sobre a “acumulação primitiva” estariam restritos às origens do capital, e que, posteriormente, teriam sido substituídos por mecanismos de acumulação “normalizada” a partir do momento que o modo de produção capitalista se colocasse sobre os próprios pés. Embora haja coincidência entre o que a autora chama de manutenção em larga escala dos processos de expropriação e o que Harvey chama de acumulação, Fontes aponta que mesmo em Marx a dinâmica da reprodução ampliada do capital, em sua “normalidade” supõe a reposição também ampliada dos seus próprios pressupostos e, portanto, se aprofundam os mecanismos de expropriação dos trabalhadores e conseqüentemente das formas de transformar sua força de trabalho em mercadoria.

A “liberação” de trabalhadores a vender a sua força de trabalho no mercado, a retirada de direitos (chamada por ela de expropriação secundárias²¹¹) são processos que ocorrem no

²¹¹ As expropriações secundárias seriam todas as formas de retiradas de direitos conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo da história. O sentido destas expropriações secundárias seria o fim de “todos os freios à subordinação mercantil” (FONTES, 2010 p. 42). Ela cita o exemplo da previdência social: “a aposentadoria, que

interior da dinâmica normal do capital e não seriam um defeito na origem do processo de acumulação capitalista. Além disso, embora a análise encetada por Marx n' *O Capital* pretendesse estudar o movimento do capital em sua lógica interna “pura”, no plano concreto, o capitalismo nunca dispensou a fraude, o roubo, a especulação, as guerras etc. para firmar-se como modo de produção preponderante no mundo inteiro.

A exploração judicializada da força de trabalho (contrato e direitos) nos países centrais estava umbilicalmente ligada a formas mais ou menos compulsórias nas periferias. O capital monopolista e o imperialismo, com seus decorrentes regimes de regulação (fordismo) foi acompanhado de duas guerras mundiais, o *welfare state* foi acompanhado de ditaduras na América Latina, neocolonialismo na Ásia e África.

“Assim, a dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar, e sim formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão” (Ibidem p. 64).

Com o uso do conceito capital-imperialismo, a autora pretende dar conta de esclarecer os seguintes processos: 1) o predomínio do capital monetário²¹², que expressa a 2) dominação da pura propriedade capitalista em 3) seu impulso avassaladoramente expropriador. Para a autora, o marco histórico de passagem do imperialismo às formações originais do capital-imperialismo foi o pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a “união íntima” entre capital industrial e capital bancário que configurava, para Lenin, a raiz do imperialismo, se desenvolveu a tal grau de concentração que, para Virginia, se poderia falar em predominância da “pura propriedade de recursos sociais de produção” (Ibidem, p. 155) e que a união dos capitais passaria a ser uma “fusão pornográfica” (Ibidem, p. 359). O que define essa passagem é que o patamar de concentração alcançado pelo capital monopolista teria provocado um maior distanciamento entre a propriedade deste capital altamente concentrado e a propriedade imediata dos meios de produção e que estaríamos indo em direção “a uma propriedade quase

é um direito e não uma imposição, nada mais é do que o momento em que o trabalhador *pode* cessar a venda de sua força de trabalho. Nada impede, pois, o uso de sua capacidade de trabalho, mas ela significa que o aposentado *não está mais obrigatoriamente* impelido à sua venda. Em outros termos, ele pode se liberar do constrangimento da subordinação imediata e direta ao capital. Se o fizer, deixa de ser um concorrente no mercado de trabalho; passa a fazer jus a uma parcela da renda nacional, para a qual, em geral, contribuiu ao longo da vida, salvo raras exceções” (Idem p. 56). As sucessivas reformas da previdência evidenciariam o processo de expropriação secundária.

²¹² A razão entre o estoque de “ativos financeiros” sobre “ativos produtivos”, que era de 7,4 entre 1966-1980, passou para 21,2 entre 1990-2006 (BRUNO apud AMARAL, 2012 p. 115). Do ponto de vista do capital fictício, “o volume atual da circulação do capital financeiro internacional [sic], especulativo em mais de 90%, situa-se nos 3 trilhões de dólares diários, uma cifra superior à que lança o comércio de bens e serviços no comércio mundial em um ano” (BORON, 2007 p. 509).

descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos” (Ibidem, p. 155).

A ampliação do grau de concentração de capitais no processo de desenvolvimento do imperialismo implicou em modificações não apenas nas formas de gestão destes capitais em busca de valorização, como também em transformações das relações entre os seus proprietários e os meios materiais necessários àquela valorização. As massas crescentes de valor extraídas do processo produtivo de capital precisavam encontrar modalidades de retorno em uma escala ampliada para seguir se valorizando. A satisfação das necessidades da reprodução ampliada do capital exigia a abertura de fronteiras para a produção de capital e isso significa a dominação de novos espaços geográficos e novas formas de produção de valores de uso ainda não completamente submetidas às determinações da produção especificamente capitalista. Segundo ela, “o movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial*, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor” (grifos no original – Ibidem, p. 165).

Portanto, para a autora,

“falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. (...) Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho (Ibidem, p. 149)”.

A dominação interna do capital-imperialismo é derivada da sua natureza imperialista, isto é, deve combinar suas dimensões interna e externa. Do imperialismo ela mantém o caráter de exportação mercantil e de capitais, mas amplifica extraordinariamente as expropriações primárias (meios de produção) e secundárias (direitos sociais, políticos e econômicos). Do ponto de vista político, restringe o alcance da democracia ao caráter concorrencial das eleições em seu formato representativo e que tem como desdobramento ou razão a concentração do capital, por um lado, e a fragmentação do trabalho, por outro.

O entrelaçamento entre capital industrial e bancário que dera origem ao capital financeiro na virada do século XIX para o XX amplia-se enormemente com a participação de

outras instituições e funções de capitais diversos como o industrial, o comercial, bancário, fundos de investimento e de pensão, seguradoras, instituições multilaterais como o BM, FMI, etc. Isso exige a desregulamentação da circulação de capital e, com ela, facilita que a enorme concentração de capital monetário possa segmentar a sua produção (abandonando plantas fabris em uma localidade e se estabelecendo em outra) ²¹³ e dividindo grandes conglomerados “uniempresariais” em uma variedade de empresas concorrentes, mas controladas através de ações.

Este desmembramento de empresas e sua fragmentação associados à manutenção do caráter altamente concentrador de capital significam a imposição de mecanismos de reprodução ampliada que exigem, dada a velocidade com que precisam ser rentabilizados, reduções de qualquer tipo de obstáculos ao processo de valorização. Isso tem um sentido político evidente, pois impõe controles violentos sobre a capacidade de luta da classe trabalhadora. Além disso, no contexto do imperialismo, não obstante a fusão entre capitais na forma do capital financeiro, as contradições entre o capital industrial e o bancário ainda eram mais perceptíveis. Hoje, para a autora, embora estas contradições não tenham desaparecido, “elas perdem centralidade” (Ibidem p. 199). O capital-imperialismo (também chamado por ela de “imperialismo monetário”) impõe uma mesma lógica a qualquer origem de capital: “a lucratividade, medida em tempo de retorno e em taxa, de seus proprietários-controladores” (Ibidem p. 199) ²¹⁴.

E como pensar a situação dos países periféricos, em especial o Brasil, no interior da problemática do capital-imperialismo? Primeiramente, é preciso lembrar que a autora, ao recuperar a formulação leniniana do imperialismo, integra a combinação dominação-dependência-desenvolvimento capitalista no modo contraditório de expansão do capitalismo a partir do segundo pós-guerra. Ou seja, o imperialismo reforça as assimetrias econômicas e políticas no sistema internacional dos Estados, mas o faz desenvolvendo desigual e combinadamente o capitalismo nos países e suas “áreas de influência”, contando com a participação dos grupos dominantes locais, que, entretanto, mantem sobre condição de

²¹³ Segundo OSÓRIO (2014), a internacionalização do capital opera segmentando e concentrando em territórios geográficos específicos determinadas predominâncias nas fases de reprodução do capital. Assim, a concentração de capital-dinheiro, a distribuição do capital-produtivo em setores específicos, bem como a comercialização são uma espécie de fragmentação territorial do ciclo do capital, que tornou a economia mundial seu plano de referência. Além disso, enquanto o modo de produção capitalista em cada formação social integra três momentos distintos do capital (o mercado de trabalho, o mercado de capitais e o mercado das mercadorias), no sistema mundial há apenas relacionamento aberto de dois deles (o mercado de capitais e de mercadorias). O mercado de trabalho segue sendo nacionalizado.

²¹⁴ Uma expressão deste fenômeno são as grandes redes de revenda de mercadoria, como Magazine Luiza, Lojas Americanas, Pernambucanas, C&A, Lojas Renner, concessionárias de automóveis etc. que passaram a “vender dinheiro”. Não se trata da já conhecida facilitação das “condições de pagamento” como a abertura de “crediários”, mas o fornecimento de cartões de crédito e de empréstimos aos seus consumidores.

subalternidade. Por isso, o imperialismo pode ser visto, de certa forma, como via específica de desenvolvimento de um capitalismo dependente, por um lado, e permitindo a alteração do padrão de dominação nos países centrais (Estado de Bem Estar Social), por outro:

“a transmutação do conceito de imperialismo – inclusive pela sua enorme popularização, mas também, em muitos casos, por sua deformação – foi paulatinamente deixando na sombra o fato de que a expansão do capitalismo em outras partes do mundo, desde finais do século XIX, passou a ocorrer pela via do imperialismo, no sentido específico de uma extensão de extração de mais-valor interna e externa, estreitando os elos hierárquicos entre diferentes formações sociais, modificando-as e, simultaneamente, alterando-se o próprio teor dos países centrais” (Ibidem, p. 148).

Na medida em que, para ela, o capital-imperialismo é a configuração dominante do capitalismo contemporâneo, o desenvolvimento da acumulação de valor mesmo nos países periféricos adapta-se a esta nova dinâmica. Ao estudar a projeção do Estado brasileiro na América Latina e na África, a ampliação do processo de transnacionalização de empresas brasileiras – contando com a colaboração forte do BNDES²¹⁵ –, a autora tenta captar a forma específica pela qual a economia nacional, ao internacionalizar-se, assume as características do capital-imperialismo. Este processo, no Brasil, teria ganhado impulso significativo a partir dos anos 2000.

Vejamos alguns exemplos. A primeira grande operação de apoio pelo BNDES à internacionalização de empresas brasileiras, no governo Lula, aconteceu dois meses após a resolução 1.189 do banco, de julho de 2005, que cria a linha de crédito para tal fim. Com o aporte de US\$ 80 milhões, a beneficiada foi a Friboi – maior abatedouro da América Latina –, que comprou 85% da Swift Armour – maior frigorífico argentino. Esta fusão resultou no controle de metade do mercado mundial de carne bovina industrializada. Capitais brasileiros controlam também aproximadamente um quarto da exportação de carne uruguaia e porção semelhante do mercado de combustíveis (Petrobras) (LUCE 2007 p. 85-86).

A exportação de capitais brasileiros também resultou no seguinte: a) o Grupo Votorantim controla pouco mais de 60% da produção de Zinco no Peru, matéria-prima fundamental das suas atividades industriais no Brasil; b) a Vale explora a principal jazida de fosfato do Peru, na faixa litorânea de Bayovar (o fosfato é elemento fundamental da produção de fertilizantes, muito utilizados na cultura da soja); c) Grupo Gerdau comprou a companhia siderúrgica estatal peruana, em 2006, por US\$ 60 milhões, negócio no qual Lula teve papel direto; d) no Paraguai, haveria um apoio velado do governo brasileiro aos brasiguaios detentores de terras; e) na Argentina, ampliou-se a presença do capital brasileiro através da

²¹⁵ Lembremos que o BNDES investiu em 10 anos (2003-2012) praticamente o equivalente a dois PIBs de 2010 do Brasil.

Petrobras, da Ambev, da Camargo Correa e a já citada Friboi; f) a Marcopolo mantém uma indústria de carrocerias para ônibus e micro-ônibus na Colômbia, que tem capacidade para produzir em torno de 2 mil unidades ao ano, com destino preferencial para o próprio país, Venezuela, Peru, Equador e Panamá (Idem pp. 86-93).

O apoio do BNDES teria como consequência que, “em 2010 a BNDESPar detinha acima de 10% das ações das seguintes empresas: América Latina Logística (12,21%); JBS Friboi (17,32%), Klabin (20,25%), Light (22,96%), Marfrig (13,89%), CEG (34,56%) , Eletrobrás (18,50%), e Fibria (30,42%), entre outras” (VALDEZ apud ASSUMPÇÃO p. 129)²¹⁶. O próprio Lula ressalta resultados semelhantes: “quando chegamos à presidência, o Brasil tinha uma fábrica nacional na Colômbia. Hoje tem 44. Tínhamos duas fábricas no Peru. Atualmente temos 66” (SILVA 2014 p. 176).

Apenas mais um exemplo: somente durante a presidência de Marcelo Odebrecht nas organizações que levam o nome da família, entre 2007 e 2015, as receitas da empresa passaram de R\$ 40 bilhões para R\$ 132 bilhões anuais, um faturamento inferior apenas à Petrobras, no Brasil. Ao mesmo tempo, os ramos de atuação da empresa passaram de 7 para 15, o número de funcionários de 90 mil para 170 mil e a dívida da empresa passara de R\$ 13 bilhões para R\$ 110 bilhões. Tudo isso sendo que 85% do cardápio de projetos da empresa está no exterior (GASPAR, 2016, p. 21).

Tudo isso, de certa forma materializa, as seguintes palavras de Lula:

“bem, aí nós estabelecemos uma política externa. Primeiro: mais agressividade comercial. Nós não temos que ficar esperando as pessoas virem comprar. Nós temos que sair para vender. Vocês estão lembrados que, na campanha, eu falava: ‘Eu vou querer um ministro das Relações Exteriores que seja um mascate, um cara que faça como um desses vendedores aqui em São Paulo, aquele que vai de casa em casa bater palma, com a sacolinha de pano. Se em uma não querem comprar, vai a outra casa’. Então o Brasil tem que ser assim. Por isso é que eu viajei tanto” (SILVA 2013 p. 21).

E de Nelson Jobim, seu Ministro da Defesa: “[...] chega de pensar pequeno. Pensar pequeno significa dependência, significa continuar pequeno. É preciso arrogância estratégica e a audácia do enfrentamento dos nossos problemas, com a coesão dos países da região”²¹⁷ (JOBIM apud PÁDUA p. 78).

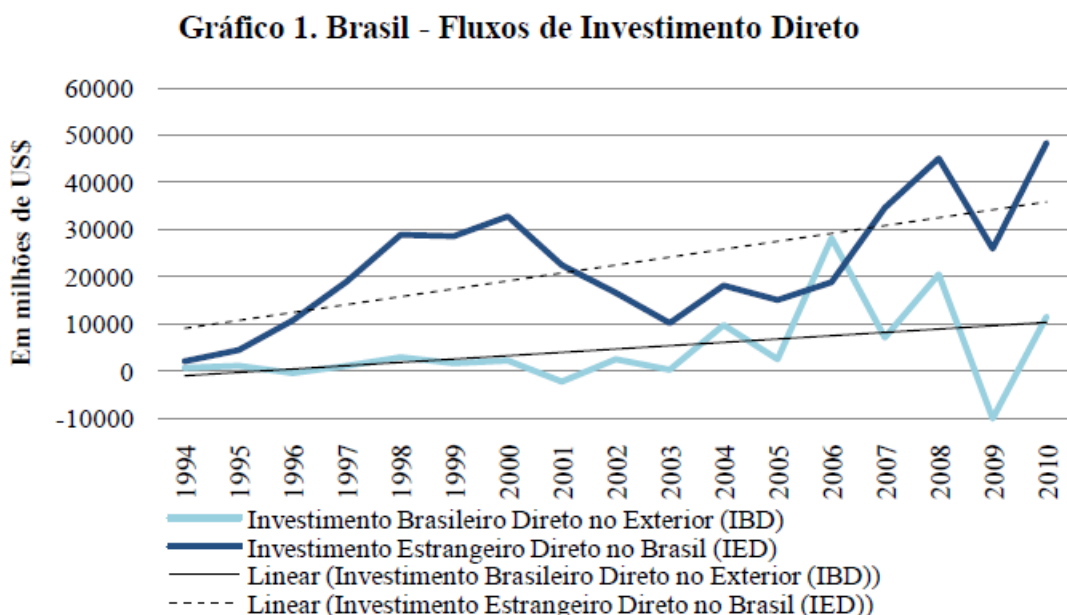
²¹⁶ A JBS Friboi controlava, durante o governo Lula, aproximadamente um terço da produção de carne bovina no Uruguai e, em 2007, a produtora de arroz Camil, brasileira, incorporou a maior processadora de arroz uruguaia, responsável por 45% da produção e exportação do produto (FONTES, 2010 p. 340).

²¹⁷ “[...] a afinidade política lubrifica as cadeias mercantis, facilitando a expansão de negócios brasileiros em países com governos considerados progressistas” (SANTOS, 2015 p. 10).

A “expansão capital-imperialista” brasileira se daria em três frentes: a) controlando o acesso a fontes de matérias-primas; b) submissão da força de trabalho de outros países; c) o resultado dessa expansão, ao trazer seus dividendos, permite a aplicação de políticas de alívio por gotejamento das pressões sociais internas. Assim, em um plano mais estrutural, não foi apenas o *boom das commodities* que permitiram a implantação do modelo de desenvolvimento pela expansão do consumo durante o governo Lula, mas também a internacionalização do capital brasileiro. A hipótese de Virgínia é de que a ação do capital-imperialismo brasileiro constitui fundamento estrutural e, por consequência, o esteio regulador da hegemonia recente no país.

É coerente, portanto, que o perfil das maiores empresas exportadoras de capital brasileiro estejam concentradas em ramos econômicos intensivos em recursos naturais e força de trabalho. Nisso se aliam duas características fundamentais da posição subalterna do Brasil na fase capital-imperialista: por ser no setor primário, a expansão de suas atividades significa processos de expropriação primária. Por se dar em ramos intensivos em trabalho, o acesso a massas tendencialmente maiores de mais valor é fundamental para a constituição do fundo de acumulação.

O comportamento da relação entre exportação de capitais brasileiros e incidência de investimentos estrangeiros diretos no Brasil nos últimos anos pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: Fundação Dom Cabral, 2011 p. 2

Percebe-se claramente que o influxo de capital estrangeiro para o Brasil nos anos 1990 – muito em decorrência dos processos de privatização, abertura comercial e

desregulamentação financeira – sobrepôs-se à exportação de capitais brasileiros. Essa dinâmica se altera nos anos 2000, com uma convergência progressiva entre a queda dos investimentos estrangeiros diretos e um aumento da exportação de capitais brasileiras até que, em 2006, extraordinariamente a exportação de capitais brasileira supera a entrada de investimentos estrangeiros diretos. A crise internacional de 2008 afeta essa dinâmica implicando em queda substantiva da exportação de capitais brasileira, mas que chega ao final do governo Lula em tendência de recuperação.

A análise de Fontes sobre o capital-imperialismo nos permite matizar a discussão sobre a tensão na relação entre política externa e empresas brasileiras identificadas na seção anterior. O paradoxo da política externa brasileira estaria fundado na combinação entre a manutenção da perspectiva de liberalização econômica, com ênfase agora nas relações sul-sul, e as ações de combate à miséria e à fome enlaçadas na perspectiva de justiça social. Lembremos que autores como Pomar e Lima referiam-se a uma dupla articulação em suas análises da política externa: a do Estado, que teria por objetivo a integração produtiva e o desenvolvimento dos povos latino-americanos, especialmente os da América do Sul; e os das grandes empresas, que teria um perfil detidamente comercial, “arrogante” e “predatório”. A ideia dos autores é evidenciar a não identidade entre Estado e capital, mas com a concepção de que o Estado é capaz de dirigir o capital em um sentido não apenas da reprodução ampliada do valor e os efeitos sociais derivados (expropriação, desigualdade, subordinação), mas também integrador, redutor de assimetrias de poder, solidário, etc.

Do ponto de vista do Estado previsto nesta concepção, “o sucesso da luta contra a ingerência externa e a constituição de um bloco fortemente ativo no cenário internacional dependem, no limite, de uma política sustentável e continuada de redução das desigualdades e assimetrias regionais. O que supõe *forte investimento brasileiro*, nos marcos de uma política mais ampla de ‘desenvolvimentismo regional’ de tipo democrático-popular” (POMAR 2010a p. 47). Do ponto de vista dos capitalistas brasileiros, contudo, o horizonte era outro: “o mundo realmente mudou. E, nesse novo cenário, até para os nacionalistas de plantão o ‘imperialismo’ passou a ser visto com olhos bem mais benevolentes. Afinal, imperialismo agora também é coisa nossa” (EXAME apud LUCE, 2007 p. 83)²¹⁸.

²¹⁸ “O *boom* das exportações brasileiras tem permitido concretização de um cenário que há pouco mais de uma década parecia impossível. Com a elevação das vendas externas, as marcas nacionais começam a consolidar seu espaço em diferentes mercados, enquanto a imagem do país é associada à sua competitividade. ‘Neste novo milênio, as empresas do Brasil já arriscaram voos ainda mais altos e passam a instalar filiais também no exterior. A internacionalização é uma tendência que, embora por aqui esteja numa fase incipiente, toma conta cada vez mais da estratégia das indústrias brasileiras’, avalia Roberto Gianetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp” (REVISTA DA INDÚSTRIA apud ASSUMPÇÃO, 2014 p. 174).

Convém indicar, contudo, que os interesses pela internacionalização dos negócios brasileiros por parte das frações burguesas não são uniformes e homogêneos. Embora estejam unidas enquanto frações de classe nos seus interesses fundamentais, no que concerne à política externa a relação da burguesia agrária (agronegócio) com a burguesia industrial apresenta fricções que interferem diretamente na linha geral a ser adotada pelo Estado, especialmente nas relações bilaterais com Estados ou blocos regionais hegemônicos. O agronegócio tem interesse em forçar uma diminuição ou até mesmo eliminação dos subsídios agrícolas dos países centrais, o que se desdobra na linha de apoio à perspectiva de aumento da liberalização das regras comerciais (tarifas). A burguesia industrial, por sua vez, seria prejudicada por uma avanço forçado da liberalização comercial, posto que teria seu mercado interno invadido por produtos mais baratos de outros países e, por isso, aposta mais em regimes alfandegários controlados (não necessariamente protecionistas) e de taxas de câmbio competitivas. Talvez o caso que exemplifique esta divergência é em relação à aproximação com a China: o agronegócio apoia, tendo em vista a enorme demanda chinesa por *commodities*, enquanto a burguesia industrial reclama, tendo em vista a “inundação” de manufaturados chineses no mercado interno e no mercado latino-americano (afetando também as exportações). Ambos se unificam, contudo, na chamada redução do custo Brasil, que atinge diretamente o “custo do trabalho”, ou seja, os tributos que financiam os direitos trabalhistas e sociais.

A relação entre a hipótese de que o Brasil adentra o círculo de países capital-imperialistas em condição subalterna (FONTES, 2010 p. 298) com a política externa “ativa e ativa” é, portanto, marcada por tensões cada vez maiores. O debate sobre a política externa brasileira responde, de algum modo, a condicionantes da burguesia brasileira em faixas de autonomia face ao capital internacionalizado, operando no restrito espaço disponível entre a obediência subalterna às pressões externas e a sua própria reprodução enquanto classe dominante no país. Por outro lado, externaliza para as regiões às quais se exporta o capital brasileiro a “impotência prepotente” (Idem p. 312) que caracterizaria o comportamento da burguesia brasileira assim “empoderada”.

Esta tensão aparece, inclusive, nas entrelinhas de autores alinhados com o governo Lula. GARCIA (2013 p. 61) vê a perspectiva da integração latino-americana perseguida pelo governo brasileiro e sua política externa operando no sentido contrário a “qualquer tentativa de um ‘imperialismo brasileiro’”²¹⁹. O problema é que isso não é resultado de uma vontade, de

²¹⁹ ASSUMPÇÃO (2014) critica a tese do capital-imperialismo de Fontes, dentre outros motivos, por considerar que falta uma análise rigorosa da relação política e militar entre Estados da América Latina. A autora nota a ausência de intervenções militares brasileiras para garantir os interesses do capital brasileiro na região e destaca

uma vocação para o mando subcontinental ou qualquer coisa do tipo. É resultado do processo histórico em que o Brasil se insere, ainda que na condição de subalternidade, no ciclo do capital-imperialismo. E isso gera contradições que levam a racionalizações, como as seguintes:

“subordinar a ação daquelas empresas [brasileiras] e fazer com que elas atuem nos marcos da política externa, e não contra, é uma via de mão-dupla, pois cabe aos governos dos países onde as empresas brasileiras atuam, que façam existir e cumprir uma legislação de proteção social, ambiental, etc. Não se pode cobrar do governo brasileiro a resolução do conjunto do problema. Muitas vezes enfrentamos em reuniões internacionais críticas que deveriam ser, em primeiro lugar, autocríticas” (POMAR, 2014 p. 112).

Leiamos o raciocínio a contrapelo. Imaginemos um presidente dos EUA que se decida reunir com representantes de movimentos populares e partidos de esquerda do Brasil, na qual estes fazem severas críticas ao caráter predatório da ação das empresas de seu país em nosso território. Neste momento, o presidente dos EUA interrompe e diz: “ora, façam valer suas leis sociais, trabalhistas e ambientais. Boa parte dessas críticas dirigidas a nós deveriam ser, antes, autocríticas”²²⁰.

Vejamos como FIORI (2013 p. 46) descreve as perspectivas de relacionamento brasileiro com países africanos:

“o continente africano possui uma grande variedade de recursos naturais, tem enorme carência de infraestrutura de transportes e comunicação e apresenta escasso nível de industrialização. Nesse sentido, pode-se dizer que o futuro oferece boas oportunidades econômicas para o Brasil no campo dos investimentos em infraestrutura (transportes, energia e comunicações), mas

o fato de que a exportação de capitais dos países centrais para a região é maior do que o brasileiro. Cabem, aqui, algumas ponderações. A ausência de uma discussão militar na proposta de capital-imperialismo de Fontes talvez decorra, de um lado, da ênfase que a autora dá para a discussão articulada entre os efeitos que a nova escala de concentração e centralização do capital e a dominância da propriedade dos recursos sociais de produção (capital monetário) têm sobre o padrão de reprodução do capital e a expansão das expropriações; e dos efeitos disso nas novas formas de constituição de consenso a partir dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. A tese de Fontes não deriva de uma análise da política externa dos Estados, porque considera que o capital-imperialismo não é um fenômeno de política externa, embora inevitavelmente implique em algum tipo de política externa. Afirmar que não haja qualquer tipo de expansão capital-imperialista brasileira na região porque ela não “superpõe ao imperialismo estadunidense e às frações burguesas associadas a ele” ou por eles ainda exercem papel predominante na geopolítica mundial e serem “fortes opositores dos governos progressistas na América do Sul” (Idem p. 190) não leva em consideração o fundamento da discussão de Fontes. Assumpção parece estar ciente disso quando diz que, para Fontes, o Brasil teria alcançado o estágio capital-imperialistas, “ainda que subalternamente” (Ibidem p. 189). O fato de o Estado brasileiro não usar força militar para garantir os interesses de suas empresas na América do Sul no contexto dos conflitos sociais que estes geraram com as populações locais não infirma a hipótese do capital-imperialismo, pois os Estados dos países-alvo da exportação de capitais brasileiros concederam a abertura. O capital brasileiro, cuja expansão foi mediada pelo seu Estado na qualidade de liderança regional, contou com a assimetria de poder regional em seu favor.

²²⁰ Para exemplificar, entre 1998 e 2015, a Odebrecht realizou 23 contratos de obras públicas no Peru no valor de aproximadamente US\$ 16,94 bilhões. Um deles era para a construção de uma rodovia na Amazônia peruana, conquistada pela empresa em 2005, e que teria custado duas vezes mais que o proposto inicialmente. Depois de uma auditoria interna desses contratos, a Odebrecht reconheceu ter subornado “autoridades não identificadas no país e em outros países na região”. As irregularidades destes contratos teriam custado ao menos US\$ 283 milhões ao Estado peruano (TAJ, 2017 s/p).

também no desenvolvimento tecnológico da indústria local e na capacitação da mão de obra”.

Não é possível perceber semelhanças com a visão que as nações centrais tinham de países como o Brasil, digamos, nas décadas de 1940-60? Agora a relação é “horizontal” só porque é conosco e não somos uma potência hegemônica, mas uma potência média com “boa vontade”?

Isso transparece também em outra reflexão de POMAR (2010b p. 87). Refletindo sobre a relação entre a proposta da ALBA e da UNASUL, ele vê a primeira com simpatia, mas considera que “não existe correlação de forças, mecanismos institucionais e situação econômica que permitam ao conjunto dos países da região adotar os princípios solidários da Alba (sic) e/ou operar de maneira semelhante ao governo venezuelana. Em essência, porque não é sustentável que países capitalistas mantenham uma política externa socialista”. Como se vê, imputa-se às “condições objetivas” (correlação de forças, mecanismos institucionais e situação econômica) os fatores que tornam impossível para o Brasil uma política externa anti-imperialista. É como se dissesse: o governo poderia até ter essa vontade, mas não lograria êxito. A pergunta que fica é: se eventualmente este for um objetivo de médio e longo prazo, como fazer para que as condições objetivas sejam alteradas a fim de favorecer aquela vontade? Contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo nestas regiões como forma de ir, através de ampliações progressivas das margens de manobras decorrentes do fortalecimento dos capitais e seus Estados nacionais, acumulando forças para democratizar as instâncias de poder do sistema internacional? É evidente que esta é uma estratégia ativa, quando comparada com o alinhamento automático e reprodutor passivo da subordinação aos EUA e União Europeia. O problema é que ela é muito tributária da tese do declínio da hegemonia dos EUA. Quer dizer, a “estratégia democrático-popular internacional” operaria nos espaços tornados “vazios” pelo recuo da hegemonia dos EUA, ocupando-os. Seria uma combinação entre o enfraquecimento relativo do poder estadunidense e o fortalecimento relativo da América Latina capitaneada pelo Brasil sem um embate frontal, como o proposto pela Venezuela.

O próprio POMAR (2010a) tem consciência de que esta tarefa exige outro objetivo estratégico. Escrevendo para a revista Teoria e Debate, do PT, ele afirma que os dois eixos nos quais o partido deveria ampliar sua incidência na questão da política internacional seriam no debate estratégico e na integração continental. O autor considera que o partido não pode cometer o erro expresso na insígnia “não tão devagar que pareça medo, não tão rápido que

pareça provocação” (Idem p. 46). Para tanto, seria preciso evoluir de uma condição de governo para uma condição de poder e de uma estratégia de melhorar a vida do povo nos marcos do capitalismo para a melhora da vida do povo nos marcos de uma transição socialista, que, por sua vez, deve combinar o debate sobre a experiência chilena da Unidade Popular e a estratégia de integração continental. Esta, por sua vez, teria um caráter estratégico para a continuação do processo de vitória de governos de esquerda na América Latina, caso contrário “os processos nacionais terão fôlego curto” (Ibidem p. 47). Eis colocado novamente o problema da estratégia, agora nos marcos das relações internacionais.

Encaminhando para o fim, fixemos o que a discussão até aqui (esperamos) foi capaz de indicar: o Brasil integra o grupo desigual de países capital-imperialistas, em posição subalterna²²¹. O que ocorre com o desenvolvimento capital-imperialista de países como o Brasil não é a superação da subalternidade, mas a alteração da escala da inserção subordinada na hierarquia de poder do sistema internacional. Essa característica estava prevista por Ruy Mauro Marini, ainda nos 1960, que ele analisou por meio do conceito de subimperialismo. Para finalizar este estudo, resgatemos sinteticamente este debate.

Marini buscou apreender o caráter histórico da relação de dependência entre as nações industrializadas e os países dependentes, especialmente a América Latina, partindo da forma como elas interagem no mercado mundial a fim de garantir a acumulação capitalista. O desenvolvimento das condições para extração de mais-valor relativo nos países centrais alcançado pela intensa industrialização (aumento da produtividade) nos setores de produção de meios de consumo da população trabalhadora cria as condições para aumentar a taxa global de mais valia, mas o faz diminuindo tendencialmente a taxa de lucro em decorrência do aumento também tendencial da composição orgânica global do capital. A exportação de bens industrializados para os países periféricos em troca de bens primários se daria de forma a “truncar a lei do valor”, ao vender “*sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual*”, o que faz com que “*las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad*” (MARINI, 1976, s/p).

Às nações periféricas não restaria alternativa a não ser compensar essa transferência de valor para os países centrais através de uma intensificação da exploração da força de trabalho

²²¹ Em outro registro e com muito otimismo: “o Brasil já ingressou no rol dos estados e das economias nacionais que fazem parte do ‘caleidoscópio central’ do sistema, onde todos competem com todos e todas as alianças são possíveis, em função dos objetivos estratégicos de cada país e de sua proposta de mudança do sistema internacional” (FIORI 2013 p. 34).

localmente. A isso ele chama de superexploração da força de trabalho, cujos aspectos essenciais seriam: *“la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo”* (idem, s/p). Para Marini, *“en términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo”* (idem, s/p). Estes aspectos *“configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva”* (grifo nosso – idem, s/p).

Nestes termos, o conceito de superexploração do trabalho procurava dar conta de uma caracterização *estrutural* da situação periférica e dependente das formações sociais latino-americanas em relação aos países centrais. A posição dependente e associada da burguesia brasileira impedia a realização da reforma agrária, o que levava a um empobrecimento do campo e a um alto êxodo rural, o que pressionaria os salários urbanos para baixo do valor de reprodução da força de trabalho. Isso, associado ao elemento anterior, levariam a um truncamento do mercado interno. Desta forma, a burguesia brasileira não apenas seria proprietária do tempo de trabalho excedente, mas avançaria sobre o tempo de trabalho necessário, o fundo de consumo da classe trabalhadora, pinçando parte dele para sustentar a manutenção interna de sua dominação e garantir a remessa de excedente para o centro do sistema. Isso tudo geraria um desgaste estrutural da reprodução da força de trabalho, que, no limite, significava limitar o próprio tempo de vida dos trabalhadores.

Por outro lado, o truncamento do mercado interno levaria a dois desdobramentos: produção de bens suntuários para restrita parcela da população (alta esfera de consumo), o que seria causa para a exportação de mercadorias brasileiras para realização fora do país (subimperialismo); e o recurso sempre presente ao capital exterior, uma vez que a acumulação derivada dos processos internos seria sempre insuficiente, dada a pequenez do mercado interno.

Virgínia Fontes lembra que o problema do mercado interno, caro para toda uma tradição do pensamento econômico e político brasileiro, era focado em termos da produção de mercadorias para o consumo da população, deixando de lado o aspecto fundamental de que mercado interno é também mercado de trabalho, ou seja, “não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens” (FONTES, 2010, p. 354), ou seja, produção de força de trabalho livre. Este destaque objetiva, assim como Marx fez em relação os economistas

clássicos que polemizaram encarniçadamente sobre o problema dos cercamentos das terras comuns por não entenderem a “identidade entre a riqueza nacional e a pobreza do povo” (MARX, 2013 p. 974), alertar para o fato de que a discussão sobre o mercado interno não pode omitir que seu desenvolvimento significa também a liberação dupla da força de trabalho e envolve, portanto, processos de expropriação (meios de produção e direitos).

Marini centrou-se na relação de troca entre produtos industrializados e primários, secundarizando, na proposição da tese de superexploração da força de trabalho, a questão da exportação de capitais, central para a análise do imperialismo e que, conforme vimos anteriormente, pode ser entendida também como via de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, que, entretanto, mantém a dependência.

Embora seja não apenas possível, mas vital para a análise econômica e social fazer referência ao grau/taxa de exploração da força de trabalho, o próprio termo exploração diz respeito à relação estruturante entre capital e trabalho, na qual aquele subordina a este por ser resultado da apropriação privada de massas de valor produzidas socialmente. Exploração, portanto, é uma categoria de caráter qualitativo, que, contudo, guarda as suas dimensões quantitativas, passíveis de serem medidas em termos de taxas, médias, etc. O que o conceito de superexploração propõe é uma nova qualidade da exploração, uma espécie de subtipo, que é derivada da possibilidade real de um aumento da taxa de exploração. Marx analisou a possibilidade de aumento da taxa de exploração, que pode ocorrer sob a forma de mais-valia absoluta e/ou sob a forma de mais-valia relativa. Na tese de Marini, a superexploração é uma categoria específica da relação capital e trabalho na periferia, segundo a qual é estrutural e permanente o pagamento de salário abaixo do valor da força de trabalho, seja pela intensificação do trabalho, extensão da jornada, pelo arrocho salarial ou pela diminuição da incidência dos “salários indiretos”, isto é, de direitos sociais legalmente alcançados pela luta dos trabalhadores.

Neste enquadramento, a superexploração da força de trabalho seria a única alternativa para o desenvolvimento interno do capitalismo (CARCANHOLO, s/d, p. 14). De nossa perspectiva, o aumento da produtividade alcançado no departamento I da economia brasileira (bens de capital), que, iniciando-se na década de 1970²²², generalizou os ganhos de

²²² “Tomada, sobretudo, do ponto de vista econômico, tal como apresentada anteriormente, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares” (FONTES, 2010, p. 357).

produtividade nas décadas seguintes para toda indústria de transformação²²³, a absorção da produção agrícola de alimentos às determinações da produção especificamente capitalista *pari passu* ao aumento do consumo de alimentos industrializados pela população trabalhadora, associados às altas taxas de lucro do setor de exportações de bens primários (minérios, grãos, frutas, carnes, petróleo, etc.) e seu reflexo na capacidade do Estado em subsidiar seu próprio endividamento em um ciclo de expansão interna do capital colocam, em conjunto, novas determinações para a disjunção entre a produção e apropriação do valor entre os países dependentes e os países dominantes. Não se quer dizer aqui que não haja situações empíricas de superexploração da força de trabalho, mas apenas levantar a hipótese de que ela não tenha, após as transformações do capitalismo brasileiro desde o final da década de 1970, um caráter estrutural que tinha no contexto dos debates que deram origem à tese de Marini.

Usa-se normalmente o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE como parâmetro para medir o grau da superexploração da força de trabalho, seja comparando-o ao salário mínimo oficial, seja à distribuição da população ocupada por faixas de salário mínimo. Nestas comparações, o SMN tende a ser sempre maior do que os valores a ele comparados, o que serviria como base para a afirmação da vigência atual do conceito de superexploração. Contudo, é preciso fazer uma ponderação. O cálculo do SMN é derivado de uma definição política e não necessariamente das determinações do valor no nível das relações de produção capitalistas. Portanto, se é verdade que o cálculo do SMN presta inestimável serviço para instrumentalizar a luta por aumentos salariais, também por ser um preço geral "válido" indistintamente para todos os setores econômicos (isto é, sem levar em consideração as características concretas que constituem o valor da força de trabalho de cada setor ocupacional - metalúrgico, pedreiro, médico, professor, mineiro, petroleiro etc. —), ele não reflete necessariamente as condições econômicas, mas uma conquista política, ainda virtual por não ser generalizável, da luta de classes²²⁴.

²²³ NASSIF (2008) apresenta dados de um aumento progressivo da produtividade da indústria brasileira a partir do início dos anos 1990. Estamos cientes de que a economia brasileira apresenta restrições estruturais ao aumento da produtividade, como pode ser demonstrado no fato, por exemplo, de que a produtividade brasileira representa aproximadamente 25% da média da produtividade dos países ricos e que, na primeira década do século XXI, a taxa média anual de crescimento da produtividade das empresas brasileiras foi da ordem de 1% (nos anos 1990, foi de 0,6% a.a.). Mas isso não impede, como pensava Marini, que o modo de produção capitalista no Brasil se expandisse “*exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva*”. Entre 1970 e 2011, a produtividade do trabalho no Brasil cresceu 74%, demonstrando a possibilidade do desenvolvimento da “capacidade produtiva”. Agora, a comparação com os EUA mostra um dos aspectos da dependência: lá a produtividade do trabalho, em 2009, era 7,1 vezes maior do que no Brasil, sendo que, na comparação intraindustrial, a produtividade da indústria brasileira é 9 vezes menor. Cf. IPEA, 2014.

²²⁴ LUCE (2013, p. 152), ao utilizar as estatísticas da PNAD para demonstrar que, em 2011, 55% da população ocupada recebia entre 4,27 e 1,42 abaixo do SMN por terem renda do trabalho de até 3 salários mínimos, diz preferir esta medida em detrimento ao rendimento médio mensal do conjunto das pessoas ocupadas, pois esta

Além disso, se a superexploração da força de trabalho é traço constitutivo e inalterável da dependência e ela envolve o pagamento constante do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, desgastando além da “normalidade” a corporeidade dos trabalhadores, levando à piora das condições de vida, ao adoecimento precoce e, no limite, a uma redução do tempo de vida útil dos trabalhadores, como combinar esta tese com o fato de que, dos anos 1960 até o 2014, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro, segundo dados do IBGE²²⁵, passou de 48 anos para 75 anos, um aumento de 27 anos?²²⁶

Fontes recusa a classificação do Brasil como país subimperialista, pois este conceito se fundaria em duas premissas que ela criticou: a superexploração do trabalho como fundamento estrutural da dependência brasileira²²⁷ e o truncamento do mercado interno. Para ela, ao menos a partir dos anos 1980, o desenvolvimento da acumulação, concentração e centralização de capital ocorrida no Brasil em articulação com os processos mundiais teria levado o país ao grupo desigual de países capital-imperialistas, embora em posição subalterna. Assim, na perspectiva da autora,

“o conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões interimperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa (Ibidem p. 359).

Fontes afirma ainda que a expropriação de direitos é processo complementar ao fenômeno da “industrialização dos serviços”, o que significa que parte do fundo de consumo dos trabalhadores é destinado a comprar no mercado serviços que antes eram direitos, como

tenderia “a encobrir os baixos níveis de remuneração ao incluir na estatística a composição com os salários mais elevados”. Em nossa perspectiva, não é que tende a encobrir, mas que se trata de média entre a totalidade dos salários recebidos. Se a superexploração for definida tendo que excluir os salários mais altos, ela perde a validade como categoria explicativa para o caráter estrutural permanente da dependência. E, além disso, se a superexploração é estrutural, significaria que ela é majoritária e, portanto, tenderia a puxar a média para baixo, de forma que sua suposta prevalência é que tenderia a encobrir os salários mais altos.

²²⁵ Cf. <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2014/default.shtm>

²²⁶ Pode-se argumentar, como fez LUCE op. cit., que esse aumento da expectativa de vida se dá concomitantemente ao aumento do adoecimento, dos acidentes de trabalho, em síntese, de uma piora das condições de envelhecimento, o que daria mais razões à tese da superexploração. Contudo, é preciso fazer referência de que os adoecimentos, especialmente os derivados do trabalho, as doenças crônicas e as doenças psíquicas (especialmente a depressão), bem como o avanço do tempo de trabalho sobre o “tempo livre” são temas que vem ganhando bastante destaque ultimamente, mas não é uma característica específica dos países dependentes. É um fenômeno mundial.

²²⁷ “Extremamente sugestiva, esta tese [a superexploração da força de trabalho] incorre, entretanto, em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo” (FONTES, 2010, p. 352).

saúde, educação, transporte, segurança, etc. A autora considera a validade do conceito de superexploração para explicar a generalização dos casos em que o emprego da força de trabalho se dá por meio da precarização das formas de contratação ou mesmo de ausência de contrato de trabalho, aquilo que Chico de Oliveira chama de “trabalho sem forma”, que, para ela, derivam salários abaixo do patamar histórico, social, cultural e politicamente constituído para o mercado nacional (Idem, p. 355).

As reflexões destas páginas constituem esforço para entender as questões envolvidas na organização do Estado e do poder político e suas determinações econômicas na história recente do país. Principalmente porque, a partir das relações entre os fenômenos designados como imperialismo, dependência, neoliberalismo e capital-imperialismo, suas proximidades, distâncias, rupturas, inserindo ainda o debate sobre a política externa é possível articular as dimensões interna e externa do Estado brasileiro, sua relação com o movimento do capital no mercado mundial e as relações entre as frações de classe da burguesia brasileira e o operador político da hegemonia recente.

Como afirmamos no capítulo anterior, a tradição da sociologia crítica latino-americana a respeito da posição dos países da região no sistema internacional, na divisão internacional do trabalho, no mercado mundial, seja qual for o foco a partir do qual se pensa a inserção internacional da América Latina, procurou discutir o “desenvolvimento nacional” no interior de um campo de forças determinado pelos polos autonomia e dependência. Florestan Fernandes considerava que o “dilema latino-americano” se apresentava nas combinações possíveis de duas tendências estruturais. As estruturas econômicas, socioculturais e políticas que absorvem as transformações do capitalismo, mas inibem a integração nacional e uma perspectiva de desenvolvimento autônomo. E, do outro lado, o estímulo particular que a dominação externa pode dar aos processos de modernização e crescimento econômico, mas às custas da ausência de uma revolução nacional e de autonomia política real. Para ele, esta condição era reforçada pelo comportamento das burguesias internas²²⁸ destes países, copartícipes do processo, pois a dependência e o subdesenvolvimento seriam bons negócios para ela e seus parceiros externos (FERNANDES, 1973).

Ainda nos anos 1970, a pergunta que Florestan procurava responder era se os países latino-americanos poderiam atingir a autonomia econômica, política e sociocultural, superando a intensa desigualdade social mantida e reproduzida por um padrão autocrático de dominação e de Estado através do desenvolvimento do capitalismo. O questionamento do

²²⁸ Florestan considerava que o equivalente latino-americano para a figura do “burguês conquistador” europeu seria o “burguês complacente” (FERNANDES, 1973 p. 18).

autor se dirigia a procurar a possibilidade concreta de formação de uma vontade nacional que pudesse materializar o horizonte da autonomia contra a dependência. Se este processo seria liderado pelo “espírito de cisão” ou se seria organizado ainda em torno de tensões no interior das relações de dependência. O dilema latino-americano, para ele, vinha da necessidade histórica da autonomia e equidade. Um desenvolvimento gradual e seguro exigiria uma aliança entre burguesia nacional e a maioria do povo, num processo eivado de nacionalismo revolucionário sob a forma de um capitalismo de Estado, que seria capaz de regular as tensões inerentes a uma “revolução dentro da ordem”. A outra alternativa seria a rebelião popular em um sentido socialista, cuja explosão social não poderia ser antecipada (como foi, por exemplo, a via cubana). Florestan apostava no socialismo, mas considerava o capitalismo de Estado como via alternativa à dependência.

O que um clássico como Florestan problematizava era justamente a questão das relações entre as classes e o Estado tanto no plano interno quanto na sua face externa, matizado pela condição concreta de subordinação dos países latino-americanos na estrutura fortemente hierárquica do sistema internacional. A discussão feita neste capítulo tem como objetivo contribuir para pensar o “dilema latino-americano” de que falava Florestan a partir da projeção do Estado e do capital brasileiro durante o governo Lula. Como sabemos, o “interesse nacional” tem dois pressupostos interligados: o ocultamento da divisão social das classes apresentando a nação como um todo homogêneo e a concepção do Estado como um sujeito dotado de vontade própria. O marxismo, ao desvelar ambos pressupostos como abstrações, permite pensar a projeção do Estado como a expressão de estratégias de favorecimentos de uma determinada concertação de interesses de frações da classe dominante que, representadas na direção do Estado e matizadas pela diplomacia, formularão e tentarão executar tais estratégias no sistema internacional. Para enfrentar o nosso atualizado dilema, é preciso levar em consideração eventuais ocultamentos da relação entre o discurso das “potências regionais emergentes” e os diferentes setores da classe trabalhadora diante do poder difuso e das diversas manifestações políticas do movimento contemporâneo do capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se inscreve nos marcos de um esforço para compreender, por meio da análise do caso concreto do governo Lula, a relação entre Estado e poder político na história recente do Brasil e como isso está vinculado a uma experiência de constituição da classe trabalhadora enquanto sujeito político nacional. Recorrendo a dados empíricos, a interpretações variadas sobre o período e à uma síntese histórica deste ciclo, pretendeu-se contribuir de forma crítica para o conhecimento de uma trajetória por meio do seu ponto alto de desenvolvimento – a conquista do governo federal, em 2002.

Procuramos discutir as ideias dos autores e suas interpretações sobre o nosso objeto não sob a forma de uma crítica externa, que confronta pressupostos diferentes apenas para afirmar que eles são diferentes. Esperamos ter alcançado o objetivo de levar a sério os argumentos dos autores, expondo suas teses com o maior rigor possível, analisando se seus pontos fortes são compatíveis com os pressupostos teóricos adotados, estabelecendo diálogos com perspectivas diferentes e principalmente recorrendo à história como forma de localizar os eventuais desenvolvimentos de concepções de mundo e as consequências que isso trás para a situação que nos encontramos no presente.

Com isso em mente, a disposição dos capítulos obedece à seguinte “metodologia de apresentação”: a discussão crítica do “modelo de desenvolvimento” e do lulismo se impôs como passo prévio para recolher um conjunto amplo de informações que possibilitaram adentrar mais profundamente na relação entre o desenvolvimento histórico da estratégia democrático-popular e o modo como ela se efetivou em situações concretas de fortalecimento da hegemonia burguesa no Brasil. E finaliza com o debate sobre a necessidade de incorporar a discussão sobre a face externa do Estado brasileiro, sua projeção principalmente na América Latina e as relações que isso guarda com a forma atual de desenvolvimento do capital em escala mundial como forma de apreender, sob a perspectiva da totalidade, a relação entre Estado e poder político. É como se partíssemos da aparência da “imensa coleção de mercadorias” em direção à sua dupla constituição da mercadoria como valor de uso e valor de troca, dando um passo a mais em direção à determinação da substância do valor e, com base nos resultados desta análise, voltar à relação capital e trabalho com um conjunto de determinações de relações sociais mais concretas.

O diálogo com o método de exposição d’*O Capital* não tem absolutamente nenhuma pretensão de estar à altura desta obra. É apenas para indicar a inspiração de onde o estudo parte. E isso é importante para que se afaste a ideia de que o uso das referências foi apenas instrumental, como se fosse apenas um recurso formal usado para comprovar os argumentos que o autor do estudo já teria *a priori*. É claro que nenhuma pesquisa começa sem hipóteses e perguntas que já indicam uma certa intuição do objeto, mas, durante a investigação, estas hipóteses e estas perguntas vão sofrendo alterações com o avançar da análise do material. Algumas teses prévias vão sendo abandonadas, outras reforçadas, outras vão sendo matizadas. Ao final, o objetivo é que a exposição reflita de algum modo o movimento da pesquisa. A qualidade do resultado e os eventuais acertos e erros só os leitores e a prática histórica podem julgar.

Embora o objeto esteja circunscrito aos governos Lula, o presente estudo está sendo terminado após o *impeachment* de Dilma Rousseff, aprovado no Senado brasileiro no último dia de Agosto de 2016. Este acontecimento histórico é mais um elemento para a avaliação de que, talvez – diferentemente do otimismo expresso por muitos intérpretes do período petista no governo federal, que previam um longo ciclo do suposto “novo modelo de desenvolvimento” ou do “pacto lulista” –, estejamos diante do fechamento de um ciclo político da classe trabalhadora brasileira.

Da nossa perspectiva, a definição de ciclo histórico toma como referência uma determinada experiência política apoiada simultaneamente em uma síntese interpretativa sobre a realidade e em uma estratégia por ela informada que procura articular um conjunto de táticas de modo a dar unidade e sentido para o conjunto de tarefas políticas levadas a cabo por um determinado sujeito coletivo. Por isso, o ciclo tem a ver com a autoconstituição deste sujeito coletivo enquanto tal, com autoreconhecimento de seus interesses, das linhas que delimitam o campo que separa a sua identidade própria e, portanto, o campo dos possíveis aliados e dos adversários. Tudo isso é inseparável do movimento da consciência, que envolve, além daquele autoreconhecimento, uma determinada consciência prática que organiza a superação da condição de “serialidade” individualizante da consciência cotidiana, podendo, a depender do embate político, se fundir em sujeito coletivo diante da identificação de uma ameaça e orientar sua ação política consciente do seu antagonismo com a classe dominante.

Consideramos isso pertinente, na medida em que, daqui para frente, é diante da avaliação do que “a que ponto chegamos?”, que serão definidos os passos para a reconstrução de alternativa ao golpismo atual e seus efeitos de médio e longo prazos. Nossa intenção é que

este estudo possa contribuir de algum modo para o “acerto de contas com nossa consciência filosófica”. Neste sentido, os governos Lula correspondem a uma das concretizações possíveis no interior da estratégia democrático-popular nas condições postas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Certamente, esta via não é exclusiva ou a única possível, uma vez que esta estratégia guarda possibilidades de modulação, como parecem ser os casos de outros países latino-americanos, como Bolívia, Equador, Venezuela e Argentina.

A referência ao passado, como se viu, é um recurso sempre atual (com o perdão do trocadilho). Por exemplo, as interpretações que vinculam os governos Lula ao período desenvolvimentista operam num campo de sombra, um lusco-fusco entre a rememoração de certo tipo de um passado e a busca pela afirmação de um futuro em que realizem as potencialidades latentes do Brasil. A rememoração do passado se dá, de uma maneira ou outra, pela vinculação dos governos Lula a Vargas e a Jango. O discurso da “retomada” serve ao propósito de filiar o governo Lula a uma determinada tradição de constituição de um projeto nacional, que fora interrompido seja pela pressão das “forças obscuras” que levaram Getúlio ao suicídio ou pelo golpe civil-militar de 1964 e o bloqueio das reformas estruturais ensaiadas por Jango.

Os “figurinos dos espíritos do passado” (*18 Brumário*) que se tomam de empréstimo servem também para legitimar o governo, na medida em que o coloca na posição de vítima potencial de uma sempre iminente interrupção golpista, caso avance mais profundamente num projeto reformista. Uma certa narrativa sobre a história interna do PT opera também nesta recuperação historiográfica vinculadora sobre o governo Lula. Aquilo que COELHO (2005) identificou como “mito de fundação” do PT²²⁹ a respeito da constituição do campo majoritário como grupo necessário para manter a unidade do partido contra a ação tendencialmente liquidacionista de “grupos radicais” que poderiam levar ou à fragmentação ou ao fim do partido aparece também no discurso que inscreve o governo Lula como continuadora daquela tradição nacionalista. A operação é sutil, como afirma FONTES (apud SOUZA, 2010 p. 149):

“forja-se uma espécie de historiografia mitológica e simplificada cujas linhas fundamentais rezam que, nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras militares (apoiadas pelos Estados Unidos) teriam esmagado o projeto desenvolvimentista impulsionado pela aliança entre o Estado e as burguesias industriais nacionais, mas dificultado por um esquerdismo radical. Para essa linha de raciocínio, sob a vigência de democracias em todos os países, trata-se de voltar ao tempo perdido e retomar o fio da meada. Seja como resultado

²²⁹ O autor identifica na história do PT a constituição do discurso do “petismo autêntico”, que, segundo ele, se organiza em torno dos seguintes pontos: “1) uma visão da história do PT marcada pelo mito fundador; 2) a legitimação da posição do núcleo dirigente através da reprodução do mito; 3) a desqualificação das demais tendências, mesmo aquelas que participaram desde o Movimento pró-PT, consideradas como não genuinamente petistas; 4) a condenação da concepção vanguardista da política (que nem sempre se distinguia da condenação pura e simples das vanguardas) e a defesa de uma concepção de ‘partido de massas’” (COELHO, 2005 p. 72).

das ditaduras ou das democracias, foi descartado o risco maior – o dos grupos ‘extremistas’ que queriam um socialismo impossível e historicamente derrotado”.

Não por acaso este tipo de raciocínio aparece também naquela linha de interpretação que vê o golpe contra a Unidade Popular chilena em 1973 como resposta a um suposto desvio esquerdista do governo Allende. Em ambas interpretações, estão implícitas duas coisas: 1) a ideia de que a manutenção das regras do jogo democrático evitaria o contra-ataque da burguesia, de modo que a política de desenvolvimento econômico e social garantiria a maioria numérica eleitoral para sustentar o projeto de mudanças graduais por longo tempo; 2) o não questionamento de que a “burguesia nacional” que compõe o pacto conciliatório fora beneficiada tanto no período dos governos nacionalistas, como também depois dos golpes, de modo que ela nunca foi vítima, mas beneficiária e cúmplice destes processos.

Uma das conclusões possíveis de serem tiradas deste estudo é que, ao atender necessidades urgentes de massas expressivas da população empobrecida melhorando suas condições de vida e integrando-as ao mercado interno, elas não significaram um recuo correspondente de posições de poder do campo burguês, pois o mercado é ele mesmo um espaço dominado, em linhas gerais, pelos grupos monopólicos da cidade e do campo e os aparelhos privados de hegemonia burguesa se fortalecem no seio da sociedade civil. Atribuir à dinâmica de mercado uma função democratizadora acreditando que ele desconcentra poder econômico e político é um erro crasso à luz da história recente, com consequências dramáticas para a classe trabalhadora.

A necessidade de inventariar a experiência da classe trabalhadora neste ciclo que aparentemente se encerra não tem a ver com qualquer satisfação contemplativa da coruja de Minerva, mas se liga ao drama do tempo presente, da vida presente, em que “meus companheiros estão taciturnos, mas continuam nutrindo grandes esperanças e é preciso que tenhamos capacidade de seguir de mãos dadas” (Drummond). Diante de tudo isso, não cabe olhar de soslaio para a experiência histórica da classe e dizer “não tenho nada a ver com isso”, despindo-se da trajetória como se fosse algo incômodo que pudesse ser desfeito com um simples “dar de ombros”. É preciso enfrentar a necessidade do inventário a fim de tornar nossa concepção de mundo unitária e coerente. Encontrar a vias de fortalecimento da nossa classe a fim de que a “correlação de forças favorável” às transformações sociais necessárias aos interesses dos trabalhadores deixe de ser, esse sim, um cadáver insepulto e possa nos levar à tão buscada e necessária emancipação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. **A Gestão do Social e o Mercado da Cidadania.** In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. S. (org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.* São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 297-316.

ABÍLIO, L. C. **Sem Maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedora de cosméticos.** São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2014.

ALMEIDA, L. M.; DANTAS, E.G.; BALANCO, P. A. F. *Gestão da Dívida Pública e Bloco no Poder: uma análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma.* **Revista Outubro**, nº 25, Março de 2016, pp. 141-172.

ALMEIDA, R. *Caixa 1 dos Interesses.* **Revista Insight Inteligência.** Nº36, Ano IX, 1º Trimestre de 2007.

ALVES, A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. *A História do Conceito de Bonapartismo: Marx.* **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte. N. 104. Jan/Jun 2012, pp. 129-155.

AMARAL, M. S. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.

AMORIM, C. **Início de uma política externa ativa e ativa.** In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa.** Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

ANDERSON, P. **As Antinomias de Gramsci.** Série Crítica Marxista. A Estratégia Revolucionária na Atualidade. São Paulo: Joruwê, 1986.

ARANTES, P. **Beijando a Cruz.** Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/adoramosler-paulo-arantes-beijando-a-cruzpdf.html>

ARANTES, P. **O Novo Tempo do Mundo e Outros Estudos sobre a Era da Emergência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ARENDT, H. *A Condição Humana.* Ed. 10. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSUMPÇÃO, T. B. **Bloco no Poder e Política Externa nos Governos FHC e Lula.** Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado. 2014.

AZEVEDO, A.; PEDERSOLI, B.; SANT'ANNA, F.; GOUVEIA, G.; BARROS, L. A.; CARDOSO, R. **Por Que Saímos da Consulta Popular: apontamentos crítico ao Projeto Democrático e Popular (Projeto Popular para o Brasil).** Disponível em: <http://criticapdp.blogspot.com.br/>

BARATA, G. **As Rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

BENJAMIN, C. *A Evolução Recente da Desigualdade no Brasil*. **Boletim Conjuntura Brasil**. N. 4. Fundação João Mangabeira, pp. 4-23, Jun/2016.

BIANCHI, A. **O Laboratório de Gramsci**. Alameda Editorial: Campinas, 2008, pp. 173-198.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Ed. 5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., A. *Cena Política e interesses de classe na sociedade capitalista: comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. **Crítica Marxista**. N. 15, 2002, pp. 127-139.

_____. *A burguesia no Governo Lula*. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.21, 2005, p.52-76.

BORON, A. A. **Imperio e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri**. Ed. 5. Buenos Aires: Biblioteca Clacso, 2004.

_____. **A Questão do Imperialismo**. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (org.) *A Teoria Marxista hoje*. Clacso: Buenos Aires, 2007, pp. 501-527. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.pdf>

BRAGA, R. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes**. IN: SINGER, A.; LOUREIRO, I (org.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* Boitempo: São Paulo, 2016.

BRASIL. **2003-2010: balanço de governo**. Presidência da República. 2010. Disponível em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br.

BROZOSKI, F. P. C. **O Atlântico Sul e a Integração Sul-americana: uma aproximação geopolítica**. Anais VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Grupo de Relações Internacionais. Painel: Cooperação, integração e desenvolvimento: as ferramentas da política externa brasileira para o sul. ALACIP 2015.

CALIL, G. *Populismo e Hegemonia Burguesa na América Latina*. **História e Luta de Classes**. N. 4 julho de 2007.

CARCANHOLO, M. **La Importancia de Dialética de la Dependencia para el Actual Rescate Crítico de la Teoría Marxista de la Dependencia**. Mimeo. S/D. Disponível em: https://www.academia.edu/22603261/LA_IMPORTANCIA_DE_DIAL%C3%89CTICA_DE_LA_DEPENDENCIA_PARA_EL_ÁCTUAL_RESCATE_CR%C3%8DTICO_DE_LA_TEOR%C3%8DA_MARXISTA_DE_LA_DEPENDENCIA

CASTELO, R. **O Social Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTE, L. R.; NEGRI, F. **Evolução Recente dos Indicadores de Produtividade no Brasil**. In: IPEA. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. (NEGRI, F. E CAVALCANTE, L. R. org). Brasília: ABDI, 2014.

CHAUI, M. **Uma nova classe trabalhadora**. In: SADER, E (org). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R.. *O Estado como instituição: uma leitura das "obras históricas" de Marx*. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28.

COELHO, E. **Uma Esquerda para o Capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2005.

CORECON-RJ. *Desenvolvimento da América Latina e Caribe*. **Jornal dos Economistas**. Nº 329, Dez/2016.

CORSI, F. L. **Uma Análise das Estratégias de Desenvolvimento da América Latina em um Contexto de Crise do Capitalismo Global**. In: PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Oficina Universitária / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

COUTINHO, C. N. **Democracia Como Valor Universal**. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>

_____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* **Novos Rumos**, v. 49, n. 1, Marília, Jan/Jun 2012, pp. 117-126.

COUTO, L .F. *Política Externa Brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula*. **Civitas**, Porto Alegre. V. 10, n. 1, Jan/Abr 2010, pp. 23-44.

DANTAS, A. V. **Do Socialismo à Democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira**. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social – UFRJ. 2014

DEL ROIO, M. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. **Revista de Sociologia Política**. N. 29, Curitiba, Nov. 2007, pp. 63-78.

DEMIER, F. *Bonapartismo: o fenômeno e o conceito*. **Revista Outubro**. N. 25. Mar/2016, pp. 173-203.

DRUMMOND, C. *O Dinheiro Chinês Chega ao Brasil*. **Carta Capital**, 12/01/2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/879/o-conto-chines-774.html>.

DUARTE, P.; ALVAREZ, R. *Lucros dos 3 Maiores Bancos do País Somam R\$ 167 bi na Era Lula, alta de 420% sobre gestão FHC*. **O Globo**, 04/11/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/lucros-dos-3-maiores-bancos-do-pais-somam-167-bi-na-era-lula-alta-de-420-sobre-gestao-fh-2962816>

DURIGUETTO, M. L. *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. **Libertas**, Juiz de Fora, V. 8, N. 2, Jul/Dez 2008, pp. 83-94.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1973.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Ed. 2. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

_____. *Frente Brasil Popular: da aliança à solidariedade*. **Teoria e Debate**. Edição 08, Dez/1989. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/frente-brasil-popular-da-alianca-solidariedade>

_____. **O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Cortez: São Paulo, 1991.

_____. **O Que é Revolução?** In: SAMPAIO JR., P. A.; SAMPAIO, P. A. (org.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira: Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes**. Ed. 4. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FILGUEIRAS, L. A. M.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2007.

FIORI, J. L. **O Brasil e seu “Entorno Estratégico” na Primeira Década do Século XX**. In: SADER, E (org). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FONTES, V. *Sociedade Civil, Classes Sociais e Conversão Mercantil-Filantrópica*. **Observatório Social da América Latina**. Ano VI, n. 19. CLACSO. Argentina, Jul/2006.

_____. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Ed. 2. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes**. Mimeo. s/d.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Ranking das Transnacionais Brasileiras 2011: crescimento e gestão sustentável no exterior**. 2011.

GARCIA, M. A. **Dez Anos de Política Externa**. In: SADER, E (org). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____. **Avanços, impasses e desafios da integração.** In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa.** Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

GASPAR, M. *A Organização.* **Piauí**, n 121, Out 2016.

GENOÍNO, J. Liberdade de Opinião e Disciplina Partidária. Folha de São Paulo, 12/12/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1212200310.htm>.

_____. **O Projeto do PT.** 15/03/2003. Disponível em: http://genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=429

GERMER, C. M. *O Sistema de Crédito e o Capital Fictício em Marx.* **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1994, pp. 179-201.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. *Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas.* **Working Paper**, nº 136, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, PNUD, Fevereiro 2016.

GONÇALVES, R. *Balanço Crítico da Economia Brasileira nos Governos dos Partidos dos Trabalhadores.* **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 37, p. 7-39, janeiro 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. *O moderno príncipe.* In: **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984, pp. 3-102.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Edições Graal: Rio de Janeiro, 1978.

GUIMARÃES, J. *A Estratégia da Pinça.* **Teoria e Debate.** Edição 12, Nov/1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/estrategia-da-pinca>

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Ed. 3. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/Contraponto, 2001a.

_____. *Inserção Internacional do Brasil.* **Economia e Sociedade**, Campinas. Vol 17. Dez/2001b, pp- 1-31.

_____. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUIOT, A. P. **Estado, burguesia e sociedade civil no Brasil recente: o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2010).** Anais do evento Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. Universidade Federal Fluminense, 2013.

HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas.** *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, 1987.

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. *Distribuição Funcional de Renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda*. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 3, 2014, pp. 483-513.

IASI, Mauro. **As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. **Senso Comum e Conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência**. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/04/25/senso-comum-e-conservadorismo-o-pt-e-a-desconstrucao-da-consciencia/>

IASI, M. **Estado, Ditadura e Permanências: sobre a forma política**. In: IASI, M.; COUTINHO, E. G. *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

IASI, M. **Democracia de Cooptação e o Apassivamento da Classe Trabalhadora**. 2013. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5659. Acesso em 15/12/2016.

IPEA. **Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente**. Comunicado da Presidência. N 14. Nov/2008.

_____. **Distribuição Funcional de Renda pré e pós crise internacional no Brasil**. Comunicado da Presidência. N. 47. Mai/2010.

_____. **Natureza e Dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras**. Comunicado da Presidência, n. 104. Ago/2011.

_____. **Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária**. Comunicado da Presidência, n. 134, Fev/2012.

_____. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: ABDI, 2014.

JARDIM, M. C.. **Fundos de Pensão no Brasil: novo ethos sindical?** Colóquio Saber e Poder. Focus, Unicamp, Outubro/2008.

_____. *“Nova” Elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 363-399, maio/ago. 2009.

KATZ, C. In: IELA UFSC. (2014, Junho 18). XIX ENEP - Painel I - *O Neodesenvolvimentismo em questão*. [Arquivo de Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wOFgTTeljd8&list=UUmXAhNYYoUvdydX-UH9YM6Q>. Acesso em: 08/09/2014.

_____. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. Expressão Popular/Perseu Abramo: São Paulo, 2016.

LENIN, V. I. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011, p. 218. Edição eletrônica disponível em: http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf. Acesso 12/11/2012.

LIGUORI, Guido. *Estado e Sociedade Civil de Marx e Gramsci*. **Novos Rumos**, ano 21, n. 46, 2006, pp. 4-10.

LIMA, M. R. S. *Autonomia, Não-Indiferença e Pragmatismo: vetores conceituais da política exterior*. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Nº 83, Abr/Jun, 2005, pp. 16-20.

_____. **Avanços, impasses e desafios da integração**. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

LOPEZ, F.; BARONE, L. **As Entidades sem Fins Lucrativos e as Políticas Públicas Federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011)**. IPEA, Texto para Discussão, 2013.

LOUREIRO, I. **Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST**. IN: SINGER, A.; LOUREIRO, I (org.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* Boitempo: São Paulo, 2016.

LUCE, M. S. **O Subimperialismo Brasileiro Revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. 2007.

_____. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências na história recente**. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

LUKACS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACIEL, D. *Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci*. **História Revista**. V. 11, n. 2. Goiânia. Jul/Dez 2006, pp. 273-299.

_____. *“Melhor Impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula*. **Universidade e Sociedade**. Ano 20, nº 46, Junho de 2010, pp. 120-133.

MAGALHÃES, J. C. **As Entidades Sociais e o Surgimento de uma Gestão Concorrencial do Engajamento Cívico**. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. S. (org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 257-278.

MARANHÃO, T. A. **Governança Mundial e Pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades**. Tese de Doutorado. FFLECH. Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **O Sentido Político das Práticas de Responsabilidade Social Empresarial no Brasil**. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. S. (org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 237-256.

MARICATO, E. *Nunca Fomos Tão Participativos*. **Carta Maior**, 26/11/2007.

MARINI, R. M. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARINI, R. M. **La Pequeña Burguesía y el Problema del Poder**, 1976. Disponível em http://www.marinescritos.unam.mx/045_p_burguesia_poder.html. Acesso em 15/12/2016.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. *O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal*. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-74 janeiro-março/2006.

MARTINS, A. S. **Burguesia e a Nova Sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Educação. Universidade Federal Fluminense. 2007.

MARTINS, C.; PRADO, F. C.; FIGUEIREDO, I. M.; MOTTA, S.; SOUZA, V. N. *A 'Estratégia Democrática e Popular' e um inventário da esquerda revolucionária*. **Marx e o Marxismo**. Vol. 2. N. 3. Ago/Dez, 2014, pp. 357-381.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises Políticas e Capitalismo Neoliberal no Brasil**. Tese Doutorado, Unicamp, 2013.

MARX, K. Carta a Pável V. Annenkov, 28 de Dezembro de 1846, s/d, s/p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIAS, Meire. *O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990*. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012a.

_____. *Inserção Internacional do Brasil Contemporâneo: o Pêndulo das Mudanças*. **Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 161-174, Jul.-Dez., 2012b.

MATHIAS, M. – **Hegemonia e Processos de Integração na América Latina: contribuições ao debate**. In: PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Oficina Universitária / São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____. *Para Pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais*. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 175, Dezembro de 2015.

MEDEIROS, M. *O Mundo é o Lugar Mais Desigual do Mundo*. **Piauí**. N 117, jun/2016.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)*. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015a, pp. 7 a 36.

_____. *A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares*. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 20, vol. 4, pp. 971-986, 2015b.

MELIN, L. E. **A política externa brasileira e a crise internacional**. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Montanha que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINEIRO, A. **A política externa brasileira e a crise internacional**. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

MORGENTHAU, H. J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Editora UnB: Brasília, 2003.

NASSIF, A. *Há evidências de desindustrialização no Brasil?* **Revista de Economia Política**. Vol. 28, Nº 1, São Paulo, Jan./Mar. 2008

NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. Os Dilemas e os Desafios da Produtividade no Brasil. In: IPEA. **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. (NEGRI, F. E CAVALCANTE, L. R. org). Brasília: ABDI, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. Cortez: São Paulo, 2014.

NEVES, Lucia. *A Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil*. Entrevista. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 229-242, jan./jun. 2011.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, M. *O Fim da Polarização*. **Piauí**. Ed. 51. Dez/ 2010. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fim-da-polarizacao>.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista e O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. Boitempo: São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, R. *As Pessoas Mais Ricas no Brasil têm 65,8% do total dos rendimentos isentos*. **Valor Econômico**, 10/08/2015.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PÁDUA, A. S. de. **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?** Dissertação de Mestrado. UNESP – Campus de Franca/SP. 2012.

PARILLI, M. *A Justiça Social Também é Útil ao Lucro, Afirma Joseph Stiglitz*. **Instituto Humanitas Unisinos**, 13/10/2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/561108-a-justica-social-tambem-e-util-ao-lucro-afirma-joseph-stiglitz>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do XII Encontro Nacional**. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acesso em 15/09/2014.

PATRIOTA, A. A. **Próximos anos: cenários e desafios da política externa**. In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

PAULA, M. (org). **“Nunca antes na história desse país”? : um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*, **Rev. Bras. Polít. Int.** 51 (2): 136-153 [2008].

PEREIRA, J. M. M. *Assaltando a Pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014)*. **Revista de História**. N. 174, Jan-Jun 2016, pp. 235-265.

PEREIRA, L. **Depressão: mobilização e sofrimento social**. Tese de Doutorado. FFLECH, USP. 2010.

POCHMANN, M. **Nova Classe Média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Políticas públicas e situação social na primeira metade do século XXI**. In SADER, E (org). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

POMAR, V. *Que Partido é Esse? Teoria e Debate*. Edição 09, Dez/1989. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/que-partido-e-esse>

_____. **A Metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2005.

_____. *A Política Externa do Brasil*. In: QUIROGA, Y.; FRANÇA, C. **Consenso Progresista: política exterior de los gobiernos progresistas del cono sur – convergências y desafios**. Fundación Friedrich Ebert / Red de Fundaciones Progresistas del Cono Sur. 2010b.

_____. **Avanços, impasses e desafios da integração.** In: MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa.** Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

_____. *Latinos e Plurais. Teoria e Debate.* N. 86. Jan/Fev, 2010a, pp. 44-47.

PRADO, Fernando C. *História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil.* **Anais do evento Marx e Marxismo 2011: teoria e Prática,** Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC271F.pdf>.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia.** Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

RAMOS, N. *Fooquedeu. Piauí.* Ed. 118, Jul/2016. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/fooquedeu/>

RICUPERO, R. *À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível: a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).* **Novos Estudos.** N 87, pp. 35-58, jul/2010.

RIDENTI, M. **Desenvolvimentismo: o retorno.** Revista Espaço Acadêmico, n. 92, 2009.

RIZEK, C. **Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo.** IN: SINGER, A.; LOUREIRO, I (org.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* Boitempo: São Paulo, 2016.

ROIO, Marcos Del. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno.* **Revista de Sociologia Política.** N. 29. Novembro, 2007, pp. 63-78.

RUIVO, M. M.; ALMEIDA, G. S.; TOLEDO, S. **O Foro de São Paulo e a Política Externa do Partido dos Trabalhadores: convergências ou divergências nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.** **REBELA.** V. 6, N. 2, pp. 356-378, Mai/Ago 2016.

SAAD FILHO, A. *Neoliberalismo: uma análise marxista.* **Marx e o Marxismo** v.3, n.4, jan/jun 2015.

SADER, E (org). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, F. L. B. **Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia.** Anais VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Grupo de Relações Internacionais. Painel: Cooperação, integração e desenvolvimento: as ferramentas da política externa brasileira para o sul. ALACIP 2015.

SECCO, L. *O maior erro do PT foi seguir estratégia lulista de conciliação permanente.* Entrevista. **El País.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/10/politica/1433892923_403874.html

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Ed. 4. Cotia-SP: Ateliê Editorial: 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, A. O. da. **História das Tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. Proposta Editorial: São Paulo, 1989.

SILVA, L. I. L. **Entrevista**. In: SADER, E (org). *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, L. I. L. **O Brasil no mundo: mudanças e transformações**. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

SINGER, A. *Cutucando Onças com Varas Curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 102, Jul/2015, pp. 43-71.

SINGER, A. *Lulismo nas Cordas*. **Piauí**. Edição 111. Dez/2015. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-lulismo-nas-cordas>

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A.; LOUREIRO, I (org.). **As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** Boitempo: São Paulo, 2016.

SOARES, Morena Gomes Marques. **Em busca da “revolução brasileira”: o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora brasileira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2012.

SOUZA, R. M. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

SOUZA, V. N. **“Novo desenvolvimentismo” brasileiro e democratização da cultura: o caso do Programa Cultura Viva**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

_____. **Democracia e Revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho**. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social, UFRJ, 2016.

TAJ, M. *Peru Diz que Irregularidades de Odebrecht custaram US\$ 283 milhões ao país*. **Infomoney**, 11/01/2017. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/6010538/peru-diz-que-irregularidades-odebrecht-custaram-283-milhoes-pais>

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. *A Economia Política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. **Economia e Sociedade**, Campinas, V. 21, N° especial, dez 2012, pp. 909-941.

VANNUCHI, P. Adeus às Armas? Teoria e Debate. Ed. 11, Jul/1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/adeus-armas?page=full>

VELASCO, S. **A política externa brasileira e a crise internacional**. MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (org). **2003-2013: uma nova política externa**. Gráfica Copiart Editora: Tubarão-SC, 2014.

VIANNA, L. W. **O Estado Novo do PT**. Temas Brasil. Julho de 2007. Disponível em http://www.acessa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=755.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. *A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro. Vol. 29, nº 2, pp. 273-335, Jul/Dez 2007.

VILAS, Carlos M. *Populismos reciclados o neoliberalismo a secas? El mito del “neopopulismo” latino-americano*. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 135-151, jun. 2004.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em Paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.